

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS CLÁSSICAS

***Arte menor e Arte maior de Donato:***  
**tradução, anotação e estudo introdutório**

Lucas Consolin Dezotti

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras Clássicas do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador:  
Prof. Dr. Marcos Martinho dos Santos

São Paulo  
2011

Lucas Consolin Dezotti

***Arte menor e Arte maior de Donato:*  
tradução, anotação e estudo introdutório**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras Clássicas do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Letras.

**Banca examinadora**

---

Prof. Dr. Marcos Martinho dos Santos  
(FFLCH/USP)

---

Prof. Dr. João Batista Toledo Prado  
(FCL/UNESP – Araraquara)

---

Prof. Dr. José Luiz Fiorin  
(FFLCH/USP)

DATA DE APROVAÇÃO:

---

À minha família,  
pedra fundamental.

## Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Marcos Martinho dos Santos, pela oportunidade e pela confiança...

Ao Prof. Dr. João Adolfo Hansen, por ensinar a observar os usos de cada tempo...

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ingeborg Braren (*in memoriam*), pela iniciação ao trabalho de pesquisa...

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro fundamental para a execução deste trabalho.

Aos meus pais, Dejalma e Celeste, pela base sólida, origem de todo voo...

Ao meu irmão Davi, pelo ciclismo que mantém a mente sã em corpo são...

À Camila D. J. Benincasa, querida e companheira na alegria e na tristeza...

Aos meus amigos de morada (Marco, Michel, Manolo, Nathan)...

Aos meus amigos artistas (Murilo, Laura, Camila, Marcelo)...

Aos meus amigos insanos (Adriana, Alexandre, Daniel, Daniela, Dionizio, Ivan, Louise, Toninho), pela força existencial em tempos de crise...

Enfim, a todos os que me ajudaram a chegar até aqui e que eu falhei em citar...

Sinceramente,

Muito obrigado!

*E quais são esses sermões e essas  
palavras do Céu? As palavras são as  
estrelas, os sermões são a composição,  
a ordem, a harmonia e o curso delas.*

ANTONIO VIEIRA

## Resumo

Esta dissertação pretende fornecer duas contribuições para a historiografia dos conhecimentos linguísticos. A primeira é a tradução completa e anotada, inédita em português, da *Arte* de Donato, um dos mais influentes tratados gramaticais produzido pela Antiguidade Clássica. A segunda é um estudo introdutório que aborda a parte mais importante da teoria gramatical antiga, a doutrina das “partes da oração”, ancestrais do que hoje conhecemos como classes de palavras. A partir de fontes antigas e de estudos recentes, investiga-se o surgimento e estabelecimento dessa doutrina no mundo greco-romano, através de uma análise dos critérios de recorte e classificação do material linguístico utilizados pela dialética (platônica, aristotélica, estoica) e pela gramática antiga, seguida de um trabalho comparativo que busca indícios de possíveis influências entre essas diferentes abordagens.

Palavras-chave: Donato; gramática; partes da oração; dialética; historiografia linguística.

## **Abstract**

This dissertation aims to bring two contributions to the historiography of linguistic thought. The first is a complete and annotated unprecedented translation into Portuguese of *Ars Donati*, one of the most influential grammatical treatises produced by Greco-Roman culture. The second is an introductory presentation concerning the “parts of speech”, core of ancient grammatical doctrine and ancestors of our word classes. Ancient sources and recent studies guide the investigation of emergence and establishment of this doctrine in classical antiquity, by the way of a comparative study that seeks evidences of possible influence between dialectics (Plato, Aristotle, Stoics) and grammar as regards the criteria for analysis and classification of linguistic data.

Keywords: Donatus; grammar; parts of speech; dialectics; historiography of Linguistics.

## Lista de abreviaturas

<i>GG</i>	<i>Grammatici graeci...</i> (cf. Referências)
<i>GL</i>	<i>Grammatici latini...</i> (cf. Referências)
D.L.	DIÓGENES LAÉRCIO (cf. Referências)
S.E.	SEXTO EMPÍRICO (cf. Referências)



## Sumário

### ESTUDO

Apresentação . . . . .	.10
Capítulo 1. Donato e sua <i>Arte</i> . . . . .	.13
Capítulo 2. O <i>lógos</i> da dialética . . . . .	20
2.1. Platão . . . . .	.21
2.2. Aristóteles . . . . .	.33
2.3. Estoicos . . . . .	.51
Capítulo 3. O <i>lógos</i> da gramática . . . . .	.66
3.1. A oração e suas partes . . . . .	.71
3.2. Nome . . . . .	.74
3.3. Pronome . . . . .	.76
3.4. Verbo . . . . .	.78
3.5. Advérbio . . . . .	.82
3.6. Particípio . . . . .	.84
3.7. Conjunção . . . . .	.85
3.8. Preposição . . . . .	.88
3.9. Interjeição . . . . .	.91
Capítulo 4. Considerações finais . . . . .	.93

### TRADUÇÃO ANOTADA

Capítulo 5. Sobre a tradução . . . . .	.100
<i>A Arte de Donato, gramático da cidade de Roma</i>	
Arte menor . . . . .	.108
Arte maior I . . . . .	.130
Arte maior II . . . . .	.138
Arte maior III . . . . .	.162

REFERÊNCIAS . . . . .	.175
-----------------------	------

## Apresentação

Este trabalho pretende fornecer duas modestas contribuições para a historiografia dos estudos da linguagem no Ocidente.

A principal delas é uma tradução inédita do mais influente tratado gramatical produzido pela Antiguidade Clássica: a *Arte* de Donato. Escrita por volta de 350 d.c., essa *ars grammatica* constitui um ponto central na transmissão do conhecimento gramatical antigo, por ter sido utilizada amplamente durante toda a Idade Média e servido de modelo para a elaboração das primeiras gramáticas vernaculares europeias.

A segunda é um estudo introdutório que aborda a parte mais importante da teoria gramatical antiga, a doutrina das “partes da oração”, ancestrais do que hoje conhecemos como classes de palavras, e relaciona os recentes resultados obtidos por uma nova metodologia elaborada no âmbito dos estudos de historiografia da linguística e do pensamento linguístico.

Em oposição a certo modo teleológico e positivista de abordar a história do conhecimento linguístico – que, tomando como critério básico a “originalidade” do conteúdo e considerando a Linguística moderna como o ponto de chegada de “um longo processo de aquisição de conhecimentos construídos continuamente sobre os achados da geração anterior”,<sup>1</sup> desprezando assim a evidência de que “a Linguística é uma forma de saber e de prática teórica nascida no século 19 em um contexto específico com objetivos específicos”,<sup>2</sup> conduz a uma análise de trechos escolhidos que pressupõe uma equivalência imediata entre conceitos elaborados em momentos distintos<sup>3</sup> –, um bom número de pesquisadores<sup>4</sup> tem se interessado por reavaliar os dados existentes sobre o conhecimento linguístico em épocas passadas sem desprezar a diversidade, a complexidade e a evidente heterogeneidade dos textos em que esse conhecimento costuma ser encontrado.

<sup>1</sup> KOERNER 1995<sup>A</sup>: 5.

<sup>2</sup> AUROUX 1989: 14.

<sup>3</sup> Cf. RIEU 1984: 8. De acordo com Daniel J. Taylor, no caso da Antiguidade Clássica, diante da extrema restrição de dados que temos à disposição, uma história baseada em trechos escolhidos é especialmente problemática, pois, de um lado, a incapacidade de limitar o relato histórico às evidências disponíveis pode levar o historiador a querer preencher lacunas, atribuindo diversas noções e desenvolvimentos a textos inexistentes e autores anônimos, e de outro, a pressuposição da existência de uma ciência única leva a que muitos fatos importantes sejam relegados à periferia por não caber em um esquema cumulativo de dados. (Cf. TAYLOR 1995<sup>A</sup>: 83)

<sup>4</sup> Muitos deles organizados em torno de instituições acadêmicas como a International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS) e a Société d’histoire et d’épistémologie des sciences du langage (SHESL) e de suas publicações científicas, como a série *Studies in the History of the Language Sciences* (John Benjamins) e as revistas *Historiographia Linguistica* (John Benjamins) e *Histoire Épistémologie Langage* (SHESL).

Contentando-se com a limitada documentação disponível, essa nova forma de historiografia procura analisar a variedade e a especificidade das teorias a respeito da linguagem e das línguas para compreender “de que formas o conhecimento linguístico se constitui no tempo ... e como essas formas são criadas, desenvolvidas, transformadas ou esquecidas”,<sup>5</sup> por um viés “voltado exclusivamente para o restabelecimento dos fatos mais importantes de nosso passado linguístico *sine ira et studio* e para a explicação, tanto quanto possível, das razões para mudanças de direção, ênfases e possíveis descontinuidades que possam ser observadas”.<sup>6</sup>

Tal abordagem impõe o enfrentamento de certas questões metodológicas e epistemológicas, como problemas de periodização, contextualização e procedimentos de pesquisa em geral. Uma dessas questões diz respeito à metalinguagem, mais propriamente ao “uso de terminologia atual na descrição de fases anteriores de desenvolvimento do pensamento linguístico”, para cuja solução E. F. Konrad Koerner sugere a adoção de dois princípios que parecem válidos para qualquer “apresentação de teorias linguísticas propostas em períodos antigos”:<sup>7</sup>

- 1) *princípio de contextualização* – estabelecimento do “clima de opinião” geral do período em questão, pois as ideias linguísticas nunca se desenvolvem independentemente das demais correntes intelectuais de seu tempo;
- 2) *princípio da imanência* – estabelecimento de um entendimento pleno (histórico, crítico e, se possível, filológico) do texto linguístico em questão, pois o *framework* geral da teoria sob investigação deve ser definido internamente, e não em relação à doutrina linguística moderna.

Adicionalmente, coloca-se o problema da *influência*, na medida em que “raramente se distingue entre um tipo de influência que pode ter a ver com experiências compartilhadas, educação e *Zeitgeist* geral, de um lado, e influência direta que possa ser documentada com base em referências explícitas, paralelismos textuais, reconhecimento público, do outro”.<sup>8</sup>

Atento a essa importante discussão, procurei elaborar esta dissertação levando em conta tais princípios, ainda que um estudo de caráter introdutivo careça da profundidade necessária proporcionalmente à complexidade do tema.

Assim, o primeiro capítulo traz uma breve descrição da *Ars Donati*, procurando localizá-los, obra e autor, em relação a seu contexto histórico e a sua função específica.

<sup>5</sup> AUROUX 1989: 15.

<sup>6</sup> KOERNER 1995<sup>B</sup>: 8.

<sup>7</sup> Cf. KOERNER 1995<sup>B</sup>: 13; KOERNER 1995<sup>C</sup>: 15–6.

<sup>8</sup> Cf. KOERNER 1995<sup>C</sup>: 17.

O capítulo 2 apresenta os testemunhos textuais de três diferentes doutrinas filosóficas (platônica, aristotélica e estoica) a respeito da noção de *lógos* como uma entidade composta de partes, procurando determinar internamente, a partir do conjunto da obra de cada autor analisado, que critérios estão na base desse recorte, servindo para definir o *lógos* e suas partes.

O capítulo 3 aborda a doutrina gramatical das partes da oração, mostrando inicialmente em que ela se distingue da abordagem filosófica e em seguida observando como essa distinção se evidencia na forma de enumerar e definir cada parte da oração; isso é feito a partir da comparação textual entre as definições da tradição gramatical (nas versões grega e latina) e as da tradição filosófica, buscando evidências relacionadas à questão dos tipos de influência (“ambiental”/indireta vs. “textual”/direta).<sup>9</sup>

Por fim, após as considerações finais ao estudo introdutório trazidas pelo capítulo 4, apresenta-se uma tradução completa da *Ars Donati* em português, acompanhada de notas explicativas que fornecem, entre outras coisas, comentários acerca dos exemplos utilizados e das relações terminológicas e conceituais mais evidentes entre a doutrina gramatical antiga e a teoria linguística moderna.

---

<sup>9</sup> A análise dos critérios de definição foi feita a partir da classificação elaborada especificamente para esse tema por Sylvain Auroux (1988: 109–12); a descrição de cada espécie foi feita no decorrer do trabalho, conforme sua pertinência.

## Capítulo I

### Donato e sua *Arte*

Élio Donato é um ilustre desconhecido. De sua existência sabe-se apenas que participou da vida pública no decorrer do século IV d.C.,<sup>1</sup> ocupando em Roma uma das cadeiras municipais de professor de gramática;<sup>2</sup> um de seus alunos mais célebres foi Jerônimo de Strídon, considerado santo pela Igreja Católica.<sup>3</sup> Por outro lado, é um dos gramáticos antigos mais citados de todos os tempos, senão o mais. Sua *Arte grammatical* atravessou séculos, tendo fornecido o modelo fundamental para a constituição das gramáticas vernaculares no início do Renascimento, e seu nome figura em praticamente todos os relatos sobre o conhecimento linguístico na Antiguidade, dos mais resumidos aos mais detalhados.<sup>4</sup>

De fato, a recepção da obra gramatical donatiana é caracterizada pelo sucesso. Único de todos os textos profanos a sobreviver sem interrupção da Antiguidade ao Renascimento, a influência da *Ars Donati* sobre o ensino de gramática pode ter começado quase imediatamente após sua publicação (c. 350 d.C.), e aparece firmemente estabelecida já no século seguinte, quando se torna objeto de comentários (Sérvio, Pompeio) e citações de autoridade (Prisciano), antes de ser adaptada, dois séculos depois, para o contexto cultural cristão (Isidoro, Juliano). Pouco a pouco, o nome de Donato torna-se símbolo de sua arte.<sup>5</sup>

Essa supremacia parece se dever a um cuidado de adequação pedagógica que orienta as escolhas de composição, especialmente no que se refere à aplicação rigorosa de dois esquemas de exposição do conteúdo: um método sistemático de descrição e um esquema progressivo de organização.<sup>6</sup>

<sup>1</sup> Cf. HOLTZ 1981: 15–19. Segundo esse estudioso, os testemunhos fornecidos por Jerônimo de Strídon permitem estabelecer com alguma segurança duas datas: 354, quando Donato recebe honrarias públicas em reconhecimento a seus méritos profissionais; e 363, quando Jerônimo está frequentando o curso de gramática. Daí se deduz que Donato tenha nascido por volta de 310, embora não se possa determinar por quanto tempo se manteve em atividade após a turma de Jerônimo.

<sup>2</sup> A criação de cadeiras oficiais de gramática e retórica em Roma é atribuída à política escolar implantada por Vespasiano, caracterizada por um maior controle estatal da educação (cf. MARROU 1966: 460–9). É possível que o fato de Donato ser o “gramático oficial da cidade de Roma” (*grammatici urbis Romae*) tenha contribuído para sua grande aceitação (cf. HOLTZ 1981: 95).

<sup>3</sup> É digno de nota que a importância de Jerônimo para a história da Igreja se deve em grande medida à sua tradução da Bíblia para o latim (a *Vulgata*) e a seus comentários exegéticos das Escrituras, atividades que certamente se desenvolveram na continuidade de sua instrução gramatical.

<sup>4</sup> Cf. KROLL 1953: 70; ROBINS 1979: 42; DELLA CASA 1973: 76; CÂMARA JR. 1975: 21; LAW 2003: 65–80, entre outros.

<sup>5</sup> Cf. HOLTZ 1981: xi.

<sup>6</sup> Segundo LENOBLE *et al.* (2001: 277), o exame da estrutura dos manuais de gramática “não pode se limitar a uma simples análise de sua organização, ... [devendo] levar em conta todas as dimensões desses textos, na qualidade de documentos científicos e pedagógicos, bem como enquanto enunciados linguísticos”.

O primeiro deles se baseia numa estrutura conceitual em forma de pirâmide, regida pelo princípio da correlação hiperonímia-hiponímia,<sup>7</sup> que pode ser representada esquematicamente da seguinte maneira:<sup>8</sup>

- definição geral
- enumeração de categorias de análise (“acidentes”)
  - exposição da primeira categoria, contendo:
    - definição da categoria (raramente)
    - enumeração de subcategorias (sempre)
      - exposição da primeira subcategoria, contendo:
        - definição da subcategoria (raramente)
        - um ou mais exemplos (quase sempre)
      - exposição da segunda subcategoria...
  - exposição da segunda categoria...

e assim até o final do capítulo, ao qual se segue outro construído do mesmo modo. Nesse sentido, a abordagem canônica dos manuais de gramática consiste basicamente em *definir* (em termos semânticos, vagamente funcionais), *especificar* (por uma série de características formais, normalmente morfológicas, às vezes posicionais) e *ilustrar* (normalmente com exemplos igualmente canônicos).<sup>9</sup>

Esse método apresenta vantagens, como a de “poder sempre se balisar pelo plano e controlar o saber sem perder-se na confusão dos fatos” e a de “poder construir exposições bastante completas e, ao mesmo tempo, rápidas e esquemáticas”,<sup>10</sup> o que sem dúvida explicam sua enorme funcionalidade didática. Mesmo sua regularidade ideal não é incompatível com certa diversidade exigida pelo objeto tratado: quanto mais próximo da base da pirâmide, mais se permite a adjunção de enunciados complementares sobre as particularidades que escaparam à sistematização geral; ainda que se oponham a esta, afastam, de todo modo, o caos.<sup>11</sup>

Por outro lado, o método sistemático não é exclusivo da Antiguidade tardia nem se limita aos manuais de gramática.<sup>12</sup> Nesse sentido, o que parece distinguir Donato dos demais artíficos é o rigor em sua aplicação, materializado basicamente na busca pela brevidade e pela perfeição formal, condições primordiais para a necessária memorização da doutrina pelos estudantes.<sup>13</sup>

<sup>7</sup> Cf. LENOBLE *et al.* 2001: 284.

<sup>8</sup> Cf. HOLTZ 1981: 49.

<sup>9</sup> Cf. LENOBLE *et al.* 2001: 281–2.

<sup>10</sup> HOLTZ 1981: 51.

<sup>11</sup> Cf. HOLTZ 1981: 53.

<sup>12</sup> Segundo Louis Holtz (1981: 55–6), esse esquema é utilizado desde épocas bem antigas e se impõe para todas as disciplinas e artes liberais, especialmente aquelas duas eminentemente escolares, que são a retórica e a gramática. Na verdade, pode-se dizer que “é esse quadro lógico que define uma *ars* (τέχνη), enquanto conjunto de conhecimentos logicamente ordenados acerca de um domínio bem delimitado”.

<sup>13</sup> Cf. HOLTZ 1981: 94–5. Donato manifesta explicitamente essa busca em algumas passagens da *Ars* (*propter compendium*, 656.6; *ne nimis longum sit*, 660.6). Para o gramático e comentador Pompeio, Donato escreveu sua arte “mais para oferecer a matéria a se tratar do que tratar dela ele próprio” (*re uera ars ista scripta est, ut materiam potius dederit tractandi, quam ipse tractauerit*, GL 5.281.26–7).

De fato, Donato tende a separar o essencial do acessório e procura formas de enunciar que sejam facilmente memorizáveis: “das quatro etapas pressupostas na exposição de uma noção gramatical (termo, definição, subdivisão, exemplo), ele despreza, conforme o caso, aquela que poderia sobrecarregar inutilmente a memória dos alunos”.<sup>14</sup> Além disso, suprime sistematicamente a indicação de todas as suas fontes e, em muitos casos, agrupa no final de cada capítulo todos os fatos anômalos ou teorias controversas, provavelmente para que os alunos tivessem contato com as exceções apenas depois de ter assimilado o padrão. Essa “fidelidade ao modelo e à escola” explica em grande medida o destino desse manual.<sup>15</sup>

O segundo esquema diz respeito à ordem de apresentação dos capítulos, que em Donato se organizam em quatro grupos:

- 1) um tratado inicial sobre as partes da oração, que se apresenta de forma catequética (em perguntas e respostas) e compreende oito capítulos que versam respectivamente sobre o nome, o pronome, o verbo, o advérbio, o particípio, a conjunção, a preposição, a interjeição;
- 2) um tratado elementar com seis capítulos acerca da voz, da letra, da sílaba, do pé métrico, do acento e da pontuação;
- 3) um segundo tratado sobre as partes da oração, apresentando precisamente os mesmos capítulos que constituíam o primeiro tratado, cuja matéria é agora descrita com maior abrangência de detalhes, de forma expositiva;
- 4) um tratado de seis capítulos sobre os vícios da oração (barbarismo, solecismo, outros) e as virtudes (metaplasmo, figuras, tropos), doutrina que parece depender amplamente do conteúdo dos dois tratados anteriores, na medida em que tanto vícios quanto virtudes se dividem basicamente em alterações no nível das letras, sílabas e acentos de um lado, e em variações no emprego das partes da oração de outro.

Tradicionalmente, o primeiro tratado é conhecido como *Arte menor*, e o conjunto formado pelos três seguintes constitui a chamada *Arte maior*.<sup>16</sup>

Essa divisão do conteúdo gramatical em três partes parece corresponder a um esquema progressivo de constituição da linguagem que serve de princípio para a doutrina gramatical, como mostra o testemunho de Diomedes:

<sup>14</sup> HOLTZ 1981: 91–2.

<sup>15</sup> HOLTZ 1981: 92–3.

<sup>16</sup> Essa divisão em *Arte menor* (1) e *Arte maior* (2, 3, 4) é amplamente utilizada pelos estudiosos da gramática antiga. Por outro lado, a recente edição de Louis Holtz (1981) traz uma nova divisão em dois “volumes” (*editiones*): o primeiro com as noções elementares (1, 2), o segundo com o “curso superior” (3, 4).

Os princípios da gramática emergem dos elementos; os elementos se configuram em letras; as letras se combinam em sílabas; pelas sílabas se forma a palavra (*dictio*); as palavras se combinam em partes da oração; pelas partes da oração se perfaz a oração (*oratio*); na oração se distingue a virtude; pratica-se a virtude para evitar os vícios.<sup>17</sup>

Por muito tempo se considerou que a organização dos tratados com base nesse esquema progressivo fosse um claro indício da influência direta do estoicismo sobre a gramática romana.<sup>18</sup> De fato, a progressão parece estar implícita na distinção estoica entre som vocal (*φωνή, uox*), som articulado (*λέξις, dictio*) e som significante (*λόγος, oratio*), de maneira que o plano da *Arte maior* se assemelharia bastante ao plano do que seria “o mais antigo arquétipo” das artes gramaticais, a *Tékhnē perì phōnês* do estoico Diógenes da Babilônia: um primeiro tratado sobre os elementos constitutivos da palavra enquanto som articulado (*λέξεως στοιχεῖα*, i.e. letras, sílabas, etc.); um segundo tratado sobre os elementos constitutivos do som significante (*μέρη λόγου*); e um terceiro sobre as qualidades e os defeitos a que está sujeito o som significante (*ἀρεταὶ λόγου [καὶ κακίαι]*).<sup>19</sup>

Porém, essa visão tem sido relativizada pelos estudos recentes. Segundo Louis Holtz, o esquema progressivo já era tradicional quando os estoicos o adotaram, sendo usado por Platão ao supor o método que o demiurgo teria seguido para criar a linguagem (cf. *Crátilo* 424.e–425.a) e por Aristóteles no estudo da elocução poética (cf. capítulos 20–22 da *Poética*). Na verdade, é possível que esse esquema fosse “um tipo de apresentação corrente e banal, próprio da pedagogia dos gramatistas”, os quais, para descrever o sistema de escrita grego baseado em um signo para cada fonema, concebem a análise e a síntese como técnicas complementares, relacionadas com os movimentos naturais de leitura e escrita.<sup>20</sup>

Essa perspectiva essencialmente pedagógica se evidencia pela observação dos capítulos que compõem a primeira parte da *Arte maior*. A progressão gramatical, em princípio simples e estável – a voz, quando é articulada, é representada por letras, que se combinam em sílabas –, sofre uma espécie de “bifurcação”: a sílaba pode-se combinar em palavra, mas também em pé métrico. Essa inserção pode estar relacionada com a utilidade dos esquemas quantitativos tanto para a análise dos poemas quanto para a teoria das cláusulas, a ser estudada futuramente pelo estudante junto ao retor; em todo caso, é provável que também tivesse um papel na prática

<sup>17</sup> *Grammaticae initia ab elementis surgunt, elementa figurantur in litteras, litterae in syllabas coguntur, syllabis comprehenditur dictio, dictiones coguntur in partes orationis, partibus orationis consummatur oratio, oratione uirtus ornatur, uirtus ad euitanda uitia exercetur. (GL I.426.32–427.2)*

<sup>18</sup> Marc Baratin (1989<sup>a</sup>: 198 e 1994: 145) atribui essa “visão tradicional” aos estudos de K. Barwick (1922 e 1957).

<sup>19</sup> Cf. HOLTZ 1981: 59.

<sup>20</sup> Cf. HOLTZ 1981: 60.



escolar, ao lado dos dois últimos capítulos, que trazem não apenas as regras da acentuação e da pontuação, mas também os sinais gráficos mais usados para marcar os manuscritos.<sup>21</sup>

O mesmo argumento é usado por Marc Baratin, que demonstra a dificuldade de estabelecer um paralelismo rigoroso entre o plano progressivo da dialética estoica e o da descrição gramatical. Segundo esse pesquisador, a progressão gramatical depende de uma prática de leitura e escrita e de seu ensino elementar (juntar letras em sílabas, sílabas em palavras, palavras em orações), ao passo que o esquema estoico consiste em “distinguir, em uma sequência fônica, os aspectos coexistentes em toda sua extensão”; com efeito, pode-se considerar uma sequência como vocal (φωνή), como articulada (λέξις) e como significante (λόγος), “mas é sempre a mesma realidade que é tomada em consideração”.<sup>22</sup> Portanto, o esquema estoico não corresponde a uma perspectiva ascendente (note que não há a unidade sílaba), mas a uma análise da relação entre som e sentido.<sup>23</sup> Além disso, o tratamento gramatical dos vícios e virtudes não segue o esquema apresentado pelos estoicos. Conforme o testemunho de Diógenes Laércio,<sup>24</sup> os estoicos distinguiam cinco virtudes (helenismo, clareza, concisão, precisão, elegância) e dois vícios (barbarismo e solecismo); já a terceira parte da *Arte maior* apresenta três conjuntos de vícios (barbarismo, solecismo, outros) e três de virtudes (metaplasmo, figuras e tropos), constituindo “um verdadeiro desafio colocar os esquemas em paralelo”.<sup>25</sup>

Em suma, a organização da *Arte maior* em três partes, que motivara Barwick a pesquisar suas fontes estoicas por considerá-la representante exemplar da gramática latina,<sup>26</sup> não passa de uma variante entre outras: tudo leva a crer que a *ars grammatica* tardia não tem uma estrutura definida.<sup>27</sup> Nesse sentido, o esquema de organização da *Arte maior* parece representar o mesmo esforço de codificação que observamos a respeito do método sistemático, sempre orientado por escolhas pedagógicas.<sup>28</sup> Por outro lado, é notável que o grande diferencial de Donato quanto à organização do conteúdo seja precisamente uma transgressão do esquema tripartite: iniciar a obra pelo tratado sobre as partes da oração. O caráter inovador dessa proposta chamou a atenção dos gramáticos latinos, como mostra o testemunho de Sêrvio:

Muitos começaram a escrever suas artes pelo tratado das letras, muitos pela voz, muitos pela definição de gramática. Mas parece que todos erraram, porque não

<sup>21</sup> Cf. HOLTZ 1981: 62–3.

<sup>22</sup> Cf. BARATIN 1989<sup>A</sup>: 200–1.

<sup>23</sup> Cf. BARATIN 1994: 152.

<sup>24</sup> DIÓGENES LAÉRCIO 7.59.

<sup>25</sup> Cf. BARATIN 1989<sup>A</sup>: 201.

<sup>26</sup> Cf. BARATIN 1989<sup>A</sup>: 199.

<sup>27</sup> Cf. BARATIN 1989<sup>B</sup>: 211–2, que descreve as diferentes (e muitas vezes confusas) progressões adotadas por outros artífices, como Carísio, Diomedes e Sacerdote.

<sup>28</sup> Cf. HOLTZ 1981: 91.

trataram de uma matéria exclusiva de seu ofício, mas comum tanto aos oradores quanto aos filósofos. Pois também o orador pode tratar das letras, e ninguém trata da voz mais que os filósofos; a definição, por sua vez, é cara aos aristotélicos. Daí Donato ter procedido de modo mais inteligente e apropriado, pois começou pelas oito partes da oração, que pertence especificamente ao gramático.<sup>29</sup>

O texto sugere que o cerne do ensino gramatical é a doutrina das partes da oração, no que se distingue dos outros estudos, principalmente filosóficos. Por outro lado, o mesmo autor não escapa de um lugar-comum na exposição dessa matéria, ao registrar que o desenvolvimento dessa doutrina se deu a partir dos estudos filosóficos:

Os aristotélicos dizem que as partes da oração são duas, o nome e o verbo; os estoicos dizem que são cinco; os gramáticos que são oito, muitos nove, muitos dez, muitos onze.<sup>30</sup>

Relatos como esse não devem ser lidos como prova de uma evolução “na direção certa”,<sup>31</sup> como se fossem fruto de um processo de acumulação contínua estimulado pelo “progresso” da capacidade de analisar os dados linguísticos.<sup>32</sup> Ao contrário, cada uma dessas abordagens (aristotélica, estoica, gramatical) das partes da oração encontra explicação no interior de um sistema doutrinal, e as divergências decorrem sobretudo de objetivos de pesquisa distintos. Sem dúvida existe um débito da gramática com os sistemas filosóficos, e de modo especial com o sistema estoico; contudo, Marc Baratin adverte que

não se deve negligenciar nem supervalorizar esse débito: é preciso julgar detalhe por detalhe, e não sobre um conjunto ou sobre um princípio. ... Ainda que tenham emprestado definições, categorias, concepções dos estoicos, os gramáticos as adaptaram às exigências específicas de sua própria descrição.<sup>33</sup>

Nesse sentido, é possível observar as relações entre a gramática e a filosofia, mais especificamente entre a gramática e a dialética, no que respeita à doutrina das partes da oração, procurando apontar, a partir dos textos antigos e dos estudos modernos sobre o assunto, de quantos modos a oração, ou melhor, o *lógos* foi analisado em partes constitutivas, e a qual (ou

<sup>29</sup> *Plerique artem scribentes a litterarum tractatu inchoauerunt, plerique a uoce, plerique a definitione artis grammaticae. sed omnes uidentur errasse. non enim propriam rem officii sui tractauerunt, sed communem et cum oratoribus et cum philosophis. nam de litteris tractare et orator potest; de uoce nemo magis quam philosophi tractant; definitio etiam Aristotelicorum est. unde proprie Donatus et doctius, qui ab octo partibus inchoauit, quae specialiter ad grammaticos pertinent.* (GL 4.405.4–11)

<sup>30</sup> *Aristotelici duas dicunt esse partes orationis, nomen et uerbum, Stoici quinque, grammatici octo, plerique nouem, plerique decem, plerique undecim.* (GL 4.428.12–3)

<sup>31</sup> Cf. ROBINS 1986: 33. Uma tal abordagem positivista é a grande responsável pela depreciação da *Ars Donati*, na medida em que compartilharia com as outras *artes grammaticae* romanas o fato de “não apresentar nenhuma originalidade” e de consistir num “mero esforço de aplicar ao latim as categorias e a nomenclatura gregas” (ROBINS 1979: 42). Críticas a essa visão serão apresentadas no decorrer deste trabalho.

<sup>32</sup> Com efeito, a própria existência de variação quanto ao número de partes depõe contra uma evolução contínua e estável. Desenvolvemos essa questão adiante, no capítulo 3 (cf. p. 69).

<sup>33</sup> BARATIN 1989<sup>a</sup>: 205.

a quais) desses modos a abordagem gramatical se mostra mais ou menos devedora. Diante da complexidade do tema, vale a advertência de Marc Baratin: o “detalhe” escolhido para ser objeto desse julgamento são os critérios de definição.

## Capítulo 2

### O *lógos* da dialética

O primeiro problema que se apresenta a quem se interessa por investigar a análise da linguagem na Antiguidade é a reconhecida polissemia do termo que, por comodismo, traduzimos por “linguagem”: λόγος.<sup>1</sup> Os dicionários da língua grega atestam uma multiplicidade de sentidos que não é atenuada pela restrição aos usos caros à filosofia: Claude Imbert registra, entre eles, “razão física imanente, proporção, analogia, silogismo ou simples exposição discursiva, cuja dimensão varia entre palavra, enunciado, argumento, mito ou definição”.<sup>2</sup>

Mesmo que nos concentremos nas acepções que dizem respeito à expressão linguística, furtando-nos à difícil tarefa de encontrar ligações genéticas entre tantos sentidos, continuamos diante de uma diversidade de designações que, não por acaso, estão na base da “multiplicidade de disciplinas que se ligam à linguagem” na Antiguidade – como a métrica, a onomástica, a lógica, a dialética, a poética, a retórica, a gramática – e nos alertam para o risco de se ter o olhar confuso e disperso entre tantas relações “interdisciplinares”, por assim dizer. Uma vez que, dessas relações, a que nos interessa aqui é aquela entre a gramática e a filosofia, é preciso observar qual é o interesse da filosofia pelo *lógos* e como se apresentam as análises linguísticas no interior da pesquisa filosófica.

Considerando que “toda a problemática na qual a filosofia grega inscreve sua análise da linguagem se refere a uma interrogação sobre a possibilidade e a validade do enunciado científico ... e o que justifica sua utilização como meio de transmissão de conhecimentos”,<sup>3</sup> destacam-se nesse sentido as três grandes filosofias atenienses, unidas pela mesma filiação socrática: platonismo, aristotelismo e estoicismo. Segundo Frédérique Ildefonse, “essas três filosofias sucessivas, a despeito das diferenças que as separam, respondem a uma mesma determinação apofântica: ... a de uma filosofia que, por meio do *lógos*, dá conta (λόγον δίδομαι) da realidade”.<sup>4</sup> Em tal contexto, a “linguagem” não é um dado que pode constituir-

<sup>1</sup> Frédérique Ildefonse (1997: 42) fala em comodismo na medida em que “os textos parecem tratar, implicitamente, do que nós entendemos por linguagem, ... mas nenhuma menção é feita a um conjunto ou unidade genérica que abarque todos os seus níveis constituintes”.

<sup>2</sup> IMBERT 1999: 7. O recém-publicado *Dicionário grego-português* (MALHADAS *et al.*, 2008) enumera nada menos que 39 acepções.

<sup>3</sup> BARATIN & DESBORDES 1981: 13.

<sup>4</sup> ILDEFONSE 1997: 14.

se em objeto de descrição; ao contrário, ela se apresenta como uma continuidade indistinta que precisa passar por uma elaboração e regulamentação rigorosa para se dotar das melhores condições de transcrição da realidade, isto é, para se conformar em um “enunciado correto” (ὀρθὸς λόγος) que poderá valer como apresentação da realidade.<sup>5</sup>

É esse tipo de investigação que encontraremos sucessivamente nos textos de Platão, de Aristóteles e dos estoicos, e que enseja diferentes abordagens quanto à concepção e à análise do *lógos* enquanto combinatória.

## 2.1 Platão

A evidência mais antiga de uma análise do *lógos* em partes constituintes aparece num trecho do *Sofista* de Platão:

Possuímos dois gêneros de indicações vocais a respeito do ser: os chamados nomes e verbos. Ao que é indicador das ações dizemos verbo; ao signo vocal aplicado àquele que é agente dessas ações, nome. Nomes apenas, enunciados de princípio ao fim, jamais formam um *lógos*, assim como verbos enunciados sem o acompanhamento de algum nome, ... pois os sons proferidos não indicam nem ação nem inação, nem o ser de algo que é ou que não é, se não unirmos verbos a nomes. Somente unidos haverá o acordo, e desta primeira combinação nasce o *lógos* que será o primeiro e mais breve de todos.<sup>6</sup>

A despeito dos exemplos fornecidos de cada um desses gêneros (nomes como *leão*, *cervo*, *cavalo*, 262.b.9; verbos como *anda*, *corre*, *dorme*, 262.b.5), que poderiam sugerir que se trata especificamente de uma tentativa de classificação do material linguístico, a crítica moderna guarda reservas a uma tal interpretação.<sup>7</sup>

Na verdade, a linguagem enquanto matéria (γράμματα, i.e. “letras”, em sua qualidade sonora ou visual) pertencia ao âmbito de estudos da gramática (cf. *Sofista* 253.a.12). É provável que os próprios termos para nome e verbo (ὄνομα e ῥήμα) já fossem usados em sentido técnico nos meios gramaticais, haja vista a “familiaridade com que se apresenta a noção de que o *lógos* consiste de nomes e verbos”<sup>8</sup> (indicada pelo participio aoristo, κληθέν) e a recor-

<sup>5</sup> Cf. ILDEFONSE 1997: 45–7.

<sup>6</sup> Ἔστι γὰρ ἡμῖν που τῶν τῆ φωνῆ περι τὴν οὐσίαν δηλωμάτων διττὸν γένος· τὸ μὲν ὀνόματα, τὸ δὲ ῥήματα κληθέν. Τὸ μὲν ἐπὶ ταῖς πράξεσιν ὃν δῆλωμα ῥήμα που λέγομεν, τὸ δὲ γ’ ἐπ’ αὐτοῖς τοῖς ἐκείνας πράττουσι σημεῖον τῆς φωνῆς ἐπιτεθὲν ὄνομα. Οὐκοῦν ἐξ ὀνομάτων μὲν μόνων συνεχῶς λεγομένων οὐκ ἔστι ποτὲ λόγος, οὐδ’ αὖ ῥημάτων χωρὶς ὀνομάτων λεχθέντων, ... οὐδεμίαν γὰρ οὔτε οὕτως οὔτ’ ἐκείως πράξιν οὐδ’ ἀπραξίαν οὐδὲ οὐσίαν ὄντος οὐδὲ μὴ ὄντος δηλοῖ τὰ φωνηθέντα, πρὶν ἂν τις τοῖς ὀνόμασι τὰ ῥήματα κεράσῃ. Τότε δ’ ἤρμοσέν τε καὶ λόγος ἐγένετο εὐθὺς ἢ πρώτη συμπλοκή, σχεδὸν τῶν λόγων ὁ πρῶτός τε καὶ σμικρότατος. (*Sophista* 261.e.4–262.c.7; tradução de Jorge Paleikat e João Cruz Costa, com modificações).

<sup>7</sup> Cf. BARATIN & DESBORDES 1981: 17.

<sup>8</sup> CORNFORD 1935: 307.

rente analogia com a sílaba enquanto combinação de letras, especialidade da gramática (cf. *Crátilo* 424.e–425.a; *Sofista* 261.d). Nesse sentido, esses dados poderiam ser indicadores do tipo de (in)formação linguística que todo homem que frequentara a escola nos séculos V e IV a.C. devia possuir.<sup>9</sup>

Por outro lado, o uso dos termos *ónoma* e *rhêma* varia sensivelmente. No caso de *ónoma*, um sentido mais genérico de “palavra” ocorre por toda a obra platônica, inclusive na passagem imediatamente anterior ao trecho citado, que lhe serve de ensejo:

- Prossigamos, a exemplo do que falamos das formas e das letras e, do mesmo modo, refaçamos a pesquisa tomando por objeto os nomes. Este é um ponto de vista no qual se deixa entrever a solução que procuramos.
- E que questão proporás a propósito desses nomes?
- Se todos concordam ou nenhum; ou melhor, se uns se prestam a um acordo e outros não.<sup>10</sup>

Dado que a sequência do texto vai especificar que o acordo se dá apenas entre nomes e verbos, pode-se concluir que, até então, os verbos eram uma espécie de “nome”, i.e. de palavras. No caso de *rhêma*, duas ocorrências no *Crátilo* chamam atenção: a primeira caracteriza como *rhêma* a expressão Διὶ φίλος (“amigo de deus”), em oposição a Δίφιλος, que é *ónoma* (399.b); a segunda, ao contrário, parece sugerir que os verbos, no sentido estritamente gramatical do termo – isto é, quanto a sua forma, independente da função que eles costumam assumir na combinatória –, eram percebidos como representantes típicos de *rhêma*:

... verbos como *surrar*, *quebrar*, *comprimir*, *destroçar*, *rasgar*, *torcer* – todos esses ele [o nomoteta] forma por meio da letra *r*.<sup>11</sup>

Analisando essas diferentes passagens, Jean Lallot (1988: 14) procura estabelecer uma coerência no emprego do termo *rhêma*, apontando que “o que há em comum entre Διὶ φίλος e um verbo no sentido morfológico do termo é que ambos podem cumprir a função de predicado em uma proposição, ao passo que a função de sujeito normalmente é cumprida por um *ónoma*; assim, a oposição entre *ónoma* e *rhêma* em Platão parece muito mais lógica do que morfológica”.

Porém, Nicholas Denyer (1993: 148) aponta que o emprego de *ónoma* e *rhêma* no trecho do *Sofista* citado na página anterior tem um sentido técnico “um tanto mais preciso do que

<sup>9</sup> Cf. HOUSEHOLDER 1995<sup>A</sup>: 92. Sobre a influência da gramática na constituição da dialética, ver adiante, p. 29 n. 41.

<sup>10</sup> Φέρε δὴ καθάπερ περὶ τῶν εἰδῶν καὶ τῶν γραμμάτων ἐλέγομεν, περὶ τῶν ὀνομάτων πάλιν ὡσαύτως ἐπισκεψώμεθα. φαίνεται γὰρ πῆ ταύτη τὸ νῦν ζητούμενον. – Τὸ ποῖον οὖν δὴ περὶ τῶν ὀνομάτων ὑπακουστέον; – Εἴτε πάντα ἀλλήλοις συναρμόττει εἴτε μηδέν, εἴτε τὰ μὲν ἐθέλει, τὰ δὲ μή. (*Sophista* 261.d)

<sup>11</sup> ... ἔτι δὲ ἐν τοῖς τοιοῖσδε ῥήμασιν οἶον “κρούειν”, “θραύειν”, “ἐρείκειν”, “θρούπτειν”, “κερματίζειν”, “ῥυμβεῖν”, πάντα τὰ τοιαῦτα τὸ πολὺ ἀπεικάζει διὰ τοῦ ῥῶ. (*Cratylus* 426.e)

esses termos apresentam normalmente em grego, ... mais preciso até do que no grego do próprio Platão”, em que, por vezes, parecem responder simplesmente a critérios dimensionais. De fato, “em Platão o termo *ónoma* significa mais frequentemente ‘palavra’, e só adquire o sentido de ‘nome’ nos contextos em que ele se opõe ao verbo”,<sup>12</sup> assim como o termo *rhêma*, fora desta oposição, serve para “designar toda sequência linguística que não é especificamente caracterizada como palavra ou enunciado”.<sup>13</sup> Diante disso, há uma certa imprudência em tentar encontrar um sentido único nas diversas ocorrências de *ónoma* e *rhêma* nos diálogos platônicos, haja vista a singularidade de cada uma delas e especialmente da distinção fundamental que se estabelece no *Sofista* e que constitui o foco de interesse do presente estudo.

Para compreender essa análise tão particular do *lógos* e revelar o critério da oposição entre *ónoma* e *rhêma* que ela encerra, devemos observar não apenas o sentido do trecho em questão no interior do *Sofista* como um todo, mas também o lugar desse diálogo no conjunto da obra platônica. Veremos que se trata de uma ampla investigação sobre o nível de garantia da linguagem enquanto meio de informação e conhecimento, isto é, do quanto ela pode assegurar que a informação e o conhecimento que veicula sejam verdadeiros. Veremos também o quanto tem razão Diógenes Laércio quando afirma que Platão foi “o primeiro que considerou as potencialidades da gramática”.<sup>14</sup>

No final do *Teeteto*, Platão testemunha em parte a polissemia do termo *lógos*. Sócrates está investigando a afirmação de que uma simples opinião é convertida no “mais perfeito conhecimento” por meio da associação de um *lógos* (206.c.4), e enumera três possibilidades de se entender esse *lógos*:

- 1) “manifestar o pensamento através da voz por meio de verbos e nomes, imprimindo uma opinião na corrente que atravessa a boca como se fosse um espelho ou a água”;<sup>15</sup>
- 2) “responder a uma questão sobre algo por meio dos elementos [que o compõem]”;<sup>16</sup>
- 3) “a diferença que distingue cada objeto de todos os outros”.<sup>17</sup>

Na realidade, esses enunciados são três aspectos de um mesmo *lógos*, que constitui uma das formas de apreender um dado real, qual seja, sua definição, “composta de nomes e

<sup>12</sup> ILDEFONSE 1997: 94.

<sup>13</sup> BARATIN & DESBORDES 1981: 14.

<sup>14</sup> ... πρώτος ἐθεώρησε τῆς γραμματικῆς τὴν δύναμιν (D.L. 3.25).

<sup>15</sup> τὸ τὴν αὐτοῦ διάνοιαν ἐμφανῆ ποιεῖν διὰ φωνῆς μετὰ ῥημάτων τε καὶ ὀνομάτων, ὥσπερ εἰς κάτοπτρον ἢ ὕδωρ τὴν δόξαν ἐκτυπούμενον εἰς τὴν διὰ τοῦ στόματος ῥοήν. (206.d.1–4)

<sup>16</sup> τὴν ἀπόκρισιν διὰ τῶν στοιχείων ἀποδοῦναι τῷ ἐρομένῳ. (207.e.7–a.1)

<sup>17</sup> τὴν διαφορὰν ἐκάστου ἂν λαμβάνης ἢ τῶν ἄλλων διαφέρει. (208.d.6–7)

verbos” e baseada no que distingue determinado objeto dos demais: um círculo, por exemplo, se define como “o que tem as extremidades a uma distância perfeitamente igual do centro”.<sup>18</sup> Ainda que “o conhecimento, a inteligência, a opinião verdadeira relativas a tais objetos não residam nos sons ou nas formas, e sim nas almas”,<sup>19</sup> o conhecimento da diferença expresso pela definição é um caminho para a opinião correta<sup>20</sup> e implica nos dois primeiros aspectos que constituem o *lógos*: a expressão vocal e o conhecimento das partes que compõem um objeto. A investigação platônica da linguagem vai se orientar nessa direção.

O primeiro aspecto do sentido de *lógos*, como “imagem vocal do pensamento” (*διανοίας ἐν φωνῇ ὡσπερ εἶδωλον* 208.c.5), instaura a linguagem como instrumento de reflexão filosófica, ponte necessária entre o conhecimento e o dado real. A comparação com o reflexo no espelho ou na água é uma clara referência ao método utilizado por Tales para poder observar um eclipse solar, impraticável de ser feito diretamente. Assim como os físicos, Platão acredita numa equivalência entre as coisas naturais (*τὰ φυσικά*) e as coisas divinas (*τὰ θεῖα*), mas evita o método direto daqueles, empregando a dialética como meio de descobrir o divino nas coisas materiais e objetivas,<sup>21</sup> isto é, a partir de uma “abordagem oblíqua, da tradução das informações sensíveis em *lógoi*, distinta do contato direto das sensações”.<sup>22</sup> Confiando na possibilidade de equivalência entre o modo de dizer algo e o perfil daquilo que suscita tal declaração, a dialética é encarregada de unir os dois mundos, de estabelecer uma relação entre as imagens que os deuses fazem – “esta língua das coisas físicas pela qual os deuses escolheram se exprimir” – e as imagens que os homens fazem – “imagens especificamente comprometidas com a natureza humana, discursivas e articuladas”.<sup>23</sup> A produção de imagens “científicas”, em oposição aos simulacros produzidos pelo sofista, é a finalidade da pesquisa dialética.

O segundo aspecto do *lógos*, como “a progressão que, através dos elementos, alcança o todo”,<sup>24</sup> é a que mais nos interessa, na medida em que constitui “o critério mais forte” da concepção platônica do *lógos*: este é sempre constituído pela combinação (*συνπλοκή*) de nomes e verbos.<sup>25</sup> Essa constituição, por sinal, já aparecera na enunciação da primeira possibilidade, mas é preciso esperar a pesquisa apresentada no *Sofista* para ver os termos *ónoma* e *rhêma* empregados em sentido técnico, bem como a ideia da combinação como um padrão

<sup>18</sup> PLATÃO *Carta 7* (342.a.6–c.1).

<sup>19</sup> *Carta 7* (342.c.4–6).

<sup>20</sup> Cf. *Teeteto* 210.a.4.

<sup>21</sup> Cf. IMBERT 1999: 9.

<sup>22</sup> ILDEFONSE 1997: 49.

<sup>23</sup> IMBERT 1999: 13.

<sup>24</sup> ... λεχθὲν διὰ στοιχείου ὁδοῦ ἐπὶ τὸ ὅλον. (*Teeteto* 208.c.5–6)

<sup>25</sup> Cf. THORNTON 1986: 167.



presente tanto no “discurso dos deuses” (i.e. o real descrito enquanto combinação dos gêneros supremos) quanto no discurso humano (combinação “espelhada” de elementos discursivos).<sup>26</sup> Essa investigação, que terá como consequência a fundação do *lógos*-enunciado e, com ele, da própria filosofia,<sup>27</sup> começa pelo *Crátilo*.

Nesse diálogo, Sócrates é convidado a resolver o impasse entre Hermógenes e Crátilo “acerca da adequação dos nomes” (περὶ ὀνομάτων ὀρθότητος, 384.a.7): um acredita que esta provém da convenção e do acordo (ξυνοθήκη καὶ ὁμολογία, 384.d.1), de modo que “tal como alguém decide chamar cada coisa, será esse o nome de cada coisa” (385.a.2); outro crê que “existe por natureza (φύσει) uma adequação no nome de cada coisa” (383.a.4).

Dispondo-se a investigar o assunto junto com eles, Sócrates inicia a pesquisa propondo a existência de dois tipos de enunciado (λόγος): “o que diz como são as coisas é verdadeiro, o que diz como não são é falso”.<sup>28</sup> Essa constatação inicial é complementada por uma outra: se um enunciado verdadeiro é verdadeiro não apenas em seu conjunto, mas também em suas partes – sendo a menor delas o nome (ὄνομα) –, na medida em que um enunciado pode ser verdadeiro ou falso, também os nomes podem ser verdadeiros ou falsos.<sup>29</sup> Assim se encaminha uma pesquisa destinada a refutar aquelas duas opiniões opostas que, todavia, concordam que os nomes jamais são inadequados (seja por convenção, seja por natureza), tornando insustentável a distinção entre *lógos* verdadeiro e *lógos* falso.<sup>30</sup>

Num primeiro momento, Sócrates faz Hermógenes concordar que as coisas “não existem para cada um de modo particular, ... mas existem por si mesmas, conforme sua própria essência (οὐσία), tal como são por natureza” (386.d.8–e.4). Do mesmo modo, as ações também se realizam segundo uma natureza própria, não segundo a opinião de alguém (387.a.1), e envolvem um modo e um instrumento naturalmente apropriado para que sejam realizadas (387.b.4). Na medida em que “falar é uma ação que diz respeito às coisas” (387.c.10), o “nomear”, enquanto parte do falar (τοῦ λέγειν μόνον) é uma ação que utiliza o nome como instrumento (ὀργάνω ὅντι τῷ ὀνόματι) e permite que “nos ensinemos uns aos outros e distingamos as coisas como são” (388.b.10). Assim, falar de modo adequado é empregar os nomes “de modo instrutivo” (διδασκαλικός, 388.c.7), isto é, produzindo efetivamente uma informação.<sup>31</sup>

<sup>26</sup> Cf. IMBERT 1999: 13.

<sup>27</sup> Cf. ILDEFONSE 1997: 53.

<sup>28</sup> ... οὗτος ὅς ἂν τὰ ὄντα λέγῃ ὡς ἔστιν, ἀληθής· ὅς δ' ἂν ὡς οὐκ ἔστιν, ψευδής (385.b.7-8).

<sup>29</sup> Cf. 385.c.16: Ἔστιν ἄρα ὄνομα ψεῦδος καὶ ἀληθές λέγειν, εἴπερ καὶ λόγον.

<sup>30</sup> Cf. KAHN 1986: 93–4.

<sup>31</sup> Cf. BARATIN & DESBORDES 1981: 15.

Num segundo momento, que ocupa toda a parte central do diálogo, Sócrates se dedica a uma pesquisa etimológica exaustiva “exclusivamente para negar sua utilidade (ainda que a maioria de seus leitores a tenham levado a sério)”,<sup>32</sup> ou seja, para demonstrar que, “independentemente de sua imposição original, a conformidade das palavras com as coisas não é evidente”.<sup>33</sup> Daí a conclusão do diálogo, que não poderia ser mais afirmativa: entre conhecer as coisas pelos nomes e conhecer as coisas por si mesmas, isto é, entre “conhecer, a partir da própria imagem, se ela está bem representada e, daí, a essência daquilo de que ela é imagem” e “conhecer, a partir da *verdade* (ἀληθείας), se a imagem está convenientemente trabalhada”, sem dúvida “não é a partir dos nomes, mas a partir das próprias coisas que se deve conhecê-las e buscá-las” (439.a–b).

Portanto, as duas refutações renegam ao nome a capacidade de garantir a veracidade da informação que veiculam. Ao nome cabe apenas ser um instrumento que, como todo instrumento, é bem feito na medida em que possui uma forma (εἶδος) adequada para cumprir sua finalidade: “a forma do nome que pertence a cada coisa (τὸ τοῦ ὀνόματος εἶδος ἀποδιδῶ τὸ προσῆκον ἐκάστω 390.a.5) é simplesmente a função linguística de designar a coisa em questão”.<sup>34</sup> Nesse sentido, o *Crátilo* pode ser lido como uma espécie de “maquinário destinado a nos fazer desconfiar dos nomes e da problemática sofística da nomeação, ... sugerindo a necessidade de fundação de uma outra ordem”.<sup>35</sup> Se isso está apenas implícito no início do diálogo, que parte da constatação da possibilidade do dizer verdadeiro e do dizer falso, parece ser mais evidente na parte final, quando compara a arte de nomear (τέχνη ὀνομαστική 423.b) com a de pintar: se os pintores aplicam as cores (puras ou misturadas) em função daquilo que querem representar,

também nós aplicaremos os elementos às coisas, às vezes um único (onde parecer devido), às vezes uma reunião de vários, formando o que se chamam sílabas; por sua vez, juntando as sílabas se compõem nomes e verbos; novamente, a partir dos nomes e verbos constituiremos algo grande e belo e completo: como o retrato está para a pintura, aqui o *lógos* está para a arte de nomear (ὀνομαστική) ou de discursar (ῥητορική) ou outra arte apropriada.<sup>36</sup>

<sup>32</sup> KAHN 1986: 94.

<sup>33</sup> BARATIN & DESBORDES 1981: 16.

<sup>34</sup> KAHN 1986: 101.

<sup>35</sup> ILDEFONSE 1997: 54.

<sup>36</sup> ... οὕτω δὴ καὶ ἡμεῖς τὰ στοιχεῖα ἐπὶ τὰ πράγματα ἐποίσομεν, καὶ ἔν ἐπὶ ἓν, οὗ ἂν δοκῆ δεῖν, καὶ σύμπολλα, ποιῶντες ὃ δὴ συλλαβὰς καλοῦσιν, καὶ συλλαβὰς αὖ συντιθέντες, ἐξ ὧν τὰ τε ὀνόματα καὶ τὰ ῥήματα συντίθενται· καὶ πάλιν ἐκ τῶν ὀνομάτων καὶ ῥημάτων μέγα ἤδη τι καὶ καλὸν καὶ ὄλον συστήσομεν, ὡς περ ἐκεῖ τὸ ζῶον τῇ γραφικῇ, ἐνταῦθα τὸν λόγον τῇ ὀνομαστικῇ ἢ ῥητορικῇ ἢ ἥτις ἐστὶν ἡ τέχνη. (*Cratylus* 424.e–425.a; tradução nossa, a partir da versão de Ute Schmidt Osmanczik para o espanhol.)

Sócrates deixa para mais tarde, por assim dizer, a identificação da arte de compor o *lógos*, procrastinação que se repete mais adiante, quando começa a demonstrar a possibilidade de distribuição (*διανομή*, 430.d) incorreta e falsa das denominações, mas logo se detém dizendo que “não é o momento de batalhar com obstinação sobre isso” (431.b), bastando admitir por ora que, se é possível distribuir os nomes incorretamente, o mesmo pode acontecer com os verbos e, conseqüentemente, com os enunciados (*λόγοι*), que são a combinação daqueles (*ἡ τούτων σύνθεσις*, 431.c).

Nota-se aqui um caminho inverso ao que foi apresentado no início do *Crátilo*: se antes a possibilidade de um *lógos* falso ensejou a pesquisa da falsidade também em sua “parte mínima” (385.c), agora a possibilidade da falsidade nas diversas partes levam Sócrates a concluir pela existência da falsidade no todo, isto é, no *lógos*. O *Sofista* vai demonstrar como isso ocorre, ao mesmo tempo que vai dar o nome à “arte apropriada” para evitá-lo.

No *Sofista*, um personagem identificado como “estrangeiro, natural de Eleia, ... um verdadeiro filósofo, pertencente ao círculo de Parmênides e Zenão” (216.a) é instado por Sócrates a dizer se (e como) ele distinguiria o sofista, o político e o filósofo. Começando pelos sofistas, o Estrangeiro os define como homens “que dão a impressão de serem oniscientes ... sem o serem na realidade” (233.c); porém, essa caracterização traz um sério problema: o de “mostrar e parecer sem ser, dizer algo sem dizer com verdade” (236.e). De fato,

como dizer ou pensar que o falso é real sem que, já ao proferi-lo, nos encontremos enredados na contradição? ... A audácia de uma tal afirmação é supor o não-ser como ser, pois nada de falso é possível sem esta condição. (236.e–237.a)

Todavia, o ensinamento de Parmênides (“jamais obrigarás os não-seres a ser”) vetava esse “caminho de investigação”; logo, mesmo sob o risco de “parricídio”, é preciso

discutir a tese de nosso pai Parmênides e demonstrar ... que, em certo sentido, o não-ser é, e que o ser, de certa forma, não é. ... Enquanto não fizermos essa contestação nem essa demonstração, não poderemos de forma alguma falar de discursos (*λόγος*) falsos ou opiniões falsas, ... muito menos das artes que deles se ocupam. (241.d–e)

Novamente o mote do diálogo é o problema da falsidade no dizer; porém, ao contrário do *Crátilo*, que a constatava, aqui é a própria possibilidade de se dizer algo falso que é discutida.

Segundo Peter Matthews, a tese de que não se pode dizer o falso parece bem disseminada no século V a.C. e se deve em grande medida a uma indefinição entre os diferentes sentidos do verbo *εἶναι* (“ser”). Ao lado de seu uso habitual na função de cópula, esse verbo tinha adquirido em contexto filosófico um significado absoluto (“existir”): “parte do problema era

que uma afirmação verdadeira era considerada holisticamente como uma afirmação sobre *o que existe*, ao passo que uma observação falsa referir-se-ia *ao que não existe*.<sup>37</sup>

No poema de Parmênides,<sup>38</sup> a deusa apresenta dois caminhos de pesquisa, os “únicos possíveis de conceber”: ἔστιν (“é”, ou melhor, “não é possível que não seja”) e οὐκ ἔστιν (“não é”, ou melhor, “é necessário que não seja”); um terceiro representa o erro dos mortais, que é dizer εἶναι μὴ ἐόντα (“que são coisas que não são”). Diante disso, compreende-se a dificuldade encontrada pelo Estrangeiro: uma vez que, segundo a deusa parmenideana, o que não é, sendo contrário do que é, é inconcebível (portanto, “indizível”), toda proposição falsa – por afirmar, a respeito do que é, que não é ou, a respeito do que não é, que é – é impossível, tornando igualmente impossível caracterizar o sofista como um ser “onisciente em aparência”, um provedor de erros. A solução para tal dificuldade passa necessariamente pela relativização do sentido de εἶναι.

O Estrangeiro inicia sua abordagem procurando redefinir o conceito de “ser” (τὰ ὄντα, lit. “o que é”), a partir da consideração das teorias vigentes e adversárias sobre o assunto conforme uma indagação principal: “o que pretendem nos fazer entender por este ‘é’?”<sup>39</sup> Após demonstrar algumas das “milhares e intermináveis dificuldades que surgirão para quem definir o ser (τὸ ὄν) como um par ou uma unidade” (242.c.4–245.e.1), o diálogo passa a expor o “combate de gigantes” (γίγαντομαχία 246.a.4) entre aqueles que “procuram trazer à terra tudo o que há no céu e no invisível, ... definindo o corpo e a existência como o mesmo” (ταὐτὸν σῶμα καὶ οὐσίαν ὀρίζόμενοι 246.a.7–b.1) e aqueles que, “defendendo-se do alto de uma região invisível, esforçam-se em demonstrar que certas formas inteligíveis e incorpóreas são o ser verdadeiro” (νοητὰ ἅττα καὶ ἀσώματα εἶδη ... τὴν ἀληθινὴν οὐσίαν εἶναι 246.b.6–8). Em meio a esse fogo cruzado, o filósofo – e todo aquele que coloca a inteligência (νοῦν 249.c.3–7) acima de todos os bens – deve

recusar a doutrina da imobilidade universal que professam os defensores da unidade ou das formas múltiplas, bem como não ouvir aos que fazem o ser mover-se em todos os sentidos; é preciso ... admitir tudo o que é imóvel e tudo o que se move, o ser e o todo, ao mesmo tempo. (249.c.10–d.4)

Esse é o mote da teoria da participação, fundamental para apreciarmos devidamente a caracterização do *lógos* que será feita mais adiante.<sup>40</sup>

<sup>37</sup> MATTHEWS 1990: 215. O autor encontra exemplo claro dessa discussão em uma passagem do *Eutidemo* (283.c–d), em que Sócrates, por dizer que queria fazer o pequeno Clínius “não ser ignorante” (ἀμαθῆ μὴ εἶναι), é censurado pelo sofista Dionisodoro: “se você quer que ele não seja mais o que ele é atualmente, você parece querer sua morte” (μηκέτι εἶναι, lit. “que ele não seja mais”, em sentido absoluto).

<sup>38</sup> A interpretação a seguir relativa à teoria dos gêneros é um resumo de O'BRIEN 1999.

<sup>39</sup> Τί τὸ εἶναι τοῦτο ὑπολάβωμεν ὑμῶν; (243.e.2). Note que se trata aqui do verbo no infinitivo.

<sup>40</sup> Uma análise abrangente sobre a teoria da participação dos gêneros no *Sofista* pode ser encontrada em SOUZA 2009.

Parte-se de uma constatação irreprovável: o repouso e o movimento são absolutamente contrários um ao outro (250.a.8); porém, se é possível dizer que ambos são (εἶναι), surge uma terceira coisa, o ser (τὸ ὄν), “que abrange o repouso e o movimento ... mas que não é a reunião de repouso e movimento, e sim diferente de ambos” (250.b.7–c.4). Paralelamente, é preciso explicar como é possível “que designemos uma única e mesma coisa por muitos nomes” (πολλοῖς ὀνόμασι 251.a.5). Chega-se assim, não por acaso, a três caminhos:

Ser-nos-á vedado unir a existência ao repouso e ao movimento, assim como qualquer coisa a quaisquer outras, e, considerando-as como ... incapazes de participação mútua, tratá-las como tais em nossa linguagem (ἐν τοῖς ... λόγοις)? Ou as uniremos todas, supondo-as capazes de se associar mutuamente? Ou diremos que algumas possuem essa capacidade e outras não? (251.d.5–9)

Inclinado para a terceira hipótese, o Estrangeiro identifica esse mesmo tipo de relação entre dois tipos de combinações sonoras: as letras e os tons; de fato, tanto há desacordo entre algumas letras e acordo entre outras, quanto alguns tons se combinam e outros não; nos dois casos, é necessário uma arte a quem pretende empregá-los de modo eficaz: a gramática e a música, respectivamente (253.a–b).<sup>41</sup> Aplicando o raciocínio aos gêneros, ele postula a necessidade de uma ciência (ἐπιστήμη) que nos oriente através do discurso (διὰ τῶν λόγων, 253.b.10) e acaba por definir o escopo da “ciência dialética”: “dividir por gêneros e não tomar por outra uma forma que é a mesma, nem pela mesma uma forma que é outra” (253.d). Ironicamente, quem procurava o sofista acabou encontrando, antes, o filósofo.

A partir daí, passa a analisar as relações de participação entre os gêneros (o ser, o mesmo, o outro, o movimento, o repouso). O *repouso* não participa do movimento, seu contrário, e vice-versa. O *movimento*, sendo outro em relação ao repouso, todavia existe, dada sua participação no *ser*. Por outro lado, na medida em que o *outro* é um ser, toda parte do outro será também um ser, donde a conclusão à primeira vista paradoxal: mesmo a parte do outro que se opõe ao ser participa dele e, assim, também *é*. Em suma, apenas o movimento e o repouso não se misturam entre si (254.d.7); o ser, o mesmo e o outro participam uns dos outros.

Segundo Denis O’Brien (1999: 33), “a ausência de participação entre o movimento e o repouso é essencial para a definição do *não-ser*, já que formas contrárias não podem participar umas das outras”. Por isso mesmo, uma forma que participa da outra não pode lhe ser contrária. Assim, o *não-ser* descoberto pelo Estrangeiro não é contrário do *ser*, como queria Parmênides, mas apenas sua negação:

<sup>41</sup> Para as relações entre a constituição da dialética platônica e os métodos gramaticais, cf. artigo de Henry Joly (1986) e sua retomada por Frédérique Ildefonse (1997: 61–70).

ao que parece, quando uma parte da natureza do outro e uma parte da natureza do ser se opõem mutuamente, essa oposição não é, se assim podemos dizer, menos ser que o próprio ser, pois não é o contrário do ser que ela exprime, e sim, simplesmente, algo diferente dele. (258.a.II–b.3)

Ora, se há uma mútua associação dos seres (259.a.4), “é pela mútua combinação das formas que o discurso nasce”.<sup>42</sup> Mais que isso, a associação mútua assegura ao discurso um lugar entre os gêneros do ser, o que nos possibilita “discorrer sobre o que quer que seja” e cultivar, enfim, a própria filosofia (260.a.5–9). Em outras palavras, uma vez demonstrado que o *não-ser* é “um gênero determinado entre os demais que se distribui por toda série de seres” (260.b.7), resta saber se ele também se associa à opinião e ao discurso; se sim, “a opinião falsa e o discurso falso serão possíveis” (260.c.I–3).

Eis que chegamos, enfim, à pequena passagem que nos interessa neste estudo, à qual esse apanhado de ideias quis servir para contextualizar. Conforme já havia sido anunciado quando da definição da dialética, o Estrangeiro toma os nomes (ὄνομα) por objeto e propõe fazer a mesma investigação proposta antes para as formas e as letras, qual seja: “se todos concordam, ou nenhum, ou se uns se prestam ao acordo e outros não” (261.d.5). Para tanto, ele divide os “indicadores vocais” (τῆ φωνῆ δηλώματα) em dois gêneros – nomes e verbos (ὀνόματα e ῥήματα) – e explica a distinção: “o que é indicador das ações (ἐπὶ ταῖς πράξεσιν ... δῆλωμα) chama-se verbo; o signo vocal (σημεῖον τῆς φωνῆς) que se aplica àqueles que realizam essas ações (ἐπ’ αὐτοῖς τοῖς ἐκείνας πράττουσι) é o nome” (262.a.3–7). Com isso, pode demonstrar que, enunciados isoladamente, esses “sons vocais” não indicam “nem ação nem inação, nem a existência do que é nem do que não é”; somente a partir da combinação de gêneros (“a mais simples”, ἡ πρώτη συμπλοκή 262.c.6) que se chega ao discurso (“o menor e mais simples dos discursos”, τῶν λόγων ὁ πρώτος τε καὶ μικρότατος 262.c.7), como este: *homem aprende* (ἄνθρωπος μαθαίνει 262.c.9).

Em suma, tem-se aqui a primeira condição do *lógos*. Sua existência enquanto sede do verdadeiro e do falso depende primeiramente de uma adequação, por assim dizer, “interna”: a combinação de um nome e um verbo; porém, isso não é suficiente para resolver o problema da falsidade. Se a complexidade do *lógos* lhe confere a capacidade de “inferir algo” (τι περαίνει 262.d.4) e não simplesmente “nomear”, é preciso definir com precisão “de quem ele é [*lógos*]” (263.a.4), de modo a permitir atribuir-lhe uma qualidade (i.e. a de ser verdadeiro ou falso).

<sup>42</sup> ... διὰ γὰρ τὴν ἀλλήλων τῶν εἰδῶν συμπλοκὴν ὁ λόγος γέγονεν ἡμῖν. (259.e.5)

Dois exemplos bastam para concluir a demonstração: (1) “Teeteto está sentado” (Θεαίτητος κάθεται 263.a.2); (2) “Teeteto, *com quem converso agora*, voa” (Θεαίτητος, ᾧ νῦν ἐγὼ διαλέγομαι, πέτεται 263.a.8). Ambos se referem ao interlocutor do diálogo, Teeteto, conforme o segundo exemplo faz questão de explicitar – já que o primeiro enunciado não indica com precisão de quem se trata, pois, conforme se viu no *Crátilo*, “o nome não é indicativo em si mesmo, e pode servir para designar qualquer ser, existente ou não”.<sup>43</sup> Porém, cada um deles possui uma qualidade diferente: “aquele que diz a teu respeito [de Teeteto] que algo é, tal como é, é verdadeiro; ... aquele que diz algo diferente do que é, é falso” (263.b.4–7). De fato, ‘estar sentado’ e ‘voar’ são ambas coisas que são, mas são outras em relação às que são a respeito de Teeteto, pois “ao redor de cada coisa há, de certo modo, muitas coisas que são e muitas que não são” (263.b.II–2). Em outras palavras,

é apenas em relação a Teeteto que, de todos os seres do universo, uns se tornam *seres* e outros *não-seres*; ... se cada objeto e cada forma é outra em relação a todas as outras formas e objetos, o não-ser, *em geral*, é ilimitado; porém, *em particular*, quando a referência é determinada (Teeteto), o não-ser é múltiplo, abrangendo todas as formas de que ele não participa, assim como o ser é múltiplo, abrangendo todas as formas de que ele participa.<sup>44</sup>

Assim, a segunda condição de existência do *lógos* está na realidade extralinguística: a existência do objeto de que se fala (“ser *lógos* de algo”, τινὸς εἶναι λόγον, 262.e.5). Com isso, é possível chegar a uma definição sumária do discurso falso:

O conjunto formado de verbos e de nomes que enuncia, a teu respeito, o outro como sendo o mesmo e coisas que não são como coisas que são, é, ao que parece, aquilo que constitui, real e verdadeiramente, um *lógos* falso.<sup>45</sup>

A partir daí, é possível aplicar o mesmo raciocínio ao pensamento (*διάνοια*), à opinião (*δόξα*) e à imaginação (*φαντασία*):

Uma vez que há discurso verdadeiro e falso e que, no discurso, distinguimos o pensamento (que é o diálogo da alma consigo mesma), a opinião (que é a conclusão do pensamento) e esse estado de espírito que designamos por imaginação (que é a combinação de sensação e opinião), é inevitável que, pelo seu parentesco com o discurso, alguns deles sejam, algumas vezes, falsos. (264.a.8–b.3)

Retornando às teses de Parmênides, temos agora uma distinção. O Estrangeiro se recusa a assimilar o *não-ser* do segundo caminho aos *não-seres* que são objeto da opinião dos

<sup>43</sup> BARATIN & DESBORDES 1981: 17.

<sup>44</sup> O'BRIEN 1999: 38-9.

<sup>45</sup> Περί δὴ σοῦ λεγόμενα. <λεγόμενα> μέντοι θάτερα ὡς τὰ αὐτὰ καὶ μὴ ὄντα ὡς ὄντα, παντάπασιν [ὡς] ἔοικεν ἢ τοιαύτη σύνθεσις ἔκ τε ῥημάτων γιγνομένη καὶ ὀνομάτων ὄντως τε καὶ ἀληθῶς γίγνεσθαι λόγος ψευδής. (263.d.I–4)



mortais;<sup>46</sup> era precisamente essa assimilação que permitia ao sofista afirmar que “o enunciado traz em si mesmo a realidade que ele enuncia, sendo o real nada mais que a representação que se faz dele”.<sup>47</sup> Após as demonstrações do Estrangeiro, o *não-ser* é agora negação do *ser*, ou seja, “é apenas alteridade, ... de modo que todos os objetos do universo sejam diferentes do *ser*, já que diferentes uns dos outros; e desses *não-seres* é possível dizer que *são*”.<sup>48</sup> Com isso, é possível definir o falso justamente como “dizer o que não é”, de modo que

o enunciado passe a representar um conhecimento do real que não está necessariamente em conformidade com esse real, já que ele pode ser apenas o ponto de vista particular do falante sobre um real que existe independentemente desse ponto de vista. ... Toda a análise linguística de Platão consiste em demonstrar essa segunda hipótese, visando provar que o enunciado científico existe enquanto enunciado específico, que representa de fato o real mas que não pode se privar de certas condições de enunciação, uma vez que ele ... não traz em si nenhuma garantia do que enuncia.<sup>49</sup>

Se no *Crátilo* a investigação se dirigia para a insuficiência do nome na representação exata do real que ele designa,<sup>50</sup> no *Sofista* é uma garantia “sintática” que é refutada, pois mesmo a definição de seus constituintes mais elementares não é suficiente para validar o que o *lógos* diz. A demonstração da absoluta independência do referente colocaria em segundo plano a própria questão do verdadeiro e do falso, ponto de partida dos dois textos, na medida em que ela representa simplesmente “a coincidência ou não-coincidência do enunciado em relação ao seu referente”.<sup>51</sup>

Por outro lado, era necessário à argumentação que os enunciados usados como exemplo não apresentassem nenhuma ambiguidade, de modo que Platão utiliza enunciados de estrutura mínima (um nome e um verbo), representantes do recorte mais elementar.<sup>52</sup> Limitando-se a enunciados que expressam necessariamente ação, ele exclui do campo de observação uma sentença como “Sócrates é sábio”; para F. Cornford (1935: 308), isso mostra que Platão “não está escrevendo um tratado de lógica”, pois, nesse caso, sua definição do verbo como “indicador de ações” seria obviamente defeituosa, bem como a definição do nome como agente soaria estranha. O fato é que as definições não pretendem ser exaustivas, comparecendo exclusivamente para demonstrar que

<sup>46</sup> Cf. O'BRIEN 1999: 40.

<sup>47</sup> BARATIN & DESBORDES 1981: 15.

<sup>48</sup> O'BRIEN 1999: 40.

<sup>49</sup> BARATIN & DESBORDES 1981: 15.

<sup>50</sup> Cf. ILDEFONSE 1997: 56.

<sup>51</sup> BARATIN & DESBORDES 1981: 16. Eis aí uma primeira indicação de que se trata aqui mais de uma questão ontológica do que propriamente lógica.

<sup>52</sup> BARATIN & DESBORDES 1981: 17.



toda declaração (λόγος) é um complexo constituído de elementos heterogêneos (nome e verbo), que formam um todo que adquire significado enquanto todo; paralelamente, o fato ou evento ao qual a declaração corresponde (e pretende representar como um todo) também é um complexo constituído de elementos heterogêneos (agente e ação), que se encaixam em uma estrutura coerente.<sup>53</sup>

O paralelo entre a combinação que constitui o *lógos* e a combinação que compõe a realidade mostra o quanto a análise platônica é principalmente ontológica (discurso vs. referente). Sua intenção, de fato,

não é estabelecer classificações do material linguístico, mas de se servir de classificações existentes para mostrar que a correção do enunciado enquanto combinatória de unidades linguísticas não implica na validade desse enunciado como informação. ... Na concepção platônica, a língua tem apenas um poder medíocre de incitar a busca de uma verdade que se encontra fora dela.<sup>54</sup>

## 2.2 Aristóteles

Assim como Platão, Aristóteles se mostra profundamente interessado pelo problema do conhecimento, o que o conduz igualmente a uma investigação sobre a capacidade de a linguagem dar acesso a esse conhecimento. É nesse contexto que aparece uma de suas análises do *lógos* enquanto combinação:

Inicialmente, é preciso estabelecer o que é nome e o que é verbo, e em seguida o que é negação e afirmação, bem como declaração e *lógos*. ... Nome é voz com significado conforme convenção, sem tempo, da qual nenhuma parte é separadamente dotada de significado. ... Verbo é o que, em acréscimo, cossignifica tempo, e do qual nenhuma parte separadamente tem significado; e ele é sinal daquilo que se afirma de outro item. ... *Lógos* é uma elocução com significado, da qual uma parte qualquer, em separado, tem significado como enunciação, mas não como afirmação. ... Todo e qualquer *lógos* comporta um significado, embora não à maneira de um instrumento, mas antes, como foi dito, segundo convenção. (*De interpretatione* 16.a.1–17.a.8)<sup>55</sup>

Essa é uma das análises, pois há uma segunda muito similar, mas que se apresenta em um contexto bastante diverso:

Toda elocução em geral tem as seguintes partes: fonema, sílaba, conjunção, nome, verbo, articulador, flexão e frase. ... O nome é um som composto, significativo, sem ideia de tempo e de que nenhuma parte é, por si mesma, significativa. ...

<sup>53</sup> CORNFORD 1935: 308.

<sup>54</sup> BARATIN & DESBORDES 1981: 17.

<sup>55</sup> Πρῶτον δεῖ θέσθαι τί ὄνομα καὶ τί ῥῆμα, ἔπειτα τί ἐστὶν ἀπόφασις καὶ κατάφασις καὶ ἀπόφανσις καὶ λόγος. ... Ὅνομα μὲν οὖν ἐστὶ φωνῆ σημαντικὴ κατὰ συνθήκην ἄνευ χρόνου, ἧς μηδὲν μέρος ἐστὶ σημαντικὸν κεχωρισμένον. ... Πρῆμα δὲ ἐστὶ τὸ προσσημαῖνον χρόνον, οὗ μέρος οὐδὲν σημαίνει χωρὶς· ἔστι δὲ τῶν καθ' ἑτέρου λεγομένων σημείων. ... Λόγος δὲ ἐστὶ φωνῆ σημαντικὴ, ἧς τῶν μερῶν τι σημαντικὸν ἐστὶ κεχωρισμένον, ὡς φάσις ἀλλ' οὐχ ὡς κατάφασις. ... ἔστι δὲ λόγος ἅπασ μὲν σημαντικὸς, οὐχ ὡς ὄργανον δέ, ἀλλ' ὡσπερ εἴρηται κατὰ συνθήκην. (Tradução de L. Angioni 2000, modificada.)

O verbo é um som composto, significativo, com ideia de tempo, do qual nenhuma parte tem, só por si, significado, como nos nomes. ... A frase é um som composto, significativo, do qual algumas partes têm, por si mesmas, algum significado, como ‘Cléon’ em ‘Cléon caminha’. (*Poetica* 1456.b.20–1457.a.30)<sup>56</sup>

A despeito da quase identidade de definições de nome, verbo e *lógos*, alguns detalhes chamam a atenção: se não a ausência do caráter convencional do significado de nomes e verbos no trecho da *Poética*, certamente a presença nesta de outros elementos ou “partes” (e.g. a conjunção e o articulador), bem como a aparente linearidade de progressão que leva da letra ao *lógos*. Tais diferenças não são fruto de nenhuma indecisão ou incoerência da doutrina aristotélica mas, ao contrário, de uma consideração bastante precisa e distinta da linguagem enquanto “meio de expressão de duas atividades fundamentais do espírito humano: pensar e sentir”.<sup>57</sup> Para compreender essas passagens, é preciso analisá-las tanto em função de seu contexto imediato quanto em relação a certos aspectos do pensamento aristotélico em geral.

Ao contrário de Platão, Aristóteles não acredita em um parentesco essencial entre a alma e o inteligível que, junto com a teoria das Formas transcendentais, era a base da dialética platônica;<sup>58</sup> seu tratado específico sobre a alma (*De anima*) explica como se dá a relação entre o conhecimento e a realidade:

Agora, resumindo o que foi dito a respeito da alma, digamos novamente que a alma, de certo modo, é todos os seres; pois os seres são ou perceptíveis ou inteligíveis; o conhecimento, de certo modo, é os objetos cognoscíveis, e a percepção sensível os perceptíveis. ... A parte perceptiva e a parte cognitiva da alma são em potência esses objetos – uma o perceptível, outra o cognoscível; mas há necessidade de que sejam ou as próprias coisas ou as formas. Não são as próprias coisas, é claro: pois não é a pedra que está na alma, mas sua forma. ... Uma vez que não há nada separado e à parte das grandezas perceptíveis, os objetos inteligíveis estão entre as formas perceptíveis. ... Por isso, se nada é percebido, nada se apreende nem se compreende, e quando se contempla, é preciso contemplar ao mesmo tempo alguma imagem, pois as imagens são como que sensações percebidas, só que sem matéria. E a imaginação é diferente da asserção e da negação, pois o verdadeiro e o falso são uma combinação de pensamentos.<sup>59</sup>

<sup>56</sup> Τῆς δὲ λέξεως ἀπάσης τάδ' ἐστὶ τὰ μέρη, στοιχείον συλλαβῆ σύνδεσμος ὄνομα ῥῆμα ἄρθρον πῶσις λόγος. ... ὄνομα δὲ ἐστὶ φωνῆ συνθετὴ σημαντικὴ ἄνευ χρόνου ἢ μέρος οὐδὲν ἐστὶ καθ' αὐτὸ σημαντικόν. ... ῥῆμα δὲ φωνῆ συνθετὴ σημαντικὴ μετὰ χρόνου ἢ οὐδὲν μέρος σημαίνει καθ' αὐτό, ὡσπερ καὶ ἐπὶ τῶν ὀνομάτων. ... λόγος δὲ φωνῆ συνθετὴ σημαντικὴ ἢς ἔνια μέρη καθ' αὐτὰ σημαίνει τι ... οἷον ἐν τῷ βαδίζει Κλέων ὁ Κλέων. (Tradução de Ana Maria Valente)

<sup>57</sup> LAW 2003: 26.

<sup>58</sup> ILDEFONSE 1997: 72.

<sup>59</sup> Νῦν δέ, περὶ ψυχῆς τὰ λεχθέντα συγκεφαλαιώσαντες, εἴπωμεν πάλιν ὅτι ἡ ψυχὴ τὰ ὄντα πῶς ἐστὶ πάντα· ἡ γὰρ αἰσθητὰ τὰ ὄντα ἢ νοητά, ἔστι δ' ἢ ἐπιστήμη μὲν τὰ ἐπιστητά πῶς, ἢ δ' αἴσθησις τὰ αἰσθητά. ... τῆς δὲ ψυχῆς τὸ αἰσθητικόν καὶ τὸ ἐπιστημονικόν δυνάμει ταυτὰ ἐστὶ, τὸ μὲν <τὸ> ἐπιστητόν τὸ δὲ <τὸ> αἰσθητόν. ἀνάγκη δ' ἢ αὐτὰ ἢ τὰ εἶδη εἶναι. αὐτὰ μὲν δὴ οὐ· οὐ γὰρ ὁ λίθος ἐν τῇ ψυχῇ, ἀλλὰ τὸ εἶδος. ... ἐπεὶ δὲ οὐδὲ πρᾶγμα οὐθὲν ἐστὶ παρὰ τὰ μεγέθη, ὡς δοκεῖ, τὰ αἰσθητὰ κεχωρισμένον, ἐν τοῖς εἶδεσι τοῖς αἰσθητοῖς τὰ νοητά ἐστὶ, τὰ τε ἐν ἀφαιρέσει λεγόμενα καὶ ὅσα τῶν αἰσθητῶν ἕξεις καὶ πάθη. καὶ διὰ τοῦτο οὔτε μὴ αἰσθανόμενος μὴθὲν οὐθὲν ἂν μάθοι οὐδὲ ξυνείη, ὅταν τε θεωρῇ, ἀνάγκη ἅμα φάντασμα τι θεωρεῖν· τὰ γὰρ φαντάσματα ὡσπερ αἰσθητά ἐστὶ, πλὴν ἄνευ ὕλης, ἔστι δ' ἢ φαντασία ἕτερον φάσεως καὶ ἀποφάσεως· συμπλοκὴ γὰρ νοημάτων ἐστὶ τὸ ἀληθὲς ἢ ψεῦδος. (*De anima* 431.b.20–432.a.12; tradução de M. C. G. dos Reis).

Aqui, não é a afinidade (συγγένεια) entre o objeto do conhecimento e a alma intelectiva que é a base da ciência, e sim a solidariedade entre o pensamento e a percepção sensível em sua dependência do dado real, pois, ainda que “a parte sensitiva e a parte cognitiva da alma sejam em potência as coisas”, elas só existem enquanto sensação e conhecimento no contato com as coisas (ou, ao menos, com imagens, φαντάσματα), “uma vez que não há nada separado das grandezas perceptíveis”, inclusive as formas.<sup>60</sup>

No *De interpretatione*, Aristóteles retoma explicitamente essa exposição, como ponto de partida para discutir a questão da linguagem enquanto representação do pensamento:

Os itens da elocução (φωνή) são símbolos das afecções na alma, e os itens escritos são símbolos dos itens na elocução. E assim como os caracteres escritos não são os mesmos para todos, tampouco as elocuições são as mesmas. Entretanto, os itens primeiros de que essas coisas são sinais (as afecções da alma) são os mesmos para todos, assim como são as mesmas as coisas das quais essas afecções são semelhanças. A respeito disso foi dito no *Sobre a alma...*<sup>61</sup>

Essa “heterogeneidade irreduzível entre o campo predeterminado da voz e o espaço impassível da inteligência ... em seu potencial de se tornar todos os inteligíveis”<sup>62</sup> torna necessário um controle rigoroso da expressão verbal dessas afecções da alma, que possa

otimizar o tipo de projeção particular das afecções da alma em uma *phōné* que não possui as mesmas características de impassibilidade; ... é essa projeção rigorosa, tributária de uma norma a ser determinada filosoficamente, que constitui o primeiro tempo da lógica aristotélica.<sup>63</sup>

Esse trabalho normativo, destinado a formalizar e codificar as leis do raciocínio, se apresenta disperso em um conjunto de obras que estabelece as condições do discurso científico, posteriormente reunidas no chamado *Órganon*. Desse conjunto, o *De interpretatione* trata especificamente do enunciado declarativo mínimo (πρῶτος λόγος ἀποφαντικός 17.a.8), o “primeiro” capaz de dizer a verdade ou dizer o falso; mas, uma vez que “o falso e o verdadeiro são concernentes a composição e separação” (περὶ γὰρ σύνθεσιν καὶ διαίρεσιν 16.a.12), “é preciso inicialmente estabelecer o que é nome e o que é verbo” (16.a.1):

Nome é voz com significado conforme convenção, sem tempo, da qual nenhuma parte é separadamente dotada de significado.<sup>64</sup>

<sup>60</sup> Cf. ILDEFONSE 1997: 74.

<sup>61</sup> Ἔστι μὲν οὖν τὰ ἐν τῇ φωνῇ τῶν ἐν τῇ ψυχῇ παθημάτων σύμβολα, καὶ τὰ γραφόμενα τῶν ἐν τῇ φωνῇ. καὶ ὥσπερ οὐδὲ γράμματα πᾶσι τὰ αὐτά, οὐδὲ φωναὶ αἱ αὐταί· ὧν μέντοι ταῦτα σημεῖα πρῶτων, ταῦτα πᾶσι παθήματα τῆς ψυχῆς, καὶ ὧν ταῦτα ὁμοιώματα πράγματα ἤδη ταυτά. περὶ μὲν οὖν τούτων εἴρηται ἐν τοῖς περὶ ψυχῆς... (*De interpretatione* 16.a.3–8; tradução de Lucas Angioni.)

<sup>62</sup> ILDEFONSE 1997: 76.

<sup>63</sup> ILDEFONSE 1997: 77.

<sup>64</sup> Ὄνομα μὲν οὖν ἐστὶ φωνῆ σημαντικὴ κατὰ συνθήκην ἄνευ χρόνου, ἧς μηδὲν μέρος ἐστὶ σημαντικὸν κεχωρισμένον. (16.a.19–21; tradução de L. Angioni, modificada)

Verbo é o que, em acréscimo, cossignifica tempo, e do qual nenhuma parte separadamente tem significado; e ele é sinal daquilo que se afirma de outro item. Digo que cossignifica em acréscimo o tempo – tal como “saúde” é nome, o “estar saudável” é verbo – porque ele cossignifica em acréscimo o *ser o caso agora*. O verbo é sempre sinal dos itens que são atribuídos, i.e. dos itens que se afirmam de um subjacente.<sup>65</sup>

Enunciados sozinhos em si mesmos, os verbos são nomes e têm um significado – pois o falante fixa o pensamento e o ouvinte consente – mas ainda não significa se é ou não é o caso. ... Pois em si mesmo ele não é nada, mas cossignifica uma composição, a qual não é possível inteligir sem os itens conectados.<sup>66</sup>

Vê-se que, assim como no *Sofista*, tanto o nome como o verbo só realizam seu sentido efetivo na combinação, que institui o verdadeiro e o falso; a própria declaração de que “sozinhos, verbos são nomes” remete à passagem do *Sofista* imediatamente antes de a oposição nome–verbo ser estabelecida.<sup>67</sup> Por outro lado, Aristóteles estabelece um privilégio do verbo no enunciado declarativo, pois, na medida em que o verbo “é sempre sinal dos itens que se afirmam de um subjacente (ὕποκειμένον)” e a declaração simples é “algo afirmado de algo ou algo negado de algo” (17.a.20–1), então

é necessário que toda e qualquer frase (λόγος) declarativa seja a partir de um verbo ou uma flexão; pois até mesmo a definição de homem, se não for acrescentado “é” ou “será” ou “era” ou algo desse tipo, ainda não será frase declarativa.<sup>68</sup>

Além disso, a caracterização da declaração como “algo afirmado de algo” e do verbo como sinal do que “se afirma de um subjacente”, bem como a própria noção de “tempo” que serve como critério de distinção de verbos e nomes, parecem sugerir que se procure compreender esses capítulos iniciais do *De interpretatione* a partir do que é estabelecido em outro tratado: as *Categorias*. Nesse tratado, cujo objeto é “a estrutura da realidade e o modo de a filosofia poder abordá-la recorrendo à linguagem”,<sup>69</sup> Aristóteles distingue “as coisas que são ditas” (τὰ λεγόμενα) de “as coisas que existem” (τὰ ὄντα), demonstrando que não há uma relação homogênea entre elas:

Das coisas que se dizem, algumas se dizem com combinação e outras sem combinação; assim, diz-se com combinação, por exemplo, *um homem corre*, ... e sem combinação, por exemplo, *homem, corre*. ... Das coisas que existem,

<sup>65</sup> ῥῆμα δὲ ἐστὶ τὸ προσσημαῖνον χρόνον, οὗ μέρος οὐδὲν σημαίνει χωρὶς· ἔστι δὲ τῶν καθ’ ἐτέρου λεγομένων σημείων. λέγω δ’ ὅτι προσσημαίνει χρόνον, οἷον ὑγίεια μὲν ὄνομα, τὸ δ’ ὑγιαίνει ῥῆμα· προσσημαίνει γὰρ τὸ νῦν ὑπάρχειν. καὶ αἰεὶ τῶν ὑπαρχόντων σημείον ἐστὶν, οἷον τῶν καθ’ ὑποκειμένου. (*De interpretatione* 16.b.6–10; tradução de L. Angioni, modificada)

<sup>66</sup> ... αὐτὰ μὲν οὖν καθ’ αὐτὰ λεγόμενα τὰ ῥήματα ὀνόματά ἐστι καὶ σημαίνει τι, – ἴσθησι γὰρ ὁ λέγων τὴν διάνοιαν, καὶ ὁ ἀκούσας ἠρέμησεν. – ἀλλ’ εἰ ἔστιν ἢ μὴ οὕτω σημαίνει· οὐ γὰρ τὸ εἶναι ἢ μὴ εἶναι σημείον ἐστὶ τοῦ πράγματος, οὐδ’ ἐὰν τὸ ὄν εἴπῃς φιλόν. αὐτὸ μὲν γὰρ οὐδέν ἐστιν, προσσημαίνει δὲ σύνθεσιν τινα, ἣν ἄνευ τῶν συγκειμένων οὐκ ἔστι νοῆσαι. (*De interpretatione* 16.b.19–25; tradução de L. Angioni, modificada)

<sup>67</sup> *Sofista* 261.d. Cf. acima, p. 21–3.

<sup>68</sup> ἀνάγκη δὲ πάντα λόγον ἀποφαντικὸν ἐκ ῥήματος εἶναι ἢ πτώσεως· καὶ γὰρ ὁ τοῦ ἀνθρώπου λόγος, ἐὰν μὴ τὸ ἔστιν ἢ ἔσται ἢ ἦν ἢ τι τοιοῦτο προστεθῇ, οὕτως λόγος ἀποφαντικός. (*De interpretatione* 17.a.9–12; tradução de L. Angioni, modificada)

<sup>69</sup> Segundo António Monteiro (cf. ARISTÓTELES. *As categorias*. Lisboa, 2002, p. 31).

algumas se dizem de um sujeito mas não existem em nenhum sujeito, ... outras existem em um sujeito mas não se dizem de um sujeito.<sup>70</sup>

A partir daí, Aristóteles propõe uma classificação dos predicados (*κατηγορήματα*) que se destina a “refutar a tese de Parmênides ... e as aporias a que ela conduz ao interpretar de forma unívoca que todos os termos significam que algo é”.<sup>71</sup> Mas a semelhança com Platão acaba aí, pois à sintaxe platônica dos gêneros – em que o ser era apenas um dos cinco polos inteligíveis fundamentais<sup>72</sup> – Aristóteles opõe uma classificação em que “cada coisa que é dita sem combinação significa um ser” (*οὐσία*, i.e. “substância” ou “essência”) ou uma maneira de ser (“quanto, qual, que relação, onde, quando, em que posição, ter, fazer, ser afetado”).<sup>73</sup>

Segundo Marc Baratin e Françoise Desbordes, essa é essencialmente uma classificação “linguística” de significados que é correlativa de uma análise da relação desses significados no enunciado (a substância, por exemplo, “é aquela que nem se diz de um sujeito nem está em um sujeito” 2.a.II–2). Nesse sentido, Aristóteles distinguiria, “no enunciado, aquilo de que se diz alguma coisa (o sujeito) e aquilo que se diz dele (o predicado)”.<sup>74</sup> Em contrapartida, Frédérique Ildefonse se esforça por demonstrar “o caráter indissociável entre aspectos físicos e predicados lógicos”, uma vez que, em Aristóteles,

a substância é sujeito tanto da *atribuição* (relações lógicas atemporais de inclusão ou compreensão) quanto da *determinação* (relações físicas temporais de inerência); em ambos os casos ele emprega o termo *hypokeímenon*, que se poderia traduzir no primeiro caso por “sujeito” e no segundo por “substrato”: ... a substância é, ao mesmo tempo e segundo a ligação própria ao *katēgoreîn*, substrato de suas determinações físicas e sujeito de seus predicados.<sup>75</sup>

A autora encontra fundamento para sua análise em uma passagem dos *Segundos analíticos*, que apresenta uma espécie de predicação “antinatural” (*παρὰ φύσιν*):

Quando digo “o branco é de madeira”, entendo que acontece acidentalmente àquilo que é branco ser de madeira, e não que o branco é substrato (*ὑποκείμενον*) da madeira, pois não é da essência do branco ou de uma espécie de branco que a coisa seja feita de madeira, de modo que o branco é madeira por acidente. Por outro lado, quando digo “a madeira é branca”, entendo que aquela madeira é o substrato que, em sua essência, é branco, não sendo outra coisa que a essência mesma da madeira ou de uma espécie de madeira.<sup>76</sup>

<sup>70</sup> Τῶν λεγομένων τὰ μὲν κατὰ συμπλοκὴν λέγεται, τὰ δὲ ἄνευ συμπλοκῆς. τὰ μὲν οὖν κατὰ συμπλοκὴν, οἷον ἄνθρωπος τρέχει, ἄνθρωπος νικᾷ· τὰ δὲ ἄνευ συμπλοκῆς, οἷον ἄνθρωπος, βοῦς, τρέχει, νικᾷ. Τῶν ὄντων τὰ μὲν καθ’ ὑποκειμένου τινὸς λέγεται, ἐν ὑποκειμένῳ δὲ οὐδενί ἐστιν, ... τὰ δὲ ἐν ὑποκειμένῳ μὲν ἐστι, καθ’ ὑποκειμένου δὲ οὐδενὸς λέγεται. (*Categorias* I.a.16–24; tradução de A. Monteiro)

<sup>71</sup> BARATIN & DESBORDES 1981: 21.

<sup>72</sup> ILDEFONSE 1997: 85.

<sup>73</sup> Τῶν κατὰ μηδεμίαν συμπλοκὴν λεγομένων ἕκαστον ἦτοι οὐσίαν σημαίνει ἢ ποσὸν ἢ ποιὸν ἢ πρὸς τι ἢ ποῦ ἢ ποτὲ ἢ κείσθαι ἢ ἔχειν ἢ ποιεῖν ἢ πάσχειν. (I.b.25–7)

<sup>74</sup> BARATIN & DESBORDES 1981: 22.

<sup>75</sup> ILDEFONSE 1997: 86.

<sup>76</sup> *Analytica posteriora* 83.a (apud ILDEFONSE 1997: 87–8).

Em vista disso, Aristóteles propõe chamar de predicação apenas ao segundo enunciado e determinar que as demonstrações sejam constituídas apenas por esse tipo de enunciado, em que o predicado é sempre atribuído ao substrato no sentido próprio e se declina segundo os tópicos categoriais (substância, qualidade, quantidade...). Em outras palavras, Aristóteles não identifica a categoria do sujeito (gramatical e lógico) por si mesma; ao contrário, é o “bloqueio” da forma da expressão (σχῆμα τῆς λέξεως) a um único tipo de construção enunciativa que virá a constituir, posteriormente, as categorias linguísticas de sujeito e predicado; “a escolha por uma análise categorial se faz em detrimento de uma análise gramatical possível”.<sup>77</sup> Em suma,

as categorias constituem os aspectos lógicos da expressão discursiva das substâncias sensíveis; assim, o fundamento do *lógos* se vê modificado, de uma sintaxe inteligível de gêneros inteligíveis, para uma distribuição imanente das acepções do ser, que não permanece na ilusão de uma significação unívoca: o acesso à predicação é indissociável de um acesso às categorias.<sup>78</sup>

Depreende-se desses dados que o critério de definição apresentado no *De interpretatione* é composto, de um lado, por um aspecto semântico-ontológico relacionado com a “representação da estrutura do mundo”<sup>79</sup> determinada pelas *Categorias* e, de outro, por um aspecto lógico-funcional no caso do verbo (“sinal do que é atribuído ... a um sujeito”). Porém, uma vez que o texto aristotélico é inaugural da lógica,<sup>80</sup> é plausível que esses termos tenham adquirido um sentido propriamente técnico com a recepção do tratado, sugerindo que o primeiro critério (semântico-ontológico) tem prioridade sobre o segundo.

Em todo caso, é inegável que a teoria da significação de Aristóteles apresenta uma dimensão especificamente linguística, na medida em que distingue entre “dizer algo” e “significar algo”, isolando e limitando o potencial representativo da matéria linguística:

Uma vez que não é possível trazer à discussão as próprias coisas, de modo que em vez das coisas nós utilizamos os nomes enquanto símbolos, acreditamos que o que se dá no plano dos nomes dá-se também no plano das coisas. ... Porém, os nomes são em número finito, assim como a multiplicidade de enunciados (λόγοι), ao passo que as coisas são infinitas em número. Logo, é inevitável que um mesmo enunciado e uma única e mesma palavra signifiquem muitas coisas. (*Refutações sofísticas* 165.a.6-12)

Se *significar* é uma propriedade das palavras, discutir pensamentos e não discutir palavras requer que se utilize a palavra “no mesmo sentido em relação ao qual a pessoa interrogada acreditava estar sendo interrogada no momento em que ela deu seu assentimento” (*Refu-*

<sup>77</sup> ILDEFONSE 1997: 82.

<sup>78</sup> ILDEFONSE 1997: 86.

<sup>79</sup> AUROUX 1988<sup>b</sup>: 110.

<sup>80</sup> Segundo LAW (2003: 26), Aristóteles é o inventor da lógica enquanto disciplina que formaliza e codifica as leis do raciocínio.



ταções sofisticas 170.b.16-8); assim torna-se essencial “dialogar sempre a partir de uma definição” (*Metafísica* 1012.b.7).

A descoberta dessa dimensão propriamente linguística não se afasta, portanto, da abordagem normativa do *lógos* apofântico: a pluralidade de sentidos que cada palavra contém inevitavelmente deve ser controlada. Porém, não podemos esquecer que essa tarefa de regulamentação da qual o *De interpretatione* faz parte interessa explicitamente ao enunciado declarativo (λόγος ἀποφαντικός):

Toda e qualquer frase (λόγος) comporta um significado. ... Por outro lado, nem toda frase é declarativa, mas apenas aquela em que ocorre pretender dizer o verdadeiro e o falso. ... Assim, portanto, sejam deixadas de lado as outras frases – pois sua inspeção é mais apropriada à retórica e à poética.<sup>81</sup>

Esses outros *lógoi*, com efeito, apresentam formas outras de organização e portam objetivos distintos da demonstração rigorosa que rege o enunciado científico, ensejando dessa forma outras linhas de reflexão linguística.

Na *Poética*, a característica fundamental é a imitação (μίμησις) realizada por meio do ritmo e da linguagem verbal (1447.a.21–2), que dizem respeito à elocução (λέξις 1450.b.13). Definida como “composição dos metros” (μέτρων σύνθεσις 1449.b.35) e “expressão por meio de nomes” (διὰ τῆς ὀνομασίας ἐρμηνεία 1450.b.14), a elocução se refere ao nível da expressão linguística e se opõe ao pensamento (διάνοια), seu conteúdo.<sup>82</sup> Na medida em que os poetas imitam utilizando palavras e muitas vezes devem seu renome graças à elocução,<sup>83</sup> é relevante à matéria poética um estudo mais completo, distinto da abordagem seletiva da dialética e que envolveria dois aspectos: o primeiro, da realização vocal em que a elocução se reveste de entonação, apreendida sob a forma de “figuras” (σχήματα τῆς λέξεως 1456.b.9); o segundo, mais abstrato, da “língua (em sentido saussuriano)”, em que “a elocução é uma estruturação formal do material fônico, analisada em partes” (τῆς λέξεως μέρη 1456.b.20).<sup>84</sup>

As figuras de elocução são tratadas brevemente, uma vez que saber “o que é uma ordem, uma súplica, uma narração, uma ameaça, uma pergunta” é dever dos atores; com efeito, “o conhecimento ou desconhecimento dessas coisas não é motivo para que se faça uma séria

<sup>81</sup> ἔστι δὲ λόγος ἅπας μὲν σημαντικός, ... ἀποφαντικός δὲ οὐ πᾶς, ἀλλ’ ἐν ᾧ τὸ ἀληθεύειν ἢ ψεύδεσθαι ὑπάρχει. ... οἱ μὲν οὖν ἄλλοι ἀφείσθωσαν – ῥητορικῆς γὰρ ἢ ποιητικῆς οἰκειοτέρα ἡ σκέψις –, ὁ δὲ ἀποφαντικός τῆς νῦν θεωρίας. (*De interpretatione* 17.a.1–7; tradução de L. Angioni.)

<sup>82</sup> “Diz respeito ao pensamento tudo o que tem de ser expresso pela linguagem” (1456.a.36–7), como demonstrar, refutar, produzir emoções, matéria que pertence mais propriamente “aos livros de retórica” (τοῖς περὶ ῥητορικῆς 1456.a.35). Cf. DUPONT-ROC & LALLOT 1980: 311.

<sup>83</sup> Cf. *Retórica* 1404.a.24–5: οἱ ποιηταί, λέγοντες εὐήθη, διὰ τὴν λέξιν ἐδόκουν πορίσασθαι τὴν δόξαν. Aristóteles aponta um pouco antes o fato de haver “discursos escritos que obtêm mais efeito pela elocução (λέξις) que pelo conteúdo (διάνοια)” (1404.a.18–9).

<sup>84</sup> Cf. DUPONT-ROC & LALLOT 1980: 311–2.

censura à arte poética” (I456.b.13–4). As partes da elocução, por sua vez, merecem um estudo mais substancial, uma vez que o texto, “objeto por excelência da produção poética, ... é um arranjo dessas partes”.<sup>85</sup> É nesse contexto que se insere a segunda análise de Aristóteles.

O capítulo 20 da *Poética* contém um “inventário exaustivo do material gramatical”,<sup>86</sup> que se inicia pela enumeração das partes da elocução:

Toda elocução em geral tem as seguintes partes: fonema, sílaba, conjunção, nome, verbo, articulador, flexão e frase.<sup>87</sup>

A lista é seguida de um conjunto de definições, ainda que numa ordem diferente, baseada, como veremos, no critério da significação: os quatro primeiros itens (letra, sílaba, conjunção e articulador) não possuem significado; os quatro últimos (nome, verbo, flexão e frase) possuem.<sup>88</sup>

O fonema (στοιχείον, lit. “elemento”) é definido em seu aspecto humano e articulável e classificado sumariamente, remetendo o estudo de detalhes às artes métricas; o mesmo vale para as sílabas. Em seguida, Aristóteles define a conjunção e o articulador, em uma passagem de conhecidas dificuldades:

A conjunção é um som sem significado que nem impede nem produz um som significativo único a partir da junção de vários sons, e que pode colocar-se tanto nos extremos quanto no meio da frase, mas que não deve figurar sozinho no seu início, como é o caso de *mén, étoi, dé*. Ou então um som não significativo que dá origem a que se crie, de vários sons significativos, um único som com significado.<sup>89</sup>

O articulador é um som desprovido de significado que indica o princípio, o fim ou a divisão de uma frase, como por exemplo *amphí, perí*, etc. Ou então um som sem significado que nem impede nem produz, a partir de vários sons, um único som significativo e que, por natureza, se coloca tanto nos extremos como no meio.<sup>90</sup>

<sup>85</sup> DUPONT-ROC & LALLOT 1980: 313.

<sup>86</sup> DUPONT-ROC & LALLOT 1980: 314. Para esses estudiosos, “a gramática, enquanto descrição metódica do material que está na base da composição literária (i.e. a linguagem), está incluída na poética”. Mais que isso, e ao contrário do que afirma F. W. Householder (1995<sup>b</sup>: 93) – que “a produção linguística representada pelos capítulos 19–22 da *Poética* parece sintetizar a análise padrão presente na gramática dos séculos v e iv a.c.” –, pode-se dizer que, “em certo sentido, esses capítulos figuram na *Poética* exatamente porque eles não figuram em nenhum outro lugar (entenda-se: obras específicas sobre o assunto, como um manual de gramática, que não existia no século iv)” (1980: 315). Prova disso é que, para tratados existentes, Aristóteles sempre faz a remissão, como acabamos de ver no caso do pensamento (retórica) ou como veremos a seguir, no caso das letras e sílabas (métrica).

<sup>87</sup> Τῆς δὲ λέξεως ἀπάσης τὰ δὲ ἐστὶ τὰ μέρη. στοιχείον συλλαβὴ σύνδεσμος ὄνομα ῥῆμα ἄρθρον πτώσις λόγος. (*Poetica* I456.b.20; tradução de Ana Maria Valente.)

<sup>88</sup> Posteriormente, os textos gramaticais irão inverter essa ordem, enumerando primeiro os itens significativos. Ver mais adiante os motivos dessa diferença, baseados sobretudo na dívida da gramática à dialética.

<sup>89</sup> σύνδεσμος δὲ ἐστὶν φωνὴ ἄσημος ἢ οὔτε κωλύει οὔτε ποιεῖ φωνῆν μίαν σημαντικὴν ἐκ πλειόνων φωνῶν πεφυκυῖα συντίθεσθαι καὶ ἐπὶ τῶν ἄκρων καὶ ἐπὶ τοῦ μέσου ἢν μὴ ἀρμόττει ἐν ἀρχῇ λόγου τιθέναι καθ’ αὐτήν. οἷον μέν ἦτοι δέ. ἢ φωνὴ ἄσημος ἢ ἐκ πλειόνων μὲν φωνῶν μιᾶς σημαντικῶν δὲ ποιεῖν πέφυκεν μίαν σημαντικὴν φωνήν. (*Poetica* I456.b.38–I457.a.6; tradução de Ana Maria Valente.)

<sup>90</sup> ἄρθρον δ’ ἐστὶ φωνὴ ἄσημος ἢ λόγου ἀρχὴν ἢ τέλος ἢ διορισμὸν δηλοῖ. οἷον τὸ ἀμφὶ καὶ τὸ περὶ καὶ τὰ ἄλλα. ἢ φωνὴ ἄσημος ἢ οὔτε κωλύει οὔτε ποιεῖ φωνήν μίαν σημαντικὴν ἐκ πλειόνων φωνῶν πεφυκυῖα τίθεσθαι καὶ ἐπὶ τῶν ἄκρων καὶ ἐπὶ τοῦ μέσου. (*Poetica* I457.a.6–10; tradução de Ana Maria Valente.)



Um primeiro problema é a própria presença de um “articulador” (ἄρθρον) que, além de estar fora da ordem pré-estabelecida, não figura nos testemunhos posteriores de Dionísio de Halicarnasso e Quintiliano,<sup>91</sup> o que levanta uma suspeita sobre a autenticidade da passagem, cujo texto manuscrito, aliás, se apresenta em estado grave de corrupção. Além disso, é notável que a segunda definição de *árthron* só não é idêntica à primeira definição de *syndesmos* – a tradução acima é mais variada que o original grego – porque ela se interrompe se forma abrupta, constituindo um forte indício de iteração accidental.

Roselyne Dupont-Roc e Jean Lallot (1980: 322–3) sugerem, em vista da dificuldade de se demarcar e, sobretudo, emendar uma possível interferência no texto, que se tente interpretar integralmente o texto sobre o *árthron* “sem ideia preconcebida” e identificam quatro critérios que orientam os dois pares de definições:

- 1) a *posição* do elemento no enunciado; a primeira definição de *syndesmos* (S1) e a segunda de *árthron* (A2) diz que esses itens “se colocam por natureza tanto nos extremos quanto no meio do enunciado”, o que permanece vago na medida em que a dimensão do “enunciado” (*lógos*) em questão não é determinada;
- 2) uma função sintagmática de *ligação*, implícita em (S1), pois o fato de o *syndesmos* “não se colocar no início de um enunciado isolado” implica na presença de ao menos um outro enunciado ao qual ela teria por função unir;
- 3) uma função semântica de *unificação*, mencionada positivamente em (S2), negativamente em (S1) e (A2), que consiste em operar a unificação semântica de muitas entidades significantes;
- 4) uma função sintagmática de *demarcação*, que caracteriza (A1) e consiste na “indicação do princípio, do fim ou de uma divisão de um enunciado”.

A partir daí, os autores propõem que a oposição explícita entre (S1) e (S2) ... poderia corresponder a *duas espécies diferentes* de “conjunção”; ao lado daquelas que não realizam a integração semântica das entidades conectadas (caso de (S1), cujos exemplos são *mén, étoi, dé*), é possível que (S2) diga respeito às “conjunções” que exprimem positivamente ligação (e.g. *kaí*) ou conexão lógica (e.g. *ei, epeí, gár*).<sup>92</sup>

<sup>91</sup> Ambos atestam que Aristóteles e Teodectes enumeraram apenas três partes da oração: nome, verbo, conjunção (cf., respectivamente, *De compositione uerborum* 2; *Institutio oratoria* 1.4.18). Para F. Ildefonse (1997: 104), é provável que Quintiliano tivesse por fonte apenas o *De interpretatione*, uma vez que ele não fala de *pars elocutionis* (como seria mais rigoroso para traduzir *μέρη τῆς λέξεως*) e sim de *pars orationis* (= *μέρη τοῦ λόγου*), e considerando que naquele tratado há uma referência aos enunciados compostos “por conjunção” (*συνδέσμων* 17.a.8), além do fato de que a *ptôsis* não constitui uma parte da oração, mas apenas uma modificação que afeta o nome e o verbo. O caso de Dionísio de Halicarnasso é discutido mais adiante (v. p. 43 n. 96).

<sup>92</sup> Cf. DUPONT-ROC & LALLOT 1980: 324.

Essa análise é retomada e criticada por F. Ildefonse (1997: 107–8), que não considera duas definições de conjunção, mas “duas partes de uma mesma definição que permitem reunir os dois tipos possíveis de unidade de enunciados”, estabelecendo um laço entre a teoria poética (voltada para a “expressão”, a materialidade do texto) e a teoria lógica (cujo objeto é a demonstração e o silogismo enquanto reunião de declarações simples). Em seu primeiro uso (S1), a conjunção não opera a unidade (“não impede nem causa”), que é interna às declarações simples que ela conecta; no segundo (S2), ela opera uma unidade que sem ela não teria consistência, remetendo à preocupação lógica da unidade dos enunciados expressa no *De interpretatione*,<sup>93</sup> bem como na própria *Poética*.<sup>94</sup>

Em suma, relacionando essas conclusões ao paradigma de critérios que estamos utilizando (cf. AUROUX 1988), percebemos que a definição aristotélica de conjunção se baseia em dois critérios eminentemente *funcionais*: um *sintático* (S1), relativo à posição no enunciado; outro *lógico* (S2), relativo à promoção da unidade do enunciado.

Quanto ao *árrhron*, observa-se de início que ele não corresponde ao que a tradição gramatical posterior identificou como artigo: os exemplos fornecidos (*amphí, perí*) serão considerados preposições.<sup>95</sup> Fora isso, a relação entre as duas definições é mais difícil que no caso da conjunção, em meio às suspeitas de interpolação iterativa no caso da segunda.

Propondo-se a considerar o texto de modo integral, R. Dupont-Roc e J. Lallot (1980: 325–7) propõem uma interpretação que caracteriza o *árrhron* por uma “pobreza” relativa, na medida em que sua função distintiva (articulação ou demarcação) já é preenchida pela conjunção, mas “rica”. Nesse sentido, se (A2), ao reproduzir (S1), menciona explicitamente a neutralidade do *árrhron* no quesito unificação semântica (podendo corresponder a certas partículas expletivas), paralelamente (A1) remeteria a (S2) e “implicaria *e silentio* esse tipo de função” (correspondendo às preposições que ilustram o texto, cuja função “articulatória” seria análoga à função conectiva das conjunções, ao promoverem a “unificação” de um sintagma nominal, como em “Discurso *sobre* a coroa”). Admitindo o caráter totalmente hipotético dessas considerações (porém, “não mais arbitrário que as manipulações do texto que se permitem os editores”), os

<sup>93</sup> “A primeira frase declarativa é a afirmação, em seguida a negação; as outras frases, por sua vez, são unas por conjunção (οἱ συνδέσμων εἶς). ... E a frase declarativa una é ou a que mostra algo uno ou a que por conjunção é una (ὁ συνδέσμων εἶς), ao passo que são múltiplas as que mostram coisas múltiplas ou as sem conjunção (οἱ ἀσύνδετοι)” (*De int.* 17.a.8–18).

<sup>94</sup> “A frase consegue unidade de duas maneiras, a saber, ou significa uma só coisa ou é composta de uma pluralidade unida por conjunção (ὁ ἐκ πλειόνων συνδέσμων), como a *Ilíada*, que tem unidade por conjunção (συνδέσμων εἶς), e a definição de homem, que tem unidade por significar uma coisa só” (*Poética* 1457.a.28–30). Para Anna Maria Thornton (1986: 173 n.7), Walter Belardi (1977) demonstrou “em definitivo” que, nessas passagens de Aristóteles, σύνδεσμος quer dizer “conjunção”, no sentido específico de classe de palavra.

<sup>95</sup> Isso explica a tradução de A. M. Valente por “articulador”.

dois estudiosos inferem que Aristóteles realiza aqui a “primeira tentativa de classificar as palavras funcionais do grego em termos de funções – principalmente conjuntiva e demarcativa”, de modo que uma mesma função conectiva seria o critério pertinente às duas classes. Assim,

a articulação seria uma espécie de conjunção ... que operaria em um nível inferior ao da conjunção propriamente dita: a articulação seria, no nível *intra*-proposicional, o que a conjunção seria no nível *inter*proposicional, um conector a serviço da unidade semântica do texto.<sup>96</sup>

A crítica de F. Ildefonse (1997: 108–9) a essa análise consiste essencialmente em desconsiderar a segunda definição, que constitui para a autora uma evidente iteração acidental, desconsiderando com isso toda a tentativa de R. Dupont-Roc e J. Lallot de explicar a identidade entre parte das definições de conjunção e articulação e de supor exemplos prováveis para o segundo caso (partículas expletivas). Tomando como objeto apenas a primeira definição (“indicar o princípio, o fim ou a divisão de uma frase”), Ildefonse aponta “a função de demarcação” definida por Aristóteles para o *áarthron*, “que a opõe efetivamente à conjunção, pois esta não podia se colocar no início do enunciado tomado isoladamente”. Nessa perspectiva, embora admitindo a ideia de que a diferença entre articulação e conjunção diz respeito à distinção entre um nível intraproposicional e um nível interproposicional, a autora julga que a função conectiva que aproxima as duas partes do enunciado não significa que uma seja espécie da outra; ao contrário, fiar-se no texto é acreditar que Aristóteles “separa uma da outra como duas partes distintas da expressão”.

Essa conclusão se aproxima da análise de Marc Baratin e Françoise Desbordes (1981: 20), que identificam na conjunção e na articulação as respectivas funções coesiva e demarcatória “que asseguram a unidade do enunciado no nível da expressão, ... servindo para determinar e recortar os limites materiais do enunciado e de suas eventuais subdivisões”. Nesse sentido, no plano dos itens não significantes haveria um paralelismo entre dois grupos distintos: de um lado, “unidades *constitutivas* de outras unidades (sons elementares e sílabas); de outro, unidades de recorte *indicativas* de outras unidades (conjunções e articulações)”.

Diante dos objetivos deste estudo, parece preferível seguir a restrição de F. Ildefonse e considerar apenas a primeira definição de *áarthron*, cujo critério básico, como foi dito, é *sintático-funcional*, dada sua função demarcativa de uma cadeia linguística mais longa.<sup>97</sup>

<sup>96</sup> DUPONT-ROC & LALLOT 1980: 327. Isso permitiria explicar a menção de Dionísio de Halicarnasso apenas ao nome, ao verbo e ao articulador; de fato, “como Dionísio poderia atribuir a Aristóteles a invenção do *áarthron* como parte da elocução, numa época em que esse termo designava especificamente o artigo e o pronome relativo?”

<sup>97</sup> Cf. AUROUX 1988: 111.

Por fim, não podemos esquecer que, em todas as definições, *sýndesmos* e *árthron* são qualificados como “som sem significado” (φωνῆ ἄσημος). Essa caracterização foi criticada pela tradição posterior: veremos a importância que a conjunção terá para a lógica estoica e o papel semântico que será atribuído ao artigo e à preposição (especialmente em seu uso como prefixo) pelos gramáticos.<sup>98</sup> Porém, uma vez que “os interesses de Aristóteles se orientavam verdadeiramente para a lógica”,<sup>99</sup> é preciso considerar o aspecto significante ou não significante de uma forma em relação à teoria da significação aristotélica, que “permanece totalmente tributária da distribuição categorial”, pois

significar qualquer coisa equivale a significar uma das categorias; assim, tanto a conjunção quanto a articulação, não sendo redutíveis a uma das acepções categoriais, não podem ser consideradas significantes.<sup>100</sup>

O texto da *Poética* segue definindo e caracterizando o nome e o verbo de forma associada:

O nome é um som composto, significativo, sem ideia de tempo e do qual nenhuma parte é, por si mesma, significativa. ...

O verbo é um som composto, significativo, com ideia de tempo, do qual nenhuma parte tem, só por si, significado, como nos nomes.

Na verdade, “homem” ou “branco” não indicam *quando*, mas “caminha” ou “caminhou” acrescentam ao seu sentido a ideia de presente e passado, respectivamente.<sup>101</sup>

De fato, nomes e verbos são ambos “sons compostos significativos” cujas partes não significam por si mesmas, diferindo apenas pela ausência (no nome) ou presença (no verbo) do *tempo*. Essa distinção é praticamente idêntica àquela apresentada no *De interpretatione* (cf. acima, pp. 35–6), exceto pelo fato de negligenciar o fator convencionalidade e não definir o verbo em termos lógicos, como “sinal daquilo que se afirma de outro item” (I6.b.7). Uma explicação plausível para essas diferenças ressalta a profunda coerência demonstrada por Aristóteles em relação ao contexto de uso e análise da linguagem; em outras palavras,

seu interesse se limita ao quanto ela é relevante para seu objetivo: o de entender como a poesia consegue certos efeitos. ... Na *Poética* ele descreve o nome e o verbo como “um som composto com significado”, ponto relevante para o uso e a análise literária da linguagem, mas dispensa o elemento da convencionalidade, significativa para o dialético mas irrelevante para o poeta (se não inconveniente).<sup>102</sup>

<sup>98</sup> Sobre os estoicos, pp. 61–3; sobre os gramáticos, pp. 85–8.

<sup>99</sup> MATTHEWS 1990: 222.

<sup>100</sup> ILDEFONSE 1997: 109.

<sup>101</sup> ὄνομα δὲ ἐστὶ φωνῆ συνθετῆ σημαντικῆ ἄνευ χρόνου ἧς μέρος οὐδὲν ἐστὶ καθ' αὐτὸ σημαντικόν. ... ῥῆμα δὲ φωνῆ συνθετῆ σημαντικῆ μετὰ χρόνου ἧς οὐδὲν μέρος σημαίνει καθ' αὐτό, ὥσπερ καὶ ἐπὶ τῶν ὀνομάτων· τὸ μὲν γὰρ ἄνθρωπος ἢ λευκὸν οὐ σημαίνει τὸ πότε, τὸ δὲ βαδίζει ἢ βεβάδιζεν προσσημαίνει τὸ μὲν τὸν παρόντα χρόνον τὸ δὲ τὸν παρελθούτα.

<sup>102</sup> LAW 2003: 32.

Em todo caso, assim como no *De interpretatione*, o verbo se distingue do nome essencialmente por sua significação adicional de tempo. Roselyne Dupont-Roc e Jean Lallot (1980: 331), a partir da oposição ilustrativa entre “caminha” (βαδίξει) e “caminhou” (βεβήδικεν), detectam nessa caracterização do verbo “um passo importante na direção da gramática no sentido de ... estudo das *formas*, uma vez que, sob uma formulação semântica (‘significar adicionalmente o tempo’), é uma característica morfológica que é isolada por Aristóteles”, afastando-se completamente das definições semânticas e lógicas do nome e do verbo apresentadas no *Sofista* de Platão. Para os dois pesquisadores, o par *badízei–bebádiken* “evidencia a variação formal que permite ao verbo significar seja o presente, seja o passado”, demonstrando que o verbo é aqui pela primeira vez “concebido (se não rigorosamente definido) como uma espécie *morfológica*, e não somente como suporte de uma função lógica”.

Em contrapartida, Frédérique Ildefonse (1997: 110), insistindo em sua interpretação baseada no “bloqueio linguístico” causado pela total dependência da significação aristotélica em relação à análise categorial, que há pouco impediu de se considerar a conjunção e a articulação como significantes, percebe que “é a essa distribuição categorial que Aristóteles se refere quando precisa que nomes como ‘homem’ ou ‘branco’ não significam o *quando*”: a clara remissão ao nome da categoria (τὸ πότε, *Categorias* 2.a.2) liga a noção de *tempo* (χρόνος) essencialmente à semântica categorial, de modo que as definições de nome e verbo na *Poética* permanecem orientadas segundo um critério semântico-ontológico.

Por outro lado, o aspecto morfológico é sem dúvida contemplado por Aristóteles quando o assunto é a flexão (πτῶσις), do qual o par *badízei–bebádiken* antecipa o tratamento:

A flexão é própria do nome ou do verbo e transmite ideias de: “deste”, “para este” e outras semelhantes; singular e plural, como “homem” ou “homens”; e ainda modos de expressão do ator, como a interrogação e a ordem – assim, “caminhou?” ou “caminha!” são, de acordo com essas distinções, flexões do verbo.<sup>103</sup>

A esse respeito, uma vez que o caso não constitui uma parte da oração, faremos algumas poucas considerações. A primeira é que a *ptôsis* comparece igualmente no *De interpretatione*, não como parte distinta, mas vinculada à exposição do nome (e.g. Φίλωνος “de Fílon”, Φίλωνι “para Fílon” 16.a.32) e do verbo (ὕγιανεν “tem saúde”, ὕγιανεῖ “terá saúde” 16.b.16). Além disso, a *Poética* apresenta “pela primeira vez *ptôsis* no sentido gramatical”,<sup>104</sup> embora com um conceito mais amplo do que terá na tradição gramatical posterior, incluindo, além dos

<sup>103</sup> πτῶσις δ’ ἐστὶν ὀνόματος ἢ ῥήματος ἢ μὲν κατὰ τὸ τούτου ἢ τούτῳ σημαῖνον καὶ ὅσα τοιαῦτα, ἢ δὲ κατὰ τὸ ἐνὶ ἢ πολλοῖς, οἷον ἄνθρωποι ἢ ἄνθρωπος, ἢ δὲ κατὰ τὰ ὑποκριτικά, οἷον κατ’ ἐρώτησιν ἐπίταξιν· τὸ γὰρ ἐβήδισεν; ἢ βήδιζε πτῶσις ῥήματος κατὰ ταῦτα τὰ εἶδη ἐστίν. (1457.a.18–23)

<sup>104</sup> DUPONT-ROC & LALLOT 1980: 322.

casos nominais, também o número e dois modos de entonação do verbo. Coloca-se a questão de saber o que Aristóteles entende por *ptôsis* e, conseqüentemente, se a lista apresentada na *Poética* pode ser considerada exaustiva.

Conforme o texto sugere, a *ptôsis* cobre diversos tipos de variações formais de um item lexical. No que diz respeito às flexões nominais, nota-se que a terminologia ainda não está fixada – Aristóteles os designa normalmente pela flexão do pronome –, mas é possível considerar os demais casos nominais (nominativo, acusativo e vocativo) implícitos no sintagma “e outras semelhantes” (καὶ ὅσα τοιαῦτα), com base em uma importante passagem dos *Primeiros analíticos*, que traz uma lista mais completa:

Os termos devem ser tomados sempre segundo a denominação dos nomes (κατὰ τὰς κλήσεις τῶν ὀνομάτων), ao passo que as proposições devem ser tomadas segundo as flexões de cada um deles (κατὰ τὰς ἐκάστου πτώσεις): e.g. *a este* (τούτω) como em “igual [a algo]”, *deste* (τούτου) como em “o dobro [de algo]”, *este* (τοῦτο, *acus.*) como em “golpeando [algo]” ou “vendo [algo]”, *este* (ὁὗτος, *nom.*) como em “o homem [é] animal”, entre outras maneiras de se flexionar (πίπτει) o nome conforme a proposição. (48.b.39–49.a.5)<sup>105</sup>

Mas mesmo essa lista anuncia outras formas de flexão, sem especificar. Uma delas pode ser identificada em outros textos de Aristóteles e diz respeito à derivação, quer a do advérbio a partir do adjetivo (δικαίως < δίκαιον, *Topica* 106.b.30), quer a do adjetivo a partir do substantivo (“o gramático a partir da gramática, o corajoso a partir da coragem”<sup>106</sup>); também os gêneros são mencionados em termos de *ptôsis* (cf. *Topica* 133.b.36).

Quanto às flexões verbais, se a variação temporal havia sido enunciada antecipadamente, no final da apresentação do verbo (ainda que, como vimos, inserida em uma perspectiva semântica), chama atenção a distinção de dois modos de enunciação como exemplos de *ptôsis* verbal, ao passo que, no final do capítulo precedente, Aristóteles os tinha incluído entre as figuras de elocução (ou “formas de expressão”, σχήματα τῆς λέξεως, 1456.b.9), cujo conhecimento dizia respeito à arte do ator (τῆς ὑποκριτικῆς 1456.b.10). Na verdade, se o exemplo de “ordem” se evidencia na morfologia (a forma imperativa βιάδιζε), a “interrogação” só se distingue na entonação, carecendo de qualquer marca formal (a forma ἐβιάδισεν é simplesmente a terceira pessoa singular do indicativo aoristo). Considerando, com R. Dupont-Roc e J. Lallot

<sup>105</sup> Essa passagem é indício de que Aristóteles considera o nominativo como caso, ao contrário da interpretação peripatética do nominativo como uma “forma normal”, a partir da aparente identidade entre a denominação e a forma que aparece num enunciado assertivo simples como “Sócrates caminha”. Se aquela opção é plausível, decorre que a definição de nome e verbo da *Poética*, bem como a do início do *De interpretatione*, se referem “não aos constituintes efetivos do enunciado declarativo, mas aos constituintes potenciais de um enunciado que os reunirá a partir de seus casos” (ILDEFONSE 1997: 112). De todo modo, a posição aristotélica a esse respeito é menos clara do que a da tradição peripatética, que a retoma.

<sup>106</sup> ... ἀπὸ τῆς γραμματικῆς ὁ γραμματικὸς καὶ ἀπὸ τῆς ἀνδρείας ὁ ἀνδρεῖος. (*Categorias* 1.a.14–5)



(1980: 336), que a solução normalmente empregada pelos editores (o uso do ponto de interrogação) provavelmente não existia na época de Aristóteles, “é de estranhar que Aristóteles dê como exemplo de interrogação uma forma que *em nada* se distingue como interrogativa”. A referência ao intérprete (que, no caso, é o ator de teatro) pode ser indício de que “a mensagem escrita sempre deixa ao leitor uma *margem de interpretação*”, de modo que Aristóteles estaria propondo aqui “concretamente um exercício de interpretação similar àquele que o poeta ... deixa a cargo dos atores”.<sup>107</sup>

Em suma, a noção de *ptôsis* em Aristóteles, irreduzível aos casos nominais,<sup>108</sup> parece corresponder a toda “transformação do nome ou do verbo que lhes permite significar diversas outras relações além de sua significação lexical”,<sup>109</sup> agrupando tanto as flexões nominais quanto verbais, bem como as modalidades, os advérbios derivados, os gêneros gramaticais e os números. Por outro lado, o caráter incompleto (do ponto de vista gramatical) da lista de flexões mostra que “Aristóteles não cultivou a gramática por si mesma, numa perspectiva sistemática”; ao contrário, “a descrição das partes da elocução permanece em grande medida tributária das observações linguísticas ... suscitadas pelo estudo lógico das partes do *lógos*”.<sup>110</sup> Isso explicaria, por exemplo, a ausência de tratamento da categoria de pessoa (já que “a teoria do enunciado assertivo simples o condena a só considerar a terceira pessoa”) e a omissão da categoria de voz (uma vez que, figurando entre as múltiplas acepções do *ser*, “a atividade e a passividade são compreendidas como categorias antes mesmo de serem compreendidas como diáteses”).<sup>111</sup>

Resta tratar do *lógos*:

A frase é um som composto, significativo, do qual algumas partes têm, por si mesmas, algum significado, como ‘Cléon’ em “Cléon caminha”. (Na verdade, nem todas as frases são compostas de verbos e de nomes, por exemplo a definição de homem; assim, é possível haver uma frase sem verbo, mas certamente ela terá sempre uma parte significativa.) A frase consegue unidade de duas maneiras, a saber: ou significa uma só coisa ou é composta de uma pluralidade unida por conjunção; são exemplos a *Ilíada*, que tem unidade por conjunção, e a definição de homem, que tem unidade por significar uma coisa só.<sup>112</sup>

<sup>107</sup> Um caso análogo aparece nas *Refutações sofisticas* (177.b.10–2), onde se lê que “não é a mesma coisa dizer *ιδεῖν* ‘τοῖς ὀφθαλμοῖς τυπτόμενον’ (ver [alguém] bater com os olhos)’ e ‘ιδεῖν τοῖς ὀφθαλμοῖς τυπτόμενον’ (‘ver com os olhos [alguém] bater)’”; se excluirmos a pontuação, inserida modernamente pelos editores por exigências lógicas, temos o estranho caso em que duas expressões, escritas de modo rigorosamente idêntico, são diferentes: apenas uma leitura “corretamente pontuada” (como dirão os gramáticos, cf. “anfíbolia”, p. 167) pode distinguir esse tipo de ambiguidade. Nos dois casos, é possível entrever um aspecto enunciativo que orienta necessariamente a recepção do texto.

<sup>108</sup> Os estoicos serão os primeiros a excluir da *ptôsis* a flexão verbal.

<sup>109</sup> BARATIN & DESBORDES 1981: 20.

<sup>110</sup> DUPONT-ROC & LALLOT 1980: 335.

<sup>111</sup> Cf. ILDEFONSE 1997: 114.

<sup>112</sup> λόγος δὲ φωνῆ συνθετὴ σημαντικὴ ἧς ἔνια μέρη καθ’ αὐτὰ σημαίνει τι (οὐ γὰρ ἅπας λόγος ἐκ ῥημάτων καὶ ὀνομάτων σύγκειται, οἷον ὁ τοῦ ἀνθρώπου ὀρισμός, ἀλλ’ ἐνδέχεται ἄνευ ῥημάτων εἶναι λόγον, μέρος μὲντοι αἰεὶ τι σημαῖνον ἔξει) οἷον ἐν τῷ βαδίζει Κλέων ὁ Κλέων. εἷς δὲ ἐστι λόγος διχῶς, ἢ γὰρ ὁ ἐν σημαίνων. ἢ ὁ ἐκ πλειόνων συνδέσμων, οἷον ἡ Ἰλιάς μὲν συνδέσμων εἷς, ὁ δὲ τοῦ ἀνθρώπου τῷ ἐν σημαίνειν. (1457.a.23–30; tradução de Ana Maria Valente)

Em relação aos três itens precedentes (nome, verbo, flexão), o *lógos* não se caracteriza por uma forma linguística específica, mas por ser “portador de um significado único que resulta da combinação de outros significados”.<sup>113</sup> Essa definição é quase idêntica àquela fornecida no *De interpretatione* (16.b.26–8), exceto pela ausência da convencionalidade (como, aliás, na definição de nome e de verbo, explicada acima) e da especificação do significado das partes constitutivas (“enquanto enunciação, mas não enquanto afirmação”).<sup>114</sup> As duas ausências estão relacionadas ao fato de que, na *Poética*, Aristóteles está tratando de outros tipos de enunciado que não o declarativo, de modo a poder incluir nessa categoria enunciados sem verbo, como a definição.

Há quem veja nessa inclusão uma crítica explícita ao *lógos* platônico, caracterizado no *Sofista* como combinação necessária de nome e verbo;<sup>115</sup> porém, essa consideração não se sustenta quando a comparação é feita entre contextos equivalentes: o que Platão define simplesmente como *lógos* no *Sofista* corresponde, em Aristóteles, ao *lógos apophantikós* do *De interpretatione*.<sup>116</sup> Na verdade, o que parece distinguir um de outro ponto de vista é que,

em Platão, a oração era homogênea em suas partes (ao menos em um aspecto, o de ser uma ‘parte grande’ do *lógos* em face das ‘partes menores’); já em Aristóteles, a oração é heterogênea em relação a suas partes, as palavras: de fato, a oração é composta de partes significativas, ao passo que as palavras têm partes não significativas. A oração perde assim seu parentesco com as palavras, ficando mais próxima do texto.<sup>117</sup>

Por outro lado, se Aristóteles considera com Platão que “enunciar palavras lado a lado” não é suficiente para conferir unidade ao *lógos* (*De int.* 17.a.14), sua resposta para essa questão central também o distingue de seu professor. Uma vez que a solução apresentada pela *Poética* é a mesma do *De interpretatione*, cabe fazer uma consideração de conjunto acerca da unidade do *lógos* em Aristóteles, o que permitirá uma maior compreensão do que entende por *lógos*.<sup>118</sup>

Vimos que um *lógos* adquire unidade ou porque significa ou indica algo uno (ὁ ἐν σημαίνων/δηλῶν) ou porque se torna uno por meio de conjunção (ὁ συνδέσμῳ εἶς). No primeiro grupo encontramos as orações declarativas simples (κατάφασις, ἀπόφασις, *De int.* 17.a.8–9) e a definição (ὁρισμὸς λόγος, *Met.* 1045.a.12–3), sendo esta “aquilo que define em uma definição, um tipo de unidade linguística que hoje chamaríamos de sintagma nominal”.<sup>119</sup>

<sup>113</sup> BARATIN & DESBORDES 1981: 20.

<sup>114</sup> ... ὡς φάσις ἀλλ’ οὐχ ὡς κατάφασις (16.b.27–8). O conceito de φάσις recupera a passagem imediatamente anterior, que caracterizava o significado do nome e do verbo isolados como capaz de “fixar o pensamento ... mas não de significar se é ou não é” (16.b.20–2).

<sup>115</sup> DUPONT-ROC & LALLOT 1980: 337; ILDEFONSE 1997: 114.

<sup>116</sup> “A própria definição de homem não será uma frase declarativa se não tiver acrescentado é ou não é” (17.a.11–2).

<sup>117</sup> THORNTON 1986: 172.

<sup>118</sup> Cf. *De interpretatione* 17.a.15–6; *Metafísica* 1030.b.7–10 e 1045.a.12–4; *Segundos analíticos* 93.b.35–7.

<sup>119</sup> THORNTON 1986: 175.



No segundo grupo está a *Ilíada* (extremo oposto dimensional da definição) e um tipo de *lógos* declarativo que não é nem afirmação nem negação, designado apenas como “outras frases unas por conjunção” (οἱ δὲ ἄλλοι συνδέσμῳ εἶς, *De int.* 17.a.9).<sup>120</sup>

Isso sugere que Aristóteles, retomando o critério platônico da dimensão do enunciado, procura resolver o problema dos limites do *lógos* estabelecendo uma distinção mais clara entre unidades menores (que chamaríamos de sintagmas e orações)<sup>121</sup> e unidades maiores (que poderíamos chamar de enunciado, no caso do silogismo, e texto, no caso da *Ilíada*), com base na noção de “unidade semântica”:<sup>122</sup> unidades menores designam necessariamente um único ser, pois se referem a um mesmo substrato; unidades maiores, compostas de duas ou mais orações, abrem a possibilidade de referência a mais de um substrato, encontrando unidade não mais no ser, mas no pensamento.

Em suma, a análise da elocução se constitui de sucessivos recortes do texto poético em sua materialidade, isto é, no nível da expressão linguística: “sequência de elementos, sequência de sílabas, sequência de palavras – diferenciadas em conjunção, nome, verbo, articulação, caso, enunciado – o texto é, em cada caso, apreendido sem sobras”.<sup>123</sup> De fato,

em nenhum momento é propósito de Aristóteles estabelecer um sistema de classes de palavras; a fala – que é possível ser pensada como uma entidade formal – tem na verdade unidades de vários tipos, desde puramente formais (sons elementares, sílabas) e funcionais (conjunção, articulação) até a expressão portadora de um significado completo (λόγος).<sup>124</sup>

Ao mesmo tempo, na medida em que implica em um conteúdo, a série de constituintes da expressão se organiza em ordem crescente de relevância para a significação. Nesse sentido, é possível ver aqui implícito um sistema proporcional da língua baseado no paralelismo estrutural entre as sílabas (formadas pela união de consoantes e vogais) e as orações (formadas

<sup>120</sup> Anna Maria Thornton (1986: 176) propõe ver nesses outros *lógoi* apofânticos os silogismos, compostos por uma sequência de afirmações e negações ligadas por conjunções. Roselyne Dupont-Roc e Jean Lallot (1980: 338), por seu lado, resgatando a segunda definição da conjunção (“produzir, de vários sons significativos, um único som com significado”), remetem a uma passagem da *Retórica* (1407.b.38–9) que mostra a diferença entre dois verbos conectados por conjunção (e.g. “tendo eu caminhado e conversado”) e em assíndeto (e.g. “tendo eu caminhado, conversei”); mais adiante (*Ret.* 1413.b.29–34), Aristóteles explica a utilidade do assíndeto na amplificação, pois com ele “muitas coisas parecem ser ditas ao mesmo tempo; é que a conjunção faz de muitas coisas uma só (ἐν ποιεῖ τὰ πολλά), de tal forma que, se for eliminada, é manifesto que o oposto acontecerá: uma única coisa resultará muitas (ἔσται τὸ ἐν πολλά)”. Nesse sentido, mesmo fora da perspectiva apofântica do *De interpretatione*, a unidade de múltiplos *lógoi* se dá na conexão de declarações simples por meio de conjunção. No caso de um texto como a *Ilíada*, concorrem com a conjunção a “unidade de ação” do texto poético (cf. *Poética* 1451.a.16; 1459.a.35).

<sup>121</sup> Este pode ser um primeiro movimento na direção do *lógos* considerado “oração”, recorte básico da futura abordagem gramatical; o *lógos* enquanto “texto” permanecerá o recorte básico da retórica.

<sup>122</sup> DUPONT-ROC & LALLOT 1980: 337.

<sup>123</sup> DUPONT-ROC & LALLOT 1980: 317.

<sup>124</sup> LAW 2003: 32.

pela união de nomes e verbos), que já servira de fundamento da dialética para Platão e servirá de fundamento da descrição do *lógos* pela gramática como “sintaxe de inteligíveis”.<sup>125</sup>

A sequência do texto trata das espécies de nomes – que, como vimos, incluem os verbos, tomados isoladamente – segundo o critério da formação (simples ou compostos) ou da propriedade (“todo nome ou é corrente ou raro ou metáfora ou ornamento ou inventado ou alongado ou abreviado ou alterado”<sup>126</sup>), sendo definidos e classificados conforme a adequação de seu emprego a cada gênero poético; também o gênero gramatical é considerado segundo um critério formal – a terminação (τελευτή). Por fim, define a clareza como principal qualidade da elocução, apoiada no uso da palavra corrente, embora a necessidade de a poesia não ser banal exige uma mistura moderada das outras espécies.

Por mais evidente que possa ser o aspecto gramatical presente nesses três capítulos analíticos da *Poética* (20–22 = 1456.b.20–1459.a.15), parece-nos temerário afirmar que esses capítulos “sintetizam a análise padrão presente na *grammatiké* dos séculos v e iv a.c., ... resumindo o conhecimento linguístico desse período”.<sup>127</sup> Dissuade-nos dessa ideia a consideração de que toda menção à *grammatiké* em Aristóteles sempre se refere a uma ciência ou arte cujo objeto são as letras e as sílabas, e o objetivo a leitura e a escrita corretas.<sup>128</sup> Além disso, o fato de Aristóteles tratar do assunto na *Poética* pode indicar uma carência de tal tratamento entre as artes disponíveis em seu tempo; quando a matéria é reconhecidamente objeto de outra arte, ele se resigna a uma breve remissão.<sup>129</sup>

<sup>125</sup> Cf. DUPONT-ROC & LALLOT 1980: 329. A passagem a que os autores se referem encontra-se na *Sintaxe* de Apolônio Díscolo: “assim como os elementos, entrelaçando-se, produzem as sílabas, também a construção dos inteligíveis se produzirá como sílabas, pelo entrelaçamento de palavras” (ὡς τὰ στοιχεῖα τὰς συλλαβὰς ἀποτελεῖ κατὰ τὰς ἐπιπλοκάς, οὕτω καὶ ἡ σύνταξις τῶν νοητῶν τρόπον τινὰ συλλαβὰς ἀποτελέσει διὰ τῆς ἐπιπλοκῆς τῶν λέξεων, GG 2.2.2.11–3).

<sup>126</sup> ἅπαν δὲ ὄνομά ἐστιν ἢ κύριον ἢ γλῶττα ἢ μεταφορὰ ἢ κόσμος ἢ πεποιημένον ἢ ἐπεκτεταμένον ἢ ὑψηρομένον ἢ ἐξηλλαγμένον (1457.b.1–3).

<sup>127</sup> HOUSEHOLDER 1995<sup>b</sup>: 93–4.

<sup>128</sup> Por exemplo, em duas ocorrências nos *Tópicos*: “definiu-se a gramática como a ciência das letras” (τὴν γραμματικὴν ὥρισαντο ἐπιστήμην γραμμάτων 146.b.6–7); “se se define a gramática como a ciência do escrever o que é ditado, ... é preciso acrescentar que é também a ciência do ler” (εἰ τὴν γραμματικὴν ἐπιστήμην τοῦ γράψαι τὸ ὑπαγορευθέν· προσδεῖται γὰρ ὅτι καὶ τοῦ ἀναγνῶναι 142.b.30–5). Cf. também *Categorias* 14.b.2; *De mundo* 396.b.17–9; *Physica* 199.a.34–5; *Metaphysica* 1087.a.20–1.

<sup>129</sup> Cf. acima, p. 40 n. 86. O mesmo pode ser dito dos capítulos “gramaticais” da *Retórica*, acerca do “princípio básico da elocução: falar o grego correto” (ἔστι δ’ ἀρχὴ τῆς λέξεως τὸ ἐλληνίζειν 1407.a.20). Se, como veremos, a gramática virá a constituir-se assumindo como objeto o estudo da correção, reunindo e organizando sistematicamente os conceitos e análises anteriores sobre tal questão, em Aristóteles isso é sempre feito *in contextu*, em meio a considerações de ordem estilística e pragmática.

### 2.3 Estoicos

O terceiro representante do estudo do *lógos* não é um filósofo individualizado, mas uma corrente de pensamento designada em conjunto já na Antiguidade: o estoicismo. Sua influência sobre a doutrina gramatical vindoura é certa, ainda que não facilmente particularizada, dada a ausência de fontes diretas. Os testemunhos, além de indiretos, são em grande parte hostis, o que coloca o problema exegético de saber se esses testemunhos podem ser tomados como uma caracterização acurada da doutrina.<sup>130</sup> Nesse sentido, parece prudente preferir, às obras críticas, obras doxográficas, entre as quais se destaca a coletânea das *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*, escrita por Diógenes Laércio nas primeiras décadas do século III d.C. É aí que encontramos a primeira menção explícita às “partes do *lógos*” (μέρη τοῦ λόγου):

As partes do *lógos* – de acordo com Diógenes [da Babilônia], no *Sobre a voz*, e com Crisipo – são cinco: nome, denominação, verbo, conjunção, artigo. Além dessas, Antípatro propõe, em seu *Sobre a dicção e as coisas ditas*, a média.

Denominação é uma parte do *lógos* que significa uma qualidade comum, como *homem, cavalo*.

Nome é uma parte do *lógos* que indica uma qualidade própria, como *Diógenes, Sócrates*.

Verbo, segundo Diógenes, é uma parte do *lógos* que significa um predicado não composto; segundo outros, é um elemento do *lógos* sem caso que significa algo construído a respeito de um ou muitos algos, como *escrevo, digo*.

Conjunção é uma parte do *lógos* sem caso que conecta partes do *lógos*.

Artigo é um elemento do *lógos* com caso que determina os gêneros e os números dos nomes, como ὁ ἡ τό (*o/a*), οἱ αἱ τά (*os/as*).<sup>131</sup>

Com efeito, vimos que Platão designa nomes e verbos como “gêneros de nomes”, ao passo que Aristóteles, quando define *lógos* no *De interpretatione* como “voz significante cujas partes são significantes”, acaba caracterizando implicitamente nomes e verbos como partes do *lógos* – embora os mesmos nomes e verbos, enquanto componentes materiais dos textos poéticos, são explicitamente designados partes da *léxis*. Os estoicos, por seu lado, evitam dissociar os diversos campos de estudo da linguagem humana; ao contrário, é evidente em sua filosofia um grande esforço de sistematização do conhecimento, que reúne, sob o mesmo

<sup>130</sup> Cf. WHITE 2006: 168.

<sup>131</sup> Τοῦ δὲ λόγου ἐστὶ μέρη πέντε, ὡς φησι Διογένης τ' ἐν τῷ Περὶ φωνῆς καὶ Χρύσιππος, ὄνομα, προσηγορία, ῥῆμα, σύνδεσμος, ἄρθρον· ὁ δ' Ἀντίπατρος καὶ τὴν μεσότητά τιθησιν ἐν τοῖς Περὶ λέξεως καὶ τῶν λεγομένων. Ἔστι δὲ προσηγορία μὲν κατὰ τὸν Διογένην μέρος λόγου σημαῖνον κοινὴν ποιότητα, οἷον Ἄνθρωπος, Ἴππος· ὄνομα δὲ ἐστὶ μέρος λόγου δηλοῦν ἰδίαν ποιότητα, οἷον Διογένης, Σωκράτης· ῥῆμα δὲ ἐστὶ μέρος λόγου σημαῖνον ἀσύνθετον κατηγορημα, ὡς ὁ Διογένης, ἦ, ὡς τινες, στοιχεῖον λόγου ἄπτωτον, σημαῖνόν τι συντακτὸν περὶ τινος ἢ τινῶν, οἷον Γράφω, Λέγω· σύνδεσμος δὲ ἐστὶ μέρος λόγου ἄπτωτον, συνδοῦν τὰ μέρη τοῦ λόγου· ἄρθρον δὲ ἐστὶ στοιχεῖον λόγου πτωτικόν, διορίζον τὰ γένη τῶν ὀνομάτων καὶ τοὺς ἀριθμούς, οἷον Ὁ, Ἡ, Τό, Οἱ, Αἱ, Τά. (DIOGENES LAÉRCIO 7,57–8)

rótulo *dialética*, o estudo do significante e do significado, que compõe, junto com a *retórica*, um estudo amplo da linguagem designado conjuntamente como *lógica*; esta constitui, ao lado da *física* e da *ética*, o todo da doutrina filosófica.<sup>132</sup>

Uma vez que esse sistema não era meramente formal, mas se baseava numa relação orgânica entre suas partes,<sup>133</sup> torna-se aqui extremamente necessário fazer um apanhado geral da doutrina estoica para compreender com clareza a que remete cada uma das partes do *lógos* e a que critérios respeitam suas respectivas definições.

Como pensadores helenistas, os estoicos defendiam que todo conhecimento humano é, em última instância, “prático”, no sentido de nos informar a melhor maneira de viver nossa vida.<sup>134</sup> Para eles, a finalidade da vida humana é “viver de acordo com a natureza”, sinônimo de “viver conforme a virtude”.<sup>135</sup> Consequentemente, enquanto parte da filosofia que diz respeito à natureza, a física adquire um significado ético: “o conhecimento do mundo natural não é buscado como um fim em si mesmo, mas como algo que nos capacita a viver de acordo com a natureza”.<sup>136</sup>

A doutrina física se divide em tópicos relativos aos corpos, aos princípios, aos elementos, aos deuses, aos limites, ao lugar e ao vazio.<sup>137</sup> Segundo a análise de Jacques Brunschwig (2006: 231), todos esses princípios compartilham claramente um aspecto comum: o de serem, em algum sentido, primários. Nesse sentido, embora tais tópicos pertençam “oficialmente” ao domínio da física, é possível conectar certas teorias estoicas a um tipo de estudo que mais tarde será chamado de “ontologia”:

Os estoicos tinham em alta conta a caracterização, definição e classificação do estatuto ontológico dos itens que tinham algum papel a desempenhar em sua filosofia, ... e isso não apenas a propósito de itens físicos tais como corpos, mas também a propósito de itens éticos (tais como a virtude e os bens) e lógicos (tais como os predicados e as proposições). Seus pensamentos a respeito não menos de problemas lógicos e éticos que de problemas físicos têm conexões com muitos de seus conceitos e teorias “ontológicas”.<sup>138</sup>

<sup>132</sup> Cf. DIÓGENES LAÉRCIO 7.40–I.

<sup>133</sup> “Os estoicos comparam a filosofia a um ser vivo (onde os ossos e os nervos correspondem à lógica, as partes carnosas à ética e a alma à física) ou então a um ovo (a casca é a lógica, a parte seguinte é a ética, o centro é a física) ou a um pomar (a cerca externa é a lógica, os frutos são a ética, a terra ou as árvores são a física). ... Mas nenhuma parte pode ser isolada das outras; ao contrário, elas se encontram unidas, e até seu ensino era feito conjuntamente.” (DIÓGENES LAÉRCIO 7.40).

<sup>134</sup> Cf. WHITE 2006: 169.

<sup>135</sup> τέλος ... τὸ ὁμολογουμένως τῆ φύσει ζῆν, ὅπερ ἐστὶ κατ’ ἀρετὴν ζῆν. (D.L. 7.87)

<sup>136</sup> WHITE 2006: 143.

<sup>137</sup> D.L. 7.132.

<sup>138</sup> BRUNSCHWIG 2006: 232.

O aspecto mais importante da “ontologia” estoica é que, *stricto sensu*, ela reconhece como seres genuinamente existentes (τὰ ὄντα) apenas os corpos (σώματα). A base desse pensamento está em considerar que é corpóreo não apenas “tudo o que tem três dimensões” (D.L. 7.135), mas principalmente em tomar como critério de existência os dois princípios (ἀρχαί) fundamentais: a capacidade de agir (τὸ ποιοῦν) ou ser afetado (τὸ πάσχον). Essa noção permite aos estoicos conceder o selo de existência plena também a entidades que não são obviamente corpóreas, às vezes até imperceptíveis, como os deuses, a alma, as virtudes e as qualidades em geral; para os estoicos, todas elas são corpos, uma vez que satisfazem o critério ação-paixão.<sup>139</sup> Por outro lado, os estoicos não forçavam tudo o que eles reconheciam como real a entrar na categoria dos corpos plenamente existentes. Sua “ontologia” contém itens que, ainda que não sejam “seres” (τὰ ὄντα), tampouco são nada: são os chamados incorpóreos (ἀσώματα) – o lugar, o vazio, o tempo e os “dizíveis” (λεκτά).<sup>140</sup> Conseqüentemente, o gênero supremo já não é o “ser” (τὸ ὄν), como em Platão e Aristóteles, mas o “algo” (τό τι), “único aspecto comum entre os corpos e os incorpóreos”.<sup>141</sup>

Além dessa dimensão classificatória, a teoria estoica também constava de uma parte estratificatória, que parece aplicar-se basicamente aos corpos: a doutrina dos “gêneros primeiros” estoicos – substratos ou substâncias (ὑποκείμενα), qualificados (ποιά), dispostos de certa maneira (πως ἔχοντα) e dispostos de certa maneira em relação a algo (πρός τι πως ἔχοντα).<sup>142</sup> Vê-se que o esquema não é taxionômico; exceto no primeiro caso, todos são adjetivos ou participios sem apoio, de modo que os “qualificados” (e não as “qualidades”) são substâncias qualificadas, os “dispostos de certa maneira” são substâncias qualificadas dispostas de certa maneira, e assim por diante, demonstrando um caráter essencialmente inclusivo. Assim, os gêneros se apresentam “como quatro aspectos ontológicos, cada vez mais concretos, complexos e completos, sob os quais um dado ser pode ser descrito”.<sup>143</sup>

A utilidade desses gêneros era evidente para a resolução de diversos problemas ligados à análise da mudança e da identidade no contexto de uma ontologia baseada em corpos. A inovação dos estoicos é precisamente considerar que as qualidades são corpos na medida em

<sup>139</sup> Cf. BRUNSCHWIG 2006: 234–5.

<sup>140</sup> Segundo J. Brunschwig (2006: 236), os três primeiros são, *grosso modo*, condições para os processos físicos; já o *lektón*, fundamental para nosso estudo, parece estar ligado à filosofia da linguagem, e será discutido mais adiante.

<sup>141</sup> BRUNSCHWIG 2006: 244.

<sup>142</sup> Cf. BRUNSCHWIG 2006: 251–2. Uma vez que não se sabe que nome os próprios estoicos usavam, esse autor adota de Simplício a designação “gêneros primeiros”, mas lembra que essa mesma teoria é muito conhecida como a das “categorias estoicas”, dado que já na Antiguidade se acreditava que ela respondia às mesmas questões que a teoria platônica dos “gêneros supremos” e, principalmente, a das “categorias” de Aristóteles. Os comentadores modernos, contudo, costumam evitar essa denominação.

<sup>143</sup> BRUNSCHWIG 2006: 252.

que são causas *ativas* pelas quais uma coisa existente é isto ou aquilo, na medida em que a matéria é precisamente o “ser não qualificado” (*ἄποιος οὐσία*). Como toda teoria corporalista, a doutrina estoica enfrenta uma dificuldade famosa: se tudo é concebido como simples massa bruta de matéria, um homem que come seu almoço deixa de ser o mesmo homem. Ora, essa objeção atinge não apenas o aspecto material, mas também a qualidade, pois um novo homem evidentemente não é mais o mesmo, o que colocaria em risco muitas de nossas instituições cotidianas baseadas na identidade e na capacidade de sofrer mudanças sem deixar de ser o que é. Em outras palavras,

uma qualidade comum tal como a humanidade [isto é, comum ao homem antes do almoço e ao “outro” homem após o almoço] ... não basta para fazer de algo um ser idêntico a si mesmo no correr do tempo; ... é preciso introduzir um outro tipo de qualidade, a “qualidade própria” (*ιδία ποιότης*), que faz com que uma coisa seja uma “coisa propriamente qualificada” (*ιδίως ποιόν*), que é e que absolutamente nenhuma outra coisa é.<sup>144</sup>

O terceiro gênero também cumpre, ao lado do critério atividade-passividade, um papel na corporalização de itens cuja corporeidade não é óbvia: se um ser pode ser descrito como corpo disposto de certa maneira, esse ser também será um corpo. Um exemplo típico para os estoicos é o punho cerrado: não é exatamente a mesma coisa que uma mão, nem algo completamente diferente, mas apenas uma mão disposta de certa maneira; logo, se a mão é um corpo, o punho cerrado também é um corpo.<sup>145</sup> Em contrapartida, seguindo com o mesmo exemplo, o que faz do punho o que ele é não é uma qualidade corpórea presente nele (isto é, uma certa “punhidade”), mas apenas uma disposição particular de um certo ser qualificado (a mão). Introduce-se assim uma distinção entre diferentes tipos de “qualificados”:

um “qualificado” (*ποιόν*) é atribuído ao segundo gênero se seu caráter é um estado disposicional não necessariamente permanente, mas altamente durável: tais aspectos requerem a presença de uma *ποιότης* causalmente ativa no sujeito (e.g. a prudência no homem prudente). Sentidos mais amplos de qualificado remetem a estados temporários e instáveis (e.g. um homem exibindo um punho) e até movimentos ou processos (e.g. um homem correndo): nenhuma dessas caracterizações demanda uma causa corpórea, e as coisas assim caracterizadas podem contar como “disposto de certa maneira” e ser inseridas no terceiro gênero, desde que sejam *katà diaphorán* (isto é, quando há uma diferença *intrínseca* em alguma coisa ser ou não ser qualificada nesses sentidos amplos).<sup>146</sup>

Por sinal, isso é o que distingue o terceiro do quarto gênero, o dos “dispostos de certa maneira em relação a algo” (*πρός τι πως ἔχοντα*); como o nome indica, eles são “relativos”,

<sup>144</sup> BRUNSCHWIG 2006: 253.

<sup>145</sup> Cf. BRUNSCHWIG 2006: 235.

<sup>146</sup> BRUNSCHWIG 2006: 255.

ou mais precisamente relativos que não são *katà diaphorán*, isto é, que podem ter ou não ter relação com algo sem que isso implique numa mudança intrínseca sobre eles (e.g. o fato de eu estar à direita de alguém pode se alterar sem que eu me mova, desde que esse alguém o faça). Essa caracterização ganha importância quando se observa a afirmação, testemunhada por Plutarco, de Crisipo: “o mundo é um corpo completo, mas suas partes não são completas, porque estão dispostas de certa maneira em relação ao todo (πρὸς τὸ ὅλον πως ἔχειν), não sendo por si mesmas (μὴ καθ’ αὐτά)”.<sup>147</sup> Tal descrição do mundo como estrutura solidária “transcende” a tripartição lógica-ética-física: “ela encontra aplicação – e possivelmente origem – em cada um desses campos”.<sup>148</sup> Na ética figuram os “deveres” (κατήκοντα) ocasionados, por exemplo, por nossas relações familiares, civis ou religiosas. Na lógica, por outro lado, a pertinência é certa, embora controversa; tentaremos observar as questões principais referentes à relação entre esses gêneros primeiros e a definição das partes do *lógos*.

Com efeito, algumas tentativas foram feitas no sentido de se identificar os “gêneros primeiros” estoicos com sua classificação das partes do *lógos*: à qualidade, os nomes; à disposição, o verbo; à disposição relativa, a conjunção ou mesmo o verbo transitivo; por fim, ao sujeito, o artigo (porque compreende o pronome).<sup>149</sup> O caso dos nomes sem dúvida é bastante evidente; a distinção entre o nome (ὄνομα) e a denominação (προσηγορία) parece se referir claramente à distinção interna ao segundo gênero: ambos significam a “qualidade” (ποιότητα) que, aplicada a um substrato (ὑποκείμενον), o transforma em um qualificado (ποιόν). Porém, essa abordagem se torna menos simples no caso das outras partes: suas definições não sugerem uma identificação imediata. É preciso compreender melhor a lógica estoica para verificar o quanto de ontologia existe na partição do *lógos*.

Já dissemos que os estoicos consideravam que a vida virtuosa era conforme a natureza. Esta compreende não apenas o mundo físico exterior ao indivíduo, mas também nossas naturezas individuais, que são parte da natureza universal, a qual se encontra submetida à reta

<sup>147</sup> PLUTARCO *De stoicorum repugnantibus* 1054.F (apud BRUNSCHWIG 2006: 256).

<sup>148</sup> BRUNSCHWIG 2006: 257.

<sup>149</sup> Cf. especialmente LLOYD 1971. Este autor constata certa instabilidade na divisão da dialética em estudo do significante e do significado, que sugere um isomorfismo entre o *lektón* e a *léxis* provavelmente relacionada à crença estoica numa relação *natural* entre a matéria sonora da linguagem e aquilo que ela significa, isto é, entre os nomes e as coisas; com isso, interpreta as “categorias” como categorias lógicas (o substrato, para Lloyd, é “exatamente a categoria do sujeito”, p. 67). Em contrapartida, a interpretação de F. Ildefonse, que seguimos aqui, procura enfatizar a divisão do estudo dialético, de modo a intermediar qualquer associação de significantes com referentes (no caso, com as categorias ontológicas) pelo estudo dos significados; além disso, sua compreensão das categorias como forma de organizar a informação sobre o real, como veremos, se aproxima da abordagem estratificatória proposta por J. Brunschwig.



razão (ὀρθὸς λόγος), que é idêntica ao próprio Zeus, o ser que guia e governa todos os seres.<sup>150</sup> Nesse sentido, “a vida de acordo com a natureza torna-se corretamente a vida de acordo com a razão”, mas é “somente com o estudo da dialética que o sábio poderá raciocinar sem cair em erro”.<sup>151</sup> De fato, o diferencial dos animais racionais (λογικοί) em relação aos outros animais é que, se estes têm uma disposição natural de seguir o impulso (ὄρμη), aqueles receberam a razão “aperfeiçoadora do impulso” (λόγος ... τεχνίτης τῆς ὀρμῆς) com vistas a uma conduta mais perfeita (D.L. 7.86). A certeza de que é possível “refinar e aperfeiçoar nossa compreensão do mundo, substituindo nossas opiniões falsas por opiniões verdadeiras, ... demanda uma epistemologia poderosa”,<sup>152</sup> o que nos insere diretamente no terreno da lógica.

Uma das características mais importantes da lógica estoica é que ela abriga sistematicamente todos os tipos de *lógos*. A subdivisão mais aceita distingue dois campos de estudo: retórica e dialética. A primeira é “a ciência do falar bem por meio de uma exposição detalhada”, ao passo que a segunda é “a ciência do discutir corretamente por meio de perguntas e respostas” ou, “segundo Posidônio, a ciência do que é verdadeiro, do que é falso e do que não é nem um nem outro; já segundo Crisipo, ela diz respeito ao significante e ao significado”.<sup>153</sup> Cada uma dessas definições remete para um aspecto da lógica estoica; comecemos pela parte que se refere ao significante.

Para chegar ao significante (σημαῖνον), os estoicos iniciam a pesquisa dialética abordando a linguagem no nível do material sonoro – a voz (φωνή) –, que recebe um tratamento com base em recortes sucessivos de modo a identificar sua espécie racional (λογική, i.e. humana). Definida genericamente como “ar percutido, objeto da audição”,<sup>154</sup> a voz humana se distingue da voz animal por não ser produzida por um simples impulso (ὕπὸ ὀρμῆς), mas por ser “articulada e emitida a partir do pensamento” (ἔναρθρος καὶ ἀπὸ διανοίας ἐκπεμπομένη 7.55). O fato da articulação é o que permite identificar um tipo específico de voz, a dícção (λέξις), definida como “voz passível de ser escrita, como *dia*” (φωνὴ ἐγγράμματος, οἷον ἡμέρα 7.56). A origem no pensamento permite identificar um tipo específico de voz articulada, o enunciado (λόγος), definido como “voz significante emitida pelo pensamento, como *é dia*” (φωνὴ

<sup>150</sup> Cf., respectivamente, DIÓGENES LAÉRCIO 7.47 e 87–8.

<sup>151</sup> Cf. D.L. 7.86.

<sup>152</sup> HANKINSON 2006: 65.

<sup>153</sup> Cf., respectivamente, DIÓGENES LAÉRCIO 7.42 e 7.62.

<sup>154</sup> Jacques Brunschwig (2006: 235) observa que essa definição de voz, baseada, de um lado, numa estrutura em que o nome de um corpo é seguido de uma menção ao modo como esse corpo está disposto (“ar percutido”), e de outro, na referência ao princípio ativo (“a voz de quem fala produz um efeito em quem ouve” D.L. 7.56) é um bom exemplo de aplicação das duas táticas estoicas que permitem considerar corpóreos certos seres cuja corporeidade não é evidente. Além disso, há indícios de que essa fórmula seja uma “inversão consciente das descrições de Platão e Aristóteles do som vocal como ‘um sopro de ar’ (*Timeu* 67.b, *De anima* 420.b.29)”.



σημαντικὴ ἀπὸ διανοίας ἐκπεμπομένη, οἷον ἡμέρα ἐστὶ 7.56). Estabelece-se assim uma espécie de hierarquia, em que o primeiro conjunto (φωνή) contém o segundo (λέξις) e este o terceiro (λόγος), o mais específico, que comporta a significação. De fato,

a voz e a dicção são diferentes: enquanto a voz é simples som, a dicção é sempre articulada. A dicção é diferente do enunciado, porque o enunciado é sempre significante, a dicção pode não ser. ... Também enunciar (λέγειν) é diferente de pronunciar (προφέρεισθαι), pois o que se pronuncia são sons, e o que se enuncia são as coisas (πράγματα), ao menos aquelas que são enunciáveis (λεκτά).<sup>155</sup>

Observa-se (aqui também) um paralelismo na constituição dos dois níveis. Se, de um lado, o fato da articulação implica em elementos articuláveis (τῆς λέξεως στοιχεῖα, 7.56–7) que constituem a dicção – as 24 letras do alfabeto grego –, de outro a significação implica em elementos significantes que constituem o enunciado: as cinco “partes do *lógos*” (τοῦ λόγου μέρη πέντε 7.57) – nome (ὄνομα), denominação (προσηγορία), verbo (ῥήμα), conjunção (σύνδεσμος) e artigo (ἄρθρον) –, cujas definições apresentamos no início desta seção.

Eis um primeiro distanciamento com relação ao tratamento aristotélico. Se na *Poética* tínhamos um nível da “expressão” (λέξις) cujas partes podiam ser ou não ser significantes, entre os estoicos esse nível se limita à possibilidade de articulação e representação escrita: isolada, uma forma como *dia* ainda não participa da significação; porém, ela se torna significativa assim que é inserida no enunciado *é dia*: nesse momento, ela passa de simples dicção a parte do enunciado. Nesse sentido, o enunciado não é mais “uma composição significativa formada por partes significantes”; ao contrário, como no *Sofista*, as partes só são significantes na medida em que compõem um todo significativo, que é o enunciado. E o que caracteriza o enunciado é o fato de enunciar coisas “enunciáveis”. Chegamos assim ao cerne da dialética estoica, a noção de λεκτόν, que remete ao estudo das “coisas significadas” (σημαινόμενα).

Para chegar ao significado, os estoicos partem da concepção de um “pensamento naturalmente loquaz, que exprime pelo discurso o que recebe da representação”<sup>156</sup> e que, assim como os impulsos no âmbito da ética, precisa ser estabilizado corretamente sob a forma de proposição e ligação de proposições.<sup>157</sup>

A representação (φαντασία) é o ponto de partida, o primeiro contato da alma com o mundo, a forma pela qual aquela é por este afetada. Quando a representação “deriva de um existente e está de acordo com esse existente” (D.L. 7.46), tem-se uma representação compreensiva

<sup>155</sup> DIÓGENES LAÉRCIO 7.57.

<sup>156</sup> ἡ διάνοια ἐκλαλητικὴ ὑπάρχουσα, ἧ πάσχει ὑπὸ τῆς φαντασίας, τοῦτο ἐκφέρει λόγῳ. (D.L. 7.49)

<sup>157</sup> Cf. ILDEFONSE 1997: 126. Segundo Diógenes Laércio, os estoicos definem a seriedade como “a capacidade de submeter a apresentação à reta razão” (D.L. 7.47).

(καταληπτική), que alguns estoicos estabelecem como critério da verdade (7.54). Porém, se a compreensão (κατάληψις) pode se formar tanto pela sensação (αίσθησις) – é o caso “das coisas brancas, pretas, ásperas, macias” – quanto pela razão (λόγῳ) – como no caso “das deduções por demonstração, como os deuses existirem” (7.52) –, também a representação pode se formar através dos órgãos sensoriais (δι’ αἰσθητηρίων) ou através do pensamento (διὰ τῆς διανοίας), “como é o caso dos incorpóreos e de outras coisas concebidas pela razão (λόγῳ)” (7.51). Emerge assim, ao lado da representação compreensiva, uma representação racional ou lógica (λογική), “característica dos animais racionais e ... relacionada ao pensamento (νόησις)” (7.51).<sup>158</sup>

O testemunho de Sexto Empírico, filósofo cético contemporâneo de Diógenes Laércio, permite compreender melhor a essa representação lógica. Segundo ele, algumas representações são prováveis (“como o fato de agora ser dia e de eu estar falando, entre outras que são igualmente evidentes”), outras improváveis (“às quais recusamos nosso assentimento, como ‘se está escuro, então é dia’”), outras tanto prováveis quanto improváveis (como certos enunciados problemáticos), algumas nem prováveis nem improváveis (coisas como “as estrelas são em número par”). Em seguida, tem-se que, das representações prováveis (πιθαναί), são verdadeiras “aquelas segundo as quais se produz uma predicação verdadeira (ἀληθῆ κατηγορίαν), como ‘é dia’ acerca deste momento”; falsas são “aquelas segundo as quais se produz uma predicação falsa (ψευδῆ κατηγορίαν), como que o remo entorta dentro d’água”. Por fim, representações verdadeiras são compreensivas (καταληπτικαί) quando “são formadas a partir de um existente e em conformidade com esse existente ... e reproduzem artisticamente (τεχνικῶς) todas as suas características, de modo que não poderia provir de algo não existente”.<sup>159</sup>

Tal configuração destaca a base sensível da dialética estoica, que nesse caso a aproxima de Aristóteles. Por outro lado, os exemplos de representação fornecidos por Sexto Empírico são todos situações (“é dia”, “estou falando”), quando não raciocínios demonstrativos (“se está escuro, então é dia”). Segundo F. Ildefonse, tais exemplos apontam para “o conteúdo situacional da representação”, que é específico dos estoicos:

eu não tenho uma representação de um corpo ou de uma ação, e sim imediatamente a representação de uma situação, isto é, de uma certa ligação entre um corpo e uma ação, de um corpo afetado de certa maneira. Quer dizer, o conteúdo da representação é um conteúdo imediatamente proposicional: ... a representação contém em si todas as informações que a proposição desenvolverá no campo da discursividade efetiva.<sup>160</sup>

<sup>158</sup> “Os estoicos dizem que as partes da alma são oito: os cinco sentidos, o princípio criador, a parte relativa à fala (τὸ φωνητικόν) e a parte relativa à razão (τὸ λογιστικόν)”.

<sup>159</sup> Cf. *Adversus mathematicos* 7.242–9.

<sup>160</sup> ILDEFONSE 1997: 130–1.

É precisamente na passagem entre a representação e o discurso que se insere o “enunciável” (λεκτόν), que é “o que resulta de uma representação lógica” (D.L. 7.63), definida como “aquela segundo a qual se pode apresentar discursivamente o objeto da representação” (S.E. 8.70). Sua importância para a lógica estoica é incontestável: é no âmbito do enunciável que se localiza a verdade e a falsidade do enunciado. Segundo o testemunho de Sexto Empírico, os estoicos distinguem três itens “associados”: (1) o som vocal (φωνή), que é “o que significa” (σημαῖνον); (2) o objeto externo (τὸ ἐκτὸς ὑποκείμενον), que é “o que existe” (τυγχάνον); e (3) a coisa (πρᾶγμα) que, “tornada manifesta” (δηλούμενον) pelo som vocal, é “o que é significado” (σημαινόμενον), “que apreendemos conforme subsiste junto ao nosso pensamento, ao passo que os bárbaros apenas ouvem o som mas não compreendem”.<sup>161</sup> Desses três itens, a voz e o objeto são corpóreos; o terceiro (“a coisa significada e enunciável”, τὸ σημαινόμενον πρᾶγμα καὶ λεκτόν) é incorpóreo, e é ele que pode ser verdadeiro ou falso.

Porém, isso só vale para enunciáveis completos (ἀντοτελή), particularmente para um tipo específico de enunciável completo, a proposição (ἄξιωμα):

Uma proposição é o que é verdadeiro ou falso, ou ... como diz Crisipo, ... é o que contém em si uma negação ou afirmação, por exemplo, “é dia”: ... aquele que diz “é dia” demonstra assumir ser dia; se for dia, a proposição é verdadeira; se não for, é falsa. (D.L. 7.65)

Em contrapartida, existem também enunciáveis parciais ou incompletos (ἑλλιπῆ), que são os chamados “predicados” (κατηγορήματα):

Predicado é o que se diz de algo, ou ... é uma coisa construída a respeito de um ou muitos algos, ou ainda, é um enunciável incompleto que, construído com um caso reto, dá origem a uma proposição.<sup>162</sup>

Há uma evidente correspondência entre o predicado e o verbo. Este foi definido como “parte do *lógos* que significa um predicado não composto” ou, nas palavras de outros, “que significa algo construído a respeito de um ou muitos algos”. Essa aproximação é reforçada pela tipificação dos predicados, baseada no critério da construção: “retos” (ὀρθά) quando se constróem (συντασσόμενα) com um dos casos oblíquos, como ‘ouve’, ‘vê’ (ἀκούει, ὀρθῶ); “invertidos” (ὑπτια) quando se constróem com uma partícula passiva (τῷ παθητικῷ μορίῳ), como

<sup>161</sup> S.E. 8.11–2. Para Marc Baratin e Françoise Desbordes (1981: 31), “a análise dos significados é correlativa de um estudo dos conteúdos de pensamento (πράγματα), que se tornam significados quando se incorporam em um significante” (= BARATIN 1989<sup>A</sup>: 194–5). Nesse sentido, os três itens se associariam da seguinte maneira: o conteúdo de pensamento (πρᾶγμα), por poder ser conteúdo virtual do enunciado, é um enunciável (λεκτόν); este, quando se realiza efetivamente no enunciado, isto é, quando se incorpora no significante, passa a constituir um significado (σημαινόμενον).

<sup>162</sup> Ἔστι δὲ τὸ κατηγορηματὸν τὸ κατὰ τινος ἀγορευόμενον ἢ πρᾶγμα συντακτὸν περὶ τινος ἢ τινῶν, ὡς οἱ περὶ Ἀπολλόδωρον φασιν, ἢ λεκτὸν ἑλλιπὲς συντακτὸν ὀρθῆ πτώσει πρὸς ἀξιώματος γένεσιν. (DIÓGENES LAÉRCIO 7.64)

‘sou ouvido’, ‘sou visto’ (ἀκούομαι, ὀρώμαι); “neutros” (οὐδέτερον), quando não se dispõem dos dois modos (τὰ μηδετέρως ἔχοντα), como ‘pensar’, ‘passar’ (φρονεῖν, περιπατεῖν); por fim, há predicados reflexivos (ἀντιπεπονητότα), que estão entre os invertidos mas são atividades (ἐνεργήματα), como ‘[ir] cortar o cabelo’ (κείρεται).<sup>163</sup> De fato, não apenas os exemplos são todos constituídos por verbos, como a própria diferença entre predicados retos e invertidos se dá pelo acréscimo de uma partícula, ou seja, por uma marca formal.

Porém, os estudiosos têm evitado ver aí uma total identificação do predicado com o verbo. Ao contrário, a caracterização do predicado em função de categorias verbais serve para “ênfatar a unidade do predicado através de suas realizações formais, ou seja, através da diversidade morfológica e sintática do verbo, mas sem se identificar com ele”.<sup>164</sup> Em outras palavras, se a definição do verbo remete à teoria dos predicados, ela

estabelece uma ligação entre eles ao separá-los um do outro enquanto significante e significado, na medida em que o verbo, longe de ‘ser’ o predicado, apenas ‘significa’ um predicado não composto. ... A distinção nítida entre o estudo dos significados e o estudo dos significantes sugere que não se passe ao largo das nuances que os estoicos preservavam.<sup>165</sup>

Com isso, dada correspondência entre as duas definições de verbo, que apontam ambas para definições do predicado, podemos inferir que o verbo entre os estoicos é definido segundo um critério *lógico-funcional*, na medida em que “a propriedade se relaciona com termos teóricos da lógica”.<sup>166</sup>

Além disso, a distinção estoica entre enunciáveis completos e incompletos se liga a um recorte do enunciado (λόγος) enquanto forma significante. Assim como este se forma a partir de “partes” constituintes, também o significado se forma por *combinação*, a partir de um “predicado incomposto” que recebe a junção de um caso oblíquo para produzir um enunciável incompleto que, por sua vez, ao se combinar com um caso reto, adquire a completude necessária para ser verificável quanto a sua verdade ou falsidade. Nesse sentido, a determinação da completude, por um lado, estabelece o privilégio da proposição sobre o predicado, pois apenas no âmbito da primeira se pode reconhecer o verdadeiro e o falso, objetivo primeiro da dialética. Aqui os estoicos parecem se alinhar à doutrina da combinação platônica (συνπλοκή),

<sup>163</sup> A análise estoica dos predicados será convertida na análise gramatical dos tipos (*genera*) de verbo, também chamados de “significações” (*significationes*), o que sugere a origem da análise gramatical no estudo dos significados. (Cf. adiante, p. 80–1.)

<sup>164</sup> BARATIN & DESBORDES 1981: 32 (= BARATIN 1989<sup>A</sup>: 195). Cf. FLOBERT 1981: 26–7.

<sup>165</sup> ILDEFONSE 1997: 152. Esta autora afirma que é possível interpretar essa relação como uma relação hierárquica de subordinação da economia do significante pela economia do significado, e que é precisamente o abandono ou a inversão dessa distinção que será o ato inaugural da gramática, na medida em que as análises minuciosas da teoria dos predicados (no âmbito do significado) serão transportadas para a teoria das partes da oração (no âmbito do significante).

<sup>166</sup> AUROUX 1988: III.

criticando a anterioridade dos constituintes tipicamente aristotélica, crítica essa que encontra uma justificativa física:

ao primado dos nomes e verbos – significantes respectivamente das naturezas ou substâncias e das ações e paixões – se opõe a concepção estoica do dado da percepção como situação imediata: o que se apreende é sempre um corpo afetado de certa maneira, ou seja, uma situação.<sup>167</sup>

A correspondência entre os exemplos de representação verdadeira (“aquela segundo a qual se produz uma predicação verdadeira, como ‘*é dia*’ acerca deste momento”, S.E. 7.244), de proposição verdadeira (“aquele que diz ‘*é dia*’ demonstra assumir ser dia; se for dia, a proposição é verdadeira” D.L. 7.65) e de enunciado (“voz significante emitida pelo pensamento, por exemplo, ‘*é dia*’” D.L. 7.56) parece suficientemente eloquente.

Por outro lado, em nenhum momento o caso (πτῶσις) comparece na teoria como “parte do enunciado”, o que demonstra uma crítica à simetria entre o nome e o verbo presente em Platão e Aristóteles e determina o privilégio do predicado na composição do dito completo, constituindo agora seu “núcleo fundamental”,<sup>168</sup> isto é, “o núcleo dinâmico da expressão aplicável, significativo da limitação de nosso conhecimento apenas às maneiras de ser”.<sup>169</sup> Desse modo, “o predicado passa a ser caracterizado positivamente, podendo ser simplesmente identificado a partir de um elemento quase constante, o verbo, que apresenta a vantagem de ser morfologicamente identificável”.<sup>170</sup> Além disso, a “sintaxe” dos enunciáveis parece indicar uma suspensão da análise lógica da verdade e da falsidade pela análise da completude e da incompletude; nesse sentido, “o enunciado se encontra pela primeira vez isolado de suas condições de verdade, de modo que ... é possível falar agora de *oração*, e não apenas de *enunciado*: de fato, é uma oração que se aprende a construir”.<sup>171</sup>

O texto de Diógenes Laércio prossegue com a análise das proposições, que ajudará a esclarecer o papel da conjunção.

As proposições podem ser simples ou não simples. As simples são classificadas em sete espécies: negativa (ἀποφατικόν), como “não é dia”; hipernegativa (ὑπεραποφατικόν), como “não não é dia”; denegativa (ἀρνητικόν), como “ninguém caminha”; privativa (στερητικόν), como “este é desumano”; indefinida (ἀόριστον), como “alguém caminha”; categórica (κατηγορικόν),

<sup>167</sup> ILDEFONSE 1997: 150

<sup>168</sup> Cf. BARATIN & DESBORDES 1981: 32.

<sup>169</sup> ILDEFONSE 1997: 150.

<sup>170</sup> BARATIN & DESBORDES 1981: 33.

<sup>171</sup> ILDEFONSE 1997: 150. A autora insiste, porém, que a autonomia dessa dimensão sintática ainda não diz respeito a uma disciplina distinta, pois “é parte integrante da lógica estoica e diz respeito ao estudo dos significados”.

como “Díon caminha”; e categorêutica (καταγορευτικόν), como “este caminha”.<sup>172</sup> Uma classificação alternativa das proposições simples é apresentada por Sexto Empírico (96–7), que chama de proposições *definidas* (ὠρισμένα) as que “são pronunciadas de maneira indicativa” (δείξιν), isto é, “indicando alguém em particular”, como ‘este caminha’, ‘este está sentado’; *indefinidas* (ἀόριστα) quando predomina uma partícula indefinida, como ‘alguém está sentado’; e *intermediárias* (μέσα) proposições como ‘[um] homem está sentado’, ‘Sócrates caminha’. Os exemplos desse último tipo atestam, segundo Jacques Brunschwig (1986: 299), que o nome próprio e a denominação, significantes respectivos da qualidade própria e da qualidade comum, não são suficientes para a determinação do indivíduo, ambos necessitando do artigo na posição anafórica. Mesmo que o artigo (ἄρθρον) não seja mencionado nenhuma outra vez por Diógenes Laércio, talvez seja possível relacionar a uma correspondente determinação ontológica o critério *metalinguístico* presente na definição (“determinar o gênero e o número dos nomes”, διορίζον τὰ γένη τῶν ὀνομάτων καὶ τοὺς ἀριθμούς).

As proposições não simples, por sua vez, são classificadas de acordo com a conjunção que liga as proposições: a condicionada (συνημμένον) é formada por meio da conjunção condicional “se” (διὰ τοῦ “εἰ” συναπτικοῦ συνδέσμου), a qual presume que a segunda é consequência da primeira, como “se for dia, há luz”; a paracondicionada (παρασυνημμένον) é baseada na conjunção ἐπεὶ (“se”), a qual presume tanto que a segunda é consequência da primeira quanto que a primeira é realmente fato, como “se é dia, há luz”;<sup>173</sup> a copulada (συμπεπλεγμένον) se baseia em conjunções copulativas (συμπλεκτικῶν), como “é dia e há luz”; a disjunta (διεξυγμένον) se baseia na conjunção disjuntiva ἢτοι (“ou”) e presume que uma das proposições é falsa, como “ou é dia ou é noite”; a causal (αἰτιῶδες) é a proposição construída por meio de διότι (“porque”), como “porque é dia, há luz”, indicando que a primeira é causa da segunda; por fim, uma proposição indicativa do mais é construída a partir da conjunção μᾶλλον (“mais”) associada a ἢ (“do que”), como “é mais dia do que noite”, e uma proposição indicativa do menos (ἥττον) é o contrário dela, como “é menos noite do que dia”.<sup>174</sup>

Tal classificação ajuda a entender o principal critério de definição da conjunção, como “parte do *lógos* que conecta partes do *lógos*”: se sua função é conectar (συνδοῦν), o critério é lógico-funcional. Por outro lado, poder-se-ia ficar intrigado com o fato de a definição se referir a partes do *lógos*, ao passo que os exemplos da classificação acima sugerem que se trata de

<sup>172</sup> Cf. DIÓGENES LAÉRCIO 7.68–70.

<sup>173</sup> Repare que, em português, a distinção é feita não pela conjunção, mas pelo modo do verbo.

<sup>174</sup> Cf. DIÓGENES LAÉRCIO 7.69–72.



uma conexão entre proposições. A resposta pode estar na sequência do texto, em que se descreve novamente o *lógos*, agora dentro do estudo dos significados: “O *lógos* é constituído de premissa maior, premissa menor e conclusão, como *Se é dia, há luz. É dia. Então, há luz*”.<sup>175</sup> Nesse sentido, as “partes do *lógos*” que a conjunção conecta podem ser, além daquelas cinco definidas no âmbito do estudo da voz, também essas três definidas pelo estudo dos significados e que consistem claramente em proposições.

Essas rápidas considerações acerca da lógica estoica nos permitem retornar à questão dos gêneros primeiros. Mais que isso, o recurso às “categorias” estoicas lançará novas luzes sobre o modo como os estoicos concebiam a formulação de enunciados rigorosos destinados a “dar conta do cosmos pelo encadeamento regrado das proposições”,<sup>176</sup> objetivo máximo de toda lógica.

Segundo Frédérique Ildefonse (1997: 228), as categorias estoicas não parecem corresponder a uma divisão ontológica da realidade segundo o esquema de gêneros e espécies; para a autora, o agenciamento categorial se apresenta como “um sistema de questionamentos sucessivos ... que, progredindo do indeterminado ao determinado, aspira a uma restituição otimizada de uma situação dada por representação”. Em outras palavras,

a interrogação categorial tem por fim reunir todas as informações sobre uma dada situação, de maneira a compor, numa sucessão rigorosa, um enunciado completo cuja precisão seja ótima, igualando-se, por uma determinação sucessiva e composta, a determinação imediata da *deîxis* que estabeleceu sua ancoragem sensível.<sup>177</sup>

Nesse sentido, pode-se falar numa combinação de três determinações distintas para a tarefa lógica. A primeira determinação, dêitica, ponto de ancoragem sensível de toda representação verdadeira, dá origem a uma tentativa de apreensão pelo enunciado, que se efetua conforme a segunda determinação, a sintaxe dos *lektá*, que estabelece a proposição como critério a partir da noção de completude e incompletude e da tipologia dos predicados. Como forma de organizar essa relação, a terceira determinação, “categorial”, permite interligar a cena perceptiva e sua rede causal complexa, partindo do evidente (*δηλον*) para determinar o não-evidente (*ἄδηλον*) na cena do mundo.<sup>178</sup> E aqui é possível, se não estabelecer uma correspondência direta entre

<sup>175</sup> Λόγος δέ ἐστιν ... ἐκ λήμματος καὶ προσλήψεως καὶ ἐπιφορᾶς, οἷον ὁ τοιοῦτος, “εἰ ἡμέρα ἐστί, φῶς ἐστι· ἡμέρα δέ ἐστι· φῶς ἄρα ἐστί”. (DIÓGENES LAÉRCIO 7.76)

<sup>176</sup> ILDEFONSE 1997: 225.

<sup>177</sup> ILDEFONSE 1997: 233.

<sup>178</sup> Cf. ILDEFONSE 1997: 234.

a ordem das categorias e a ordem das partes do *lógos*,<sup>179</sup> ao menos elucidar de que forma o significado dessas partes comparece para responder a cada uma das questões.

Seguindo a interpretação de Frédérique Ildefonse (1997: 224–242), a primeira questão categorial designa a ancoragem dêitica, cuja máxima determinação física corresponde à mínima determinação lógica, servindo apenas para delimitar um existente: o *ὑποκείμενον*, substrato material não qualificado, suporte e lugar de qualidades e maneiras de ser, pressuposto necessário de toda representação e de todo enunciado.<sup>180</sup>

A segunda é a questão da qualidade, respondida por um enunciado de nomeação ou designação, que expõe uma qualidade própria ou comum por meio do nome ou da denominação. Desse modo, a identidade do corpo considerado se relaciona com sua qualidade própria, mas o questionamento de suas relações com o todo não se limita ao enunciado de sua existência enquanto ser qualificado (*ποιόν*).

A terceira questão resulta no primeiro enunciado verbal, que descreve o corpo pela maneira como ele está disposto (*πῶς ἔχον*): agora o corpo é identificado pela situação em que se encontra. Porém, como vimos, não se trata aqui simplesmente do verbo, mas do sintagma predicativo composto, que compreende o verbo (predicado incompuesto) e o caso oblíquo que fecha a estrutura predicativa.

A aplicação desse modelo categorial sobre a construção do *lektón* completo permite compreender com mais clareza a classificação das proposições simples presente em Diógenes Laércio, da negativa à categorêutica (cf. pp. 61–2). De fato, essa classificação

parece testemunhar uma reconsideração, por parte dos estoicos, da dicotomia da afirmação e da negação, conforme uma ordem crescente de determinação que segue a interrogação categorial; ... começando pelo mais indeterminado (negação geral da proposição), vai se aproximando pouco a pouco do cerne predicativo (negação do caso do sujeito, negação do predicado) e chega a uma determinação positiva cada vez mais determinada – isto é, desde o *τις* (que pode ser interpretado como a resposta mais indeterminada, não qualificada, à primeira questão categorial), passando pela qualificação comum ou própria (como indica o nome próprio do exemplo), até ao máximo da determinação (a *deîxis*).<sup>181</sup>

A interrogação categorial permite assim uma linhagem estoica do enunciado primeiro (*πρῶτος λόγος*) platônico, caracterizada por uma modulação múltipla da determinação, de modo que,

<sup>179</sup> Para F. Ildefonse (1997: 235) isso seria bastante redutor, tendo em vista que cada categoria corresponde a um tipo de enunciado.

<sup>180</sup> Essa necessidade aparece já reconhecida em Platão, quando determina a ancoragem do nome (*Teeteto*) sobre uma realidade situacional (“com quem eu falo neste momento”) antes de enunciar o segundo elemento da combinação (“voa”) para que o *lógos* possa ser verificado (cf. *Sofista* 263.a.8).

<sup>181</sup> ILDEFONSE 1997: 238.



pela teoria dos *lektá* e pela interrogação categorial, podem se construir múltiplos enunciados, hierarquicamente distintos em determinação.

Se o agenciamento das três primeiras categorias produz o enunciado completo, em sua forma canônica, e desvela os laços de causalidade que o articulam, a quarta questão categorial insere aquela situação particular em que o corpo se encontra na totalidade, conforme o modelo conjuntivo do universo. Para apresentar um corpo “disposto de certa maneira em relação a algo” (πρός τι πως ἔχον), o enunciado engaja, no campo da lógica, as determinações ou causalidades secundárias por meio da reunião de proposições simples, garantindo à conjunção um lugar inédito dentro do estudo dos significados, como vimos na classificação das proposições não simples. Além disso, o estudo subsequente da demonstração confere o devido destaque à proposição condicional, transformada em premissa maior, com a qual a situação atual (obtida por representação) se articula em premissa menor, permitindo uma conclusão que garante a passagem do evidente (δῆλον) ao não evidente (ἄδηλον).<sup>182</sup> Desse modo, a doutrina lógica, através da classificação das proposições não simples e de uma “vocação demonstrativa que faz de cada proposição a premissa de um condicional”,<sup>183</sup> é capaz de acessar, no campo da física, o cosmos como combinação dinâmica e lógica de suas partes orgânicas, restituindo assim o encadeamento racional da providência.

<sup>182</sup> Segundo Sexto Empírico, “a demonstração (ἀπόδειξις) é um enunciado (λόγος) que, a partir de premissas aceitas, revela por dedução uma conclusão não evidente (ἄδηλον)” (8.314).

<sup>183</sup> Cf. ILDEFONSE 1997: 242.

## Capítulo 3

### O *lógos* da gramática

À era dos grandes sistemas filosóficos sucede um período marcado pela rejeição dos dogmatismos.<sup>1</sup> A partir de meados do século II a.c., o chamado estoicismo médio parece se orientar para o reconhecimento de sua herança filosófica comum com o que podia ser considerado como as três vertentes da tradição socrática: o platonismo, o aristotelismo e o estoicismo.<sup>2</sup> Em particular, o aristotelismo se manifesta na forma de enciclopedismo, favorecendo análises mais pontuais: entre elas está uma pesquisa relativa especificamente à linguagem.

Por outro lado, essa pesquisa parece ter sido motivada por uma profunda transformação cultural: o advento do helenismo. Sabe-se que as conquistas de Alexandre ampliam a área de influência grega no mundo, promovendo a helenização desses territórios através de instituições de pesquisa (bibliotecas e museus) e ensino (escolas): paira sobre tudo um desejo comum de conhecer e cultivar as formas e os valores do imenso patrimônio cultural helênico, preservado sobretudo na forma de manuscritos. De fato, as bibliotecas proporcionavam a reunião de grandes quantidades de textos, que era preciso descrever, classificar e, diante de versões diferentes de um mesmo texto, principalmente (re)estabelecer o texto original (i.e. “correto”) em uma edição crítica: esse era o novo trabalho do “gramático”.<sup>3</sup> Assim, “o conhecimento da ‘letra’ (γράμμα) torna-se o conhecimento das ‘letras’ (γράμματα), isto é, do conjunto de textos escritos”.<sup>4</sup>

Esse trabalho de restituição se baseava em um método de comparação de palavras a partir de critérios que permitiam justificar as escolhas textuais consideradas corretas. Consta que o precursor do método da *analogia* foi Aristófanes de Bizâncio (257–180 a.c.), diretor da biblioteca de Alexandria, para quem só poderiam ser comparadas formas que fossem coin-

<sup>1</sup> Cf. BARATIN & DESBORDES 1981: 34.

<sup>2</sup> Cf. SEDLEY 2006: 21–4. Segundo o autor, os maiores representantes desse período foram Panécio (diretor da escola entre 129–110) e Posidônio, dos quais se diz terem feito uso regular dos antigos escritos peripatéticos e platônicos. Esse sincretismo também teve impacto sobre um jovem membro da Academia contemporâneo de Panécio: Antíoco de Áscalon. Representante de uma época em que a Academia ainda se considerava formalmente cética mas se mostrava cada vez mais interessada no desenvolvimento de uma doutrina positiva, Antíoco influenciou grandes intelectualidades da república romana, como Bruto e Varrão. Este, aliás, ilustra com seus escritos o quanto o antioicanismo ajudou a estabelecer a fundamental contribuição do estoicismo à teoria linguística na Antiguidade. Infelizmente não pudemos integrar a este nosso estudo a doutrina varroniana, apesar de sua singularidade e coerência teórica exemplar.

<sup>3</sup> Filólogo era uma outra denominação, empregada possivelmente por Eratóstenes (cf. BARATIN & DESBORDES 1981: 35). Nesse sentido, poderíamos dizer que a “filologia” deixa de ser um estudo da relação entre o discurso e a realidade, constitutiva do conhecimento (como em Platão), para se tornar o estudo do patrimônio textual, portador do conhecimento constituído. (Cf. essa discussão adiante, p.93 n.3)

<sup>4</sup> HOLTZ 1981: 4.

cidentes quanto ao gênero, o caso, a terminação, o número de sílabas e a acentuação; Aristarco de Samos (216–144 a.c.), seu sucessor na direção da biblioteca, acrescentou o critério da composição.<sup>5</sup> Nota-se claramente a base dessa análise: todos os critérios dizem respeito à linguagem em sua materialidade, ou seja, no âmbito da *phōnē*.

Acredita-se que o acúmulo de resultados gerado pela pesquisa filológica tenha evidenciado a existência de regras gerais, independentes do emprego particulares dos autores mas capazes de explicar esses empregos. Essa teria sido a origem dos “sistemas gramaticais” (τέχναι γραμματικά), como forma de reunir em único tratado tudo o que diz respeito às variações do significante de modo a permitir “julgar as regularidades e irregularidades atestadas nos textos, sem depender da intuição linguística de um indivíduo”.<sup>6</sup> Assim, a partir de uma concepção de gramática como *competência em matéria de textos*, os alexandrinos desenvolvem uma concepção de gramática como *sistema da língua*.<sup>7</sup> Com efeito, essas duas “competências” aparecem interligadas em um testemunho (crítico, diga-se) de Sexto Empírico, fundamental para se compreender o escopo da gramática antiga. Segundo ele, a gramática se divide em três partes, histórica (ἱστορικόν), técnica (τεχνικόν) e específica (ἰδιαιτέρον):<sup>8</sup>

Na parte técnica, [os gramáticos] dispõem acerca dos elementos, das partes da oração, da ortografia, do helenismo e do que dele resulta. Na parte histórica, dão instruções acerca das personagens (se são divinas, humanas, heroicas), explicações sobre os lugares (como montanhas e rios), informações acerca das histórias fictícias ou lendárias, entre outras matérias semelhantes. Na parte específica, por fim, eles observam a linguagem de poetas e prosadores, interpretam o que foi dito de modo obscuro, julgam o que tem integridade e o que não tem, e distinguem entre o que é genuíno e o que é espúrio.<sup>9</sup>

Outras fontes apresentam uma divisão da gramática em quatro partes, consagradas respectivamente à leitura (ἀναγνωστικόν), explicação (ἐξηγητικόν), correção (διορθωτικόν) e crítica (κριτικόν), e definem paralelamente quatro instrumentos de trabalho (ὄργανα): glossemático, histórico, técnico e métrico.<sup>10</sup> Assim, não é difícil identificar as *tékhnai* como ferramentas

<sup>5</sup> Cf. LAW 2003: 54.

<sup>6</sup> BARATIN & DESBORDES 1981: 36.

<sup>7</sup> Cf. BARATIN 1989<sup>a</sup>: 202.

<sup>8</sup> Essa partição é contemporânea daquela apresentada por Quintiliano (1.8.22), que menciona duas partes – uma metódica (*methodice*), ligada à razão do falar (*ratio loquendi*), outra histórica (*historice*), ligada à explicação dos autores (*enarratio auctorum*). O gramático Diomedes, contemporâneo de Donato, registra uma divisão semelhante, entre a exegetica (*exegetice*), que é a parte explicativa (*enarratiua*) ligada à leitura, e a horística (*horistice*), que é a parte ligada às definições e aos preceitos, “cujas espécies são as partes da oração e os vícios e virtudes” (GL 1.426.15–8).

<sup>9</sup> ὧν τεχνικόν μὲν ἔστιν ἐν ᾧ περὶ τῶν στοιχείων καὶ τῶν τοῦ λόγου μερῶν ὀρθογραφίας τε καὶ ἑλληνισμοῦ καὶ τῶν ἀκολούθων διατάττονται, ἱστορικὸν δὲ ὅπου περὶ προσώπων οἰονεὶ θείων τε καὶ ἀνθρωπίνων καὶ ἡρωικῶν διδάσκουσιν, ἢ περὶ τόπων διηγούνται καθάπερ ὄρων ἢ ποταμῶν, ἢ περὶ πλασμάτων καὶ μύθων παραδιδόασιν ἢ εἴ τι τῆς αὐτῆς ιδέας ἔστιν. ἰδιαιτέρον δὲ τὸ κατὰ τοὺς ποιητὰς καὶ συγγραφεῖς [ἐπισκοποῦσι] καθ’ ὃ τὰ ἀσαφῶς λεγόμενα ἐξηγοῦνται, τὰ τε ὑγιῆ καὶ τὰ μὴ τοιαῦτα κρίνουσι, τὰ τε γνήσια ἀπὸ τῶν νόθων διορίζουσιν. (SEXTO EMPÍRICO 1.92–3)

<sup>10</sup> Μέρη δὲ αὐτῆς τέσσαρα, ἀναγνωστικόν, ἐξηγητικόν, διορθωτικόν καὶ κριτικόν· ὄργανα <δὲ> τέσσαρα, γλωσσηματικόν, ἱστορικόν, τεχνικόν, μετρικόν (GG 1.3.164.9–11). A primeira classificação aparece em Diomedes como as “tarefas” gramaticais:

para a parte técnica da gramática, sob cuja responsabilidade estão os elementos (i.e. letras) e as partes da oração (i.e. palavras) e, não por acaso, a ortografia e o helenismo: o aspecto normativo presente nestes são determinantes para o emprego correto daqueles.

Por outro lado, se a ortografia remonta àquela primeira constituição da gramática, enquanto arte de combinar as letras corretamente (seja na leitura, seja na escrita), a integração do helenismo entre as preocupações gramaticais é mais recente, mas não menos importante; ao contrário, isso parece constituir o próprio âmago da gramática helenística. De fato, sabemos que um dos princípios da elocução retórica, para Aristóteles, era o uso de uma linguagem correta, no caso, o grego; “falar grego corretamente”, em grego, é *helenizar* (ἑλληνίζειν).<sup>11</sup> Já o termo *helenismo* (ἑλληνισμός) aparece mais propriamente na parte da dialética estoica consagrada ao significante, como uma de suas “virtudes” (ἀρεταὶ λόγου): “o helenismo é a expressão tecnicamente sem erros e livre de vulgarismos inoportunos”.<sup>12</sup> Em oposição às virtudes, os estoicos reconhecem pelo menos dois vícios: o barbarismo no âmbito da *léxis* (“a pronúncia que transgride o costume dos gregos de boa reputação”), o solecismo no âmbito do *lógos* (quando este é “construído de forma incongruente”).<sup>13</sup>

Os gramáticos parecem herdar esta distinção básica, quando definem, de um lado, o barbarismo como “parte da oração viciosa pela pronúncia ou pela escrita” e, de outro, o solecismo como “vício na combinação das partes da oração”.<sup>14</sup> As mesmas definições se encontram em um gramático grego, no contexto dos “objetivos” do trabalho gramatical:

Os trabalhos [gramaticais] consistem em produzir tecnicamente um *lógos* metrificado ou prosaico. O objetivo é não errar, nem no âmbito de uma única palavra, nem no âmbito de mais de uma: pois errar em uma única é barbarismo, errar em mais de uma é solecismo.<sup>15</sup>

Já o gramático latino Diomedes coloca essa doutrina entre os “princípios” da gramática:

Os princípios da gramática emergem dos elementos; os elementos se configuram em letras; as letras se combinam em sílabas; pelas sílabas se compreende a palavra; as palavras se combinam em partes da oração; pelas partes da oração se perfaz a oração; na oração se distingue a virtude; pratica-se a virtude para evitar os vícios.<sup>16</sup>

*grammaticae officia, ut adserit Varro, constant in partibus quattuor, lectione enarratione emendatione iudicio* (GL I.426.21–2).

<sup>11</sup> Cf. *Retórica* 1407.a.20 (cf. acima, p. 50 n.129).

<sup>12</sup> Ἑλληνισμὸς μὲν οὖν ἐστὶ φράσις ἀδιάπτωτος ἐν τῇ τεχνικῇ καὶ μὴ εἰκαίᾳ συνηθείᾳ. (DIÓGENES LAÉRCIO 7.59)

<sup>13</sup> ὁ δὲ βαρβαρισμὸς ἐκ τῶν κακιῶν λέξεις ἐστὶ παρὰ τὸ ἔθος τῶν εὐδοκιμούντων Ἑλλήνων, σολοικισμὸς δὲ ἐστὶ λόγος ἀκαταλλήλως συντεταγμένος. (DIÓGENES LAÉRCIO 7.59)

<sup>14</sup> Cf. DONATO 653.2 e 655.4. Para a tradução completa das seções sobre o barbarismo e o solecismo, cf. adiante, pp. 162–5.

<sup>15</sup> Ἔργα τὸ τὸν ἔμμετρον καὶ τὸν πεζὸν λόγον τεχνᾶσθαι. Τέλος τὸ μὴ ἀμαρτάνειν μήτε περὶ μίαν λέξιν μήτε περὶ πλείονας τὸ γὰρ περὶ μίαν ἀμαρτάνειν βαρβαρισμὸς ἐστὶ, τὸ δὲ περὶ πλείονας σολοικισμὸς. (GG I.3.170.21–3)

<sup>16</sup> *Grammaticae initia ab elementis surgunt, elementa figurantur in litteras, litterae in syllabas coguntur, syllabis comprehenditur dictio, dictiones coguntur in partes orationis, partibus orationis consummatur oratio, oratione uirtus ornatur, uirtus ad euitanda uitia exercetur.* (DIOMEDES I.426.32–427.2)

Portanto, na base da doutrina dos vícios está a doutrina das partes da oração (em grego, *μερισμός*; em latim, *partitio*), a partir do paralelismo entre a ortografia enquanto emprego correto das letras e o helenismo enquanto emprego correto das palavras. Pode-se dizer que

a construção da oração depende do *merismós*, que fixa para cada parte da oração os significados e as relações sintáticas que lhe são próprias, deslocando assim para a palavra (enquanto parte da oração específica) o centro da economia estoica da proposição.<sup>17</sup>

Contudo, como lembra Jean Lallot (1988: 17), a fixação da doutrina das partes da oração “não deve ter se concretizado em um dia, nem mesmo em um século: as escolhas que presidem a certos reagrupamentos devem ter sido duramente debatidas”. Com efeito, os comentadores da *Tékhnē* relatam que certos gramáticos transformaram as cinco partes definidas pelos estoicos em dez, ao reconhecendo a autonomia do participio e do infinitivo em relação ao verbo, do pronome em relação ao artigo, da preposição em relação à conjunção, além de incluir o advérbio, ignorado pelos estoicos; por outro lado, aqueles que reservavam um lugar específico aos pronomes articulares contavam onze, e os que isolavam os advérbios exclamativos (*σχετλιαστικά*) chegavam a doze.<sup>18</sup>

Ainda que não possamos comprovar textualmente toda essa diversidade, uma grande quantidade de papiros recém-descobertos nas areias do Egito trouxe uma contribuição importante: eles continham diversas *tékhnai grammatikai* com datas estimadas entre o século I e o século VI d.c.. Um desses tratados do século I d.c. apresenta algumas discordâncias doutrinárias e terminológicas em relação ao texto da *Tékhnē*, entre as quais se destaca a defesa de um sistema de nove partes, que mantém a distinção genuinamente estoica entre *ὄνομα* e *προσηγορία*.<sup>19</sup>

<sup>17</sup> ILDEFONSE 1997: 277. Essa relação está na base das considerações sintáticas presentes na mais antiga obra disponível sobre este tema: *Περὶ συντάξεως* de Apolônio Díscolo. Conforme a “homologia que liga o elemento à sílaba, esta à palavra e esta à oração, a existência da ortografia (que estabelece a correção no nível da palavra) permite antecipar outra disciplina, que estabelecerá as condições de construção correta das frases”, com base na noção de congruência (*καταλληλότης*) (ILDEFONSE 1997: 256–7). Marc Baratin explica que, de fato, “as relações entre as palavras são tão sistemáticas quanto as relações das unidades do nível inferior, i.e. letras e sílabas” (1989: 231). Tal sistematicidade seria uma aplicação direta da ideia estoica da “razão que governa o mundo” sobre o *lógos*, transformado em “razão linguística”; de fato, “a análise gramatical é normativa na medida em que ela revela uma ‘regularidade natural’ (*φυσική ἀκολουθία*) própria à língua” (ILDEFONSE 1997: 259). Contudo, preferimos não integrar essa obra em nossa análise, uma vez que permanece em discussão se essa obra constitui uma “segunda corrente de descrição da língua”, que vem para incrementar a simplicidade inicial da *tékhnē* (BARATIN & DESBORDES 1981: 60) ou se, ao contrário, ela constitui o próprio fundamento de estabilização da *tékhnē* que conhecemos, cuja simplicidade só seria possível após uma descrição abrangente e integrada como a de Apolônio Díscolo (BARATIN 1989<sup>b</sup>: 208; ILDEFONSE 1997: 253 ss). Essa discussão está intimamente ligada à questão da autenticidade do manual atribuído a Dionísio da Trácia, que apresentamos mais adiante mas que não foi possível aprofundar.

<sup>18</sup> Cf. ILDEFONSE 1997: 277–8. Esse processo aparece descrito em muitos textos gramaticais latinos, incluindo o resumo de Quintiliano, o que lhe sugere um caráter de lugar-comum. Cf. QUINTILIANO 1.4.20; POMPEIO 5.134.4–15; PRISCIANO 2.54.5–55.3, entre outros.

<sup>19</sup> Cf. WOUTERS 1995: 96. O papiro mencionado é conhecido como *P. Yale* 1.25, editado por Alfons Wouters em 1979. Infelizmente não tivemos acesso ao texto original, que sem dúvida seria muito bem-vindo ao nosso trabalho comparativo. Uma tradução para o inglês pode ser encontrada em LAW 2003: 55–7.

Diante disso, parece certo que o sistema de oito partes, ainda que seja tão antigo quanto diz Quintiliano,<sup>20</sup> não contava com aceitação unânime dois séculos após sua provável “formulação”.

Em todo caso, todos os testemunhos parecem concordar que a doutrina deriva da classificação estoica. Ao mesmo tempo, o modo de organizar a descrição das partes da oração é claramente aristotélico: com base numa distinção entre o que é próprio e o que é accidental,<sup>21</sup> cada tratado começa pela definição e em seguida descreve em detalhes e exemplos a forma específica como cada acidente se manifesta. Ora, uma vez que os acidentes são comuns a diversas partes (cuja associação, aliás, será o critério da congruência), a definição de cada uma não pode se basear no que é comum, e sim no que é próprio, como atesta um comentador da *Tékhnē*:

Deve-se considerar o que é próprio de cada parte, não os acidentes: é assim que se faz o *merismós*. É próprio o que convém a um único, não sendo comum a nenhum outro, como ao homem o sorrir e ao cavalo o relinchar; são acidentes o branco e o preto, o rápido e o lento”.<sup>22</sup>

Um comentador de Donato parece se referir à mesma questão quando diz que “devemos saber claramente que quem define algo deve fazê-lo de modo que descreva a coisa em si e, ao mesmo tempo, a separe das demais: a definição não deve ser comum a coisas outras”.<sup>23</sup>

Com base nesse princípio, podemos observar os textos gramaticais para identificar que *propriedades* são selecionadas para permitir a “classificação sistemática de todas as palavras da língua”<sup>24</sup> em oito compartimentos e analisar de quais sistemas filosóficos as definições mais se aproximam ou parecem derivar. Para este estudo introdutório, julgamos suficiente comparar o texto de Donato com um exemplar grego – a *Tékhnē* atribuída a Dionísio da Trácia<sup>25</sup> – e um

<sup>20</sup> Segundo Quintiliano (I.4.20), “alguns – como Aristarco e, em nossa época, Palemão – se apoiam em autores idôneos e propõem oito partes, subordinando a denominação (*appelatio* = *προσηγορία*) ao nome, enquanto espécie dele”. Já um comentador da *Tékhnē* baseia sua descrição “na autoridade de Trifão, um homem virtuoso tanto em agudeza quanto na técnica, que foi o primeiro mestre de Apolônio (o artífgrafo) e subordinou a denominação ao nome” (GG I.3.356.21–4).

<sup>21</sup> Segundo Frédérique Ildefonse (1997: 280), “é notável a origem filosófica dessa distinção, ... que é aquela dos dois tipos aristotélicos de acidentes”. Sobre a utilização de métodos peripatéticos na gramática, cf. BÉCARES BOTAS (1989).

<sup>22</sup> Λεκτέον οὖν ὡς παντὸς μέρους τὰ ἴδια δεῖ σκοπεῖν καὶ οὐ τὰ παρεπόμενα, καὶ οὕτω ποιῆσθαι τὸν μερισμόν· ἴδιον δὲ ἐστὶ τὸ ἐνὶ μόνῳ ἀνήκον, ἑτέρῳ δὲ μὴ ἐπικoinωνοῦν. ὡς ἀνθρώπῳ τὸ γελαστικόν, ἵππῳ δὲ τὸ χρεμετιστικόν, παρεπόμενα δὲ λευκόν ἢ μέλαν, ταχὺ ἢ βραδύ. (GG I.3.357.18–22)

<sup>23</sup> *Plane scire debemus quia qui definit aliquid ita debet definire, ut et ipsam rem exprimat et a ceteris rebus seiungat. neque enim debet illa definitio communis esse cum aliis rebus.* (POMPEIO 5.137.15–8)

<sup>24</sup> BARATIN & DESBORDES 1981: 36.

<sup>25</sup> DIONÍSIO DA TRÁCIA (170–90 a.C.) sucedeu a Aristarco da Samotrácia na direção da biblioteca de Alexandria. Sob seu nome consta uma *Tékhnē grammatike* que por muito tempo foi considerada a mais antiga forma da gramática técnica grega, tendo sido produzida em um período muito próximo do processo de elaboração da gramática alexandrina. Porém, a partir dos trabalhos de Vicenzo di Benedetto, tem sido cada vez mais aceita a tese da inautenticidade de parte do texto que possuímos, particularmente da parte consagrada às partes da oração: esta seria fruto de uma reformulação tardia, datando provavelmente do século III ou IV d.C. – portanto, contemporânea de Donato. Não tenho condições de entrar nessa discussão, recentemente realimentada pela descoberta de novos papiros no Egito; adoto aqui a posição de F. W. Householder (1995<sup>c</sup>: 100), para o qual “é óbvio que o texto da *Tékhnē* é um sumário do conhecimento linguístico da língua grega atualizado para a época do compilador, o que não significa que ele tenha inventado qualquer um desses nomes ou definições, nem mesmo escolhido muitos dos exemplos”, e limito-me a indicar um resumo dos argumentos de Di Benedetto (cf. LAW 2003: 56) e uma compilação de artigos sobre o tema (cf. LAW & SLUITER 1995).



romano – a *Ars* de Carísio –, usando como fontes de informação complementar principalmente as obras gramaticais de Diomedes, Sérvio e Pompeio, sem negligenciar outros testemunhos disponíveis no *Corpus grammaticorum latinorum* que contribuíssem para a compreensão.

### 3.1 A oração e suas partes

Inicialmente é preciso considerar com que conceito de oração (λόγος, *oratio*) os gramáticos trabalham. Para uma melhor visualização das relações que a gramática guarda com a filosofia, vejamos termo a termo a definição presente na *Tékhnē*:

Palavra é a menor parte da oração do ponto de vista da construção. Oração é uma composição prosaica de palavras que designa um pensamento completo.<sup>26</sup>

Nota-se que a noção de palavra (λέξις) se identifica à aquela de parte da oração (μέρος τοῦ λόγου), determinando uma certa reciprocidade entre as definições: se a palavra é a menor parte da oração, esta é uma composição de palavras. Nenhuma delas corresponde exatamente a qualquer das definições filosóficas que vimos anteriormente; ao contrário, parecem ser fruto de uma composição cuidadosa de noções pré-estabelecidas.

A primeira delas é a noção de *léxis*. Vimos como os estoicos analisavam o aspecto material da linguagem, isolando, do vasto campo do som vocal (φωνή), a voz articulada (λέξις) e a voz articulada significativa (λόγος); nesse esquema, a *léxis* não era necessariamente portadora de significado. Vimos também que, na doutrina aristotélica, *léxis* designa a elocução, i.e. o mesmo aspecto material da linguagem, aqui considerado conjuntamente e analisado em constituintes – letras, sílabas, nomes, verbos, etc., – numa ordem progressiva conforme a pertinência para a significação. Os gramáticos parecem adotar a análise aristotélica<sup>27</sup> quando “situam a *léxis* entre as letras e as sílabas, de um lado, e a oração e seus constituintes, de outro”,<sup>28</sup> transferindo a articulação para o âmbito da letra (“menor parte da voz articulada” DONATO 603.6) e da sílaba (“agrupamento de letras” DONATO 605.II). Por outro lado, definir a palavra como “parte da oração” é inverter o sentido da progressão aristotélica: o significado mínimo que a palavra é capaz de portar passa a depender de sua inserção na unidade superior, a oração, o que soa claramente estoico.<sup>29</sup>

<sup>26</sup> Λέξις ἐστὶ μέρος ἐλάχιστον τοῦ κατὰ σύνταξιν λόγου. Λόγος δὲ ἐστὶ πεζῆς λέξεως σύνθεσις διάνοιαν αὐτοτελεῖ δηλοῦσα. (GG I.1.22.4–5)

<sup>27</sup> Por outro lado, é irresistível pensar que essa análise progressiva, uma vez que se apresenta na *Poética*, já pertencesse ao domínio da gramática, responsável pelo “arte de juntar letras” e pelo estudo dos textos homéricos.

<sup>28</sup> BARATIN & DESBORDES 1981: 54.

<sup>29</sup> Cf. ILDEFONSE 1997: 453. Para a autora, isso é suficiente para que se relativize a ideia do “primado da palavra” nos textos gramaticais.

Coerentemente, o mesmo procedimento pode ser observado na definição de oração. De um lado, esta é caracterizada como composição (σύνθεσις) de palavras, numa provável menção à definição aristotélica de *lógos* como “voz composta significativa” (φωνή συνθετὴ σημαντική). De outro, a oração designa um “pensamento completo” (διάνοιαν αὐτοτελή), o que remete claramente à dialética estoica; de fato, o pensamento estava na base da produção do *lógos* (“voz significativa emitida pelo pensamento”, φωνή σημαντικὴ ἀπὸ διανοίας ἐκπεμπομένη), e a completude era o princípio fundador da proposição (“dizível completo”, λεκτὸν αὐτοτελές), em oposição ao predicado (“dizível incompleto”). Nesse sentido, os gramáticos assumem o aspecto sintético da análise aristotélica sem abandonar sua “fidelidade ao *lógos* estoico, definido como medida e critério da expressão linguística”,<sup>30</sup> ao mesmo tempo, transferem para a análise do significativo os aspectos fundamentais da análise dos significados.<sup>31</sup>

Entre os gramáticos latinos encontramos variações desse mesmo esquema. Embora Donato, em sua busca por concisão, passe ao largo dessas questões introdutórias, em Carísio a *dictio* (correspondente latino de λέξις) é definida como uma “expressão delimitada em sílabas com uma certa significação”.<sup>32</sup> Essa mesma definição comparece em Diomedes, ao lado de outra que diz que “palavra é voz articulada com alguma significação, a partir da qual a oração é construída e na qual a oração se decompõe”.<sup>33</sup> Se a primeira se restringe ao aspecto aristotélico – “uma certa significação” parece remeter ao τι σημαῖνον da definição de *lógos* da *Poética* (cf. 1457.a.27) –, a segunda integra a noção estoica de voz articulada, além de antecipar a bidirecionalidade que caracteriza a análise gramatical.<sup>34</sup> Dos testemunhos que temos, apenas Prisciano se coloca diretamente na tradição grega, quando traduz literalmente a definição da *Tékhnē*.<sup>35</sup>

Por sua vez, a conceituação de *oratio* (correspondente latino de λόγος) também se mostra diversificada entre os gramáticos. Para Carísio, a oração é “uma fala emitida pela boca e organizada em palavras, como se fosse uma *oral razão*”.<sup>36</sup> Diomedes reproduz essa definição, atribuindo-a a Escauro,<sup>37</sup> e acrescenta outras três, entre as quais se destaca a seguinte: “Oração

<sup>30</sup> ILDEFONSE 1997: 453.

<sup>31</sup> Na verdade, essa será a tônica da abordagem gramatical, como veremos no decorrer desse estudo.

<sup>32</sup> *Dictio est ex syllabis finita cum significatione certa locutio.* (CARÍSIO 14.26–7)

<sup>33</sup> *Dictio est uox articulata cum aliqua significatione ex qua instruitur oratio et in quam resolutur.* (DIOMEDES I.427.4–5)

<sup>34</sup> Marc Baratin e Françoise Desbordes (1981: 64), analisando a concepção gramatical presente na obra de Prisciano, afirmam que a gramática “é constituída de um componente *analítico* e um componente *sintético*: o primeiro determina *grosso modo* as regras da gramaticalidade, concebida como a aplicação das relações impostas pelos constituintes de um enunciado; ... o segundo determina as possibilidades atestadas na realização efetiva dos enunciados, cuja característica comum é serem interpretáveis em função de seu contexto”.

<sup>35</sup> *Dictio est pars minima orationis constructae.* (PRISCIANO 2.6.7–8)

<sup>36</sup> *Oratio est ore missa et per dictiones ordinata pronuntiatio, uelut oris ratio* (CARÍSIO 193.4-6). A menção ao caráter de emissão oral lembra muito a definição platônica (*Teeteto* 206.d), e talvez sirva para antecipar a explicação etimológica.

<sup>37</sup> Provavelmente Terenciano Escauro, gramático do século II d.C. (cf. TAYLOR 1995<sup>c</sup>: 108).



é uma composição de palavras que perfaz uma sentença e significa uma ideia completa”.<sup>38</sup> A proximidade com a definição da *Tékhnē* é evidente, seja pela tradução de σύνθεσις por *compositio*, seja pelo desdobramento da διάνοιαν αὐτοτελή em *sententiam ... rem perfectam*, em uma clara remissão ao προᾶγμα αὐτοτελές que define a proposição estoica (cf. D.L. 7.65).<sup>39</sup>

Em seguida à definição de oração, a *Tékhnē* apresenta a lista das partes da oração:

As partes da oração são oito: nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio, conjunção; a denominação se subordina ao nome, como espécie.<sup>40</sup>

Como vimos, os gramáticos reconheciam essa divisão em oito partes como uma reelaboração das cinco partes estoicas; porém, parece que subdividir uma parte em duas (como descolar a preposição da conjunção) é mais fácil que o contrário: os gramáticos não se esquecem de alertar que agora a classe do nome abriga o ὄνομα e a προσηγορία estoica.

Entre os gramáticos latinos, a lista começa de forma muito similar, mas a ordem de apresentação se altera. Em Carísio,

as partes da oração são oito: nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição, interjeição.<sup>41</sup>

A lista de Donato é idêntica, e traz algumas informações adicionais:

As partes da oração são oito: nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição. Duas delas, o nome e o verbo, são as principais partes da oração. Os latinos não computam o artigo, os gregos a interjeição. Muitos calculam um número maior de partes da oração, outros um número menor. O certo é que, de todas, são três as que se flexionam em seis casos: nome, pronome e particípio.<sup>42</sup>

As observações aduzidas por Donato remetem a duas questões conexas: de um lado, a diversidade de posições quanto ao número de partes da oração e sua aparente estabilização entre gregos e romanos, mediante certas adaptações (a “compensação” da ausência do artigo pela inclusão da interjeição); de outro, a distinção do nome e do verbo como prioritários em

<sup>38</sup> *Oratio est compositio dictionum consummans sententiam remque perfectam significans.* (DIOMEDES 1.300.18-9)

<sup>39</sup> Segundo F. Charpin (1986: 135), tanto *sententia* quanto *res* se referem ao nível do conteúdo. Em caráter suplementar, encontramos em Mário Vitorino uma definição dupla de oração baseada, de um lado, no esquema puramente estoico (*oratio est dictio significans*) e, de outro, na versão gramatical (*compositio dictionum significantium consummans unam sententiam*, VITORINO 67.1-3).

<sup>40</sup> Λέξεις ἐστὶ μέρος ἐλάχιστον τοῦ κατὰ σύνταξιν λόγου. Λόγος δὲ ἐστὶ πεζῆς λέξεως σύνθεσις διάνοιαν αὐτοτελή δηλοῦσα. Τοῦ δὲ λόγου μέρη ἐστὶν ὄκτώ· ὄνομα, ῥῆμα, μετοχή, ἄρθρον, ἀντωνυμία, πρόθεσις, ἐπίρρημα, σύνδεσμος. ἢ γὰρ προσηγορία ὡς εἶδος τῶ ὀνόματι ὑποβέβληται. (GG I.1.22-3)

<sup>41</sup> *Orationis partes sunt octo, nomen pronomen uerbum aduerbium participium coniunctio praepositio interiectio.* (CARÍSIO 193.4-8)

<sup>42</sup> *Partes orationis sunt octo, nomen, pronomen, uerbum, aduerbium, participium, coniunctio, praepositio, interiectio. ex his duae sunt principales partes orationis, nomen et uerbum. Latini articulum non adnumerant, Graeci interiectionem. multi plures, multi pauciores partes orationis putant. uerum ex omnibus tres sunt, quae sex casibus inflectuntur, nomen, pronomen et participium.* (DONATO 613.3-7)

relação às demais partes da oração e a distinção do nome, do pronome e do particípio como as partes casuais. Com efeito, essas observações remontam à constituição da doutrina e servem de fundamento para a justificação da ordem de enumeração e apresentação das partes. Uma vez que essa ordem não é unânime e uma vez que nos interessa aqui especialmente a conceituação de cada classe, seguiremos, por motivos meramente práticos, a ordem utilizada por Donato.<sup>43</sup>

### 3.2 Nome

Nome é a parte da oração com caso que significa um corpo ou uma ideia (um corpo como *pedra*, uma ideia como *educação*) e que é dita de modo comum ou próprio (comum como *homem*, *cavalo*, próprio como *Sócrates*).<sup>44</sup>

Essa definição de nome, apresentada na *Tékhnē*, é rigorosamente a mesma utilizada por Donato, traduzida e adaptada à língua e a exemplos latinos:

Nome é a parte da oração com caso que significa um corpo ou uma ideia de modo próprio ou comum: de modo próprio, como *Roma*, *Tibre*; de modo comum, como *cidade*, *rio*.<sup>45</sup>

Os comentadores de Donato procuram explicar a gestação dessa definição.<sup>46</sup> Com base em “princípios aristotélicos e estoicos”, uma definição perfeita é aquela que separa a coisa de outras semelhantes e expõe algo que lhe é próprio. Assim, quando se diz “com caso”, separa-se o nome do verbo, do advérbio, da preposição, da conjunção e da interjeição, mas não do pronome e do particípio; em seguida, expõe-se o que é próprio do nome: significar um corpo ou uma ideia de modo próprio ou comum. De fato,

Todo nome que existe no universo não pode ficar sem essas três coisas: não é possível que não tenha caso; não é possível que não seja ou corpóreo ou incorpóreo; não é possível que não seja próprio ou denominativo. ... Por isso, aquela definição abarca tudo.<sup>47</sup>

É possível identificar, nos elementos dessa definição, uma base estoica bastante evidente.

<sup>43</sup> A ordem seguida por Donato – baseada numa simetria nome : pronome :: verbo : advérbio, provavelmente por razões mnemônicas – é diferente do padrão grego mais difundido, baseado na oposição declináveis vs. indeclináveis (cf. LENOBLE *et al.* 2001: 280) e justificado, já na Antiguidade, por Apolônio Díscolo (*GG* 2.2.16.12 ss) e pelos comentários à *Tékhnē* (*GG* 1.3.57.12 ss). Estudos modernos sobre essas justificativas podem ser encontrados em LALLOT (1986: 417 ss), ILDEFONSE (1997: 289–300).

<sup>44</sup> ὄνομα ἐστὶ μέρος λόγου πτωτικόν, σῶμα ἢ πρᾶγμα σημαίνον, σῶμα μὲν οἶον «λίθος», πρᾶγμα δὲ οἶον «παιδεία», κοινῶς τε καὶ ἰδίως λεγόμενον, κοινῶς μὲν οἶον «ἄνθρωπος», «ἵππος», ἰδίως δὲ οἶον «Σωκράτης». (*GG* 1.1.24.3-5)

<sup>45</sup> *Nomen est pars orationis cum casu corpus aut rem proprie communiterue significans, proprie ut «Roma» «Tiberis», communiter ut «urbs» «flumen».* (DONATO 614.2–3 = 585.7–8)

<sup>46</sup> Cf., especificamente, SÉRVIO 4.406.23ss; [SÉRGIO] 4.489.21ss; POMPEIO 5.137.1ss.

<sup>47</sup> *Omne nomen, quod est in rerum natura, sine tribus rebus esse non potest: non licet ut casu careat; nequaquam inuenitur nomen, ut non sit aut corporale aut incorporale; nequaquam inuenitur, ut non sit aut proprium aut appellatiuum. ... ideo in ipsa definitione totum tenuit.* (POMPEIO 5.137.3–14)

Em primeiro lugar, definir o nome como “parte da oração” (*pars orationis* = μέρος λόγου) remete diretamente às definições estoicas (cf. D.L. 7.58), ainda que essa noção compareça de forma implícita em Aristóteles (cf. *De int.* 16.a); o mesmo vale para a primeira atribuição apresentada, o caso (*cum casu* = πτωτικόν), a qual, embora não fosse mencionada na definição estoica de nome, era critério para a definição de artigo e, de forma negativa (ἄπτωτον), para as definições de verbo e conjunção.

Em segundo, significar corpo ou ideia (*corpus aut rem* = σῶμα ἢ πρᾶγμα) de modo próprio ou comum (*proprie communiterue* = κοινῶς τε καὶ ἰδίως) são termos que remetem claramente à ontologia estoica,<sup>48</sup> em particular à distinção entre corpóreo e incorpóreo de um lado, qualidade própria (*ἰδία ποιότης*) e qualidade comum (*κοινή ποιότης*) de outro. Porém, aqui é preciso reconhecer certas reformulações.

Com efeito, se a significação estoica passava necessariamente por um incorpóreo (ο λεκτόν), a definição gramatical estabelece uma ligação mais imediata entre a significação e a realidade, seja a sensível (*σῶμα*), seja a conceitual (*πρᾶγμα*),<sup>49</sup> a partir de uma concepção materialista de coisa corpórea (“a que pode ser vista ou tocada”) e coisa incorpórea (“a que não pode ser vista nem tocada”).<sup>50</sup> A propósito, a definição de nome presente em Carísio só não é idêntica à de Donato porque substitui “corpo ou ideia” por *rem corporalem aut incorporalem*, além de mencionar a ausência de indicação temporal, como fizera Aristóteles.<sup>51</sup>

Por outro lado, para um comentador da *Tékhnē*, “é próprio do nome designar a qualidade de um dado corpo ou conceito; ser próprio ou denominativo é acidente”;<sup>52</sup> de fato, o primeiro acidente do nome é a qualidade (*qualitas*), “segundo a qual os nomes são ou próprios ou denominativos”.<sup>53</sup> Ora, se é acidente, não deveria participar da definição, o que evidencia a preocupação do gramático em “sublinhar a unidade da classe, uma vez que nomes próprios e denominativos haviam sido outrora tratados de forma independente”.<sup>54</sup>

<sup>48</sup> Com o que concorda P. Matthews (1990: 230 n.112).

<sup>49</sup> Seguimos aqui a interpretação de Marc Baratin para *πρᾶγμα* na dialética estoica, como “conteúdo do pensamento” (cf. BARATIN & DESBORDES 1981: 31; BARATIN 1989<sup>a</sup>: 195). Essa interpretação é atestada por um comentador da *Tékhnē*, que entende *πρᾶγμα* como “substância do pensamento” (*ἐννοηματικὴ οὐσία*, GG 1.3.360.8).

<sup>50</sup> *Corporalis dicitur res apud grammaticos quae uideri potest et tangi, incorporalis quae nec uideri nec tangi potest* (POMPEIO 5.137.28–9). Note a semelhança desta concepção com aquela apresentada no poema de Lucrecio: *tangere enim et tangi, nisi corpus, nulla potest res* (*De rerum natura* 1.304).

<sup>51</sup> *Nomen est pars orationis cum casu sine tempore significans rem corporalem aut incorporalem proprie communiterue, proprie ut « Roma » « Tiberis », communiter, ut « urbs » « ciuitas » « flumen ».* (CARÍSIO 193.10-3)

<sup>52</sup> Οὕτω δὲ καὶ ὀνόματος ἴδιον μὲν τὸ δηλοῦν τὴν τῶν ὑποκειμένων σωμάτων ἢ πραγμάτων ποιότητα, παρεπόμενον δὲ τὸ κύριον ἢ προσηγορικὸν εἶναι. (GG 1.3.214.33–5)

<sup>53</sup> Cf. DONATO 614.5. Segundo F. Ildefonse (1997: 456), o acidente da qualidade suscita “uma lista de variedades semânticas de nomes na qual a mistura de terminologias estoica e peripatética é bastante perceptível”.

<sup>54</sup> MATTHEWS 1990: 230. Vale dizer que outrora não é muito tempo: um testemunho em papiro do século I d.c. traz uma versão grega de nove partes da oração, com os dois tipos de nome separados (cf. acima, p. 69 n.19).

Entre os latinos, Diomedes, após reproduzir a mesma definição presente em Carísio, atesta que Escauro (prov. século II d.c.) divergia dessa tradição, por distinguir não dois, mas três tipos de nome (*nomen, appellatio, uocabulum*), cada qual com sua definição específica; a cada definição, Diomedes não deixa de recordar que “a denominação tem quase os mesmos acidentes do nome, ... e o vocábulo os mesmos acidentes da denominação”.<sup>55</sup> De certo modo, isso confirma a análise de Jean Lallot, de que a *προσηγορία* estoica deixou de ser autônoma porque, “para os gramáticos, a oposição entre qualidade própria e qualidade comum não distingue *morfologicamente* duas partes da oração”.<sup>56</sup> Em todo caso, o critério básico de definição dos nomes ainda é sua significação.

### 3.3 Pronome

O pronome é uma classe de palavra registrada apenas em textos gramaticais. Porém, se em grego ele se opõe ao artigo, dividindo o *áρθρον* estoico em duas classes, em latim ele integra o artigo, constituindo uma única classe pronominal. Por isso, trataremos pronomes e artigos de modo interligado.

A *Tékhnē* traz as seguintes definições:

Artigo é uma parte da oração com caso, que pode ser preposta ou posposta à declinação dos nomes: é prepositivo ὁ, é pospositivo ὅς.<sup>57</sup>

Pronome é a palavra que se emprega no lugar do nome, indicativa de pessoas definidas.<sup>58</sup>

Nota-se que ambos se definem em relação à classe dos nomes, portanto a partir de um critério que se poderia chamar funcional distribucional: de um lado, o artigo se define sintagmaticamente, por sua capacidade de se combinar com o nome; de outro, o pronome se define paradigmaticamente, tendo em vista que pode ser “substituto do nome” (*ἀντὶ ὀνόματος*), o que explica sua denominação (*ἀντωνυμία*); em acréscimo, o pronome é capaz de designar uma pessoa definida (*προσώπων ὀρισμένων*).

A definição gramatical do artigo começa de forma semelhante à definição estoica (“elemento do *lógos* com caso” D.L. 7.59) e coincide em um dos exemplos (ὁ); porém, sabemos pelos comentadores que os estoicos associavam os pronomes aos artigos, chamando estes de

<sup>55</sup> Cf. DIOMEDES I.320.13ss. Donato faz uma breve remissão a essa vertente (cf. 614.4–5).

<sup>56</sup> LALLOT 1988: 17 (grifo meu).

<sup>57</sup> Ἄρθρον ἔστι μέρος λόγου πτωτικόν, προτασσόμενον † καὶ ὑποτασσόμενον τῆς κλίσεως τῶν ὀνομάτων. καὶ ἔστι προτακτικὸν μὲν <ὁ>, ὑποτακτικὸν δὲ <ὅς>. (GG I.1.61)

<sup>58</sup> Ἀντωνυμία ἔστι λέξις ἀντὶ ὀνόματος παραλαμβανομένη, προσώπων ὀρισμένων δηλωτική. (GG I.1.63)

artigos indefinidos (ἀόριστον ἄρθρον), aqueles de artigos definidos (ὠρισμένον ἄρθρον).<sup>59</sup> Ao que parece, portanto, os gramáticos se baseiam numa classificação específica preexistente no estoicismo para elaborar sua reclassificação genérica, enfatizando o aspecto funcional de um e outro na construção da oração.

Os latinos consideram apenas a classe dos pronomes, o que requer certas adaptações na definição, como se vê em Donato:

Pronome é a parte da oração que, empregada no lugar do nome, significa quase o mesmo e às vezes traz a pessoa.<sup>60</sup>

De fato, o que era definidor do pronome na versão grega – a indicação de pessoa – torna-se uma possibilidade da classe na versão latina, quando não é ignorada, como na definição adotada por Carísio:

Pronome é a parte da oração que, empregada no lugar do nome, significa o mesmo, embora de modo menos pleno.<sup>61</sup>

O que ressalta das duas definições latinas, como se vê, é o significado “parcial” do pronome, por assim dizer. Os comentadores de Donato informam que a primeira parte da definição (*pro nomine posita*), além de explicar a nomenclatura, mostra o que é próprio do pronome – “desempenhar a função” (*fungitur officio*) do nome –, servindo sobretudo para evitar que a repetição do nome provoque tédio.<sup>62</sup> A segunda parte, sobre o significado, serve para distinguir nomes e pronomes: “com o emprego do nome, a elocução é plena; com o pronome, é semiplena”.<sup>63</sup> Embora esses dois critérios já respondam às necessidades da definição – separar e indicar o que é próprio, como vimos acima –, Donato inclui a indicação de pessoa que aparece na tradição grega, mas com a diferença de que, aqui, essa indicação é “acidental”, isto é, não se estende a todos os elementos da classe.<sup>64</sup>

<sup>59</sup> Cf. *GG* 1.3.356.12–3. A propósito, Apolônio Díscolo relata que “Apolodoro de Atenas e Dionísio da Trácia chamavam o pronome de artigo dêitico” (*GG* 2.1.1.5.18–9). Eis um indício da inautenticidade da *Tékhne* que conhecemos.

<sup>60</sup> *Pronomen est pars orationis quae pro nomine posita tantundem paene significat personamque interdum recipit.* (DONATO 629.2–3 = 588.2–3)

<sup>61</sup> *Pronomen est pars orationis quae posita pro nomine minus quidem plene, idem tamen significat.* (CARÍSIO 200.9–10)

<sup>62</sup> ... *ne haec ipsa iteratio proprii nominis possit fastidium creare.* (POMPEIO 5.199.25)

<sup>63</sup> *Posito nomine plena est elocutio, pronomine posito semiplena* ([SÉRGIO] 4.499.32–3 = POMPEIO 5.200.1–2). De fato, se o pronome desempenhasse a função do nome e significasse a mesma coisa, “qual a necessidade de fazer delas duas partes da oração?” (*quid opus fuit duas partes orationis facere ... si unius partis significationem utraque habet?* 4.499.29–31).

<sup>64</sup> Na verdade, a indicação de pessoa é o critério distintivo do primeiro acidente dos pronomes, a qualidade, segundo a qual os pronomes são definidos (se indicam pessoa) ou indefinidos (se não a indicam): a semelhança com os dois tipos de artigo estoico é evidente, sendo atestada por Prisciano: “os artífices romanos, seguindo mais a tradição dos estoicos, disseram haver pronomes definidos e indefinidos” (*GL* 2.548.12–4). Além disso, nota-se um paralelismo com a definição do nome, em que a última característica (*proprie communiterue*) correspondia ao acidente da qualidade; Louis Holtz (1981: 127–31) mostra que esse paralelismo no tratamento do pronome em relação ao nome é sistemático na *Ars Donati*.

Por fim, falta tratar do artigo. Ao contrário da opinião moderna, os gramáticos latinos não consideravam o artigo inexistente em latim, mas apenas os computavam entre os pronomes.<sup>65</sup> Assim, a distinção que é genérica em grego torna-se específica em latim, como vemos na menção aos pronomes “prepositivo articular ou demonstrativo” (*hic*) e “pospositivo ou relativo” (*is*) na *Ars minor*<sup>66</sup> e, sobretudo, na distinção explícita feita por Donato ao final do tratado do pronome na *Ars maior*, baseada novamente em critérios funcionais.<sup>67</sup>

### 3.4 Verbo

Ao lado do nome, o verbo é uma das principais partes da oração. Sua definição também se baseia em dados acidentais e propriedades semânticas, como se vê na *Tékhnē*:

Verbo é uma palavra sem caso que admite tempos, pessoas e números e que estabelece atividade ou afecção.<sup>68</sup>

A mescla de componentes estoicos e aristotélicos é marcante. Primeiro, o verbo é definido como *léxis*, agora considerada sinônimo de parte da oração, como vimos acima. Segundo, ele é sem caso (*ἄπτωτος*), como na definição estoica, e admite tempo (*ἐπιδεκτικὴ χρόνων*), como na caracterização aristotélica. Terceiro, a significação do verbo é determinada conforme categorias tipicamente aristotélicas: os termos *ἐνέργεια* e *πάθος*, ainda que não compareçam no livro das *Categorias*, são bastante recorrentes nas obras do Estagirita.<sup>69</sup> Por outro lado, a julgar pelos exemplos fornecidos nas *Categorias* (*θερμαίνειν* “aquecer”, *θερμαίνεσθαι* “ser aquecido”) e, principalmente, pela terminologia referente às diáteses verbais na própria *Tékhnē* (*ἐνέργεια* “ativa”, *πάθος* “passiva”, *μεσότης* “média”, *GG* I.I.48), não estaríamos distantes de ao menos dois dos principais tipos de predicado estoico – predicado reto, como “ouve” (*ἀκούει*), e predicado invertido, como “sou ouvido” (*ἀκούομαι*) –, de cuja construção o verbo era, como vimos, a parte mais importante.<sup>70</sup>

<sup>65</sup> *Nos articulo non penitus caremus, sed in pronomine computamus.* (SÉRVIO 4.428.15–6)

<sup>66</sup> Cf. DONATO 589.15–20 (tradução, p. 113).

<sup>67</sup> Cf. DONATO 631.12–632.1 (tradução, p. 149). Repare que, nesse trecho, fica claro que ser “articular” ou “demonstrativo” não são sinônimos: o primeiro se refere à função do artigo, o segundo remete ao aspecto “dêitico” de que fala Apolônio Díscolo (cf. acima, p. 77 n. 59).

<sup>68</sup> ῥῆμά ἐστι λέξις ἄπτωτος, ἐπιδεκτικὴ χρόνων τε καὶ προσώπων καὶ ἀριθμῶν, ἐνέργειαν ἢ πάθος παριστάσα. (*GG* I.I.46.4-5)

<sup>69</sup> As categorias aristotélicas são o “fazer” (*ποιεῖν*) e o “ser afetado” (*πάσχειν*); esses e aqueles termos aparecem associados em diversos trechos, dos quais se destacam, a título de ilustração: “Tudo é afetado (*πάσχει*) e movido por aquilo que é produtivo (*ποιητικοῦ*) e está em atividade (*ἐνεργείᾳ*)” (*De anima* 417.a.17–8); “Chama-se afecção (*πάθος*), de um lado, a qualidade em virtude da qual uma alteração é possível ... e, de outro, as atividades (*ἐνέργεια*) dessa qualidade e as alterações realizadas” (*Metafísica* 1022.b.15–9); “A atividade do que é produtivo (*ἡ τῶν ποιητικῶν ἐνέργεια*) parece ter existência naquilo que é afetado (*πάσχοντι*) e disposto” (*De anima* 414.a.12–3).

<sup>70</sup> Um comentador atesta que, “segundo Apolônio em seu *Sobre os deverbais*, Dionísio da Trácia definia o verbo como palavra que significa um predicado (*ῥῆμά ἐστι λέξις κατηγορήμα σημαίνουσα*)” (*GG* I.3.161.7–8), portanto em absoluta conformidade com a teoria estoica.



A tradição latina seguida por Carísio é muito semelhante quanto aos dados acidentais, porém é mais concisa no que diz respeito à significação:

Verbo é a parte da oração que significa a execução de uma coisa, com tempo, pessoa e números, carecendo de caso.<sup>71</sup>

Já a tradição seguida por Donato, embora preserve a designação “parte da oração” – mais constante na gramática latina –, apresenta em sua definição menos dados acidentais (não menciona o número) e retoma a oposição atividade/passividade em termos sensivelmente distintos tanto de Carísio quanto da *Tékhne*:

Verbo é a parte da oração com tempo e pessoa, sem caso, que significa fazer algo ou ser afetado, ou nenhum dos dois.<sup>72</sup>

Com efeito, essa oposição agora se apresenta pelo infinitivo verbal (*agere aut pati*), aproximando-se mais das categorias aristotélicas, embora a menção ao neutro sugira uma referência ao terceiro tipo de predicado estoico (οὐδέτερον); também aqui parecem antecipar-se as diáteses verbais (chamadas “gêneros” ou “significações” pelos latinos), segundo as quais os verbos são ativos, passivos, neutros, deponentes e comuns.<sup>73</sup> Porém, os comentários de alguns gramáticos latinos sugerem que não se confunda gênero verbal com significação verbal, como veremos a seguir.

Os comentadores da *Ars Donati* procuram explicar termo a termo a definição, com base na necessidade de distinção e de atribuição do que é próprio.

A distinção é feita pela enumeração de certos elementos acidentais que, segundo Pompeio, “são todos necessários”.<sup>74</sup> Com efeito, ao dizer “com tempo e pessoa”, distingue-se o verbo não apenas das partes da oração que não admitem esses acidentes mas também daquelas que admitem apenas a pessoa (no caso do pronome) ou apenas o tempo (no caso do participio): o verbo é a única parte da oração que tem esses dois elementos associados, “de modo que não possa haver um sem o outro”;<sup>75</sup> ao dizer “sem caso”, prefere-se o risco da redundância (pois “quem não sabe que o verbo carece de caso”<sup>76</sup>) ao temor de que se confunda o verbo com o nome, especialmente diante de uma fórmula de origem grega em que o infinitivo serve de

<sup>71</sup> *Verbum est pars orationis administrationem rei significans cum tempore et persona numerisque carens casu.* (CARÍSIO 209.24–5)

<sup>72</sup> *Verbum est pars orationis cum tempore et persona sine casu aut agere aliquid aut pati aut neutrum significans.* (DONATO 632.5–6 = 591.6–7)

<sup>73</sup> *Genera uerborum, quae ab aliis significationes dicuntur, sunt quinque: actiua, passiuua, neutra, deponentia, communia.* (DONATO 635.5–6)

<sup>74</sup> POMPEIO 5.212.11–2.

<sup>75</sup> *GL* 4.502.28–31. Cf. POMPEIO 5.212.14–23; SÉRVIO 4.411.15–8.

<sup>76</sup> SÉRVIO 4.411.19.



complemento para o verbo (e.g. *da mihi bibere*), construção muito semelhante àquela em que o complemento é acusativo (e.g. *da mihi uinum* ou *da mihi panem*): de fato, “*bibere* aparenta ser caso acusativo, já que tudo o que se junta a esse verbo é acusativo”.<sup>77</sup>

Mas o que é próprio do verbo é seu significado, o qual, em princípio, é representativo das disposições universais: se “todo verbo que existe na natureza nos indica ou agir ou ser afetado”, é porque “qualquer coisa que existe no mundo todo está sem dúvida ou agindo ou sendo afetada”.<sup>78</sup> Assim, um verbo significa fazer quando indica “o que eu faço”, mas significa ser afetado por uma ação quando indica que sou afetado por uma ação – por exemplo, “se meu texto é lido por outra pessoa, *eu sou lido*, ... se meus feitos são mencionados por outra pessoa, *eu sou mencionado*”.<sup>79</sup>

Essa distinção primária sem dúvida se assemelha aos dois primeiros “gêneros” verbais, ativo e passivo, definidos morfologicamente pela possibilidade de se converterem um no outro mediante a adição ou a supressão da “letra -r”.<sup>80</sup> Essa possibilidade estava provavelmente relacionada com o fato de que,

entre os verbos que significam atividade, alguns são tais que de um lado se constitui a atividade, de outro a afecção: quando dizemos *corto*, *queimo*, é preciso que se compreenda conjuntamente o que executa e o que é afetado pela ação.<sup>81</sup>

Da mesma forma, um verbo como *legor* (“sou lido”), “embora seja passivo, também tem uma significação de agente”.<sup>82</sup>

Ora, o gênero neutro deveria literalmente compreender verbos que não indicam nenhuma das duas opções, isto é, “que não significam nem determinada ação nem afecção”<sup>83</sup>; porém, “mesmo nos neutros encontrarás a significação ou de um agente, como *curro* (‘cor-

<sup>77</sup> POMPEIO 5.213.8–10. Essa discussão ressalta a importância da construção como referência para a análise.

<sup>78</sup> *Omne uerbum quod est in rerum natura aut agere aut pati nos ostendit. ... quicquid est in toto mundo, aut patitur aut agit sine dubio* (POMPEIO 5.213.24–6). A relação de representação entre a linguagem e o mundo físico fica evidente nesse trecho. Frédérique Ildefonse (1997: 259), falando de Apolônio Díscolo, sugere que a existência de uma “terminologia naturalista” nos textos gramaticais pode ser indicativa da influência da filosofia estoica, especialmente da crença em uma racionalidade inerente à natureza, portanto inerente também à língua; nesse sentido, a própria normatividade da análise gramatical se justifica na medida em que ela “lança luz ou demonstra uma ‘regularidade natural’ (φυσικὴ ἀκολουθία)”. Essa seria a base, parece-me, do critério da *ratio*, como aparece em Quintiliano (1.6.1); porém, tal suspeita só se confirmaria mediante uma observação mais acurada da existência, nos textos gramaticais latinos, tanto da terminologia naturalista quanto da influência filosófica em que ela implica; desconheço até o momento uma pesquisa nesse sentido.

<sup>79</sup> ... *si ab altero scriptura mea legitur, ego legor, ego patior; item, si gesta mea ab alio referantur, ego referor, ego patior.* (JULIANO 51.16–7)

<sup>80</sup> Cf. DONATO 635.7–10. Em latim, a letra -r acrescentada a uma forma de primeira pessoa corresponde a um sufixo apasivador. Nesse sentido, a classificação das diáteses ou gêneros verbais praticamente reproduz a classificação estoica dos predicados, cuja base morfológica também era nítida, na medida em que os predicados “retos” se tornavam “invertidos” mediante a adição de uma “partícula passiva” (cf. acima, pp. 59–60).

<sup>81</sup> *Eorum autem quae actum significant quaedam talia sunt, ut in alio actus, in alio passio constituta sit, ut cum dicimus seco uro, necesse est ut administrantem et patientem unius intellectus ratio comprehendat.* (CONSÊNCIO<sup>A</sup> 5.366.2-5)

<sup>82</sup> ... *legor passiuum est, et tamen et agentis est significatio.* (POMPEIO 5.213.29)

<sup>83</sup> ... *quod nec certam actionem significet, nec passionem.* (JULIANO 52.1)

ro’), ou do que é afetado por uma ação, como *uapulo* (‘apanho’).<sup>84</sup> A diferença poderia consistir, então, no fato de que a significação dos verbos neutros é tal que não subentende necessariamente o que é afetado pela ação: de fato, *correr* ou *nadar* indicam ações que não implicam em um objeto afetado. Mas o autor das *Explanations* observa que nem todos os neutros se comportam assim:

enganam-se os muitos que afirmam que, se os verbos ativos são os que exprimem a função do agente de modo que também exprimam a do objeto da ação, e os passivos são os que exprimem o objeto da ação de modo que também exprimam a função do agente, então os neutros são aqueles que exprimem apenas um dos dois, ou o objeto ou o agente. Mas o que dirão se encontrarmos neutros que exprimem os dois, como *uapulo* (‘apanho’), *sentio* (‘discordo’)?<sup>85</sup>

Com efeito, quem apanha, apanha de alguém.<sup>86</sup>

No final das contas, o que define o gênero neutro é simplesmente a impossibilidade de inverter sua inclinação original, conforme um critério claramente morfológico: “neutros são os verbos que terminam em *-o* e que, se adicionada a letra *-r*, deixam de existir”;<sup>87</sup> nisso se contrapõem aos depoentes, que são “os que terminam em *-r* e que não existem sem essa letra”.<sup>88</sup> Quanto à significação, ela independe dos gêneros ou, melhor dizendo, ela se lhes sobrepõe:

qualquer que seja o verbo, é necessário que ele incida em uma dessas duas significações, de modo que todo verbo ou se aplica ao agente ou ao que é afetado pela ação, ainda que tenha outro gênero.<sup>89</sup>

A única exceção possível, que pode explicar a existência de uma significação verdadeiramente neutra, como propõe a definição de Donato, é quando “se demonstra apenas um estado, como *estou, sei, vivo*”.<sup>90</sup>

<sup>84</sup> *In ipso neutro aut agentis inuenies significationem aut patientis, agentis, ut curro, patientis, ut uapulo* (GL 4.503.8–10). A sequência deste trecho das *Explanations* deixa claro o referencial semântico-ontológico com que trabalham os gramáticos, ao registrar (ou simular) a observação de um aluno (Filocalo) de que “podemos encontrar neutros que não apresentam nenhuma das duas significações, como *dormio* (‘durmo’); o professor responde que “*dormio* tem a significação de agente, pois eu também posso não dormir, já que depende de uma decisão nossa”. O mesmo vale para os neutros estoicos, ao menos para os exemplos mencionados por Diógenes Laércio (“pensar”, “passear”); ambos são atividades.

<sup>85</sup> *Qua ratione decepti sunt ut hoc putarent ... si ea uerba actiua, quae ita expriment agentis officium, ut expriment et patientis, et item ea passiuua, quae ita expriment patientem, ut expriment officium agentis, neutra autem tunc sunt, quando unum expriment, aut patientem aut agentem, quid dicent, si inuenerimus neutra quae utrumque expriment, ut uapulo sentio?* (GL 4.503.17–23)

<sup>86</sup> ... *ab alio enim uapulo*. (POMPEIO 5.213.32)

<sup>87</sup> *Neutra sunt quae o littera terminantur et accepta r littera Latina non sunt*. (DONATO 635.11)

<sup>88</sup> Cf. DONATO 636.1–2 (tradução p. 151).

<sup>89</sup> *Quodcumque est uerbum, necesse est ut in has cadat significationes, ut omne uerbum aut agentis sit aut patientis, licet aliud habeat genus*. (POMPEIO 5.213.33–5)

<sup>90</sup> *Cum uero neutrum horum significationi inest, habitus quidam tantum modo demonstratur, ut est sto sapio uiuo* (CONSÊNCIO<sup>A</sup> 5.366.1–3). É possível ver no termo *habitus* uma referência a outra categoria de Aristóteles expressa de forma verbal, o *ter* (ἐχθρῶν), “que se diz ou como estado (ἔξις) ou como disposição (διάθεσις)”, entre outras formas (cf. *Categorias* 15.b.17–8). Não foi possível aprofundar essas relações no âmbito desta introdução; uma discussão nesse sentido se encontra em HOVDHAUGEN 1986.

Em todo caso, a parte da definição que diz respeito aos significados do verbo se baseia em um critério claramente semântico-ontológico, relacionado aparentemente com as categorias aristotélicas e sem dúvida independente das correspondências entre forma e sentido que se possa encontrar na classificação em gêneros dos verbos.

### 3.5 Advérbio

O advérbio é uma classe de palavras exclusivamente gramatical. Mesmo que Aristóteles faça referência à derivação do advérbio a partir do nome (δικαίως < δίκαιον)<sup>91</sup> e que se queira identificar a μεσότης de Antípatro com o advérbio,<sup>92</sup> é apenas nos textos gramaticais que essa classe é realmente identificada e definida. Segundo a *Tékhnē*,

advérbio é uma parte da oração indeclinável que é dita a respeito do verbo ou é dita junto do verbo.<sup>93</sup>

Vê-se que o advérbio se caracteriza, primeiramente, por ser indeclinável (ἄκλιτον), compreendendo aparentemente a ausência tanto de flexão quanto de derivação, isto é, de toda variação morfológica. Em segundo lugar, ele se define em relação ao verbo, segundo um critério que se poderia dizer funcional sintagmático, na medida em que se baseia na necessidade de coocorrência (ἐπιλεγόμενον) com outra parte da oração; nesse sentido, os comentadores da *Tékhnē* fazem uma analogia entre o advérbio (ἐπίρρημα) e o nome adjetivo (ἐπίθετον): “assim como o adjetivo não pode ser dito se não for colocado junto de outro nome, também os advérbios não podem entrar na combinação sem os verbos”.<sup>94</sup> Aliás, o fato de ser “dito a respeito do verbo” se refere ao sentido dessa coocorrência: “o advérbio é como se fosse um predicado do verbo”.<sup>95</sup>

Os gramáticos latinos evitam mencionar o caráter indeclinável, provavelmente pelo fato de que alguns advérbios admitem a comparação;<sup>96</sup> a definição costuma se restringir aos aspectos sintagmático e semântico, como em Donato:

<sup>91</sup> Cf. *Topica* 106.b.30. Sobre a derivação como um tipo de *ptôsis* na teoria aristotélica, ver o capítulo anterior, p. 46.

<sup>92</sup> Cf. DIÓGENES LAÉRCIO 7.57. Segundo um comentador da *Tékhnē*, os estoicos não consideravam os advérbios dignos de menção, comparando-os a plantas improdutivas (cf. *GG* 1.3.356.15–6; *apud* ILDEFONSE 1997: 278).

<sup>93</sup> Ἐπίρρημά ἐστι μέρος λόγου ἄκλιτον, κατὰ ῥήματος λεγόμενον ἢ ἐπιλεγόμενον ῥήματι. (*GG* 1.1.72.4–5)

<sup>94</sup> Ἐπίθετόν ἐστιν ὃ καθ' αὐτὸ οὐ δύναται λεχθῆναι, εἰ μὴ ἐπιτεθῆ ἑτέρω ὀνόματι ὡσπερ καὶ τὰ ἐπίρρηματα, ἐπεὶ καὶ αὐτὰ δίχα ῥημάτων οὐ συνίσταται. (*GG* 1.3.552.24–6)

<sup>95</sup> LALLOT 1985: 85. O autor se baseia em um comentário à *Tékhnē* que registra que “os filósofos dizem que o advérbio é um predicado” (τὸ ἐπίρρημα κατηγορημά φασιν οἱ φιλόσοφοι, *GG* 1.3.95.20), no sentido de que depende do verbo para ter lugar na oração.

<sup>96</sup> O único que inclui essa característica na definição é Prisciano: “advérbio é uma parte da oração indeclinável cuja significação se acrescenta aos verbos” (*adverbium est pars orationis indeclinabilis, cuius significatio uerbis adicitur* 3.60.2–3). Sem ignorar a existência de graus de comparação entre os advérbios, Prisciano entende que estes não derivam do advérbio em grau zero, mas de seus correspondentes nominais: assim como de *potis* deriva o advérbio *pote*, do comparativo *potior* deriva *potius* e do superlativo *potissimus* deriva *potissime* (cf. 3.68.16–8).

Advérbio é a parte da oração que, colocada junto do verbo, esclarece e completa a significação dele, como *iam faciam* ou *non faciam*.<sup>97</sup>

O caráter sintagmático é explicado pelos comentadores da *Ars* de modo semelhante a seus colegas gregos: “o advérbio é assim chamado porque tem necessariamente que acompanhar o verbo”, sem o qual não faz sentido.<sup>98</sup> Ainda que o contrário não seja verdadeiro – pois o verbo não precisa necessariamente da companhia do advérbio<sup>99</sup> –, é da natureza do verbo ter uma significação média, no sentido de que, dito isoladamente, o verbo não indica de que modo a ação é realizada:

se eu digo *leio* ... permanece indefinido de que modo eu leio; acrescento um advérbio e isso não será mais incerto: *leio bem*, *leio mal*; faz-se assim uma distinção ... de modo que o que era dúbio se expresse com mais clareza.<sup>100</sup>

Uma das funções do advérbio é, portanto, esclarecer o significado do verbo, podendo se estender a toda a oração.<sup>101</sup> Em outros casos, o advérbio confere certa completude à significação do verbo: “é o caso dos advérbios de lugar, ... como *hic habito* (‘moro aqui’), *intro eo* (‘vou pra dentro’)”.<sup>102</sup> Por fim, os advérbios também podem confirmar o sentido do verbo (como *iam faciam*, ‘farei agora’), bem como “destruí-lo” (como *non faciam*, ‘não farei’).<sup>103</sup>

Nota-se, portanto, que a definição do advérbio conjuga, de modo complementar, dois critérios: o sintagmático, baseado na coocorrência, e o sintático, uma vez que ele determina a significação de outra parte da oração. De fato, se o advérbio depende do verbo para poder ser enunciado, sua presença junto do verbo traz uma determinação adicional no sentido deste. Em outras palavras, pode-se dizer que a dependência sintagmática se converte em determinação semântica, sugerindo uma colaboração mútua dos dois níveis na construção da oração.

<sup>97</sup> *Aduerbum est pars orationis, quae adiecta uerbo significationem eius explanat atque inplet, ut iam faciam uel non faciam* (DONATO 640.2–3 = 595.25–6). As definições de Carísio e Diomedes são praticamente idênticas, alterando apenas a ordem dos verbos: *Aduerbum est pars orationis quae adiecta uerbo significationem eius implet atque explanat* (CARÍSIO 233.2–3 = DIOMEDES 1.403.17–8).

<sup>98</sup> *Aduerbum dictum est, quia necesse habet semper uerbum sequi. ... nam cum dico cras hodie, non erit integra elocutio, nisi addam uerbum, ut puta dico uel facio* (SÉRVIO 4.438.7). (Cf. também *GL* 4.509.19–20; POMPEIO 5.241.11–2).

<sup>99</sup> “Quando digo ‘o orador faz’, a expressão está completa, mesmo sem advérbio” (SÉRVIO 4.415.10).

<sup>100</sup> ... *scire debemus, quod uerborum natura media est et potest ad hanc uel ad illam condicionem deduci; ut puta si dicam lego, medium est, et possum uideri et bene legere et male legere. Hoc ergo lego adhuc ambiguum est, quem ad modum legam: iungo aduerbium, et iam non erit incertum, bene lego, male lego: facta est distinctio in re confusa, ut illud quod erat dubium manifestius clareat.* (*GL* 4.509.26–31)

<sup>101</sup> Assim diz uma variante da definição: “advérbio é uma parte da oração colocada junto do verbo por meio da qual a oração se torna mais clara e manifesta” (*pars orationis qua adiecta uerbo manifestior et planior oratio redditur*, *GL* 6.201.14–5 = 7.347.23–4). O trecho sugere a posição central do verbo na constituição da oração, como vimos na lógica estoica.

<sup>102</sup> *Alia aduerbia iunguntur ad explendam uerbi significationem, ut sunt locorum aduerbia, ut hic habito, intro eo* (*GL* 5.516.27–9).

<sup>103</sup> *Aduerbum plerumque confirmat uerbum, plerumque destruit: confirmat, ut iam faciam; destruit, ut non faciam.* (SÉRVIO 4.438.11–2)

### 3.6 Particípio

Assim como no caso do advérbio, a consideração do particípio como parte da oração autônoma é exclusividade da teoria gramatical, ainda que certos testemunhos sugiram que os estoicos já reconhecessem suas particularidades.<sup>104</sup> A julgar pelos comentários à *Tékhnē*, essa distinção se justificava de maneira negativa: “os acidentes nominais (caso e gênero) impedem que o particípio seja um verbo, os acidentes verbais (tempo e diátese) impedem que ele seja um nome”;<sup>105</sup> assim, “puxado em sentido contrário por ambos, ele não se aproxima de nenhum, mas é outra coisa”.<sup>106</sup> Essa complexidade do particípio está na origem de seu nome, bem como na base da definição que aparece na *Tékhnē*:

Particípio é uma palavra que participa da propriedade dos verbos e da propriedade dos nomes.<sup>107</sup>

A relação etimológica entre o nome da classe (μετοχή) e sua característica principal (μετέχουσα) foi reproduzida em latim, como vemos em Donato:

Particípio é a parte da oração assim chamada porque toma parte do nome e parte do verbo: do nome traz os gêneros e os casos; do verbo, os tempos e as significações; de ambos, o número e a figura.<sup>108</sup>

Não havendo em latim um verbo como o μετέχειν grego, sustenta-se a mesma explicação por meio da locução *partem capere*. Em todo caso, mesmo que se especifique quais acidentes derivam do nome, quais do verbo, o critério primário usado por quase todos os gramáticos latinos para a definição é metalinguístico, com base na etimologia.

Quase todos, porque o único autor que não inicia a exposição do particípio pela explicação etimológica é Carísio. Segundo ele,

Particípio é a parte da oração com tempo e caso, sem pessoa, que significa algo de modo ativo ou passivo, como *limando*, *lendo*.<sup>109</sup>

A estrutura da definição é muito semelhante à da definição de nome: primeiro, as propriedades accidentais; em seguida, as propriedades semânticas. Porém, nesse caso, o que distingue o particípio das outras partes da oração é a coexistência de tempo e caso, exclusiva dessa

<sup>104</sup> Um comentador informa que os estoicos associavam o particípio ao verbo, definindo-o como “derivado do verbo” (ἔγκλιμα ῥήματος, GG 1.3.356.11), segundo um critério “puramente morfológico” (LALLOT 1985: 72). Segundo Prisciano, os estoicos chamavam o particípio ora de “nome verbal”, ora de “verbo casual” (GL 2.548.14–549.1).

<sup>105</sup> LALLOT 1985: 73.

<sup>106</sup> Ὑφ’ ἐκατέρου οὖν ἀνθελκόμενον οὐδετέρω προσχωρεῖ, ἀλλ’ ἔστιν ἕτερόν τι. (GG 1.3.518.29–30)

<sup>107</sup> Μετοχή ἐστὶ λέξις μετέχουσα τῆς τῶν ῥημάτων καὶ τῆς τῶν ὀνομάτων ιδιότητος. (GG 1.1.60)

<sup>108</sup> *Participium est pars orationis dicta quod partem capiat nominis partemque uerbi: recipit enim a nomine genera et casus, a uerbo tempora et significationes, ab utroque numerum et figuram.* (DONATO 644.2–4 = 597.5–6)

<sup>109</sup> *Participium est pars orationis cum tempore et casu sine persona actiue uel passiuue aliquid significans, ut limans legens.* (CARÍSIO 230.2–5)

classe,<sup>110</sup> ao lado da ausência da pessoa, menção que talvez se explique por um paralelismo em relação à caracterização do verbo (com tempo e pessoa, sem caso) e do pronome (com caso e pessoa, sem tempo); já sua propriedade semântica é “significar algo de modo ativo ou passivo”, possibilidades de significação que o particípio compartilha com o verbo (atividade ou afecção), como vimos acima.

### 3.7 Conjunção

A conjunção (σύνδεσμος), por sua vez, tem um histórico mais antigo. Após uma aparição importante na teoria de Aristóteles, enquanto parte da elocução sem significado mas capaz de “criar, a partir de vários sons significantes, um som significativo único”,<sup>111</sup> é entre os estoicos que a conjunção, alçada ao *status* de “parte do *lógos*”, recebe um papel ativo na teoria dos significados, dada sua capacidade de gerar proposições complexas ao conectar proposições simples.<sup>112</sup> A teoria gramatical da conjunção sem dúvida procede da análise estoica, mas apresenta certas reorientações, como se vê na definição da *Tékhnē*:

Conjunção é uma palavra que conecta o pensamento com ordem e indica uma abertura na expressão.<sup>113</sup>

À parte a substituição de “parte da oração” pelo equivalente “palavra”, a definição da *Tékhnē* especifica que é próprio da conjunção conectar o pensamento (συνδέουσα διάνοιαν), e não mais as partes do *lógos* (συνδοῦν τὰ μέρη τοῦ λόγου, D.L. 7.57), como era para os estoicos. Com efeito, se observamos a classificação gramatical das conjunções (cf. *GG* I.1.87–8), notamos um “paralelismo quase perfeito”<sup>114</sup> com a lista de proposições não simples dos estoicos, pertinente ao estudo dos significados e cuja classificação já se baseava em tipos de conjunção. Isso sugere que, para o gramático, “as conjunções são conectores especificamente interproposicionais”<sup>115</sup> e explica que “os critérios de classificação das conjunções entre os gramáticos gregos sejam exclusivamente semânticos”,<sup>116</sup> ao passo que, para Aristóteles, a conjunção era sem significado (ἄσημος).

<sup>110</sup> Uma segunda definição fornecida por Carísio ilustra esse fato: “O gramático Cominiano trata do particípio com mais concisão, assim: particípio é a parte da oração com tempo e caso” (CARÍSIO 232.9–11).

<sup>111</sup> φωνὴ ἄσημος ἢ ἐκ πλειόνων μὲν φωνῶν μιᾶς σημαντικῶν δὲ ποιεῖν πέφυκεν μίαν σημαντικὴν φωνήν (I457.a.4–6). Sobre esse assunto, cf. acima, pp. 40–4.

<sup>112</sup> Cf. acima, p. 62–3.

<sup>113</sup> Σύνδεσμός ἐστι λέξις συνδέουσα διάνοιαν μετὰ τάξεως καὶ τὸ τῆς ἐρμηνείας κεχρηδὸς δηλοῦσα. (*GG* I.1.86.3–4)

<sup>114</sup> LALLOT 1985:93.

<sup>115</sup> LALLOT 1985:93. É plausível que essa especificação possa estar ligada à autonomia da preposição, considerada pelos estoicos como uma espécie de “conjunção prepositiva”, como veremos adiante. Vale notar que a classificação das conjunções quanto à ordem (prepositivas e pospositivas) se mantém nos textos gramaticais latinos, mas exclui obviamente a preposição (cf. DONATO 647.9–10 = 600.5–7; tradução, pp. 158 e 127).

<sup>116</sup> LALLOT 1985:94.



Essa propriedade recebe duas especificações que podem ser interpretadas conjuntamente: uma é a ordem (μετὰ τάξεως) que a conjunção confere ao pensamento; outra é a abertura da expressão que ela indica. Tais características são tão herméticas quanto controversas, sendo alvo constante de críticas e interpretações divergentes, quase que desde sua elaboração.<sup>117</sup> Diante do problema, julguei adequado reunir apenas as interpretações positivas, que aceitam a definição da *Tékhnē* e procuram determinar o sentido desses elementos na definição sem injunções de ordem filológica.

O termo *táxis*, para Jean Lallot, tem aqui “um sentido bem geral, que faz alusão ao fato ... de que o emprego das conjunções envolve questões de ordem – seja a ordem das próprias conjunções, seja a ordem dos termos conectados”.<sup>118</sup> O primeiro caso pode estar ligado a um dos critérios de helenismo apresentados na *Retórica* de Aristóteles, baseado no emprego das “conjunções, que devem ser colocadas antes ou depois umas das outras, tal como algumas exigem segundo sua natureza: assim, *mén* (ἐγὼ μέν) demanda *dé* (ὁ δέ)”;<sup>119</sup> o segundo estaria ligado às relações de implicação, sucessão ou consequência (ἀκολουθία) que eram presumidas das conjunções já pelos estoicos.

A questão da “abertura” pode ser entendida no mesmo sentido. Ainda segundo Jean Lallot (1985: 91), “essa expressão só pode significar uma coisa: que o emprego de uma conjunção gera uma abertura (*béance*), semântica e sintática, na medida em que a conjunção, por natureza, gera a expectativa de outra coisa”. A sequência do texto de Aristóteles citado há pouco parece se referir a essa expectativa, quando diz que “é necessário que [aquelas conjunções] correspondam uma às outras enquanto estão na memória do ouvinte, sem as afastar muito”.<sup>120</sup> O mesmo raciocínio se encontra em um comentador, em relação às conjunções disjuntivas: “se eu digo *é dia*, a oração está completa e não requer nenhuma outra; mas se eu digo *ou é dia*, adicionando a conjunção ‘ou’, torna-se absolutamente necessário acrescentar *ou é noite*; é por isso que ‘ou’ é uma conjunção”,<sup>121</sup> isto é, porque “abre o discurso para uma sequência”.<sup>122</sup> Em outras pala-

<sup>117</sup> De fato, a definição foi bastante discutida (quando não reelaborada) pelos comentadores da Alta Idade Média, chegou a sofrer uma “correção” em manuscrito do século XIV e até hoje suscita divergências entre os estudiosos. Cf. LALLOT 1985: 90–I; ILDEFONSE 1997: 428–32.

<sup>118</sup> LALLOT 1985: 92.

<sup>119</sup> ... ἐν τοῖς συνδέσμοις, ἂν ἀποδιδῶ τις ὡς πεφύκασι πρότεροι καὶ ὕστεροι γίγνεσθαι ἀλλήλων, οἷον ἔνιοι ἀπαιτοῦσιν, ὥσπερ ὁ μέν καὶ ὁ ἐγὼ μέν ἀπαιτεῖ τὸν δέ καὶ τὸν ὁ δέ. (I407.a.21–4; tradução de Manuel Alexandre Júnior *et al.*, modificada)

<sup>120</sup> δεῖ δὲ ἕως μέμνηται ἀνταποδιδόναι ἀλλήλους, καὶ μῆτε μακρὰν ἀπαρτᾶν (I407.a.24–5; tradução de Manuel Alexandre Júnior *et al.*, modificada).

<sup>121</sup> ἐὰν γὰρ εἴπω «ἡμέρα ἐστί», τέλειος λόγος ἐστί καὶ ἐτέρου ἀπροσδεής· ἐὰν δὲ προσθῶ καὶ εἴπω «ἡμέρα ἐστί», πάντως δεήσει ἐπαγαγεῖν «ἡ νύξ ἐστί»· κατὰ τοῦτο οὖν σύνδεσμος. (GG I.3.287.9–12; traduzido a partir de LALLOT 1985: 91)

<sup>122</sup> LALLOT 1985: 91. Para esse autor, a formação do termo conjunção (σύνδεσμος), a partir de um prefixo cujo sentido implica na associação de dois ou mais elementos, remete a essa característica.



vras, esse efeito de abertura que caracteriza a conjunção “excede a estrutura da completude e demanda, solicita ou exige sua estabilização em uma outra estrutura de completude, que se liga àquela: a abertura ... é um desequilíbrio causado pela inserção da conjunção”.<sup>123</sup> Em suma, a definição de conjunção se baseia num critério eminentemente lógico – a função de conectar e organizar o pensamento –, embora certos aspectos semânticos estejam aí implicados, dada a propriedade significativa da conjunção, que é a base de sua divisão em espécies.

Esses dados aparecem de modo variável entre os gramáticos latinos, que parecem tender a uma simplificação da definição. Diomedes é um dos únicos a apresentar uma definição um pouco mais complexa:

A conjunção é uma parte da oração indeclinável que unifica o discurso e conjunta o valor e a ordem das partes da oração. Por isto ela mereceu esse nome, porque se interpõe à oração como um vínculo.<sup>124</sup>

O início da definição remete claramente à definição estoica, mas é “complicada”, por assim dizer, pela menção “ao valor e à ordem” das partes da oração. A explicação para esses elementos se encontra em Prisciano, onde a proximidade com o estoicismo é ainda maior:

Conjunção é uma parte da oração indeclinável conjuntiva das outras partes da oração ... que indica valor ou ordenação: valor, quando significa que certas coisas existem simultaneamente, como “Enéas era piedoso e corajoso”; ordem, quando indica uma consequência entre coisas diferentes, como “se [algo] anda, está em movimento”.<sup>125</sup>

A definição de Donato reproduz esses dois aspectos fundamentais da conexão e da ordenação, numa definição muito próxima daquela da *Tékhnē*:

Conjunção é a parte da oração que conecta e ordena a sentença.<sup>126</sup>

A correspondência entre a caracterização latina (*adnectens ordinansque sententiam*) e a grega (συνδέουσα διάνοιαν μετὰ τάξεως) é quase imediata, suprimida a segunda parte da definição grega, relativa à “abertura” na expressão. Carísio repete a definição e atribui a Cominiano;<sup>127</sup> em Diomedes, a mesma fórmula é atribuída a Palemão.<sup>128</sup>

<sup>123</sup> ILDEFONSE 1997: 432. A autora menciona uma interpretação de Marc Baratin, segundo a qual o termo *κεχηγνός* (“abertura”) diria respeito ao intervalo *entre* duas orações completas, o qual a conjunção teria a função de preencher. Não tenho condições de entrar nesse debate.

<sup>124</sup> *Coniunctio est pars orationis indeclinabilis copulans sermonem et coniungens uim et ordinem partium orationis. nam ob hoc meruit nomen, quia pro uinculo interponitur orationi* (DIOMEDES I.415.13–5). Repare na menção ao “vínculo” que levara Quintiliano a traduzir σύνδεσμος por *coniunctione*, para ele melhor do que *coniunctio* (cf. QUINTILIANO I.4.18).

<sup>125</sup> *Coniunctio est pars orationis indeclinabilis, coniunctiua aliarum partium orationis, quibus consignificat, uim uel ordinationem demonstrans: uim, quando simul esse res aliquas significat, ut et pius et fortis fuit Aeneas, ordinem, quando consequentiam aliquarum demonstrat rerum, ut si ambulat, mouetur.* (PRISCIANO 3.93.2–6)

<sup>126</sup> *Coniunctio est pars orationis adnectens ordinansque sententiam.* (DONATO 646.14 = 599.13)

<sup>127</sup> *Vt ait Cominianus, coniunctio est pars orationis nectens ordinansque sententiam.* (CARÍSIO 289.19–20)

<sup>128</sup> *Palaemon eam ita definit, coniunctio est pars orationis conectens ordinansque sententiam.* (DIOMEDES I.415.17–8)

Todavia, alguns gramáticos latinos, entre eles os comentadores de Donato, parecem relativizar essa correspondência, especialmente no que se refere ao termo *sententia*. Os três comentários mais importantes (de Sérvio, de Pompeio e as *Explanationes*) concordam em definir a conjunção como “parte da oração assim chamada porque conjunta a elocução”,<sup>129</sup> enfatizando assim o aspecto sintático, no nível da expressão. Essa função é ilustrada da mesma maneira nos três autores: o exemplo “eu você vamos” é uma elocução descontínua; ao se interpor *e*, dizendo “eu *e* você vamos”, ela passa a ter coerência.<sup>130</sup>

O cuidado dos comentadores de substituir a definição de Donato por outra mais determinada pode ter origem na necessidade de a definição contemplar genericamente todas as espécies de uma dada classe; com efeito, os gramáticos reconhecem que “uma coisa é associar palavras, outra é associar o sentido”.<sup>131</sup> Assim se explica a existência quase paradoxal de uma espécie de conjunção *disjuntiva*: ela é disjuntiva no âmbito do sentido (*sensum*), mas é conjuntiva no âmbito das palavras (*uerba*).<sup>132</sup>

Em vista disso, pode-se perguntar se em Donato *sententia* conserva sua pertinência ao domínio dos significados, como seu correlato grego (διάνοια), ou se já se transferiu para o domínio do significante, dada sua substituição por *elocutio* ou *oratio* pelos comentadores. Na verdade, essa aparente equivalência entre elocução (gr. λέξις), oração (gr. λόγος) e sentença (gr. διάνοια) parece sugerir que a abordagem gramatical, ao mesmo tempo que lança mão dos conceitos e definições da análise dos significados, transfere esse arsenal para o nível do significante. Se isso estiver correto, o uso de *sententia*, longe de ser acidentalmente ambíguo, pode ser indicativo de uma ambivalência calculada.

### 3.8 Preposição

A preposição surge como classe de palavras na teoria gramatical, ao ganhar autonomia em relação à conjunção. Segundo um comentador da *Tékhnē*, os estoicos “associavam a preposição e a conjunção, chamando as preposições de conjunções prepositivas, e as conjunções simplesmente de conjunções”.<sup>133</sup> Apolônio Díscolo faz referência a essa origem, acrescentando

<sup>129</sup> *Coniunctio est pars orationis dicta, quod coniungat elocutionem.* (POMPEIO 5.264.17 = SÉRVIO 4.418.4 = GL 4.515.16)

<sup>130</sup> ... *siqui dicat ego tu eamus, dissidet elocutio; si interponas et et dicas ego et tu eamus, incipit cohaerere.* (SÉRVIO 4.418.5–6). As *Explanationes* trazem uma explicação muito semelhante, apenas substituindo *elocutio* por *oratio*.

<sup>131</sup> *Aliud est uerba copulare, aliud est sensum copulare.* (POMPEIO 5.264.28–9)

<sup>132</sup> *Disiunctiua uero penitus contra naturam sermonis fuisset inuenta, nisi uel uerba coniungeret. nam quid tam contrarium coniunctioni, quam habere speciem disiunctionis? sed ideo disiunctiua dicitur, quod sensum disiungat: nam uerba coniungit, ut siqui dicat ego aut tu eamus* (SÉRVIO 4.418.9–12). Repare na qualificação da espécie como “antinatural” (*contra naturam*), relacionada com a questão: “o que pode ser tão contrário à conjunção do que ter a espécie da disjunção?”

<sup>133</sup> Τὴν δὲ πρόθεσιν καὶ τὸν σύνδεσμον συνάπτουσι, καλοῦντες τὰς προθέσεις προθετικὸς συνδέσμους, τοὺς δὲ συνδέσμους ἄπλως συνδέσμους. (GG 1.3.519.26–7)

que os estoicos baseavam sua nomenclatura “em sua construção distintiva”,<sup>134</sup> propriedade que permanece definidora da preposição também na *Tékhnē*:

Preposição é uma palavra que se prepõe a todas as partes da oração, seja em composição, seja em construção.<sup>135</sup>

Vemos aqui a mesma estratégia usada para definir o advérbio (“junto do verbo”), o particípio (“que participa”) e a conjunção (“que conjunta”): a preposição (πρόθεσις) é “a que se prepõe” (προτιθεμένη). Essa primeira caracterização, sem dúvida muito ampla, é especificada em duas modalidades de “pre-posição”: a composição (συνθέσις) e a construção (συντάξις). Um comentador explica que “a construção é uma justaposição de palavras que não são escritas conjuntamente, mas são pensadas conjuntamente; já a composição é a unificação de duas ou três palavras sob um mesmo acento e uma mesma expiração”.<sup>136</sup>

Pode-se dizer, portanto, que a definição apresentada pela *Tékhnē* adota um critério “essencialmente sintático” com base em elementos que permitem “isolar com uma eficácia absoluta dezoito palavras da língua grega”,<sup>137</sup> agora distintas das conjunções não simplesmente por sua posição frente aos outros elementos, mas especialmente por seu modo próprio de interagir com esses elementos, “aptidões das quais a conjunção não participa”.<sup>138</sup> Além disso, ao incluir lado a lado a construção e a composição, o gramático contempla não só a preposição propriamente dita, introdutora de uma palavra casual, mas também a preposição empregada numa função que atualmente atribuímos ao prefixo, isto é, entrando em composição com nome e verbos, na medida em que em grego (e em latim) as duas funções são desempenhadas por formas idênticas.

Daí os gramáticos latinos acompanharem a lição grega: todas as definições baseiam-se na relação evidente entre o nome da classe (*praepositio*) e sua “colocação natural” (*praepondere*).<sup>139</sup> Porém, é preciso reconhecer que há casos em que a preposição se pospõe, contrariando a razão e a arte,<sup>140</sup> seja por eufonia (como *nobiscum*, dada a “necessidade de evitar o cacófato, pois dizer *cum nobis* é desagradável”<sup>141</sup>), seja por necessidades métricas.<sup>142</sup> Assim, a preposição

<sup>134</sup> ... ἀπὸ τῆς ἑξαιρέτου συντάξεως τὴν ὀνομασίαν θέσθαι. (GG 2.2.436.14–5)

<sup>135</sup> Πρόθεσις ἐστὶ λέξις προτιθεμένη πάντων τῶν τοῦ λόγου μερῶν ἔν τε συνθέσει καὶ συντάξει. (GG 1.1.70)

<sup>136</sup> Διαφέρει δὲ σύνταξις συνθέσεως· καὶ σύνταξις μὲν ἐστὶ λέξεων παράθεσις μὴ ὁμοῦ μὲν γεγραμμένων, ὁμοῦ δὲ νοουμένων, σύνθεσις δὲ [μῖα]ς ἢ δύο ἢ καὶ τριῶν λέξεων ἕνωσις ὑφ’ ἓνα τόνον καὶ ἓν πνεῦμα. (GG 1.3.212.13–5)

<sup>137</sup> LALLOT 1985: 83.

<sup>138</sup> LALLOT 1988: 17.

<sup>139</sup> Diz SÉRVIO que “a preposição é assim chamada porque, na fala, se coloca antes: e esta é sua natureza” (*praepositio est pars orationis dicta, quod in loquendo praeponeitur. et haec est eius natura* (GL 4.441.35–6).

<sup>140</sup> ... *contra artem* (cf. SÉRVIO 4.419.1); *ad rationem* (cf. JULIANO 103.10).

<sup>141</sup> ... *necessitatis est causa ad uitandum cacenphaton: cum dico cum nobis, absonum est* (GL 5.75.21–2). Cícero fornece explicação semelhante (cf. *Orator* 154).

<sup>142</sup> O exemplo mais recorrente desse tipo de inversão vem de Virgílio (*Aeneis* 5.663: “*transtra per et remos*” em vez de *per transtra et remos*), que Pompeio justifica porque “de outra maneira não se sustenta no verso” (GL 5.270.17–8), chamando essa figura de histerologia; em Donato o mesmo procedimento é registrado como anástrofe (cf. DONATO 670.11; tradução p. 172).

tem esse nome “não porque não se encontram preposições que às vezes se pospõem, ... mas porque são encontradas prepostas mais frequentemente”.<sup>143</sup>

Por outro lado, a distinção sintática entre composição e construção é excluída da definição, apresentando-se como uma especificação interna.<sup>144</sup> Em vez disso, apresenta-se uma propriedade pertinente à significação:

Preposição é a parte da oração que, preposta às outras partes da oração, complementa, altera ou diminui a significação delas.<sup>145</sup>

Observa-se um paralelismo estrutural quase exato entre esta e a definição do advérbio. Porém, se o advérbio complementa a significação do verbo, a preposição complementa a significação de qualquer palavra, como mostram os exemplos quase invariáveis fornecidos pelos comentadores: de complementação, como *praeclarus*,<sup>146</sup> *exorno*;<sup>147</sup> de alteração, como *infelix*,<sup>148</sup> *recludo*;<sup>149</sup> de diminuição, como *subdulus*.<sup>150</sup>

É notável que só haja exemplos de prefixação para ilustrar o modo como a preposição pode intervir na significação das palavras. Isso parece estar ligado à primeira parte da definição, em que a preposição se caracteriza por antepor-se indistintamente “a outras partes da oração”, ao passo que a construção preposicional propriamente dita (modernamente, diga-se) é restrita às palavras com caso. Ainda que essa especificação seja a primeira na exposição de Donato, não pudemos ainda vislumbrar com clareza como se aplica a parte semântica da definição a esse modo de construção.<sup>151</sup> Em todo caso, a semelhança com a definição do

<sup>143</sup> POMPEIO 5.270.2–6. Essa possibilidade de a preposição vir depois da palavra a que ela se refere é matéria de muita discussão entre os gramáticos. Para Cledônio, a preposição, quando posposta, passa para a significação do advérbio (cf. *GL* 5.24.31–2); Sérvio admite essa transferência, desde que seja acompanhada por uma alteração no caso da palavra regida (*GL* 4.443.4–6); já Pompeio critica essas opiniões (“eles erram e se enganam, ... inclusive Donato”) e distingue três possibilidades diferentes: inversão sem mudança de caso, que ele chama de histerologia (cf. nota anterior); inversão com mudança de caso, que ele considera uma outra forma de “expressão” (*elocutio*); e transformação em advérbio, desde que se afaste totalmente de palavras casuais (e.g. *ante fecit*, *ante dixit*) (cf. POMPEIO 5.270.10 *ss*). Segundo Frédérique Ildefonse (1997: 286), a possibilidade de uma mesma forma pertencer a duas ou mais partes da oração “é um problema clássico para o gramático”, e dá razão à conhecida sentença de Horácio: “os gramáticos debatem” (*Ars poetica* 78).

<sup>144</sup> Cf. DONATO 648.10–3 (tradução, p. 159).

<sup>145</sup> *Praepositio est pars orationis, quae praeposita aliis partibus orationis significationem earum aut conplet aut mutat aut minuit.* (DONATO 648.4–5 = 600.8–9)

<sup>146</sup> Exemplo de prefixação nominal, explicado por Juliano de Toledo (104.1–3): “*clarus* é o que manifesta a claridade, *praeclarus* o que manifesta muito a claridade”. O mesmo exemplo aparece nas *Explanationes* (*GL* 4.517.8), em Pompeio (5.271.21–3) e Cledônio (5.25.3–5).

<sup>147</sup> Exemplo de prefixação verbal que consta de Cledônio (5.75.15).

<sup>148</sup> Prefixação nominal que indica alteração do sentido, na medida em que “inverte a significação do composto” (CLEDÔNIO 5.25.6). O mesmo exemplo nas *Explanationes* (*GL* 4.517.8), em Pompeio (5.271.24–5) e em Juliano de Toledo (104.3–5).

<sup>149</sup> Exemplo de prefixação verbal citado por Cledônio (5.75.12–5); segundo esse gramático, “*cludere* é trancar, *recludere* é abrir”, isto é, *destrancar*.

<sup>150</sup> Segundo as *Explanationes* (*GL* 4.517.8–9), “há mais em *dulus* do que em *subdulus*”; segundo Pompeio (5.271.23–4), “em *subdulus* há menos do que há em *dulus*”.

<sup>151</sup> Um caminho de pesquisa é observar o critério semântico que os gramáticos utilizam para explicar o emprego de duas preposições semelhantes (e.g. “*ad* é itinerária, *apud* é local”, CLEDÔNIO 5.25.12–3) ou para qualificar uma distinção sintática, como o emprego da mesma preposição com casos diferentes (e.g. *in* com acusativo significa “ir a um lugar”, *in* com ablativo significa “estar em um lugar”, cf. DONATO 650.4 *ss*; tradução p. 160).

advérbio, referida acima, nos leva à mesma observação: a definição de preposição se baseia em critérios funcionais, conjugando aspectos sintáticos (por ser determinante da significação alheia) e sintagmáticos (por não poder ser enunciado por si mesmo, dependendo da coocorrência com as outras partes da oração).

### 3.9 Interjeição

A coocorrência é justamente o critério fundamental que permite aos gramáticos latinos separar a interjeição da classe dos advérbios.<sup>152</sup> Com efeito, a *Tékhnē* apresenta as interjeições como uma espécie dos advérbios:

Existem advérbios de reclamação, como *παπαῖ, ἰού, φεῦ*.<sup>153</sup>

Entre os latinos, a interjeição é isolada enquanto classe, diferença que demanda explicações dos gramáticos. Sérvio diz que “não é que os gregos não tenham interjeição; eles apenas não as computam entre as partes da oração”.<sup>154</sup> Prisciano justifica:

Os gregos colocam a interjeição entre os advérbios, uma vez que ou ela se adiciona aos verbos ou os verbos ficam nela subentendidos (e.g. se eu digo *papae*, ... mesmo que não se acrescente *miror*, a interjeição traz em si a significação do próprio verbo). É exatamente esse fato que fez os artíficos romanos considerarem essa parte em separado dos advérbios, pois ela parece ter em si o afeto do verbo e, mesmo quando não se acrescenta um verbo, ela parece indicar plenamente a significação de um movimento de ânimo. Além disso, a interjeição não significa apenas aquilo que os gregos chamam de *σχετλιασμόν*, mas também vozes que são inseridas por meio de exclamação a partir do impulso de uma afecção de ânimo qualquer.<sup>155</sup>

Donato parece aludir a isso quando diz que os latinos não associam a interjeição aos advérbios porque “vozes desse tipo não acompanham imediatamente a um verbo”,<sup>156</sup> o que concorda com a primeira definição de interjeição fornecida por Donato,<sup>157</sup> que põe em evidência o isolamento sintático desta parte da oração, simplesmente “inserida” no meio nas outras:

<sup>152</sup> Na verdade, há testemunhos de que alguns gramáticos gregos também o fizessem, mas sua tradição foi preterida (cf. *GG* 1.3.520.25–30, citado por LALLOT 1985: 89 e ILDEFONSE 1997: 278).

<sup>153</sup> Τὰ δὲ σχετλιαστικά [ἐπιρρήματα], οἷον <παπαῖ ἰού φεῦ> (*GG* 1.1.77). Jean Lallot (1985: 89) informa que o termo grego *σχετλιαστικά* deriva do verbo *σχετλιάζω*, que significa “emitir exclamações de indignação” (sem dúvida um delocutivo da expressão *σκέτλιος!*, que se traduz por “desgraçado (de mim)!”).

<sup>154</sup> *Interiectionem Graeci non penitus non habent, sed inter partes orationis non computant* (SÉRVIO 4.428.14–5).

<sup>155</sup> *Interiectionem Graeci inter aduerbia ponunt, quoniam haec quoque uel adiungitur uerbis uel uerba ei subaudiuntur, ut si dicam papae, quid uideo? uel per se papae, etiamsi non addatur miror, habet in se ipsius uerbi significationem. quae res maxime fecit, Romanarum artium scriptores separatim hanc partem ab aduerbiis accipere, quia uidetur affectum habere in se uerbi et plenam motus animi significationem, etiamsi non addatur uerbum, demonstrare. interiectio tamen non solum quem dicunt Graeci σχετλιασμόν significat, sed etiam uoces, quae cuiuscumque passionis animi pulsu per exclamationem intericiuntur.* (PRISCIANO 3.90.6–14)

<sup>156</sup> ... *Latini non faciunt, quia huiusce modi uoces non statim subsequitur uerbum* (DONATO 652.9–10).

<sup>157</sup> Conforme a tese de Louis Holtz, de que a *Ars maior* é anterior à *Ars minor*, que seria uma versão abreviada e corrigida daquela. (Cf. HOLTZ 1981: 103–7)

Interjeição é a parte da oração inserida entre outras partes da oração para exprimir os afetos do ânimo.<sup>158</sup>

Mais uma vez o nome da classe se mostra derivado de seu posicionamento na oração (*interiecta*), fato que, por sinal, tivemos dificuldade em reproduzir na tradução. Em todo caso, sua expressividade constitui o critério fundamental que define a interjeição e permite decidir se uma interjeição está empregada como outra parte da oração ou, inversamente, quando outras partes da oração estão empregadas como interjeição.<sup>159</sup>

Por outro lado, a classe das interjeições abriga certos ruídos confusos, não articulados, cuja forma escrita não passa de uma tentativa de imitação<sup>160</sup> e que, portanto, não geram qualquer dúvida acerca de seu emprego. Na verdade, “as interjeições propriamente ditas são vozes primitivas”,<sup>161</sup> o que pode explicar a segunda versão da definição de Donato, em que a interjeição é definida como

parte da oração que significa um afeto da mente por meio de uma voz confusa.<sup>162</sup>

Com isso, Donato estabelece como segundo critério, ao lado da significação, uma característica formal: sabemos pela própria *Ars maior* que a voz confusa se opõe à voz articulada, sendo “a que não pode ser escrita”.<sup>163</sup> Ora, vimos que, segundo a teoria estoica, a oração (e suas partes) se define como subconjunto da *léxis* por seu caráter significante, e esta como subconjunto da *phōnē* por seu caráter articulado; nesse sentido, uma voz confusa não poderia ser *léxis*, quanto mais parte da oração. Porém, o gramático precisa lidar com a realidade dos textos, principalmente poéticos, que não só trazem uma representação escrita desse tipo de voz mas também revelam uma motivação para sua existência, baseada na significação; se isso estiver correto, pode ser mais um indício da fidelidade do gramático à “ancoragem filológica” de sua disciplina, na feliz expressão de Frédérique Ildefonse (1997: 258).

<sup>158</sup> *Interiectio est pars orationis interiecta aliis partibus orationis ad exprimendos animi affectus.* (DONATO 652.5–6)

<sup>159</sup> No primeiro caso, os gramáticos trazem uma intensa discussão sobre quando uma interjeição é empregada como advérbio (de exclamação, de interpelação, etc.); há uma diversidade de critérios para identificar o emprego como advérbio, ao passo que a interjeição é sempre caracterizada como expressão de um afeto (indignação, dor, admiração, raiva, etc.). No segundo, em Donato mesmo encontra-se essa observação (cf. DONATO 652.10–1; tradução p. 161), também justificada por um comentador com base no sentido, na medida em que “são proferidas com exclamação por alguém irado” (cf. *GL* 4.518.26–8). Como dissemos acima, esse tipo de distinção, ou melhor, de “trânsito de uma palavra entre duas partes da oração” (LALLOT 1988: 20), é uma das grandes preocupações do gramático, constituindo um interessante objeto de pesquisa (cf. acima, nota 143).

<sup>160</sup> ... *sonituum illiteratorum imitationes* (PRISCIANO 3.91.3).

<sup>161</sup> *Proprie tamen uoces interiectionum primitiuae sunt* (PRISCIANO 3.91.26–7).

<sup>162</sup> [*Interiectio est*] *pars orationis significans mentis affectum uoce incondita.* (DONATO 602.2)

<sup>163</sup> Cf. DONATO 603.3–4 (tradução p. 130).



## Capítulo 4

### Considerações finais

Conforme a tipologia das artes apresentada por um gramático grego, que as divide em artes teóricas, práticas, poéticas e mistas, a gramática faz parte desse último grupo: de fato, “ao pontuar um texto eu cumpro uma tarefa prática; já prescrever regras é algo teórico, assim como o que diz respeito ao método e aos padrões”.<sup>1</sup> Assim, ao lado de uma prática gramatical ligada ao trabalho filológico com os textos (leitura, explicação, revisão), surge uma teoria gramatical que visa “a compreensão da oração (λόγος), isto é, ensinar o que ela significa e como significa, ou por meio de que partes a oração se expressa”.<sup>2</sup>

Assim, ao mesmo tempo que compartilha com a retórica e a dialética o objeto de trabalho (o λόγος), a gramática se distingue delas pelo objetivo: o da retórica é persuadir (τὸ πείθειν); o da dialética, a verdade (τἀληθές); o da gramática, a clareza (σαφήνεια), que se estabelece na relação correta entre os significantes a partir da análise das partes da oração (μερισμός). Por outro lado, não surpreende que a gramática, em sua dimensão teórica, tenha se apropriado de certos elementos da pesquisa dialética, colocando-se numa relação de simultânea dependência e autonomia das teorias da significação elaboradas no interior das três grandes filosofias da tradição socrática.<sup>3</sup> Isso nos coloca diante da primeira questão: a pretendida evolução da doutrina das partes da oração.

Vimos como Platão afirma a validade, para o sensível, da sintaxe inteligível que fundamenta o “enunciado primeiro” (πρῶτος λόγος) que ele estabelece. Aristóteles, ao contrário, afirmando a heterogeneidade entre o campo do som (φωνή) e o campo das afecções (πάθη), procura estabelecer o enunciado declarativo mínimo (πρῶτος λόγος ἀποφαντικός) como uma forma canônica que possibilite a transcrição ótima de um ao outro; mesmo que isso pareça con-

<sup>1</sup> Σκοπήσωμεν οὖν τὴν γραμματικὴν ὑπὸ ποῖον τούτων ἀνάγεται. Φαμὲν καὶ αὐτὴν εἶναι μικτὴν· ἐν μὲν γὰρ τῷ στίζειν ἀποτελεῶ τι καὶ πράττω, τὸ δὲ τεχνολογεῖν θεωρητικὸν καὶ <τὸ> τῆς μεθόδου τῶν κανόνων. (GG 1.3.298.13–5)

<sup>2</sup> τῆς δὲ γραμματικῆς τέλος ἐστὶν ἡ κατάληψις τοῦ λόγου, τουτέστι τὸ διδάσκειν τί σημαίνει καὶ πῶς σημαίνει, οἷον διὰ ποίων μερῶν ὁ λόγος δηλοῦται. (GG 1.3.115.5–7)

<sup>3</sup> Como vimos, as filosofias de Platão, de Aristóteles e dos estoicos se ligam por um mesmo projeto que se poderia caracterizar como “filológico”, isto é, preocupado com a regulamentação da linguagem enquanto meio efetivo de expressão das coisas. Esse sentido do termo *filólogo* transparece na seguinte passagem da *República* de Platão: “quando o assunto envolve experiência, sabedoria e discurso, ... as coisas que o “amante da sabedoria” (filósofo) e o “amante do discurso” (filólogo) aprovam são as mais verdadeiras” (ἐπειδὴ δ’ ἐμπειρία καὶ φρονήσι καὶ λόγῳ, ... ἃ ὁ φιλόσοφος τε καὶ ὁ φιλόλογος ἐπαινεῖ ἀληθέστατα εἶναι, 582.e.7–9). Segundo Claude Imbert (1999: 10), encontra-se em Platão a ideia de que os homens só serão racionais (λογικοί) quando se mostrarem filólogos (φιλόλογοι), isto é, quando derem atenção para seus discursos.



ferir certa autonomia para a “língua”, a teoria predicativa (categorial) demonstra a articulação insolúvel entre a física e a lógica (evidente, por exemplo, na duplicidade inerente ao *hypokeímenon*, sujeito e substrato material). Os estoicos continuam a “lenta chegada à superfície da língua”, nas palavras de F. Ildefonse (1997: 245), encontrando uma norma proposicional a partir da retomada do privilégio platônico do enunciado sobre seus constituintes, da combinação sobre o isolamento das formas. Com efeito, os estoicos propõem uma autêntica teoria da significação, na medida em que, mais do que estabelecer simplesmente a heterogeneidade entre significante e significado, consideram significante e significado como as duas faces de uma mesma moeda; o enunciado será então legível segundo o estudo da voz ou segundo a análise categoremática.

A disciplina gramatical constitui-se precisamente com a tomada de autonomia do estudo da voz, enriquecida dos empréstimos que ela fará ao estudo dos significados, numa inversão de dominância que se pode considerar o ato inaugural da gramática.<sup>4</sup> Ao trazer a discussão da coerência para o âmbito do significante, a gramática dá o primeiro passo para uma análise propriamente linguística, que toma a língua materialmente como objeto e busca reconhecer no significante padrões racionais e quantificáveis da expressão do significado, a partir da ideia estoica da racionalidade geral do cosmos:

a língua, promovida pela primeira vez a objeto, é pensada como o critério de um dado racional que o gramático tem por função exhibir; porém, o caráter normativo do enunciado, herdado da apofântica mas reinterpretado no caráter racional da língua, separa a gramática de uma operação puramente descritiva.<sup>5</sup>

Isso implica numa diferença importante. A dialética não pretendia, em nenhuma de suas formas, proceder a um levantamento exaustivo dos possíveis componentes do *lógos*; ao contrário, operava uma seleção daqueles que se mostravam mais fundamentais, do ponto de vista da composição do significado. Já a gramática, procurando classificar o significante de forma exaustiva, lança mão de todos os recursos analíticos que se mostravam úteis para sua pesquisa, agregando aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos, os quais, não custa insistir, deveriam apresentar uma “correspondência natural”.

Na verdade, a doutrina gramatical das partes da oração, ao mesmo tempo em que se esforça por definir materialmente a correção do enunciado, não abandona totalmente o critério semântico ao avaliar do emprego das formas. Ao contrário, “a significação é o critério soberano da correção da linguagem para os antigos”, como afirma François Charpin.<sup>6</sup> Segun-

<sup>4</sup> Cf. ILDEFONSE 1997: 251.

<sup>5</sup> ILDEFONSE 1997: 29.

<sup>6</sup> CHARPIN 1986: 136.

do esse autor, a primazia do conteúdo sobre a expressão, também presente na oratória e na poética,<sup>7</sup> é renovada pela teoria gramatical, como se observa na teoria dos vícios: “o emprego de uma parte da oração com uma significação (*significatio*) que não é própria é interpretada como um solecismo”.<sup>8</sup> A questão da combinação – material – entre os acidentes é apenas uma prova da “racionalidade natural”, na medida em que o significante “naturalmente” remete a um significado, de modo que sua combinação é correlativa da combinação de significados.<sup>9</sup>

Outra evidência da manutenção do critério semântico herdado da dialética é a consideração do nome e do verbo como as principais partes da oração, em relação às quais as outras se definem. Não por acaso, apenas o nome e o verbo recebem definições independentes e baseadas quase exclusivamente no aspecto semântico; uma simples menção adicional quanto à presença ou ausência do caso e do tempo é o bastante para diferenciá-las uma da outra e das demais. Já o pronome e o advérbio, por exemplo, se definem respectivamente em relação ao nome e ao verbo, a partir de um critério primeiramente funcional (empregado no lugar do nome/empregado junto do verbo) e, em seguida, semântico (significar quase o mesmo que o nome/explicar e complementar a significação do verbo), mas em todo caso dependentes do conhecimento das classes principais.

Isso não impede que cada uma das partes da oração possua uma significação própria e se defina a partir dela. Em conformidade com a correspondência “natural” entre significante e significado, a significação aparece ligada aos outros dois aspectos pelos quais se identificam as palavras: as características formais (os acidentes) e as características funcionais (geralmente as condições de emprego).<sup>10</sup> Essa questão está na base de uma dificuldade em relação à doutrina das “partes da oração”, qual seja, determinar se ela constitui um agrupamento rígido de formas ou uma classificação de base funcional. O seguinte testemunho de Sêrvio lança alguma luz à questão:

<sup>7</sup> F. Charpin refere-se aos preceitos encontrados em Quintiliano (*natura prius est concipere animo res quam enuntiare*, 9.1.19) e em Horácio (*uerbaque prouisam rem inuita sequentur*, Arte Poética 311).

<sup>8</sup> CHARPIN 1986: 136.

<sup>9</sup> Essa justificação “natural” da normatividade faz com que não seja fácil caracterizar a gramática antiga como normativa ou descritiva. De fato, se as regras de uma gramática normativa, conforme a exposição de Sírvo Possenti (1996: 73), “expressam uma obrigação e uma avaliação do certo e errado, ... aproximando-se da noção de lei em sentido jurídico”, ao passo que as regras de uma gramática descritiva “trazem consigo a ideia de regularidade e constância, aproximando-se da noção de lei no sentido de ‘leis da natureza’”, o que dizer de uma lei a que se deve obedecer porque expressa uma regularidade natural?

<sup>10</sup> Em certas passagens, o termo *significatio* parece poder ser entendido como “forma significante”, no sentido moderno do termo, como nos casos em que uma palavra apresenta uma “significação” que não corresponde ao modo como o referente é entendido (e.g. nomes “diminutivos na significação mas comparativos no entendimento”, DONATO 618.13, tradução p. 141); em outras, parece se relacionar com o emprego da palavra, como no caso dos epítetos (nossos adjetivos), chamados de “nomes de meia significação” porque dependem da associação com outro nome para terem sentido pleno (cf. DONATO 616.7, tradução p. 140). O uso simultâneo dessas três características da unidade linguística (forma, sentido e função) como critério para a classificação das partes da oração é um dos principais motivadores das críticas modernas a tal sistema, ainda que, segundo J.-P. Lagarde (1988: 104), “examinar as correlações entre os três domínios não implica sua confusão”.

Tem se investigado se uma parte da oração, quando desempenha a função de outra parte da oração, mantém sua lei ou adota a lei da parte cuja significação ela assume. Com efeito, encontramos com frequência nomes empregados como advérbios ... e advérbios empregados como nomes. Nesses casos, deve-se saber que, se um nome é instituído como advérbio, ele passa a não poder ser declinado, ... do mesmo modo que um advérbio naturalmente não é declinado. Por sua vez, se um advérbio passa para a significação do nome, às vezes é declinado, já que significa uma parte da oração que admite a declinação.<sup>11</sup>

Vê-se nessa passagem que a significação se define por uma estreita conexão entre o emprego de uma forma e os acidentes que ela sofre sob tal emprego: o princípio da racionalidade natural demanda que as formas possuam naturalmente as características da classe a que pertencem. Por outro lado, o gramático não pode negar o uso criativo da língua pelos poetas, cujos textos eram seu principal objeto de estudo e que se afastam do uso lógico-filosófico do discurso regrado;<sup>12</sup> a constatação de que uma parte da oração não só pode ser empregada no lugar de outra mas também assume as características da classe a que substitui sugere que as classes se definem mais como um conjunto de características do que agrupamento de formas. Ainda assim, um caso especial não deve comprometer o caráter sistemático da língua: diante de um nome empregado como advérbio, Donato se nega a considerá-lo verdadeiramente como um advérbio, preferindo chamá-lo, precisamente, de “nome empregado como advérbio”.<sup>13</sup>

Em suma, todas essas questões apontam para uma mudança de perspectiva entre a dialética e a gramática que me parece suficiente para afastar a ideia de uma progressão evolutiva entre os primeiros estudos dialéticos e a análise gramatical da oração. Sem dúvida esta leva em consideração o conhecimento adquirido, ou até, de certa forma, parte dele, mas em todo caso não se caracteriza como um refinamento, e sim como uma nova perspectiva sobre o mesmo objeto, que é animada por novos objetivos e demanda uma abordagem diferente. Com isso, parece preferível abordar a questão do ponto de vista do tipo de influência recebida ou compartilhada pelos gramáticos em relação ao passado filosófico.

Verificam-se nos textos gramaticais indícios de uma espécie de mistura de influências aristotélicas sobre uma base doutrinária estoica. Exemplo disso é a própria atribuição de significado às partes que compõem o *lógos* – como fizera Aristóteles (cf. acima, p. 33 ss) mas

<sup>11</sup> *Quaesitum est, quando pars orationis <alius partis orationis> officio fungitur, utrum ius suum retineat an eius <recipiat, cuius> accipit significationem. nam frequenter inuenimus et nomina pro aduerbiis posita ... et aduerbia pro nominibus posita. Quare sciendum est quoniam, si nomen sit pro aduerbio constitutum, incipit non posse declinari ... quem ad modum nec illud aduerbium naturaliter declinatur. Item aduerbium si transeat in significationem nominis, non numquam declinatur, quoniam significat eam partem orationis, quae recipit declinationem.* (SÉRVIO 4.428.18–28)

<sup>12</sup> Lembre-se da recomendação de Aristóteles, de se usar a predicação apenas em sentido próprio (ver acima, p. 38–9).

<sup>13</sup> Cf. DONATO 640.15–641.1 (tradução, p. 154). A possibilidade de trânsito das formas pelas “partes da oração” enquanto classes de palavras concentra muitas das questões envolvidas na pesquisa da doutrina gramatical antiga, incluindo o problema da “significação”, e sem dúvida merece um estudo particularizado.

não os estoicos, que reservavam o significado apenas para o *lógos* já constituído –, ainda que a significação de cada forma só pode ser reconhecida verdadeiramente a partir da rede de relações interior à oração, como no caso do nome empregado como advérbio – o que demonstra um privilégio da combinação sobre as partes isoladas tipicamente estoico.

Esse ecletismo aparente já foi relacionado a uma discórdia que opôs peripatéticos analogistas de Alexandria e estoicos anomalistas de Pérgamo e que teria sido contemporânea à emergência da gramática como disciplina autônoma, cuja solução intermediária, aprovada por Varrão, teria resultado numa doutrina de influências miscigenadas. (Isso quando não se tentou separar a gramática grega e a romana em duas tradições distintas, fazendo derivar cada uma de uma e de outra corrente, como fez Barwick, numa hipótese bastante criticada por Marc Baratin.<sup>14</sup>) Porém, atualmente a própria existência desse antagonismo entre estoicos e peripatéticos tem sido questionada, ao mesmo tempo em que se tem dado maior crédito aos testemunhos dos comentadores da *Tékhne*, nos quais há indícios de que o aristotelismo alexandrino contava com certa participação do estoicismo (vide, por exemplo, a definição totalmente estoica de verbo atribuída ao “verdadeiro” Dionísio da Trácia, p. 78 n. 70).

Ora, se considerarmos que o período de formação da gramática coincide com uma época caracterizada pela particularização dos interesses e por um ecletismo que entrelaçava diversas correntes filosóficas e que era especialmente característico do estoicismo médio, não é impossível pensar que o ecletismo aparente na doutrina gramatical se deve não a uma diversidade de influências textuais, mas talvez a uma única influência de caráter ambiental, dado que os fundamentos epistemológicos comuns à ciência da época provinham de uma filosofia estoica que, como vimos, já tinha reconhecido a validade de certos princípios de Platão e Aristóteles.

Em todo caso, essa discussão é complicada pela lacunosidade e incerteza das fontes que possuímos, especialmente no período mais importante para a constituição da gramática, dificultando a investigação do processo de formação e consolidação de uma doutrina de oito partes da oração que seria válida por um bom tempo. Se temos um boa quantidade de textos de Platão e Aristóteles, dos primeiros estoicos (século III a.C.) até os tratados teóricos gramaticais de Apolônio Díscolo (século II d.C.) são cinco séculos de testemunhos indiretos. Com isso, a pesquisa da influência se vê prejudicada, de um lado, por uma lamentável mas inevitável consideração do pensamento estoico “como um todo”, a despeito do fato de Crisipo, Diógenes da Babilônia e Posidônio pertencerem a períodos significativamente distintos da escola, e de

<sup>14</sup> Cf. BARATIN 1989 e 1994.

outro, por uma incerteza quanto ao escopo e ao teor da *tékhnē* alexandrina; se essas informações pudessem ser conhecidas diretamente, e não apenas através de resumos e citações, sem dúvida ajudariam a esclarecer o quanto a doutrina gramatical deve ao estoicismo, o quanto à pesquisa filológica e o quanto é desenvolvimento próprio.

O problema da precariedade de nossas fontes não restringe apenas o conhecimento das origens da disciplina gramatical, mas também causa dificuldades para se entender o desenvolvimento da doutrina. De um lado, tem-se a muito discutida questão de determinar se a abordagem apresentada por Apolônio Díscolo e retomada Prisciano constitui realmente uma “segunda corrente” de análise gramatical (como se pensava antes da “inversão” de Di Benedetto) ou se procede da necessidade elaborar um sistema epistemológico que explique e justifique uma doutrina gramatical que é única e da qual os tratados mais “técnicos”, por assim dizer, seriam simplificações esquematizadas para facilitar a vida dos professores de gramática, que certamente ensinavam para futuros oradores, mas não necessariamente futuros professores de gramática.<sup>15</sup> De outro, deve-se lidar com uma montanha de discordâncias entre os gramáticos em diversos pontos da doutrina, seja entre gramáticos gregos e latinos, seja entre os próprios gramáticos latinos – a despeito de se posicionarem explicitamente na esteira de uma mesma tradição, como os comentadores de Donato, que substituem a definição de conjunção –, seja até entre as obras de um mesmo autor (como as diferentes definições de interjeição fornecidas na *Arte maior* e na *Arte menor* de Donato).

Se a tese de que a doutrina de Apolônio Díscolo é anterior e se configura como precondição para a elaboração dos manuais como o de Donato e a *Tékhnē* estiver correta, é possível pensar que toda a tradição gramatical compartilha dos mesmos princípios epistemológicos e do mesmo enquadramento teórico, restringindo as discordâncias para o nível da descrição do objeto. Segundo P. Flobert (1981: 28 n.15), “as incertezas quanto ao número e a classificação das partes da oração revelam tentativas difusas de constituir uma doutrina que fosse distinta daquelas do Pórtico e do Liceu”. Em outras palavras, a existência de variações seria consequência das diversas dificuldades enfrentadas pelos defensores dessa nova “teoria linguística”, demonstrando tentativas honestas de cercar esse objeto até hoje tão fugaz.<sup>16</sup>

<sup>15</sup> Vimos rapidamente no Capítulo 1 como a *Arte* de Donato deve seu sucesso às suas preocupações didáticas. Indícios de que as *artes* eram como roteiros de curso que tinham como destinatários os próprios professores se encontram na *Arte maior* (cf. DONATO 605.8; 669.2; tradução anotada nas pp. 131 e 171), assim como nos próprios comentários (e.g. POMPEIO 5.142.37 ss, tradução p. 131 n. 78). Seria preciso procurar por indícios semelhantes na obra maior de Prisciano (as *Institutiones grammaticae*), bem como incluir sua exposição das partes da oração na comparação de textos feita no Capítulo 3, ausência que se deve à descoberta tardia de tais incertezas geradas pelos estudos de Di Benedetto.

<sup>16</sup> Segundo José Manuel Gonzáles Calvo (1982: 55), ainda que as críticas à doutrina das “partes da oração” da gramática tradicional tenham espaço nas diversas escolas linguísticas modernas, “a maior prova da dificuldade classificatória é o fato

Se as dificuldades atuais não são menores que as antigas, é preciso evitar certas observações de inspiração positivista, como a de que “o que é apresentado e estabelecido na *Tékhnē* representa um grande passo na direção certa” (ROBINS 1986: 33), apesar de “a enganadora e inadequada definição da preposição ter sido repetida palavra por palavra por Prisciano” (ROBINS 1986: 29), ou ainda “de que elas [as *Artes* de Donato] tratam de forma tão inadequada dos fenômenos morfológicos” (LAW 2003: 80).<sup>17</sup>

A gramática antiga é muito mais do que uma mera repetição do que os gregos estabeleceram no século I a.c.; ao contrário, a doutrina passou constantemente por críticas e reformulações tanto no lado grego quanto no latino.<sup>18</sup> Os frequentes debates que noticiamos não devem, portanto, ser considerados como marcas da incompetência dos gramáticos, e sim como indícios de uma busca por coerência e eficácia no tratamento de seu objeto de estudo, qual seja, a identificação cada vez mais precisa dos constituintes formais (os sons da linguagem) que atuam na construção do sentido. Assim pensa Peter Matthews (1990: 303), para quem “as obras gramaticais do período imperial ofereceram ao desenvolvimento da linguística uma contribuição da mesma importância que aquelas obras que as precederam”. Diante de nossa extrema carência de fontes mencionada há pouco, seria um grande equívoco desprezar justamente aquelas que nos fornecem a maior parte das informações.

Enfim, a complexidade dessas questões exige estudos mais aprofundados, que não cabem na superfície rápida de nossas linhas, as quais espero que ao menos sirvam de apontamento, quiçá, de sugestão.

---

de que os linguistas contemporâneos não se arriscam a entrar em acordo sobre o número das partes do discurso. ... Há inclusive orientações linguísticas modernas que, ao mesmo tempo em que reprovam a *palavra* como unidade do sistema, continuam usando as designações tradicionais”. Ao observar imprecisões nas diversas correntes da linguística moderna (estruturalista, funcionalista, distribucionalista, gerativista), o autor ressalta a “necessidade de se diferenciar com nitidez, inclusive terminologicamente, entre *unidades* linguísticas, *categorias* linguísticas e *funções* linguísticas” (1982: 60) e afirma que a determinação das classes de palavras pode ser feita considerando as semelhanças e diferenças que elas mantêm entre si, a partir de “uma série de critérios pertinentes, usados simultaneamente, ... como o critério morfológico, o funcional, o da distribuição e combinação na sequência e o semântico” (1982: 63). É notável que o linguista espanhol pareça sugerir uma heterogeneidade de critérios que é justamente o principal motivador das críticas modernas ao sistema tradicional. Para uma consideração relativizada dessas críticas, cf. LAGARDE 1988.

<sup>17</sup> Esses são apenas alguns exemplos do que podemos chamar de julgamentos anacrônicos sobre uma produção científica e cultural antiga. Se, no caso de R. H. Robins, sua recusa a novas perspectivas pode se justificar por uma carreira já consagrada de contribuições para os estudos de história da linguística, a presença de tais argumentos em uma compilação tão recente como a de Vivien Law mostra que as distorções causadas por esse tipo de visão está longe de ser totalmente superada.

<sup>18</sup> Aliás, essa separação talvez não sobreviva a um estudo comparativo. Segundo Louis Holtz (1981: 3), a gramática grega e a latina partilham de uma mesma continuidade, não só em relação a uma fonte comum, mas também por serem tributárias de uma mesma instituição, a escola helenística. Assim, ao estudar um texto gramatical latino, “é possível (e aconselhável) observar o que ocorre, no mesmo momento, no domínio grego, pois os métodos pedagógicos, bem como as doutrinas, são exportáveis de um domínio a outro. É um erro pensar que a gramática latina, uma vez nascida da grega, evoluiu em separado”.

## Capítulo 5

### Sobre a tradução

A tradução apresentada a seguir tem como principal finalidade tornar acessível em Língua Portuguesa o texto completo da *Arte de Donato*. O trabalho foi realizado buscando alcançar duas metas principais: de um lado, preservar ao máximo as características essenciais da obra; de outro, possibilitar o máximo de compreensão ao leitor moderno. O problema é que tais metas são muitas vezes inconciliáveis, exigindo do tradutor um posicionamento criterioso diante de certas questões recorrentes na tradução de textos técnicos antigos.

Vimos que a *Arte* corresponde à parte teórica do ensino gramatical; nesse sentido, pode-se dizer que os textos dos gramáticos antigos são “realizações do discurso científico”, o que remete a certas convenções próprias a esse tipo de discurso. Entre as mais importantes está sem dúvida o “uso de termos cuja interpretação deve ser inequívoca ... os chamados termos técnicos”,<sup>1</sup> para os quais Dubravko Škiljan apresenta duas abordagens ou “atitudes teóricas” possíveis. A primeira consiste em tentar reconstruir fielmente o sentido original do texto, procurando, de um lado, respeitar as “intenções semânticas” do autor e, de outro, construir na língua de chegada uma “rede terminológica homogênea” que mantenha inalteradas as relações intervocabulares presentes no texto de origem. A segunda é fazer uma tradução que procure ser mais adaptada aos seus possíveis leitores, particularmente sob o aspecto terminológico, o que implica evidentemente uma “modernização” da terminologia técnica, de modo a permitir que o destinatário, graças a sua competência discursiva profissional, compreenda o texto e estabeleça um diálogo criativo com ele.<sup>2</sup>

O problema é que nenhuma delas é totalmente satisfatória. A primeira opção encontra dificuldades no fato de que as palavras de qualquer língua sugerem uma “infinidade de ecos” que variam segundo a percepção do ouvinte, de modo que dificilmente se poderia traduzir um termo sem empobrecer seu leque de significados. “Isso se aplica particularmente à terminologia dos textos teóricos antigos: ou o termo recobre objetos extremamente precisos, sem equivalente em nosso universo moderno, ou tem empregos tão diversos que nenhum termo

---

<sup>1</sup> ŠKILJAN 2000: 8.

<sup>2</sup> ŠKILJAN 2000: 9–10.



vernáculo poderia lhe corresponder”.<sup>3</sup> Mesmo quando restrita ao conjunto de textos gramaticais antigos, “a terminologia não é uniforme, variando conforme as diversas tradições da Antiguidade e segundo preferências pessoais ou o gosto pela sistematicidade deste ou daquele autor”.<sup>4</sup> Consequentemente, “qualquer escolha do tradutor, por mais rico que seja o léxico da língua de chegada, não tem como ser exata *stricto sensu*: ela é apenas um substituto mais ou menos descritivo da noção original”.<sup>5</sup>

No caso da segunda opção, percebeu-se ultimamente que “o uso da terminologia atual na descrição de fases anteriores do desenvolvimento do pensamento linguístico tem levado a uma variedade de problemas em nosso entendimento das teorias do passado”.<sup>6</sup> Para evitar as prováveis distorções que um uso indiscriminado da terminologia atual poderia causar, Koerner sugere a atenção àqueles princípios fundamentais que elencamos na apresentação deste trabalho:<sup>7</sup>

- a) *princípio de contextualização*, que se refere à dependência do termo (e do texto) em questão a uma ou outra corrente intelectual ou a possíveis influências sociais, políticas e econômicas;
- b) *princípio da imanência*, que demanda um entendimento pleno (histórico, crítico e, se possível, filológico) do texto em questão, procurando definir a terminologia a partir de critérios internos, e não a partir da linguística moderna.

Para Koerner, a consideração desses princípios permite ao tradutor realizar aproximações modernas quanto ao vocabulário técnico e o *framework* conceitual apresentado pela obra em questão, mas sempre alertando o leitor para o fato de que aproximações terminológicas estão sendo introduzidas.<sup>8</sup>

Diante dessa complexa problemática, procuramos traduzir a metalinguagem gramatical presente na *Arte* de Donato utilizando como critério principal o decalque sobre o termo latino. Essa solução é a que aparentemente melhor contempla as modalidades contrapostas acima, pois, de um lado, ela é capaz de preservar em grande medida a “rede terminológica” do original e até certos “ecos” de sentido, de outro, ela se mostra bastante acessível ao leitor

<sup>3</sup> BARATIN & DESBORDES 1981: 71.

<sup>4</sup> LENOBLE *et al.* 2001: 285.

<sup>5</sup> ŠKILJAN 2000: 11.

<sup>6</sup> KOERNER 1995<sup>b</sup>: 13.

<sup>7</sup> Cf. acima, p. 11.

<sup>8</sup> Com isso concorda Dubravko Škiljan, que reconhece as duas abordagens sugeridas como legítimas, desde que acompanhadas de um “texto paralelo” indispensável, os comentários, responsáveis por fornecer o contexto necessário a compreensão (cf. ŠKILJAN 2000: 13–4). Com efeito, segundo Marc Baratin e Françoise Desbordes, a noção de modernização simplesmente não faz sentido, na medida em que “se traduz para a língua do leitor, que é uma língua moderna”; a discussão sobre a existência efetiva, no texto original, das noções às quais este ou aquele termo moderno pode corresponder é sem dúvida pertinente, mas “essa não é uma questão de tradução, e sim de interpretação” (BARATIN & DESBORDES 1981: 73).

moderno em geral – quer ele pertença à comunidade dos classicistas interessados no contexto cultural em que os estudos gramaticais estão envolvidos, à dos linguistas interessados na historiografia dos conhecimentos sobre a linguagem ou à dos educadores ininteressados na história do ensino de língua e literatura na Antiguidade –, na medida em que a terminologia gramatical moderna (com a qual todo brasileiro escolarizado tem pelo menos oito anos de contato), sabemos, foi criada com base nesse mesmo procedimento de decalque. Porém, quando o decalque não parecia possível ou se mostrava pouco efetivo, procurou-se na terminologia moderna um equivalente satisfatório, conforme aos princípios de Koerner. Em todo caso, procurou-se suprir a carência contextual por meio de notas explicativas que se prestam a elucidar as noções veiculadas pela doutrina ou pelo termo em questão, seja para apontar o equivalente moderno de um termo decalcado, seja para qualificar a introdução de um termo moderno que não comparece propriamente no texto original.

Sabe-se, por exemplo, que o termo *oratio* em latim corresponde em muitos sentidos (não em todos, sem dúvida) ao termo grego λόγος, especialmente no que interessa aqui, o de sequência linguística com significado, a qual, como vimos no estudo introdutório, compreende desde uma afirmação simples como “é dia” até um texto completo ou uma composição literária tão extensa quanto a *Ilíada*. Essa indefinição dimensional se transfere para o recorte da *oratio* (ou do λόγος) em “partes” constitutivas: a mesma expressão *pars orationis* (μέρη λόγου) pode remeter tanto ao nível das palavras que compõem uma frase, se em contexto gramatical, quanto ao nível das seções que formam um discurso político, se em contexto retórico.<sup>9</sup> Diante da dificuldade de preservar tais relações ou “ecos” de sentidos presentes no termo original,<sup>10</sup> pareceu-nos mais apropriado buscar uma opção que fosse ao mesmo tempo adequada ao contexto original e clara para o leitor moderno. E a melhor delas foi precisamente o decalque “oração”, que guarda a vantagem de pertencer ao jargão gramatical em português e remeter àquela noção de enunciado mínimo que a gramática herda da dialética, ao passo que “discurso” não se mostra tão apropriado.<sup>11</sup> Consequentemente, a expressão “partes da oração”

<sup>9</sup> Disso resulta a estreteza de se encontrar respostas diferentes para uma questão idêntica (“quantas são as partes da *oratio*?”), sem que isso constitua uma contradição: em Donato, a resposta é que são oito (nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição, interjeição); em Cícero, que são quatro (exórdio, narração, argumentação, peroração, cf. CÍCERO *De partitione oratoria* 4).

<sup>10</sup> Cheguei a conjecturar duas alternativas: a) utilizar o termo *enunciado*, da linguística bakhtiniana, que não se mostrou apropriado porque diz respeito à língua em uso, opondo-se à *oração*, que diz respeito à língua enquanto sistema, sistema este que é o próprio escopo da gramática; b) utilizar o termo *fala*, que se aplica relativamente bem ao contexto discursivo (como em “já preparei minha fala desta tarde”), mas traz o mesmo problema de se contrapor ao *sistema* na linguística geral.

<sup>11</sup> Ao lado de sentidos gerais como o de “texto” ou “raciocínio”, o dicionário Houaiss demarca sentidos técnicos, sob a rubrica “linguística”, que apontam, de um lado, para o aspecto situacional (correspondendo a *fala* e opondo-se a *língua*, i.e. ao sistema) e, de outro, para o aspecto dimensional (“segmento contínuo de fala maior que uma sentença”); este último me parece decisivo.

torna-se a mais apropriada para designar as classes de palavras, com a vantagem de pertencer igualmente à nossa tradição gramatical ibérica.<sup>12</sup>

Por outro lado, acontece de a tradução por meio do decalque ser ao mesmo tempo óbvia e problemática, exigindo que se chame a atenção do leitor para certas distinções fundamentais de metalinguagem, especialmente quando os termos, ainda que cognatos, não coincidem quanto ao recorte. Um bom exemplo é *littera*, que recobre um campo bem maior de referência do que a moderna “letra”, abarcando não apenas a forma de representação gráfica, isto é, o “desenho” da letra (*figura*), mas também sua qualidade sonora (*proprietas*), que hoje corresponde ao “fonema”. Na falta de um termo único em português, a tradução decalcada precisa ser enriquecida por essas informações, por meio de nota de rodapé.

Existe um bom exemplo para ilustrar o cuidado que se deve ter com a relação entre a terminologia e a questão das correntes intelectuais que muitas vezes subjazem ao texto e podem passar despercebidas. Sabemos que não é incomum transformar um sintagma com núcleo concreto como *aer ictus*, “o ar percutido”, em uma expressão com núcleo abstrato, como “a percussão do ar”. Nesse caso, porém, uma pequena diferença sintática representa uma séria distorção doutrinal, relativa à discussão da corporeidade da voz e do som: para estóicos e epicuristas, o som era um corpo (“ar percutido”, *ictum aera*); para Platão, o som “não era o ar percutido, mas a própria percussão”.<sup>13</sup> Logo, em respeito ao princípio da contextualização, não seria correto alterar a sintaxe da expressão, sob pena de subverter a filiação do texto à sua fonte filosófica.

Por fim, preferimos não aplicar o critério do decalque diante de termos tomados de empréstimo ao grego, ainda que em geral transliterados para os caracteres latinos já no original; na tradução, preservamos o termo, italizado. Caso semelhante é o de termos cujo decalque corresponde a uma palavra existente em português, mas que não seria pertinente no contexto; aqui foi preciso introduzir um vocábulo moderno cujo recorte fosse o mais próximo daquele do termo original, sempre a partir de uma pesquisa sobre o uso do termo em questão nos textos gramaticais (princípio da imanência), acompanhado de nota explicando e alertando

<sup>12</sup> Conforme consta da *Arte da grammatica da Lingua Portugueza*, escrita por Antonio José dos Reis Lobato e publicada em 1770 (cf. ASSUNÇÃO 2000: 144) e da *Gramática castellana* de Antonio de Nebrija, publicada em 1492 (cf. LEITE 2007: 151). Por outro lado, o dicionário Houaiss (v. parte) associa “partes do discurso” à denominação das classes de palavras segundo a gramática tradicional, ao passo que designa como “partes da oração” os sintagmas nominal e verbal que formam a oração do ponto de vista sintático. É de se investigar em que momento da história da gramaticografia se passou a usar “partes do discurso”, e se isso se deve à influência de tradições não ibéricas como a francesa (*parties du discours*), a italiana (*partes del discorso*) ou mesmo a inglesa (*parts of speech*). Em tempo: Giselle Chapanski optou pelo bastante aceitável “partes da frase” em sua tradução da *Tékhnē* atribuída a Dionísio da Trácia (cf. CHAPANSKI 2003: 26).

<sup>13</sup> ... *non enim percussus aer, sed ipsa percussio* (AULO-GÉLIO 5.15.7).

para a intervenção. Um exemplo em nossa tradução são as duas ocorrências do termo *positio*, ambas na *Arte maior*, no capítulo sobre os nomes:

*Alia sunt primae positionis, ut mons, schola; alia deriuatiua, ut montanus, scholasticus. (615.3)*

*Sunt [nomina] quaedam positione singularia, intellectu pluralia, ut populus, contio, plebs; sunt quaedam positione pluralia, intellectu singularia, ut Athenae, Cumae, Thebae, Mycenae. (623.7)*

Nesses casos, o decalque não funciona, já que nenhum uso de “posição” em português corresponde ao sentido que *positio* apresenta no contexto em que está empregada. Diante da necessidade de um equivalente moderno, procurou-se no próprio texto de Donato e em outros textos análogos (isto é, outras *artes grammaticae*) indicações semânticas claras para a solução do problema. Na *Arte de Donato* encontramos duas passagens cuja formulação é estruturalmente idêntica à segunda passagem, mas empregam-se outros termos no lugar de *positio*:

*Sunt nomina significatione diminutiua, intellectu comparatiua, ut grandiusculus, maiusculus. (618.13)*

*Sunt praeterea alia sono masculina, intellectu feminina, ut Eunuchus comedia. (620.1)*

Um terceiro substituto para *positio* foi encontrado no comentário de Pompeio à mesma segunda passagem:

*Sunt nomina enuntiatione singularia, intellectu pluralia, ut populus contio multitudo; e contrario enuntiatione pluralia, intellectu singularia, ut Athenae Mycenae Thebae Puteoli. (GL 5.168.28)*

Observa-se uma equivalência entre *positio*, *significatio*, *sonus* e *enuntiatio*; se esses últimos, “som” e “enunciação”, pertencem ao campo semântico ligado à expressão verbal, em oposição ao conteúdo mental (*intellectus*), o emprego de “significação” revela que não se trata de um som qualquer, mas de um som significante, sugerindo a ideia de “forma”. Ora, há uma ocorrência gramatical de *positio* que, embora em contexto diverso – uma explicação para o nome “dátilo”, que designa um tipo de pé métrico constituído de uma sílaba longa e duas breves –, parece bem corresponder a “forma”:

*... a digiti positione dictus est dactylus, qui iuncturam unam habet longam et breues duas. (GL 4.523.7)*

isto é, o pé métrico “chama-se dátilo por causa da **forma** do dedo, que tem uma falange longa e duas breves”. Logo, parece plausível compreender aquelas ocorrências de *positio* na *Arte*

*maior* como “forma”: na primeira, “forma primitiva” (*prima positio*), em oposição aos “derivativos” (*deriuatiua*); na segunda, nomes que são “singulares na forma” (*positione singularia*), plurais no entendimento.

Além desse cuidado com a tradução, respeitando os princípios e métodos que acabamos de expor, também não nos privamos de utilizar os recursos de tipografia e formatação modernas.<sup>14</sup> O leitor verá, por exemplo, o uso de itálico para distinguir questão e resposta na *Arte menor*, e o uso de uma tipologia diferenciada para destacar do texto tudo o que diz respeito à exemplificação. A propósito, a grande maioria dos exemplos da *Arte* de Donato foi mantida em latim, para evitar problemas insolúveis como encontrar formas correspondentes para nomes neutros, verbos depoentes ou participios futuros; a tradução é fornecida em nota de rodapé, acompanhada das explicações necessárias. Quanto aos os numerosos exemplos tirados da literatura poética, eles foram identificados por meio de aspas duplas no corpo do texto; a tradução e a referência à fonte são feitas em notas.

Também aproveitamos o caráter sistemático do texto para dispor algumas passagens em forma de lista ou quadro. Aqui é importante ter em mente a íntima ligação entre o manual (*ars*) e um método de ensino baseado na memorização, implicando em certos aspectos que procuramos preservar.

Um deles é recorrente em toda a obra e consiste em abrir cada parágrafo pelo tópico de que ele trata. Isso ocorre tanto no nível principal quanto no nível secundário de categorização, e tanto na forma catequética quanto na forma expositiva:

*partes orationis quot sunt? – partes orationis sunt octo.*

*nomen quid est? – nomen est pars orationis...*

*pronomen quid est? – pronomen est pars orationis...*

*uerbum quid est? – uerbum est pars orationis...*

*qualitas nominum in quo est? – qualitas nominum bipertita est.*

*comparationis gradus quot sunt? – comparationis gradus sunt tres.*

*genera nominum quot sunt? – genera nominum sunt quattuor.*

*qualitas pronominum in quo est? – qualitas pronominum duplex est.*

Se a forma expositiva não exige nenhum esforço de tradução (já que o tópico está na posição de sujeito, geralmente inicial em português), a forma interrogativa requer o cuidado de se antecipar o tópico em relação ao pronome na tradução:

<sup>14</sup> Esse uso é encorajado por M. Baratin e F. Desbordes (1981: 73–4).

As partes da oração são quantas? (em vez de “quantas são...?”)

Nome é o quê? (em vez de “o que é...?”)

A qualidade dos nomes em que consiste?

etc.

Outra estrutura totalmente padronizada são os paradigmas flexionais que respondem a boa parte da *Arte menor*, por exemplo:

*Magister nomen appellatiuum generis masculini numeri singularis figurae simplicis casus nominatiui et uocatiui, quod declinabitur sic: nominatiuo hic magister, genetiuo huius magistri, datiuo huic magistro, accusatiuo hunc magistrum, uocatiuo o magister, ablatiuo ab hoc magistro; et pluraliter nominatiuo hi magistri, genetiuo horum magistrorum, datiuo his magistris, accusatiuo hos magistros, uocatiuo o magistri, ablatiuo ab his magistris.*

Em nossa tradição gramatical, a forma mais utilizada de apresentar paradigmas se baseia em um forte componente visual: o quadro feito de listas verticais. Nossa própria experiência escolar demonstra que uma das funções desses quadros é facilitar a memorização, e está presente nas gramáticas desde o século 16:

☞ *Segunda declinaçám.* ☛

*l. m. r. s. z.*

<i>Numero Singular.</i>	<i>Numero Plurár.</i>
<i>Nominatiuo—o cardeál</i>	<i>Nominatiuo—os cardeáes</i>
<i>Genitiuo—do cardeál</i>	<i>Genitiuo—dos cardeáes</i>
<i>Datiuo—ao cardeál</i>	<i>Datiuo—aos cardeáes</i>
<i>Accusatiuo—o cardeál</i>	<i>Accusatiuo—os cardeáes</i>
<i>Vocatiuo—ó cardeál</i>	<i>Vocatiuo—ó cardeáes</i>
<i>Ablatiuo—do cardeál</i>	<i>Ablatiuo—dos cardeáes</i>

Uma vez que a memorização constitui o próprio objetivo de Donato, pareceu-nos adequado proceder à seguinte formatação:

no singular:

nominativo	hic magister
genitivo	huius magistri
dativo	huic magistro
acusativo	hunc magistrum
vocativo	o magister
ablativo	ab hoc magistro

e no plural

nominativo	hi magistri
genitivo	horum magistrorum
dativo	his magistris
acusativo	hos magistros
vocativo	o magistri
ablativo	ab his magistris.

Em todo caso, o uso de recursos modernos de formatação se restringiu ao aspecto gráfico. Sempre que houve necessidade de se comentar um ponto de interesse ou apontar uma dificuldade, isso foi feito através de notas explicativas, elaboradas sempre que possível a partir das informações coletadas em textos gramaticais antigos, de modo a evitar erros de interpretação e anacronismos, mas sem negligenciar as lacunas e contradições que não raro eles apresentam.

Por fim, a edição utilizada para a tradução é a de Louis Holtz (cf. HOLTZ 1981: 585–674). Para facilitar a consulta e localização, apontamos na margem direita da tradução a página correspondente do texto original.



# ARTE DE DONATO

## GRAMÁTICO DA CIDADE DE ROMA

585

### VOLUME UM

#### [ARTE MENOR]

#### 1. SOBRE AS PARTES DA ORAÇÃO

*As partes da oração*<sup>1</sup> são quantas? Oito. *Quais?* Nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição.

#### 2. SOBRE O NOME

*Nome é o quê?* É a parte da oração com caso que significa um corpo ou uma ideia<sup>2</sup> de modo próprio ou comum.

*O nome tem quantos acidentes?*<sup>3</sup> Seis. *Quais?* Qualidade, comparação, gênero, número, figura e caso.

<sup>1</sup> A expressão *partes orationis* (gr. *μέρη λόγου*) comparece nos textos gramaticais para designar as classes de palavras da terminologia atual; ao mesmo tempo, a mesma expressão é usada em textos retóricos para designar as partes ou seções de um discurso político, quais sejam: exórdio, narração, argumentação, peroração (cf. CÍCERO *De partitione oratoria* 4; *Rhetores graeci* 3.661.26–7). Isso ocorre porque o termo *oratio*, assim como seu correlato grego (*λόγος*), servem para designar qualquer sequência linguística com significado, compreendendo desde uma afirmação simples como “é dia” até um texto oratório completo ou uma composição literária tão extensa quanto a *Ilíada*, numa indefinição dimensional que se transfere para o recorte da *oratio* em “partes” constitutivas. Por outro lado, na medida em que a gramática, herdeira da dialética, dimensiona a *oratio* como enunciado significante mínimo, aproximando-se do nosso conceito de “oração”, pareceu-nos preferível “partes da oração” a “partes do discurso”, ainda que ambas pertençam ao jargão da gramática tradicional. Uma discussão um pouco mais detalhada sobre essa questão encontra-se acima, p. 102–3. Sobre os sentidos de *λόγος* na dialética, ver o capítulo 2.

<sup>2</sup> No original, *rem*. A grande maioria dos gramáticos latinos apresentam a oposição entre *res corporales* (“coisas corpóreas”) e *res incorporeales* (“coisas incorpóreas”). De acordo com Anne Grondeux (2007: 191), o texto de Donato é o primeiro a testemunhar essa oposição em outros termos (*corpus aut rem*), aproximando-se da formulação grega (*σῶμα ἢ πᾶγμα*). Isso implica em um sentido especificamente gramatical para *res*, por sinal atestado por Prisciano (*Partitiones* 70.2–5) como equivalente a *res incorporalis*, definida como “o que não é visto nem tocado, como a piedade” (SÉRVIO 4.406.30–1) ou “o que é percebido apenas pelo intelecto” (CARÍLIO 194.1); daí nossa tradução por “ideia”. Para mais informações, ver estudo sobre as definições de nome nas pp. 74–6.

<sup>3</sup> A noção de acidente deriva da ontologia. Para Aristóteles, acidente (*συμβεβηκός*) é tudo o que é inerente a um objeto mas não é uma parte dele – pois não pode ser separado daquilo em que está – nem pode ser afirmado dele – por não corresponder à sua substância (*οὐσία*) (cf. *Categorias* 1.a.20–8; *Metafísica* 1025.a.31–2; *Analytica Posteriora* 83.a.24–8). Posteriormente, os estoicos apoiam nessa teoria a ideia da permanência do ser de uma palavra, enquanto a aparência sensível se modifica em função da cadeia falada (cf. HOLTZ 1981: 68–9). Embora essa noção não seja explicada por nenhum gramático, ela faz parte da herança comum e parece testemunhar uma maior fidelidade romana à influência estoica, uma vez que os gramáticos gregos utilizam um termo mais genérico, *παρεπόμενον*, “o que acompanha” (cf. [DIONÍSIO DA TRÁCIA] 24.6). A sintaxe escolhida para a tradução, embora se afaste do original (*nomini quot accidunt*, “quantas coisas incidem no nome”), encontra precedente em João de Barros (1540: 5 r): “cada um dos nomes tem estes acidentes: qualidade, espécie, figura, gênero, número...”.

*A qualidade dos nomes em que consiste?* Em dois tipos, pois ou é nome de um só e se chama próprio ou é de muitos e se chama apelativo.<sup>4</sup>

*Os graus de comparação são quantos?* Três. *Quais?* Positivo, como *doctus*; comparativo, como *doctior*; superlativo, como *doctissimus*. *Que nomes são comparados?* Somente os apelativos que significam qualidade ou quantidade: qualidade, como *bonus*, *malus*; quantidade, como *magnus*, *paruus*. *O grau comparativo depende de que caso?* Do ablativo sem preposição, pois dizemos *doctior illo*. *E o superlativo, de qual?* Do genitivo plural apenas, pois dizemos *doctissimus poetarum*.<sup>5</sup>

586

*Os gêneros dos nomes são quantos?* Quatro. *Quais?* Masculino, como *hic magister*; feminino, como *haec Musa*; neutro, como *hoc scamnum*; comum, como *hic e haec sacerdos*. Há ainda o de três gêneros, chamado de universal, como *hic e haec e hoc felix*, e também o epiceno, isto é, indistinto, como *passer*, *aquila*.<sup>6</sup>

*Os números dos nomes são quantos?* Dois. *Quais?* Singular, como *hic magister*; plural, como *hi magistri*.<sup>7</sup>

*As figuras dos nomes são quantas?* Duas. *Quais?* Simples, como *decens*, *potens*; composta, como *indecens*, *inpotens*. *Os nomes se compõem de quantos modos?* Quatro: de duas partes íntegras, como *suburbanus*; de duas corrompidas, como *efficax*, *municeps*; de íntegra e corrompida, como *insulsus*; de corrompida e íntegra, como *nugigerulus*; às vezes de mais partes, como *inexpugnabilis*, *inperterritus*.<sup>8</sup>

*Os casos dos nomes são quantos?* Seis. *Quais?* Nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo. Por meio deles, nomes, pronomes e participios de todos os gêneros são declinados do seguinte modo.

*Magister*, nome apelativo de gênero masculino, número singular, figura simples, casos nominativo e vocativo, que será declinado assim:<sup>9</sup>

<sup>4</sup> Oposição que em grande medida corresponde à atual entre substantivo próprio e substantivo comum; porém, os nomes “apelativos” também incluem o que classificamos como adjetivos. Exemplos se encontram na exposição da *Arte maior* (cf. adiante, pp. 139–40).

<sup>5</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “douto”, “mais douto”, “o mais douto”; “bom”, “mau”; “grande”, “pequeno”; “mais douto que ele”; “o mais douto dos poetas”.

<sup>6</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “o professor”; “a musa”; “o banco”; “o sacerdote e a sacerdotiza”; “o, a, isso fértil”; “pardal”, “águia”. (Um exemplo de gênero comum em português poderia ser “o e a artista”).

<sup>7</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “o professor”; “os professores”.

<sup>8</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “decente”, “potente”; “indecente”, “impotente”; “suburbano” (de *sub+urbanus*, “que fica perto da cidade”); “eficaz” (de *ex+faciens*, “o que faz totalmente”), “município” (de *munus+capiens*, “o que assume uma função pública”); “insosso” (de *in+salsus*, “não salgado”), “quinquilheiro” (de *nugas+gerulus*, “vendedor de bugigangas”); “inexpugnável” (de *in+ex+pugnabilis*, “que não pode ser totalmente abatido”), “impávido” (de *in+per+territus*, “que absolutamente não fica apavorado”).

<sup>9</sup> Note que existe uma ordem regular para enunciar as propriedades acidentais da palavra que serve de exemplo para a declinação; essa ordem é a mesma da apresentação dos acidentes. Isso constitui um provável indício de que o curso do gramático não pretende ensinar uma língua, mas uma ciência da linguagem. Nesse sentido, quando o mestre lhe faz recitar uma declinação, é menos para controlar as formas corretas do que para verificar se ele assimilou adequadamente o método de análise (cf. HOLTZ 1981: 107–8).

		e no plural	
nominativo	hic magister <sup>10</sup>	nominativo	hi magistri
genitivo	huius magistri	genitivo	horum magistrorum
dativo	huic magistro	dativo	his magistris
acusativo	hunc magistrum	acusativo	hos magistros
vocativo	o magister	vocativo	o magistri
ablativo	ab hoc magistro	ablativo	ab his magistris.

Musa, nome apelativo de gênero feminino, número singular, figura simples, casos nominativo e vocativo, que será declinado assim:

587

		e no plural	
nominativo	haec Musae	nominativo	hae Musae
genitivo	huius Musae	genitivo	harum Musarum
dativo	huic Musae	dativo	his Musis
acusativo	hanc Musam	acusativo	has Musas
vocativo	o Musa	vocativo	o Musae
ablativo	ab hac Musa	ablativo	ab his Musis.

Scamnum, nome apelativo de gênero neutro, número singular, figura simples, casos nominativo, acusativo e vocativo, que será declinado assim:

		e no plural	
nominativo	hoc scamnum	nominativo	haec scamna
genitivo	huius scamni	genitivo	horum scamnorum
dativo	huic scamno	dativo	his scamnis
acusativo	hoc scamnum	acusativo	haec scamna
vocativo	o scamnum	vocativo	o scamna
ablativo	ab hoc scamno	ablativo	ab his scamnis.

Sacerdos, nome apelativo de gênero comum, número singular, figura composta, casos nominativo e vocativo, que será declinado assim:

		e no plural	
nominativo	hic e haec sacerdos	nominativo	hi e hae sacerdotes
genitivo	huius sacerdotis	genitivo	horum e harum sacerdotum
dativo	huic sacerdoti	dativo	his sacerdotibus
acusativo	hunc e hanc sacerdotem	acusativo	hos e has sacerdotes
vocativo	o sacerdos	vocativo	o sacerdotes
ablativo	ab hoc e ab hac sacerdote	ablativo	ab his sacerdotibus.

<sup>10</sup> Observe o emprego do pronome demonstrativo na função de artigo, provavelmente como fator de redundância positiva para os acidentes (cf. pronome articular, adiante, p. 113 n. 18). Há que se recordar da definição estoica de artigo, como aquele “que determina os gêneros e os números dos nomes” (D.L. 7,58).

Felix, nome apelativo de gênero universal, número singular, figura simples, casos nominativo e vocativo, que será declinado assim:

		e no plural	
nominativo	hic e haec e hoc felix	nominativo	hi e hae felices e haec felicia
genitivo	huius felicis	genitivo	horum e harum e horum felicitum
dativo	huic felici	dativo	his felicibus
acusativo	hunc e hanc felicem e hoc felix	acusativo	hos e has felices e haec felicia
vocativo	o felix	vocativo	o felices e o felicia
ablativo	ab hoc e ab hac e ab hoc felice ou felici	ablativo	ab his felicibus.

*Todo nome que, no caso ablativo singular, termina em -a ou -o, faz o genitivo plural em quê?* Em -rum, e o dativo e o ablativo em -is. *Todo nome que, no caso ablativo singular, termina em -e, -i ou -u, faz o genitivo plural em quê?* Se for -e breve, em -um; se for -e longo, em -rum; se for -i, em -ium; se for -u, em -uum, com a letra u duplicada. *E o dativo e o ablativo, faz em quê?* Todos em -bus.

### 3. SOBRE O PRONOME

588

*Pronome é o quê?* É a parte da oração que, empregada no lugar do nome, significa quase o mesmo e às vezes traz<sup>11</sup> a pessoa. *O pronome tem quantos acidentes?* Seis. *Quais?* Qualidade, gênero, número, figura, pessoa e caso.

*A qualidade dos pronomes em que consiste?* Em dois tipos, pois os pronomes são definidos ou indefinidos. *Quais são definidos?* Os que trazem as pessoas, como ego, tu, ille. *Quais são indefinidos?* Os que não trazem as pessoas, como quis quae quod.<sup>12</sup>

*Os gêneros dos pronomes quais são?* Praticamente os mesmos que os dos nomes: masculino, como quis; feminino, como quae; neutro, como quod; comum, como qualis, talis; de três gêneros, como ego, tu.<sup>13</sup>

*Os números dos pronomes são quantos?* Dois. *Quais?* Singular, como hic; plural, como hi.<sup>14</sup>

<sup>11</sup> No original, *recipit*. De acordo com a doutrina dos acidentes, se estes sobrevêm às substâncias (isto é, às palavras), estas por sua vez “recebem”, “acolhem” os acidentes (cf. essa correlação em DIOMEDES 1.329.18; CLEDÔNIO 5.49.30; [ÁSPER] 5.551.6). Nossa tradução buscou expressar a consequência (*receber* > *comportar* > *trazer*), como no caso de *accidere* (v. nota 3), baseando a escolha vocabular numa equivalência de expressão entre Donato (644.2–3: *recipit*) e Dositeu (58.18–9: *trahens*).

<sup>12</sup> Os pronomes definidos são os que indicam uma pessoa determinada: “quando alguém diz *ego*, o pronome representa sem dúvida a pessoa que falou”. Os indefinidos são os que podem se referir a qualquer uma das pessoas indistintamente e não definem por si a pessoa de que se trata, como *quis* (cf. [SÉRGIO] 4.500.6–12). Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “eu”, “tu”, “ele”; “quem/que” (nos três gêneros).

<sup>13</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “quem/que” (nos três gêneros); “qual”, “tal”; “eu”, “tu”.

<sup>14</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “este”; “estes”.

*As figuras dos pronomes são quantas? Duas. Quais? Simples, como quis; composta, como quisquis.<sup>15</sup>*

*As pessoas dos pronomes são quantas? Três. Quais? Primeira, como ego; segunda, como tu; terceira, como ille.*

*E os casos dos pronomes, são quantos? Seis, como os dos nomes, por meio dos quais os pronomes de todos os gêneros se flexionam do seguinte modo.*

Ego, pronome definido, de gênero universal, número singular, figura simples, primeira pessoa, caso nominativo, que será declinado assim:

ego mei ou mis mihi me a me  
e no plural nos nostrum ou nostri nobis nos o a nobis.

— da segunda pessoa, gênero universal, número singular:

tu tui ou tis tibi te o a te  
e no plural uos uestrum ou uestri uobis uos o a uobis.

— da terceira pessoa, gênero masculino, número singular:

ille illius illi illum o ab illo  
e no plural illi illorum illis illos o ab illis

• do gênero feminino, número singular:

illa illius illi illam o ab illa  
e no plural illae illarum illis illas o ab illis

• do gênero neutro, número singular:

illud illius illi illud o ab illo  
e no plural illa illorum illis illa o ab illis

Menos-que-definido, do gênero masculino, número singular:<sup>16</sup>

ipse ipsius ipsi ipsum o ab ipso  
e no plural ipsi ipsorum ipsis ipsos o ab ipsis

• do gênero feminino, número singular:

ipsa ipsius ipsi ipsam o ab ipsa  
e no plural ipsae ipsarum ipsis ipsas o ab ipsis

<sup>15</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “quem”; “quem quer que seja”.

<sup>16</sup> Pronomes menos-que-definidos são uma espécie de pronomes indefinidos, assim chamada porque, embora possa se associar a qualquer uma das três pessoas, representa uma pessoa definida apenas no contexto da enunciação, como *ipse* (“o próprio”). A lista dos menos-que-definidos é constituída por seis pronomes: *ipse, iste, is, hic, idem, sui*; desses, distinguem-se duas subespécies: os que significam pessoas ausentes (*is, idem, ipse*) e os que significam pessoas presentes (*iste, hic*). Cf. SÉRVIO 4.410.11–3; [SÉRGIO] 4.500.6–12; POMPEIO 5.201.33–4.

- do gênero neutro, número singular:

ipsum ipsius ipsi ipsum o ab ipso  
e no plural ipsa ipsorum ipsis ipsa o ab ipsis

Menos-que-definido, do gênero masculino, número singular:<sup>17</sup>

iste istius isti istum o ab isto  
e no plural isti istorum istis istos o ab istis

- do gênero feminino, número singular:

ista istius isti istam o ab ista  
e no plural istae istarum istis istas o ab istis

- do gênero neutro, número singular:

istud istius isti istud o ab isto  
e no plural ista istorum istis ista o ab istis

Prepositivo articular ou demonstrativo, do gênero masculino, número singular:<sup>18</sup>

hic huius huic hunc o ab hoc  
e no plural hi horum his hos o ab his

- do gênero feminino, número singular:

haec huius huic hanc o ab hac  
e no plural hae harum his has o ab his

- do gênero neutro, número singular:

hoc huius huic hoc o ab hoc  
e no plural haec horum his haec o ab his

Pospositivo ou relativo, do gênero masculino, número singular:<sup>19</sup>

is eius ei eum o ab eo  
e no plural ei eorum eis eos o ab eis

- do gênero feminino, número singular:

ea eius ei eam o ab ea  
e no plural eae earum eis eas o ab eis

<sup>17</sup> Os exemplos a seguir se traduzirem, respectivamente, por: “esse”, “essa”, “isso”.

<sup>18</sup> Refere-se à demonstração, referindo-se à primeira menção a alguma coisa; por esse motivo, o pronome vem antes (*praepositur*), daí ser também chamado de prepositivo (PRISCIANO 2.579.16–9). Por se declinar frequentemente junto ao nome, funcionando como o artigo grego, é qualificado como articular (SÉRVIO 4.410.14–7; [SÉRGIO] 4.500.24–31; CLEDÔNIO 5.50.19). Os exemplos a seguir podem se traduzir ora como artigo (“o”, “a”, “o” (neutro)), ora como demonstrativos (“este”, “esta”, “isto”).

<sup>19</sup> Relativo no sentido de fazer referência, i.e. anafóricos (gr. ἀναφορικόν). A referência (*relatio*) consiste na segunda menção a alguma coisa; por esse motivo, o pronome vem depois (*subiungitur*), daí ser também chamado de pospositivo (*subiunctivum*) – e.g. *Aeneas filius fuit Veneris; is est qui uicit Turnum* (“Eneias era filho de Vênus; esse é aquele que venceu Turno”, PRISCIANO 2.579.19–22).

- do gênero neutro, número singular:

id eius ei id o ab eo  
e no plural ea eorum eis ea o ab eis

Indefinidos, do gênero masculino, número singular:<sup>20</sup>

quis cuius cui quem o a quo ou a qui  
e no plural qui quorum quis ou quibus quos o a quis ou a quibus

- do gênero feminino, número singular:

quae cuius cui quam o a qua ou a qui  
e no plural quae quarum quis ou quibus quas o a quis ou a quibus

- do gênero neutro, número singular:

quod cuius cui quod o a quo ou a qui  
e no plural quae quorum quis ou quibus quae o a quis ou a quibus

590

Possessivos definidos em relação a algo, com as duas partes no singular, do gênero masculino:<sup>21</sup>

meus mei meo meum o a meo  
e com a segunda parte no plural:  
mei meorum meis meos o a meis

- do gênero feminino, número singular:

mea meae meae meam o a mea  
e no plural meae mearum meis meas o a meis

- do gênero neutro, número singular:

meum mei meo meum o a meo  
e no plural mea meorum meis mea o a meis

— da segunda pessoa, gênero masculino, número singular:

tuus tui tuo tuum o a tuo  
e no plural tui tuorum tuis tuos o a tuis

- do gênero feminino, número singular:

tua tuae tuae tuam o a tua  
e no plural tuae tuarum tuis tuas o a tuis

<sup>20</sup> Consideram-se indefinidos sete pronomes: *quis, qualis, talis, quantus, tantus, quotus, totus* (POMPEIO 5.201.32–3). Outro gramático, por incluir as formas compostas desses sete pronomes, enumera dezenove (cf. [PROBO] 4.132.14–7).

<sup>21</sup> Os possessivos são a espécie de indefinidos que indicam que alguém possui alguma coisa. São ditos “em relação a algo” (*ad aliquid*) porque, assim como certos nomes e participios, só adquirem significado quando dizem respeito a alguma coisa, não podendo ser entendidos se estiverem sozinhos: de fato, a existência de um possuidor implica necessariamente algo que é possuído (CARÍSIO 200.24–5; 203.26–7; 204.7–9). Daí a referência, na declinação, a “duas partes” que se flexionam em número: a intrínseca, do possuidor, e a extrínseca, da coisa possuída (SÉRVIO 4.410.17). Para os nomes em relação a algo, cf. p. 140. Os exemplos a seguir se traduzem por “meu”, “minha”, “meu” (n.); “teu”, “tua”, “teu” (n.); “seu”, “sua”, “seu” (n.); “nosso”, “nossa”, “nosso” (n.); “vosso”, “vossa”, “vosso” (n.).



- do gênero neutro, número singular:

tuum tui tuo tuum o a tuo

e no plural tua tuorum tuis tua o a tuis

- da terceira pessoa, gênero masculino, número singular:

suus sui suo suum o a suo

e no plural sui suorum suis suos o a suis

- do gênero feminino, número singular:

sua suae suae suam o a sua

e no plural suae suarum suis suas o a suis

- do gênero neutro, número singular:

suum sui suo suum o a suo

e no plural sua suorum suis sua o a suis

Possessivos definidos em relação a algo, com a primeira parte no plural, do gênero masculino:

noster nostri nostro nostrum o a nostro

e com as duas partes no plural:

nostri nostrorum nostris nostros o a nostris

- do gênero feminino, número singular:

nostra nostrae nostrae nostram o a nostra

e no plural nostrae nostrarum nostris nostras o a nostris

- do gênero neutro, número singular:

nostrum nostri nostro nostrum o a nostro

e no plural nostra nostrorum nostris nostra o a nostris

- da segunda pessoa, gênero masculino, número singular:

vester vestri uestro uestrum o a uestro

e no plural vestri uestrorum uestris uestros o a uestris

- do gênero feminino, número singular:

vestra vestrae vestrae vestram o a vestra

e no plural vestrae uestrarum uestris uestras o a uestris

- do gênero neutro, número singular:

uestrum vestri uestro uestrum o a uestro

e no plural vestra uestrorum uestris vestra o a uestris

*Cite compostos desses.* Egomet, tute, illic, istic, idem – que com i longo é masculino, com i breve é neutro –, quisquis, quisnam, quispiam, aliquis, etc.<sup>22</sup>

<sup>22</sup> Os exemplos de pronomes compostos podem ser traduzidos, respectivamente, por: “eu mesmo”, “tu mesmo”, “ele aí”, “esse aí”, “ele mesmo”, “quem quer que seja”, “mas quem...?”, “um qualquer”, “alguém”.

## 4. SOBRE O VERBO

*Verbo é o quê?* É a parte da oração com tempo e pessoa, sem caso, que significa fazer algo ou ser afetado, ou nenhum dos dois. *O verbo tem quantos acidentes?* Sete. *Quais?* Qualidade, conjugação, gênero, número, figura, tempo e pessoa.

*A qualidade dos verbos em que consiste?* Em modos e formas. *Quais são os modos?* Indicativo, como lego; imperativo, como lege; optativo, como utinam legerem; conjuntivo, como cum legam; infinitivo, como legere; impessoal, como legitur.<sup>23</sup> *As formas dos verbos são quantas?* Quatro. *Quais?* Perfeita, como lego; meditativa, como lecturio; frequentativa, como lectito; incoativa, como feruesco, calesco.<sup>24</sup>

*As conjugações dos verbos são quantas?* Três. *Quais?* Primeira, segunda e terceira.

*Qual é a primeira?* Aquela que, na segunda pessoa do singular do presente do indicativo de um verbo ativo ou neutro, tem um a longo antes da última letra ou, no caso de um verbo passivo, comum ou depoente, antes da última sílaba, como amo amas, amor amaris; além disso, faz o futuro do indicativo em -bo e em -bor, como amo amabo, amor amabor.<sup>25</sup>

*Qual é a segunda?* Aquela que, na segunda pessoa do singular do presente do indicativo de um verbo ativo ou neutro, tem um e longo antes da última letra ou, no caso de um verbo passivo, comum ou depoente, antes da última sílaba, como doceo doces, doceor doceris; além disso, faz o futuro do indicativo em -bo e em -bor, como doceo docebo, doceor docebor.<sup>26</sup>

592

*Qual é a terceira?* Aquela que, na segunda pessoa do singular do presente do indicativo de um verbo ativo ou neutro, tem um i breve ou um i longo antes da última letra ou, no caso de um verbo passivo, comum ou depoente, tem um e breve (no lugar do i) ou um i longo antes da última sílaba, como lego legis, legor legeris, audio audis, audior audiris; além disso, faz o futuro do indicativo em -am e em -ar, como lego legam, legor legar, audio audiam, audior audiar.<sup>27</sup> Isto – se a letra i é breve ou longa – pode ser rapidamente percebido no imperativo e no infinitivo, pois, se for breve, o i converte-se em e; se for longo, não se altera. *Quando a*

<sup>23</sup> Os exemplos de modos verbais se traduzem, respectivamente, por: “leio”; “lê”; “quem dera eu lesse”; “desde que eu leia”; “ler”; “lê-se”.

<sup>24</sup> As formas consideradas por Donato correspondem de perto ao que conhecemos como aspectos verbais; mesmo assim, evitou-se uma atualização terminológica por se tratar provavelmente de um termo genérico, na medida em que tanto o termo *forma* é encontrado se referindo a uma distinção verbal diversa (pessoal vs. impessoal em SACERDOTE 6.429.20), quanto a própria distinção aspectual é tratada sob um rótulo diverso (*species* em PRISCIANO 2.427.11 ss). Para mais informações sobre o tratamento dos acidentes verbais nos gramáticos latinos, cf. DEZOTTI 2002: 64 ss. Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “desejo ler”; “leio muitas vezes”; “começo a ferver”, “aqueço-me”.

<sup>25</sup> Os grupos de exemplos se traduzem, respectivamente, por: “amo, amas, sou amado, és amado”; “amo, amarei, sou amado, serei amado”.

<sup>26</sup> Os grupos de exemplos se traduzem, respectivamente, por: “ensino, ensinas, sou ensinado, és ensinado”; “ensino, ensinarei, sou ensinado, serei ensinado”.

<sup>27</sup> Os grupos de exemplos se traduzem, respectivamente, por: “leio, lê, sou lido, és lido; ouço, ouves, sou ouvido, és ouvido”; “leio, lerei, sou lido, serei lido; ouço, ouvirei, sou ouvido, serei ouvido”.

*terceira conjugação faz o futuro não só em -am mas também em -bo?* Algumas vezes, quando ela tiver a letra *i* longa, e não breve, como *eo is ibo* ou *eam, queo quis quibo* ou *queam*.<sup>28</sup>

*Os gêneros dos verbos são quantos? Cinco. Quais?* Ativos, passivos, neutros, depoentes e comuns.

*Quais são os ativos?* Aqueles que terminam em *-o* e que, após receber a letra *r*, tornam-se passivos, como *lego : legor*.<sup>29</sup>

*Quais são os passivos?* Aqueles que terminam em *-r* e que, suprimida essa letra, voltam a ser ativos, como *legor : lego*.<sup>30</sup>

*Quais são os neutros?* Aqueles que terminam em *-o*, como os ativos, mas que, após receber a letra *-r*, não existem, como *sto, curro*; não se diz *stor, curror*.<sup>31</sup>

*Quais são os depoentes?* Aqueles que terminam em *-r*, como os passivos, mas que, suprimida essa letra, não existem, como *luctor, loquor*.<sup>32</sup>

*Quais são os comuns?* Aqueles que terminam em *-r*, como os depoentes, mas que se aplicam às duas formas, a do paciente e a do agente, como *osculator, criminor*: dizemos *osculator te* e *osculator a te*, *criminator te* e *criminator a te*.<sup>33</sup>

593

*Os números dos verbos são quantos? Dois. Quais?* Singular, como *lego*; plural, como *legimus*.<sup>34</sup>

*As figuras dos verbos são quantas? Duas. Quais?* Simples, como *lego*; composta, como *neglego*.

*Os tempos dos verbos são quantos? Três. Quais?* Presente, como *lego*; pretérito, como *legi*; futuro, como *legam*. *Quantos são os tempos na declinação*<sup>35</sup> *dos verbos? Cinco. Quais?* Presente, como *lego*; pretérito imperfeito, como *legebam*; pretérito perfeito, como *legi*; pretérito mais-que-perfeito, como *legeram*; futuro, como *legam*.<sup>36</sup>

<sup>28</sup> Esses últimos exemplos se traduzem, respectivamente, por: “vou, vais, irei, irei; posso, podes, poderei, poderei”.

<sup>29</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “leio : sou lido”.

<sup>30</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “sou lido : leio”.

<sup>31</sup> Trata-se de verbos cuja ação não pode ser “invertida”, isto é, verbos que não podem transitar entre as significações ativa e passiva. Isso se expressa na impossibilidade de receberem o morfema apassivador, como se vê nos exemplos, que se traduzem, respectivamente, por: “fico”, “corro” (“sou ficado” e “sou corrido” são agramaticais). Sobre as “significações” do verbo, cf. a discussão na p. 80–1.

<sup>32</sup> Os depoentes se assemelham aos passivos mas, assim como os neutros, apresentam uma única significação, ou passiva ou ativa (cf. PRISCIANO 2.378.23); os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “luto”, “falo”.

<sup>33</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “beijo-te, sou beijado por ti”, “acusado-te, sou acusado por ti”.

<sup>34</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “leio”; “lemos”.

<sup>35</sup> Os gramáticos latinos não faziam distinção terminológica entre a flexão dos nomes pelos casos e a flexão dos verbos pelos tempos: ambas eram consideradas “declinações”, isto é, desvios da forma primitiva (respectivamente, o nominativo singular e a primeira pessoa do presente do indicativo); daí Varrão usar *declinare* também para o processo de derivação (cf. *De lingua latina* 8.14).

<sup>36</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “leio”, “li”, “lerei”; “leio”, “lia”, “li”, “lera”, “lerei”.

*As pessoas dos verbos são quantas? Três. Quais? Primeira, como lego; segunda, como legis; terceira, como legit.*<sup>37</sup>

*Dê a declinação do verbo ativo.*<sup>38</sup>

lego, verbo ativo dito no modo indicativo, tempo presente, número singular, figura simples, primeira pessoa, terceira conjugação breve, que será declinado assim:

lego legis legit

e no plural legimus legitis legunt

- pretérito imperfeito:

legebam legebas legebat

e no plural legebamus legebatis legebant

- pretérito perfeito:

legi legisti legit

e no plural legimus legistis legerunt ou legere

- pretérito mais-que-perfeito:

legeram legeras legerat

e no plural legeramus legeratis legerant

- futuro:

legam leges leget

e no plural legemus legetis legent

— no modo imperativo, tempo presente, para a segunda e a terceira pessoa:

lege legat

e no plural legamus legite legant

- futuro:

legito legito

e no plural legamus legitote legant ou legunto

— no modo optativo, tempos presente e pretérito imperfeito:

utinam legerem legeres legeret

e no plural utinam legeremus legeretis legerent

- pretérito perfeito e mais-que-perfeito:

utinam legissem legisses legisset

e no plural utinam legissemus legissetis legissent

<sup>37</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “leio”, “lês”, “lê”.

<sup>38</sup> A formulação com o imperativo sugere que o modo de estruturação da *Arte menor* em perguntas e respostas simula uma situação de sala de aula, indicando o que o professor deve solicitar de seus alunos e como estes devem responder (cf. HOLTZ 1981: 102). Porém, isso não quer dizer que o interlocutor ideal do tratado seja o estudante; na verdade, a *Arte menor* parece ser muito mais um material produzido para o professor, constituindo-se numa espécie de roteiro para a verificação oral do conhecimento do aluno. Essa interpretação encontra apoio em outras passagens de Donato (cf. adiante, p. 131 n. 78; p. 171 n. 335).

- futuro:
 

	utinam legam	legas	legat
e no plural	utinam legamus	legatis	legant
  
- no modo conjuntivo, tempo presente:
 

	cum legam	legas	legat
e no plural	cum legamus	legatis	legant
  
- pretérito imperfeito:
 

	cum legerem	legeres	legeret
e no plural	cum legeremus	legeretis	legerent
  
- pretérito perfeito:
 

	cum legerim	legeris	legerit
e no plural	cum legerimus	legeritis	legerint
  
- pretérito mais-que-perfeito:
 

	cum legissem	legisses	legisset
e no plural	cum legissemus	legissetis	legissent
  
- futuro:
 

	cum legero	legeris	legerit
e no plural	cum legerimus	legeritis	legerint.
  
- no modo infinitivo<sup>39</sup> em número e pessoa:
 

tempo presente	legere
pretérito	legisse
futuro	lectum ire ou lecturum esse
  
- o verbo impessoal:
 

no tempo presente	legitur
pretérito imperfeito	legebatur
pretérito perfeito	lectum est ou lectum fuit
pretérito mais-que-perfeito	lectum erat ou lectum fuerat
futuro	legetur
  
- os verbos gerundiais ou participiais são estes:
 

legendi	legendo	legendum	lectum	lectu
---------	---------	----------	--------	-------
  
- dois participios são tirados do verbo ativo, um do tempo presente e um do futuro:
 

presente	legens
futuro	lecturus.

<sup>39</sup> No original, *infinitum*, i.e. “indefinido” quanto aos números e as pessoas. De fato, um verbo no modo infinitivo pode se ligar a qualquer pessoa, singular ou plural. Compare com a definição de pronome indefinido (*infinitum pronomem*), acima, p. 111.

legor, verbo passivo dito no modo indicativo, tempo presente, número singular, figura simples, primeira pessoa, terceira conjugação breve, que será declinado assim:

legor legeris ou legere legitur

e no plural legimur legimini leguntur

- pretérito imperfeito:

legebar legebaris ou legebare legebatur

e no plural legebamur legebamini legebantur

- pretérito perfeito:

lectus sum es est

e no plural lecti sumus estis sunt

e no modo de anterioridade:

lectus fui fuisti fuit

e no plural lecti fuimus fuistis fuerunt ou fuere

- pretérito mais-que-perfeito:

lectus eram eras erat

e no plural lecti eramus eratis erant

e no modo de anterioridade:

lectus fueram fueras fuerat

e no plural lecti fueramus fueratis fuerant

- futuro:

legar legeris ou legere legetur

e no plural legemur legemini legentur

— no modo imperativo, tempo presente, para a segunda e a terceira pessoa:

legere legatur

e no plural legamur legimini legantur

- futuro:

legitor legitor

e no plural legamur legimino leguntor

— no modo optativo, tempos presente e pretérito imperfeito:

utinam legerer legereris ou legerere legeretur

e no plural utinam legeremur legeremini legerentur

- no pretérito perfeito e mais-que-perfeito:

utinam lectus essem esses esset

e no plural utinam lecti essemus essetis essent

e no modo de anterioridade:

utinam lectus fuisset fuisset fuisset

e no plural utinam lecti fuissetis fuissetis fuissetis

- no futuro:
  - utinam legar legaris ou legare legatur
  - e no plural utinam legamur legamini legantur
- no modo conjuntivo, tempo presente:
  - cum legar legaris ou legare legatur
  - e no plural cum legamur legamini legantur
- no pretérito imperfeito:
  - cum legerer legereris ou legerere legeretur
  - e no plural cum legeremur legeremini legerentur
- no pretérito perfeito:
  - cum lectus sim sis sit
  - e no plural cum lecti simus sitis sint
  - e no modo de anterioridade:
    - cum lectus fuerim fueris fuerit
    - e no plural cum lecti fuerimus fueritis fuerint
- no pretérito mais-que-perfeito:
  - cum lectus essem esses esset
  - e no plural cum lecti essemus essetis essent
  - e no modo de anterioridade:
    - cum lectus fuissem fuisses fuisset
    - e no plural cum lecti fuissemus fuissetis fuissent
- no futuro:
  - cum lectus ero eris erit
  - e no plural cum lecti erimus eritis erint
  - e no modo de anterioridade:
    - cum lectus fuero fueris fuerit
    - e no plural cum lecti fuerimus fueritis fuerint.
- no modo infinitivo em número e pessoa:
  - tempo presente legi
  - pretérito perfeito lectum esse ou fuisse
  - futuro lectum iri
- dois participípios são tirados do verbo passivo, um do tempo pretérito e um do futuro:
  - pretérito lectus
  - futuro legendus

O verbo neutro segue a regra do ativo; o comum e o depoente, a regra do passivo.



## 5. SOBRE O ADVÉRBIO

*Advérbio é o quê?* É a parte da oração que, colocada junto do verbo, esclarece e completa a significação dele. *O advérbio tem quantos acidentes?* Três. *Quais?* Significação, comparação e figura.

*A significação dos advérbios em que consiste?* É que há advérbios de lugar, de tempo, de número, de negação, de afirmação, de demonstração, de desejo, de exortação, de ordem, de interrogação, de semelhança, de qualidade, de quantidade, de dúvida, pessoais, de interpelação, de resposta, de separação, de juramento, de escolha, de reunião, de proibição, de eventualidade, de comparação.

596

*Dê advérbios:*<sup>40</sup>

- *de lugar*, como hic, ibi, intus, foris, illic, inde
- *de tempo*, como hodie, nuper, aliquando
- *de número*, como semel, bis
- *de negação*, como non
- *de afirmação*, como etiam, quidni
- *de demonstração*, como en, ecce
- *de desejo*, como utinam
- *de exortação*, como eia
- *de ordem*, como deinde
- *de interrogação*, como cur, quare, quamobrem
- *de semelhança*, como quasi, ceu
- *de qualidade*, como docte, pulchre
- *de quantidade*, como multum, parum
- *de dúvida*, como forsitan, fortasse
- *pessoais*, como mecum, tecum, secum, nobiscum, uobiscum<sup>41</sup>
- *de interpelação*, como heus
- *de resposta*, como heu
- *de separação*, como seorsum
- *de juramento*, como edepol, ecastor, hercle, medius fidius
- *de escolha*, como potius, immo
- *de reunião*, como simul, una

<sup>40</sup> Sobre o significado deste imperativo, cf. p. 118 n. 38.

<sup>41</sup> Essas formas – que se traduzem, respectivamente, por “comigo”, “contigo”, “consigo”, “conosco” e “convosco” – comparecem mais adiante como exemplos de preposição posposta, e remetem a uma discussão acerca da possibilidade de a preposição, quando posposta, dar origem a advérbios (cf. adiante, p. 160 n. 251). Um outro fator que pode apoiar a classificação de Donato é a acentuação, na medida em que, “nas palavras compostas, o acento é um só, exatamente como uma única parte da oração” (DONATO 610.8; cf. adiante, p. 136); nesse sentido, *mecum*, palavra composta de pronome e preposição, não saberia fazer parte de nenhuma dessas duas classes.

- *de proibição*, como *ne*
- *de eventualidade*, como *forte*, *fortuitu*
- *de comparação*, como *magis*, *tam*.<sup>42</sup>

*A comparação dos advérbios em que consiste?* Em três graus de comparação: positivo, comparativo e superlativo. *Cite um advérbio do grau positivo*, como *docte*; *do comparativo*, como *doctius*; *do superlativo*, como *doctissime*.<sup>43</sup> Não dizemos *magis doctius* nem *tam doctissime*, porque *magis* e *tam* se juntam apenas ao grau positivo, muito embora os antigos tenham dito *tam magis* e *quam magis*.

*As figuras dos advérbios são quantas?* Duas. *Quais?* Simples e composta: simples, como *docte*, *prudenter*; composta, como *indocte*, *inprudenter*.<sup>44</sup>

Os advérbios de lugar são no lugar, do lugar ou para o lugar. Porém, os advérbios no lugar e os advérbios do lugar têm a mesma significação, como *intus sum*, *intus exeo*, *foris sum*, *foris venio*, enquanto os advérbios para o lugar têm outra significação, como *intro eo*, *foras eo*.<sup>45</sup> Porém, não dizemos *de intus* nem *de foris*, bem como *ad foras* ou *in foras*.

597

## 6. SOBRE O PARTICÍPIO

*Particípio é o quê?* É a parte da oração que traz<sup>46</sup> parte de nome e parte de verbo: de nome, gêneros e casos; de verbo, tempos e significações; de ambos, número e figura. *O particípio tem quantos acidentes?* Seis. *Quais?* Gêneros, casos, tempos, significações, número e figura.

*Os gêneros dos particípios são quantos?* Quatro. *Quais?* Masculino, como *hic lectus*; feminino, como *haec lecta*; neutro, como *hoc lectum*; comum aos três gêneros, como *hic e haec e hoc legens*.<sup>47</sup>

<sup>42</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “aqui”, “aí”, “dentro”, “fora”, “lá”, “daí”; “hoje”, “recentemente”, “outroa”; “uma vez”, “duas vezes”; “não”; “certamente”, “por que não?”; “eis”, “aqui está”; “oxalá”; “vai!”, “em seguida”; “por quê?”, “por que razão?”, “por que motivo?”; “como se”, “bem como”, “doutamente”, “lindamente”; “muito”, “pouco”; “talvez”, “provavelmente”; “comigo”, “contigo”, “consigo”, “conosco”, “convosco”; “ei!”, “oi!”, “separadamente”; “por Pólux!”, “por Cástor!”, “por Hércules!”, “pelo deus da verdade!”, “de preferência”, “ou melhor”; “ao mesmo tempo”, “juntamente”; “não!”, “casualmente”, “fortuitamente”; “mais”, “tão”.

<sup>43</sup> Os exemplos se traduzem por: “doutamente”, “mais doutamente”, “muito doutamente”.

<sup>44</sup> Os exemplos se traduzem por: “doutamente”, “prudentemente”, “indoutamente”, “imprudentemente”.

<sup>45</sup> Veja que aqui *significatio* diz respeito à forma significante; seria preciso investigar se os gramáticos consideravam a duplicidade semântica (“do lugar” vs. “no lugar”) como inerente à forma ou se o sentido de repouso ou movimento era determinado pelo verbo. Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “estou dentro”, “saio de dentro”, “estou fora”, “venho de fora”; “vou para dentro”, “vou para fora”.

<sup>46</sup> No original, *recipit*. O mesmo termo se encontra no tratado dos pronomes (cf. p. 111 n. 11).

<sup>47</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “o que foi lido”; “a que foi lida”; “o que foi lido” (neutro); “o que lê”, “a que lê”, “o que lê” (neutro).

*Os casos dos participípios são quantos? Seis. Quais?* Nominativo, como *hic legens*; genitivo, como *huius legentis*; dativo, como *huic legenti*; acusativo, como *hunc legentem*; vocativo, como *o legens*; ablativo, como *ab hoc legente*.

*Os tempos dos participípios são quantos? Três. Quais?* Presente, como *legens*; pretérito, como *lectus*; futuro, como *legendus*.<sup>48</sup>

*As significações dos participípios em que consistem?* É que do verbo ativo vêm dois participípios, um presente e um futuro, como *legens*, *lecturus*; do passivo dois, um pretérito e um futuro, como *lectus*, *legendus*; do neutro dois, assim como do ativo, um presente e um futuro, como *stans*, *staturus*; do depoente três, um presente, um pretérito e um futuro, como *loquens*, *locutus*, *locuturus*; do comum quatro, um presente, um pretérito e dois futuros, como *criminans*, *criminatus*, *criminaturus*, *criminandus*.<sup>49</sup>

598

*Os números dos participípios são quantos? Dois. Quais?* Singular, como *hic legens*; plural, como *hi legentes*.<sup>50</sup>

*As figuras dos participípios são quantas? Duas. Quais?* Simples, como *legens*; composta, como *neglegens*.

*Dê a declinação do participípio.*<sup>51</sup>

*legens*, participípio que vem do verbo ativo, de tempo presente, gênero universal, número singular, figura simples, casos nominativo, acusativo e vocativo, que será declinado assim:

		e no plural
nominativo	<i>hic e haec e hoc legens</i>	nominativo <i>hi e hae legentes e haec legentia</i>
genitivo	<i>huius legentis</i>	genitivo <i>horum e harum e horum legentium</i>
dativo	<i>huic legenti</i>	dativo <i>his legentibus</i>
acusativo	<i>hunc e hanc legentem e hoc legens</i>	acusativo <i>hos e has legentes e haec legentia</i>
vocativo	<i>o legens</i>	vocativo <i>o legentes e o legentia</i>
ablativo	<i>ab hoc e ab hac e ab hoc legente</i>	ablativo <i>ab his legentibus</i>
	<i>ou legenti</i>	

<sup>48</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “que lê”, “que foi lido”, “que será lido”.

<sup>49</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “que lê”, “que há de ler”, “que foi lido”, “que será lido”; “que fica”, “que há de ficar”; “que fala”, “que falou”, “que há de falar”; “que acusa”, “que foi acusado”, “que há de acusar”, “que há de ser acusado”.

<sup>50</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “o que lê”; “os que leem”.

<sup>51</sup> Sobre o significado deste imperativo, cf. p. 118 n. 38.

Lecturus lectura lecturum, participípios que vêm do verbo ativo, de tempo futuro, gêneros masculino, feminino e neutro, número singular, figura simples, casos nominativo e vocativo, que serão declinados assim:

nominativo lecturus lectura lecturum  
 genitivo lecturi lecturae lecturi  
 dativo lecturo lecturae lecturo  
 acusativo lecturum lecturam lecturum  
 vocativo lecture lectura lecturum  
 ablativo ab hoc lecturo ab hac lectura  
 ab hoc lecturo

e no plural

nominativo lecturi lecturae lectura  
 genitivo lectorum lecturarum lectorum  
 dativo lecturis  
 acusativo lecturos lecturas lectura  
 vocativo lecturi lecturae lectura  
 ablativo ab his lecturis

Lectus lecta lectum, participípios que vêm do verbo passivo, de tempo pretérito, gêneros masculino, feminino e neutro, número singular, figura simples, casos nominativo e vocativo, que serão declinados assim:

nominativo lectus lecta lectum  
 genitivo lecti lectae lecti  
 dativo lecto lectae lecto  
 acusativo lectum lectam lectum  
 vocativo lecte lecta lectum  
 ablativo ab hoc lecto ab hac lecta  
 ab hoc lecto

e no plural

nominativo lecti lectae lecta  
 genitivo lectorum lectarum lectorum  
 dativo lectis  
 acusativo lectos lectas lecta  
 vocativo lecti lectae lecta  
 ablativo ab his lectis

599

Legendus legenda legendum, participípios que vêm do verbo passivo, de tempo futuro, gêneros masculino, feminino e neutro, número singular, figura simples, casos nominativo e vocativo, que serão declinados assim:

nominativo legendus legenda legendum  
 genitivo legendi legendae legendi  
 dativo legendo legendae legendo  
 acusativo legendum legendam legendum  
 vocativo legende legenda legendum  
 ablativo ab hoc legendo ab hac legenda  
 ab hoc legendo

e no plural

nominativo legendi legendae legenda  
 genitivo legendorum legendarum legendorum  
 dativo legendis  
 acusativo legendos legendas legenda  
 vocativo legendi legendae legenda  
 ablativo ab his legendis

## 7. SOBRE A CONJUNÇÃO

*Conjunção é o quê?* É a parte da oração que conecta e ordena a sentença. *A conjunção tem quantos acidentes?* Três. *Quais?* Propriedade, figura e ordem.

*A propriedade das conjunções tem quantas espécies?* Cinco. *Quais?* Copulativas, disjuntivas, expletivas, causais e racionais.

*Dê as copulativas:*

et que at atque ac ast.<sup>52</sup>

*Dê as disjuntivas:*

aut ue uel ne nec neque.<sup>53</sup>

*Dê as expletivas:*

quidem equidem saltem uidelicet quamquam quamuis  
quoque autem porro porro autem tamen.<sup>54</sup>

*Dê as causais:*

si etsi etiamsi si quidem quando quandoquidem quin  
quin etiam quatenus sin seu siue nam namque ni nisi  
nisi si si enim etenim ne sed interea licet quamobrem  
praesertim item itemque ceterum alioquin praeterea.<sup>55</sup>

600

<sup>52</sup> As copulativas são aquelas que conectam “palavras e sentidos” (SÉRVIO 4.418.7–8), isto é, que tornam a oração coesa no nível da expressão associando termos compatíveis (LALLOT 1985: 95), ou, ao menos, que não se excluem. Uma vez que a conjunção possui um significado apenas funcional, os exemplos são dificilmente traduzíveis; a lista fornecida recobre equivalentes de “e” (*et, que*) e de “mas” (*at, atque, ac, ast*).

<sup>53</sup> Disjuntivas são aquelas que conectam as palavras mas desconectam o sentido ([SÉRGIO] 4.418.9–12), isto é, que tornam a oração coesa no nível da expressão mas dissociam os termos no âmbito do significado, na medida em que “a existência de um termo corresponde à exclusão dos demais” (LALLOT 1985: 95). A lista de exemplos recobre equivalentes de “ou” (*aut, ue, uel*) e de “nem” (*ne, nec, neque*).

<sup>54</sup> Conjunções expletivas são assim chamadas porque complementam o sentido (*sensum explent*): “se alguém diz, ‘faça isto!’ (*hoc fac*), te exorta a fazer uma coisa quando talvez estejas fazendo outras; já se alguém diz, ‘faça pelo menos isto!’ (*saltem hoc facito*), fica implícito que não estavas fazendo nada” (POMPEIO 5.266.10 *ss*). Atualmente, os dicionários e gramáticas classificam como advérbios a maioria dessas formas; por outro lado, não raro essa espécie de conjunção apresenta “valores puramente discursivos”, não possuindo função sintática ou semântica definida (cf. FORTES 2008: 116). Em todo caso, os exemplos recobrem possíveis equivalentes de “na verdade” (*quidem, equidem*), “ao menos” (*saltem*), “é claro que” (*uidelicet*), “ainda que” (*quamquam, quamuis*), “também” (*quoque*), “contudo” (*autem, porro, porro autem, tamen*).

<sup>55</sup> As conjunções causais são aquelas que exprimem a causa, i.e. “o motivo que nos leva a fazer algo” (POMPEIO 5.267.18–9): por exemplo, “se eu mato aquele homem, tomo sua herança” ([SÉRGIO] 4.516.26–7). A lista de exemplos recobre itens que equivalem a diferentes espécies da classificação moderna: condicionais como “se” (*si, si quidem, sin, seu, siue, si enim*), “se não” (*ni, nisi, nisi si*); concessivas como “mesmo se” (*etsi, etiamsi, licet*), “nem mesmo se” (*quin, quin etiam*); causais como “pois” (*nam, namque, etenim*), “uma vez que” (*quando, quando quidem, quatenus*), “por causa de” (*quamobrem*); finais como “para que não” (*ne*); temporais como “enquanto” (*interea*). Não encontramos explicação viável para o suposto valor causal de *sed, praesertim, item, itemque, ceterum, alioquin, praeterea*; é possível que sua inclusão se deva à coocorrência dessas partículas com conjunções propriamente ditas, dado seu valor basicamente continuativo (“além disso”, “por outro lado”, etc.).

*Dê as racionais:*

ita itaque enim enimvero quia quapropter quoniam quoniamquidem  
quippe ergo ideo igitur scilicet propterea idcirco.<sup>56</sup>

*As figuras das conjunções são quantas? Duas. Quais? Simples, como nam; composta, como namque.*

*A ordem das conjunções em que consiste? É que há conjunções prepositivas, como ac, ast, positivas, como que, autem, ou comuns, como et, igitur.*

## 8. SOBRE A PREPOSIÇÃO

*Preposição é o quê? É a parte da oração que, preposta às outras partes da oração, complementa, altera ou diminui a significação delas.<sup>57</sup> A preposição tem quantos acidentes? Um. Qual? Somente caso. Quantos? Dois. Quais? Acusativo e ablativo.*

*Dê as preposições de acusativo.*

ad	circum	intra	prope	propter
apud	circa	infra	secundum	supra
ante	contra	iuxta	post	usque
aduersum	erga	ob	trans	penes
cis	extra	pone	ultra	
citra	inter	per	praeter	

<sup>56</sup> As racionais são aquelas que indicam “o raciocínio que alguém utiliza para fazer algo” (SÉRVIO 4.418.18): por exemplo, “devo matar [aquele homem] sem ser visto, *portanto* vou me esconder” ([SÉRGIO] 4.516.27–8). A lista de exemplos traz conjunções atualmente consideradas conclusivas, como “assim sendo” (*ita, itaque*), “por isso” (*ideo, propterea, idcirco*), “portanto” (*ergo, igitur*); explicativas como “porque” (*quia, quapropter*), “já que” (*quoniam, quoniamquidem*); ou marcadores discursivos como “de fato” (*enim, enimvero*), “com efeito” (*quippe*), “de certo” (*scilicet*). A semelhança entre certas conjunções racionais e causais não é ignorada pelos gramáticos latinos: esta é “uma distinção difícil, que pertence mais aos filósofos e oradores do que aos gramáticos” (CLEDÔNIO 5.73.27–8). Tal dificuldade parece ligada a uma mais geral, de que a classificação das conjunções se baseia no uso “que segue o rigor da arte; mas os autores confundiram” (POMPEIO 5.268.7); o mesmo é atestado por Donato, quando afirma que “se encontram conjunções empregadas no lugar de outras conjunções, com propriedade trocada” (DONATO 648.1–2; tradução, p. 158). Eis um indício de que muitas classificações da gramática antiga dizem respeito mais a funções do que a formas.

<sup>57</sup> Os comentadores ilustram as capacidades da preposição: de complementação, e.g. *praeclarus* (“*clarus* é o que manifesta claridade, *praeclarus* o que manifesta muita claridade”, JULIANO 104.1–3); de alteração, e.g. *infelix* (“infeliz”, palavra em que a preposição “inverte a significação do composto”, CLEDÔNIO 5.25.6); de diminuição, e.g. *subdolos* (“que é menos do que *dolus*”, POMPEIO 5.271.23–4; exemplo em português é “subnutrido”). Note que os exemplos são todos casos de prefixação na classificação atual; a reunião de preposições e prefixos em uma mesma classe pode se explicar pelo fato de que em latim a maior parte dessas formas é coincidente; daí a definição se referir a “outras partes da oração” indistintamente, pois a construção preposicional propriamente dita se dá apenas diante de palavras casuais.

*Como? Dizemos:*<sup>58</sup>

ad patrem	circum uicinos	intra moenia	prope fenestram	propter rem
apud uillam	circa templum	infra tectum	secundum fores	supra caelum
ante aedes	contra hostem	iuxta macellum	post tergum	usque Oceanum
aduersum inimicos	erga propinquos	ob augurium	trans ripam	penes arbitros
cis Renum	extra terminos	pone tribunal	ultra fines	
citra forum	inter naues	per parietem	praeter officium	

*Dê as preposições de ablativo.*

601

a	cum	de	pro	sine
ab	coram	e	prae	absque
abs	clam	ex	palam	tenus

*Como? Dizemos:*<sup>59</sup>

a domo	cum exercitu	de foro	pro clientibus	sine labore
ab homine	coram testibus	e iure	prae timore	absque iniuria
abs quolibet	clam custodibus	ex praefectura	palam omnibus	tenus pube*

\* que nós dizemos *pube tenus*.<sup>60</sup>

*Cite as preposições de dois casos: in, sub, super, subter. Quando in e sub dependem do acusativo? Quando o significado é que nós ou qualquer um vai, foi ou irá para o lugar. Quando do ablativo? Quando o significado é que ou nós ou qualquer um está, esteve ou estará no lugar:*

- in com acusativo: “itur in antiquam siluam”<sup>61</sup>
- in com ablativo: “stans celsa in puppi”<sup>62</sup>
- sub com acusativo: “postesque sub ipsos / nituntur gradibus”<sup>63</sup>
- sub com ablativo: “arma sub aduersa posuit radiantia quercu”<sup>64</sup>

<sup>58</sup> Os exemplos a seguir se traduzem, respectivamente, por: “para a casa do pai”, “perto da propriedade”, “diante da casa”, “contra os adversários”, “deste lado do Reno”, “antes do fórum”, “em torno dos vizinhos”, “em volta do templo”, “contra o inimigo”, “em relação aos parentes”, “além dos limites”, “entre as naus”, “no interior das muralhas”, “abaixo do teto”, “junto ao mercado”, “por causa da profecia”, “atrás da tribuna”, “através da parede”, “perto da janela”, “ao longo da porta”, “pelas costas”, “do outro lado da margem”, “depois das fronteiras”, “além do dever”, “por causa do assunto”, “acima do céu”, “até o Oceano”, “nas mãos dos juízes”. É evidente que a falta do contexto confere a esses equivalentes o caráter de uma entre muitas possibilidades.

<sup>59</sup> Os exemplos a seguir podem se traduzir, respectivamente, por: “de casa”, “pelo homem”, “por quem quer que seja”, “com exército”, “perante as testemunhas”, “às escondidas dos guardas”, “a partir da praça”, “conforme o direito”, “de dentro da prefeitura”, “em defesa dos clientes”, “por causa do medo”, “na frente de todos”, “sem esforço”, “sem ofensa”, “até o púbis”.

<sup>60</sup> Como em VIRGÍLIO *Aeneis* 3.427.

<sup>61</sup> “Vai-se à antiga floresta” (VIRGÍLIO *Aeneis* 6.179).

<sup>62</sup> “Estando no alto da popa” (VIRGÍLIO *Aeneis* 3.527).

<sup>63</sup> “E, por sob os próprios batentes, procuram subir os degraus” (VIRGÍLIO *Aeneis* 2.442–3).

<sup>64</sup> “Colocou armas radiantes sob o carvalho em frente” (VIRGÍLIO *Aeneis* 8.616).



*Super tem que valor?* Quando significa lugar, depende mais do acusativo que do ablativo; quando fazemos referência a alguém, apenas do ablativo, como “multa super Priamo rogitans”,<sup>65</sup> isto é, de Priamo. *In tem que valor?* Depende ainda do acusativo quando significa “contra”, como in adulterum, in desertorem.<sup>66</sup> *E subter tem que valor?* O mesmo dos exemplos anteriores que significam “para o lugar” e “no lugar”.<sup>67</sup>

*Quais são as preposições que dependem das palavras e não podem se separar?* Estas: di, dis, re, se, am, con. *Como?* Pois dizemos diduco, distraho, recipio, secubo, amplector, congregior.<sup>68</sup> *Quais são as que não podem se juntar?* Estas: apud, penes. *Quais se juntam e se separam?* Todas as outras.

## 9. SOBRE A INTERJEIÇÃO

602

*O que é interjeição?* É a parte da oração que significa um afeto da mente por meio de uma voz confusa. *A interjeição tem que acidente?* Apenas significação. *Em que consiste a significação da interjeição?* É que ou significamos alegria, como euax, ou dor, como heu, ou admiração, como papae, ou medo, como attat, entre outras semelhantes.

<sup>65</sup> “Muitas coisas indagando sobre Priamo” (VIRGÍLIO *Aeneis* 1.750).

<sup>66</sup> Respectivamente, “contra o adúltero”, “contra o desertor”. Esse uso é muito comum na linguagem jurídica, especialmente em peças de acusação (como os discursos de Cícero *in Verrem*, *in Catilinam*, etc.).

<sup>67</sup> O mesmo critério movimento/repouso é usado por Cledônio para distinguir entre *ad* e *apud*: de fato, “*ad* é itinerária, *apud* é local” (*GL* 5.25.12–3).

<sup>68</sup> Exemplos de prefixação que se traduzem, respectivamente, por: “disperso”, “destrincho”, “recebo”, “durmo sozinho”, “abraço”, “vou ao encontro”.

## [ARTE MAIOR I]

## 1. SOBRE A VOZ

Voz é ar percutido, sensível à audição enquanto ela está nele.<sup>69</sup> Toda voz ou é articulada ou é confusa. Articulada é a que pode ser apreendida pelas letras; confusa é a que não pode ser escrita.

## 2. SOBRE A LETRA

Letra é a menor parte da voz articulada. Das letras, umas são vogais, outras consoantes. Das consoantes, umas são semivogais, outras mudas.

Vogais são aquelas que podem ser pronunciadas sozinhas e, sozinhas, fazem uma sílaba. São em número de cinco: a e i o u.

Duas delas, i e u, passam a ter propriedade de consoantes quando elas próprias se associam ou quando se juntam a outras vogais, como *luno*, *uotes*.<sup>70</sup> Também são chamadas de intermediárias, porque em algumas palavras não têm um som claro, i como *uir*, u como *optumus*.<sup>71</sup> Além dessa forma, algumas vezes a letra u não é considerada nem vogal nem consoante, quando se coloca entre a consoante q e uma vogal, como *quoniam*, *quidem*.<sup>72</sup> Também costuma ser associada ao digama, quando ela

<sup>69</sup> O termo latino para “voz” (*uox*) pode significar “som” em geral, como atesta Pompeio: “chama-se voz qualquer coisa que soe, seja o barulho de uma destruição ou da corrente do rio, seja a voz humana ou o mugido de um boi: todo som pode ser chamado de voz” (*uox dicitur quicquid sonuerit, siue strepitus sit ruinae, siue fluii currentis, siue uox nostra, siue mugitus boum: omnis sonus uox dicitur, GL 5.99.9–10*). Em grego, isso já fora observado por Aristóteles, que, preferindo limitar o termo voz (*φωνή*) ao “som produzido por um ser animado” (*ψόφος τίς ἐστιν ἐμφύχου*), reconhece o uso generalizado do termo, por semelhança (*καθ’ ὁμοίότητα*, cf. *De anima* 420.b.5–8). A definição é substancialmente estoica: “ar percutido” (*aer ictus = ἄηρ πεπληγμένος*), “sensível à audição” (*sensibilis auditu = τὸ ἴδιον αἰσθητὸν ἀκοῆς*, cf. D.L. 7.55); a última parte (*quantum in ipso est*), porém, lembra a descrição aristotélica (*διὰ δὲ τὸ ἐν ἀέρι εἶναι*, cf. *De anima* 420.a.4). Para uma interessante consideração acerca do *status* da voz nas diferentes correntes filosóficas antigas, cf. AULO-GÉLIO 5.15. Para uma descrição detalhada do modo de propagação do som e sua pertinência para a construção de teatros, cf. VITRUVIO 5.3.6ss.

<sup>70</sup> Palavras em que o valor sonoro da vogal inicial é semelhante ao de uma “semivogal” (cf. a sequência do texto); sabe-se que desse uso se originaram duas novas letras no alfabeto latino, as fricativas j (a partir do i) e v (a partir do u). Os exemplos correspondem, respectivamente, a “Juno” e “vate”.

<sup>71</sup> Palavras em que o som dessas vogais é intermediário entre i e u (“confusos entre si”, PRISCIANO 2.7.15; “mais grosso que i, mais fino que u”, VITORINO 83.7–10). Com isso, ou a pronúncia não acompanha a escrita ([SÉRGIO] 4.421.9) ou surgem grafias alternativas, como *optimus/optumus*, *maximus/maxumus* (CASSIODORO 7.150.10). Cf. SCHAD 2007: 246.

<sup>72</sup> Segundo Pompeio, quando se diz *que*, “que outro som se ouve além de [q] e [e]?” (*GL 5.104.37*), o que não quer dizer que o u não fosse pronunciado; na verdade, ele “faz parte da letra que o precede” (*GL 5.105.1*), na medida em que “a consoante muda q é composta de c e u” (DIOMEDES 1.425.19). Nesse sentido, pode-se dizer que a presença do [u] é necessária por razões ortográficas, sendo supérflua do ponto de vista fonético: quando combinada com q, essa vogal “perde seu valor no metro”, formando uma única sílaba com a vogal seguinte (CLEDÔNIO 5.27.16–20).

própria precede a si mesma, como *seruus*, *vulgus*.<sup>73</sup> Já a letra *i*, a maioria nega que se possa duplicar numa única sílaba.<sup>74</sup>

Todas as vogais latinas podem ser tanto longas quanto breves. E alguns julgam que só nelas se aspira.<sup>75</sup>

Semivogais são aquelas que podem ser pronunciadas sozinhas mas, sozinhas, não fazem sílaba. São em número de sete: *f l m n r s x*. Destas, uma é dupla (*x*) e quatro são líquidas (*l m n r*), dentre as quais *l* e *r* fazem sílaba comum; a letra *s* é de certa propriedade particular, ela que no metro perde o valor de consoante com bastante frequência.<sup>76</sup> Ainda dentre as semivogais, a letra *f* antepõe-se às líquidas *l* ou *r*, como uma muda qualquer, e faz sílaba comum.

Mudas são aquelas que nem podem ser pronunciadas sozinhas nem fazem sílaba sozinhas. São em número de nove: *b c d g h k p q t*. Destas, *k* e *q* parecem supérfluas a alguns, que não sabem que, toda vez que se segue um *a*, deve-se antepor a letra *k*, não *c*, e toda vez que se segue um *u*, deve-se escrever com *q*, não com *c*. Já o *h*, acredita-se às vezes que é consoante, às vezes que é sinal de aspiração.

605

Restam *y* e *z*, letras que adotamos por causa dos nomes gregos; com efeito, a primeira é vogal, a outra consoante dupla. Daí decorre que, como alguns pensam, as letras latinas não são mais do que dezessete, se é verdade que, das vinte e três, uma é sinal de aspiração, uma é dupla, duas são supérfluas e duas são gregas.

Cada uma das letras tem três acidentes: nome, figura e propriedade.<sup>77</sup> Pergunta-se, pois, como a letra se chama, qual é sua figura, qual a sua propriedade.<sup>78</sup>

<sup>73</sup> Exemplos que correspondem, respectivamente, a: “servo”, “vulgo”. Cf. acima, nota 70.

<sup>74</sup> A maioria dos comentadores, por outro lado, afirma a possibilidade dessa duplicação, pois “é bem sabido que um *i* colocado entre duas vogais numa mesma palavra vale por duas consoantes” (SÉRVIO 4.4225–6), já que “soa junto com ambas as vogais” ([SÉRGIO] 4.522.1); esse valor é confirmado pelo fato de que, numa palavra como *Troia*, uma sílaba que era naturalmente breve (Tro-) se torna longa por posição (POMPEIO 5.106.2–3).

<sup>75</sup> Outros acrescentam que a aspiração, além de anteceder a vogais, também pode suceder a certas consoantes (*c*, *t*, *p*, *r*) em nomes gregos latinizados, como *Chremes*, *Thraso*, *Philipus*, *Pyrrhus*. (Cf. [SÉRGIO] 4.476.27–9; PRISCIANO 2.18.15–19.6; CARÍSIO 7.13–17; AFTÔNIO 6.34.3–7)

<sup>76</sup> Refere-se aos casos em que a letra *s*, quando começa ou termina uma palavra e é seguida de consoante, torna-se um simples sibilo, e deve ser excluída do metro; num verso como “*ponite spes sibi quisque*” (*Aeneis* II.309), deve-se ler “ponite ’pes sibi...”, caso contrário a sequência de duas consoantes (*sp*) causaria um alongamento da vogal anterior incompatível com o hexâmetro datílico (cf. POMPEIO 5.108.25–109.8; SÉRVIO 4.422.22–5; [SÉRGIO] 7.538.33; CLEDÔNIO 5.28.1–3). Compare com o exemplo de barbarismo por subtração de letra, p. 162.

<sup>77</sup> Repare que o conceito de letra (*littera*) é mais abrangente que o nosso, contemplando tanto a forma escrita (*figura*) quanto a forma sonora (*proprietas*); fica claro no texto que, apesar de serem características de uma mesma realidade linguística, eram reconhecidamente acidentes distintos. A propósito, essa consideração já constava do estoicismo (cf. DIÓGENES LAÉRCIO 7.56).

<sup>78</sup> Nessa passagem há um forte indício de que os tratados de gramática eram materiais produzidos para os professores; ao dizer “pergunta-se...” (*quaeritur enim*, 605, 8), Donato parece sugerir como se deve conduzir a lição. Isso se estende também aos comentários, como mostra a seguinte passagem do comentário de Pompeio: “assim devo perguntar, assim ele [deve] responder: ‘Africano é que parte da oração?’ E o aluno (*puer*) diz: ‘um nome’. Eu pergunto: ‘que tipo de nome?’ E ele deve responder: ‘próprio’. Devo perguntar: ‘Que parte do nome próprio?’ E ele deve dizer: ‘agnome’” (*GL* 5.142.37–143.2). Em vista disso, é possível pensar que a *Arte menor* foi inteiramente elaborada com base nessa atitude.

### 3. SOBRE A SÍLABA

Sílaba é um conjunto de letras ou a enunciação de uma única vogal capaz de conter tempos. Das sílabas, algumas são breves, outras são longas, outras são comuns.

Breves são aquelas que têm vogal breve e que não terminam<sup>79</sup> em duas consoantes ou em uma consoante dupla ou em algo que tenha o valor de duas consoantes.

Longas ou são longas por natureza ou tornam-se longas por posição:

— por natureza:

- ou quando a vogal é longa, como a, o;
- ou quando duas vogais se juntam e fazem ditongo, como ae oe au eu ei.

606

— por posição:

- ou quando uma vogal breve termina em duas consoantes, como arma, arcus;<sup>80</sup>
- ou em uma consoante dupla, como axis;<sup>81</sup>
- ou em uma consoante e uma vogal empregada como consoante, como “at luno”, “at Venus”;<sup>82</sup>
- ou na letra i sozinha, empregada como consoante, que não poucos duplicam, como “aio te, Aeacida, Romanos uincere posse”.<sup>83</sup>

Há também sílabas que são chamadas de comuns:<sup>84</sup>

- ou quando uma vogal breve é seguida por duas consoantes, das quais a primeira é uma muda ou a semivogal f, e a seguinte é líquida;
- ou quando uma vogal breve termina em uma única consoante seguida por h (que à maioria parece ser sinal de aspiração);
- ou quando uma vogal breve é seguida por duas consoantes, das quais a primeira é a letra s;
- ou quando a parte da oração termina em sílaba breve que termina numa única consoante;
- ou quando a parte da oração termina na longa chamada ditongo, imediatamente seguida por vogal;
- ou quando a vogal é longa e é seguida por outra vogal;
- ou quando um pronome terminado pela letra c é seguido imediatamente por vogal;
- ou quando a consoante grega dupla z recebe uma vogal breve.

607

<sup>79</sup> “Deve-se saber que contagem dos tempos das sílabas começa sempre pela vogal em direção às consoantes subsequentes” (POMPEIO 5.112.7–8).

<sup>80</sup> Exemplos que se traduzem, respectivamente, por: “armas”, “arco”.

<sup>81</sup> O exemplo quer dizer “eixo”.

<sup>82</sup> Exemplos tirados da *Eneida* de Virgílio, que se traduzem, respectivamente, por: “Mas Juno...” (12.134), “Mas Vênus...” (1.411; 1.691).

<sup>83</sup> Exemplo extraído dos *Annales* de Ênio (v. 167), cuja tradução é: “Afirmo que tu, Eácida, podes vencer os romanos”; sobre a ambiguidade que este verso encerra, cf. QUINTILIANO 7.9.6.

<sup>84</sup> Na medida em que podem ser breves ou longas, dependendo da necessidade do poeta.

A sílaba longa tem dois tempos, a breve um. Entre os metricistas, a sílaba é denominada meio-pé.

#### 4. SOBRE OS PÉS

Pé é a contagem certa de sílabas e de tempos. Cada pé tem por acidentes: ársis e tésis, número de sílabas, tempo, resolução, figura, metro. Há quatro pés dissílabos, oito trissílabos e dezesseis duplos.

Então os quatro dissílabos são estes:<sup>85</sup>

- pirríquio de dois tempos, constituídos por duas breves, como fuga;
- espondeu inverso deste, de quatro tempos, constituídos por duas longas, como aestas;
- iambo de três tempos, constituídos por uma breve e uma longa, como parens;
- troqueu inverso deste, de três tempos, constituídos por uma longa e uma breve, como meta.

Os oito trissílabos são estes:<sup>86</sup>

- tríbraco de três tempos, constituídos por três breves, como macula;
- molosso inverso deste, de seis tempos, constituídos por três longas, como Aeneas;
- anapesto de quatro tempos, constituídos por duas breves e uma longa, como Erato;
- dátilo inverso deste, de quatro tempos, constituídos por uma longa e duas breves, como Maenalus;
- anfíbraco de quatro tempos, constituídos por uma breve, uma longa e uma breve, como carina;
- anfímacro inverso deste, de cinco tempos, constituídos por uma longa, uma breve e uma longa, como insulae;
- baquio de cinco tempos, constituídos por uma breve e duas longas, como Achates;
- antibaquio inverso deste, de cinco tempos, constituídos por duas longas e uma breve, como natura.

<sup>85</sup> Os exemplos a seguir se traduzem, respectivamente, por: “fuga”, “verão”, “obediente”, “meta”.

<sup>86</sup> Os exemplos a seguir se traduzem, respectivamente, por: “mancha”, “Enéias”, “Érato”, “Mênalo”, “quilha”, “ilhas”, “Acates”, “natureza”.

Os dezesseis duplos são estes:<sup>87</sup>

- |                |  |
|----------------|--|
| proceleumático | de quatro tempos, constituídos por quatro breves, como <i>auicula</i> ;                                      |
| dispondeu      | inverso deste, de oito tempos, constituídos por quatro longas, como <i>oratores</i> ;                        |
| diiambo        | de seis tempos, constituídos por dois iambos, como <i>propinquitas</i> ;                                     |
| ditroqueu      | inverso deste, de seis tempos, constituídos por dois troqueus, como <i>cantilena</i> ;                       |
| antispasto     | de seis tempos, constituídos por uma breve, duas longas e uma breve, como <i>Saloninus</i> ;                 |
| coriambo       | inverso deste, de seis tempos, constituídos por uma longa, duas breves e uma longa, como <i>armipotens</i> ; |
| jônico menor   | de seis tempos, constituídos por duas breves e duas longas, como <i>Diomedes</i> ;                           |
| jônico maior   | inverso deste, de seis tempos, constituídos por duas longas e duas breves, como <i>lunonius</i> ;            |
| péon primeiro  | de cinco tempos, constituídos por uma longa (a primeira) e três breves, como <i>legitimus</i> ;              |
| péon segundo   | de cinco tempos, constituídos por uma longa (a segunda) e três breves, como <i>colonia</i> ;                 |
| péon terceiro  | de cinco tempos, constituídos por uma longa (a terceira) e três breves, como <i>Menedemus</i> ;              |
| péon quarto    | de cinco tempos, constituídos por uma longa (a quarta) e três breves, como <i>celeritas</i> .                |

— inversos destes, há quatro epítritos:<sup>88</sup>

- |                   |  |
|-------------------|--|
| epítrito primeiro | de sete tempos, constituídos por uma breve (a primeira) e três longas, como <i>sacerdotes</i> ;  |
| epítrito segundo  | de sete tempos, constituídos por uma breve (a segunda) e três longas, como <i>conditores</i> ;   |
| epítrito terceiro | de sete tempos, constituídos por uma breve (a terceira) e três longas, como <i>Demosthenes</i> ; |
| epítrito quarto   | de sete tempos, constituídos por uma breve (a quarta) e três longas, como <i>Fescenninus</i> .   |

<sup>87</sup> Os exemplos a seguir se traduzem, respectivamente, por: “avezinha”, “oradores”, “vizinhança”, “canção”, “Salonino”, “belicoso”, “Diomedes”, “junônio”, “legítimo”, “colônia”, “Menedemo”, “rapidez”.

<sup>88</sup> Os exemplos a seguir se traduzem, respectivamente, por: “sacerdotes”, “fundadores”, “Demóstenes”, “Fescenino”.

A partir destes nascem sucessivamente os outros pés, ou melhor, as sizígias. De fato, assim como os quatro pés dissílabos, geminados, fazem dezesseis duplos, os mesmos quatro, unidos aos trissílabos, rendem trinta e dois. Por sua vez, os trissílabos, geminados, somam sessenta e quatro tipos.<sup>89</sup> Além disso, se excetuarmos o anfíbraco e o epítrito, dos quais o primeiro partimos pela divisão tripla, o segundo pela epítrita, descobrem-se as três condições de todos os pés, pois em alguns a divisão é igual, em outros é dupla e em outros é sêscupla; e a primeira é chamada de datílica, a segunda de iâmbica e a terceira de peônica.<sup>90</sup> Em cada metro, há pés legítimos e pés espúrios.<sup>91</sup> Pés simples não têm mais do que três sílabas, pés duplos não mais do que seis.

## 5. SOBRE OS TONS

Os tons, alguns chamam de acentos, outros de tenores.<sup>92</sup> Em todo caso, os tons são três: agudo, grave e circunflexo.<sup>93</sup> O agudo, embora nas palavras gregas possa ocupar três posições (última, penúltima e antepenúltima), entre os latinos ocupa apenas a penúltima ou a antepenúltima, nunca a última. Já o circunflexo ocupará apenas a penúltima posição, não importa quantas sílabas tenha a palavra. O grave pode ser empregado numa mesma palavra tanto com o agudo quanto com o circunflexo, e isto ele não compartilha com os demais.

<sup>89</sup> Ao todo, portanto, existem 124 tipos de pés. De acordo com Pompeio, o gramático, interessado na métrica da poesia, precisa conhecer apenas os 28 listados por Donato, divididos em dissílabos, trissílabos e duplos (i.e. compostos de dois dissílabos); já os músicos e os oradores utilizam pentassílabos (formados pela união de dissílabos com trissílabos) e hexassílabos (formados a partir da duplicação dos trissílabos). Cf. POMPEIO 5.122.30–2.

<sup>90</sup> Divisão é a relação entre a ársis e a tésis, isto é, entre os dois meios-pés de cada pé. Na divisão igual (*aequa diuisio*, gr. γένος ἴσον), a duração de um meio-pé é igual à do outro, como o dátilo (–|–). Na divisão dupla (gr. γένος διπλάσιον), a duração de um meio-pé é o dobro da do outro, como o iambo (–|–). Na divisão sêscupla, também chamada sesquiáltera (gr. γένος ἡμιόλιον), a duração de um meio-pé vale uma vez e meia a do outro, como o péon (–|–|–). O anfíbraco é realmente o único pé em que uma parte vale três vezes a outra (–|–|–), e o epítrito o único em que a proporção é 3/4 (–|–|–).

<sup>91</sup> Legítimos ou próprios são pés que são naturais aos versos, como o espondeu em um verso heróico; espúrios são aqueles empregados através do recurso da resolução (pés com tempos equivalentes), como um dátilo ou um troqueu nesse mesmo verso (cf. SÉRVIO 4.425.13–4).

<sup>92</sup> O termo *tonus* vem provavelmente de uma latinização do grego τόνος (“tensão”) e foi aplicado ao tom da voz a partir por analogia com o tom obtido pelo tensionamento das cordas de um instrumento musical; já “acento” (*accentus* < *ad* + *cantus*) é uma formação latina similar ao grego “prosódia” (προσῳδία < πρὸς + ᾠδή): “é como se fosse o canto de cada sílaba” (DIOMEDES 1.431.2). *Tenor* é encontrado *tonor* em Quintiliano (1.5.22), e pode ser uma forma igualmente derivada de τόνος.

<sup>93</sup> Vale dizer que, embora se use atualmente os mesmos termos para designar os diferentes tipos de acento modernos, o sistema da acentuação grega e latina se baseava na variação de altura da vogal (grave/aguda), não de intensidade (forte/fraco) ou timbre (aberto/fechado) como temos em português. Assim, o acento agudo marcava uma elevação da voz, o grave um abaixamento, o circunflexo uma sequência de elevação e abaixamento. Alguns comentaristas relacionam o acento à velocidade de pronúncia: o agudo como “ligeiro” (*cursim*), o circunflexo como “arrastado” (*tractim*), não tendo o grave qualquer valor prático, aplicando-se genericamente a todas as demais sílabas da palavra que não aquela que recebe o acento “verdadeiro” (cf. SÉRVIO 4.426.10–4; POMPEIO 5.126.6–12). Ao mesmo tempo, os acentos agudo e circunflexo aparecem associados com a sílaba que soa mais (*plus sonat*) e o grave com a que soa menos (cf. SÉRVIO 4.426.16; POMPEIO 5.126.19). Se esses comentários tiverem sido estimulados pela fala corrente do século v d.c., podem ser tomado como indício de transformação do sistema baseado na altura para o sistema baseado na intensidade.



Assim, os monossílabos que tiverem vogal breve pronunciaremos com acento agudo, como *fax*, *pix*, *nux*; os que tiverem vogal longa pronunciaremos com circunflexo, como *res*, *dos*, *spes*.<sup>94</sup>

Nos dissílabos que tiverem a primeira vogal longa e a segunda breve, pronunciaremos a primeira sílaba com acento circunflexo, como *meta*, *Creta*; quando a segunda sílaba for longa, pronunciaremos a primeira com acento agudo, seja ela breve ou longa, como *nepos*, *leges*; quando ambas forem breves, pronunciaremos a primeira com acento agudo, como *bonus*, *malus*.<sup>95</sup>

Nos trissílabos, tetrassílabos e daí em diante, se a penúltima for breve, pronunciaremos a antepenúltima com acento agudo, como *Tullius Hostilius*. Se a penúltima for longa por posição, ela será pronunciada com acento agudo e a antepenúltima com acento grave, como *Catullus*, *Metellus* – isto é, desde que a longa por posição não for feita de muda e líquida, pois isso mudará o acento, como *latebrae*, *tenebrae*.<sup>96</sup> Se a última for breve, mas a penúltima longa por natureza, a penúltima será pronunciada com circunflexo, como *Cethegus*, *perosus*; se a última também for longa por natureza, a penúltima será pronunciada com acento agudo, como *Athenae*, *Mycenae*.<sup>97</sup>

610

Nas palavras compostas, o acento é um só, exatamente como numa única parte da oração, como *malesanus*, *interealoci*.<sup>98</sup> Os acentos são respeitados nas palavras genuínas; em interjeições, palavras estrangeiras e nomes bárbaros o acento não é certo.

Muitas vezes, a maneira de pontuar ou pronunciar ou então a necessidade de distinguir uma ambiguidade perturbam a lei dos acentos. Sem dúvida proferimos melhor palavras gregas com acentos gregos. Nas latinas, nem o acento agudo pode ser empregado na última sílaba – exceto para efeito de distinção, como no advérbio *pone*, para que ninguém pense que é o verbo no imperativo –, nem o circunflexo – exceto na partícula *ergo*.<sup>99</sup>

O acento agudo é um sinal ascendente para a direita, por meio de um traço oblíquo (´); o grave é um sinal descendente, a partir do alto, para a direita (˘); o circunflexo é um sinal feito do agudo e do grave (ˆ); o longo é uma linha traçada horizontalmente da esquerda para a direita (¯); o breve é semelhante a uma varinha deitada, só que curvada e mais contraída (˘); o hífen é essa varinha embaixo do verso: quando esse

611

<sup>94</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “tocha”, “piche”, “noz”; “coisa”, “dote”, “esperança”.

<sup>95</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “meta”, “Creta”; “neto”, “leis”; “bom”, “mau”.

<sup>96</sup> Nesse caso, o acento agudo passa para a antepenúltima (cf. [SÉRGIO] 7,538).

<sup>97</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “Túlio Hostílio”; “Catulo”, “Metelo”; “esconderijos”, “trevas”; “Cetego”, “odiento”; “Atenas”, “Micenas”.

<sup>98</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “insensato”, “durante esse tempo”.

<sup>99</sup> No primeiro caso, para distinguir *poné* (advérbio que significa “atrás”) de *póne* (imperativo do verbo *ponere*, “por”); no segundo, para distinguir *ergô* (partícula que significa “por causa de”) de *érgo* (conjunção racional que significa “logo”). Cf. SÉRGIO 4.484,5–10.

sinal está colocado sob duas palavras, nós as ligamos, quando o caso assim exige, como “ante\_tulit gressum” e “Turnus ut ante\_uolans”.<sup>100</sup> O contrário é a diástole, metade direita do círculo colocada junto da parte inferior da letra: com esse sinal separam-se palavras mal conectadas, como é “ereptae, uirginis ira” e “uiridique in litore conspicitur, sus”.<sup>101</sup> O apóstrofo é igualmente a metade direita do círculo, só que colocada junto da parte superior da letra: com esse sinal apontamos faltar a última vogal à parte da oração, cuja consoante permanece, como é “tanton’ me crimine dignum / duxisti?”.<sup>102</sup> Por fim, os acentos *dasýs* (†) e *psilós* (‡)<sup>103</sup> são expressos, entre os latinos, pela letra H acrescida ou retirada de uma vogal.

## 6. SOBRE AS MARCAS DE PONTUAÇÃO

612

Três são ao todo as marcas de pontuação ou pontos, que os gregos chamam de θέσεις: ponto final, ponto baixo e ponto médio. Ponto final é quando a sentença inteira termina: colocamos o ponto ao lado da letra, no alto. Ponto baixo é quando não resta muito da sentença, mas o que falta, separado por necessidade, deve ser concluído logo em seguida: colocamos o ponto ao lado da letra, embaixo. Ponto médio é quando falta da sentença quase tanto quanto já dissemos, todavia é preciso respirar: colocamos o ponto ao lado da letra, a meia altura. Na leitura, a sentença inteira é chamada de *períodos*, cujas partes são os *kôla* e os *kómματα*.<sup>104</sup>

<sup>100</sup> O hífen evidencia que a palavra é composta, devendo ser pronunciada com um único acento, como uma única parte da oração. Nos exemplos, diz-se *antétulit*, não *ánte túlit*; *antéuolans*, não *ánte uólans* (cf. AUDAX 7.331.6–8; DIOMEDES 1.434.36–435.10; DOSITEU 9.1–4; POMPEIO 5.132.7–12); a acentuação moderna é nossa, para ilustrar a pronúncia. Em tempo, os exemplos provêm da *Eneida* de Virgílio e se traduzem, respectivamente, por: “marchou diante deles” (*Aeneis* 6.677) e “Turno, voando à frente” (*Aeneis* 9.47).

<sup>101</sup> A diástole evidencia a separação correta das palavras, diante de outras possibilidades. Nos exemplos, são corretos: *ereptae uirginis ira* (“raiva por causa do resgate da virgem”, VIRGÍLIO *Aeneis* 2.413), e não *erepta e uirginis ira* (“resgatada pela raiva da virgem”); *in litore conspicitur sus* (“na margem se avista um porco”, VIRGÍLIO *Aeneis* 8.83), e não *in litore conspicit ursus* (“na margem avista um urso”) (cf. JULIANO 173.4–7 e 175.9–18; POMPEIO 5.132.12–5). Vale lembrar que o sinal é necessário porque na escrita antiga não havia espaço entre as palavras.

<sup>102</sup> No exemplo, *tanton’* está por *tantone*; a tradução dessa passagem da *Eneida* de Virgílio é: “acaso me julgaste digno de tamanha ofensa?” (*Aeneis* 10.668–9).

<sup>103</sup> Palavras gregas que nomeiam o espírito rude (δασεία προσφθία, lit. “acento áspero”) e o espírito doce (ψιλή προσφθία, lit. “acento puro”).

<sup>104</sup> Na teoria retórica antiga, o período não era separado sintaticamente em orações, mas ritmicamente, em membros. O *membrum*, que em latim corresponde ao *kôlon* (gr. κῶλον), é definido por Quintiliano como expressão significativa (*sensus*) com ritmo completo, mas que, destacada do resto do corpo (isto é, do período todo), por si mesma não conclui nada. Já o *incisum*, que é como os latinos chamam o *kómma* (gr. κόμμα), é uma expressão significativa com ritmo incompleto; por isso alguns o consideram uma parte do membro (cf. QUINTILIANO 9.4.123–4). Por outro lado, quando se trata de composições em verso, a teoria gramatical adota um critério métrico: quando o sentido se encerra em dois pés inteiros, tem-se um *kôlon*; quando, após dois ou três pés, é necessária mais uma sílaba para terminar a palavra, tem-se um *kómma* (cf. [SÉRGIO] 4.485.3–6). Sobre esse assunto, ver também QUINTILIANO 9.4.45; CÍCERO *Orator* 211; ARISTÓTELES *Rhetorica* 1409A35; [DEMÉTRIO] I e 10; DIONÍSIO DE HALICARNASSO 2.4 e 22.4; LAUSBERG 1966: §452–3.

## VOLUME DOIS

## [ARTE MAIOR II]

## 1. SOBRE AS PARTES DA ORAÇÃO

As partes da oração são oito: nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição. Duas delas, o nome e o verbo, são as principais partes da oração. Os latinos não computam o artigo, os gregos a interjeição. Muitos calculam um número maior de partes da oração, outros um número menor.<sup>105</sup> O certo é que, de todas, são três as que se flexionam em seis casos: nome, pronome e particípio.

## 2. SOBRE O NOME

Nome é a parte da oração com caso que significa um corpo ou uma idéia de modo próprio ou comum: de modo próprio, como Roma, Tiberis; de modo comum, como *urbs*, *flumen*.<sup>106</sup> O nome tem seis acidentes: qualidade, comparação, gênero, número, figura e caso. Nome é de uma única pessoa; denominação é de muitas; vocábulo é de coisas. Mas, genericamente, dizemos apenas nomes.<sup>107</sup>

## 3.

A qualidade dos nomes é de dois tipos, pois os nomes são próprios ou apelativos. De nomes próprios, segundo os latinos, são quatro espécies: prenome, nome, cognome e agnome, como *Publius Cornelius Scipio Africanus*.<sup>108</sup> Todos os prenomes são designados ou por uma única letra, como *C.*, *P.*; ou por duas, como *Cn.*; ou por três, como *Sex*.<sup>109</sup>

<sup>105</sup> Para os dialéticos, as partes da oração são duas (nome e verbo), porque são as únicas que, unidas, perfazem uma oração completa; os estóicos consideravam cinco partes (nome próprio, nome comum, verbo, articulação e conjunção). Por outro lado, os que, dentre as oito partes, distinguem o nome próprio do comum contam nove; alguns fazem do verbo infinitivo uma parte isolada e contam dez; outros ainda separam pronomes substantivos e adjetivos, chegando a onze partes da oração (cf. PRISCIANO 2.54.5–26). Sobre o assunto, ver estudo nas pp. 71 ss.

<sup>106</sup> Note o paralelismo entre os exemplos, traduzidos, respectivamente, por: “Roma”, “Tibre”; “cidade”, “rio”.

<sup>107</sup> Os gramáticos latinos distinguem três subclasses de nomes: o nome propriamente dito (*nomen*), que enuncia especificamente um homem ou um deus (p. ex., Catão, Júpiter); a denominação (*appellatio*), que designa genericamente seres animados (p. ex., homem, mulher, touro); e o vocábulo (*uocabulum*), que se refere a seres inanimados (p. ex., árvore, pedra, roupa). Cf. CLEDÔNIO 5.35.1–3; DIOMEDES 1.320.14–24; [PROBO] 4.51.25–35; POMPEIO 5.243.11–2.

<sup>108</sup> Nomes próprios traduzidos para o português tradicionalmente por: “Públio Cornélio Cipião Africano”.

<sup>109</sup> Pela letra *C.* se abrevia *Caius*; pela letra *P.*, *Publius*; por *Cn.*, *Cnaeus*; e por *Sex.*, *Sextus*.

De nomes apelativos muitas são as espécies, pois alguns são corpóreos, como homo, terra, mare, outros incorpóreos, como pietas, iustitia, dignitas.<sup>110</sup>

615

Alguns são da forma primitiva,<sup>111</sup> como mons, schola; outros são derivativos, como montanus, scholasticus; outros são diminutivos, como monticulus, scholasticulus.<sup>112</sup> São três graus de diminutivos; normalmente, quanto maior a idéia de diminuição, mais cresce o número de sílabas.<sup>113</sup> Também há nomes parecidos com diminutivos, mas que não tem uma origem definida, como fabula, macula, tabula, vinculum.<sup>114</sup>

Há nomes que seguem totalmente a declinação grega, como Themisto, Calypso, Pan;<sup>115</sup> há os que foram totalmente convertidos para a regra latina, como Πολυδεύκης Pollux, Ὀδυσσεύς Vlixes;<sup>116</sup> e há nomes entre as formas grega e latina, chamados de espúrios, como Achilles, Agamemno.<sup>117</sup>

Há os homônimos, que por uma única denominação significam muitas coisas, como nepos, acies, aries;<sup>118</sup> há os sinônimos ou poliônimos, como terra humus tellus, ensis mucro gladius.<sup>119</sup>

Alguns são patronímicos, como Atrides, Pelides; esses normalmente são criados a partir dos nomes dos avós e das mães. Naqueles que são gregos, seguiremos mais a regra grega, não importa se masculinos ou femininos. Os masculinos terminam em -des, como Atrides (de Atreu); ou em -ius, como Peleius (de Peleu); ou em -on, como Nerion (de Nereu). Os femininos, por sua vez, terminam em -is, como Atreis; ou em -as, como Peleias; ou em -ne, como Nerine. Há ainda os ctéticos, isto é, possessivos, que terminam em -ius, como “Evandrius ensis” e “Agamemnoniae Mycenae”.<sup>120</sup>

616

<sup>110</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “homem”, “terra”, “mar”; “respeito”, “justiça”, “dignidade”.

<sup>111</sup> Em latim, *prima positio*, isto é, a “disposição inicial” da palavra. O termo moderno é opção do tradutor.

<sup>112</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “monte”, “escola”; “montanhoso”, “escolar”; “montinho”, “escolarzinho”.

<sup>113</sup> Refere-se à sobreposição de radicais de diminuição, que intensificam o sentido de diminuição mas aumentam a palavra; por exemplo, *mons* (monte) tem uma sílaba; *monticellus* (montinho) tem quatro; *monticellulus* (montinhozinho) tem cinco. Cf. POMPEIO 5.143.25–34.

<sup>114</sup> Exemplos que se traduzem, respectivamente, por: “fábula”, “mancha”, “tábua”, “laço”.

<sup>115</sup> Os exemplos são nomes que, embora transliterados, seguem a declinação grega: por exemplo, o genitivo de *Themisto* (“Temisto”) deve ser *Themistous*, como no grego, e não \**Themistonis*, como seria normal para uma palavra terminada em -o no nominativo; o mesmo vale para *Calypso* (“Calipso”); já *Pan* (“Pã”) faz o genitivo *Panos*, e não *Panis*, como seria o padrão latino para palavras terminadas em consoante (cf. POMPEIO 5.145.11 ss). A preservação do caráter grego da palavra se expressa também na acentuação: nas duas primeiras, o circunflexo cai na última sílaba (i.e. *Themistô*, *Calypsô*), o que dificilmente ocorre em uma palavra latina (cf. [SÉRGIO] 4.525.10).

<sup>116</sup> Isto é, a palavra grega não foi simplesmente transliterada, mas adquiriu uma forma própria “totalmente latina” (POMPEIO 5.145.21).

<sup>117</sup> Nesses casos, a palavra, transliterada do grego, pode seguir tanto a declinação grega (e.g. nom. *Agamemnon*, gen. *Agamemonos*) quanto a latina (nom. *Agamemno*, gen. *Agamemnonis*). Cf. POMPEIO 5.145.31–2.

<sup>118</sup> A palavra *nepos* pode se referir tanto ao neto quanto ao sobrinho; *acies* é a ponta de alguma coisa, mas também pode designar a pupila dos olhos ou uma formação de batalha; *aries* pode ser o carneiro enquanto animal ou o aríete, máquina de guerra. Sobre a ambiguidade causada pela homonímia, cf. adiante, p. 167.

<sup>119</sup> Os exemplos trazem dois grupos de palavras que têm um mesmo referente: as três primeiras designam o solo, i.e. o chão, a terra; o segundo, “espada”.

<sup>120</sup> Exemplos tirados de versos da *Eneida* de Virgílio (respectivamente, 10.394 e 6.838), que se traduzem por: “a espada evândria”, i.e. de Evandro; “a Micenas agamenônia”, i.e. de Agamenão.

Há os de meia significação, que se associam aos nomes, como *magnus*, *fortis*, pois dizemos *magnus uir*, *fortis exercitus*.<sup>121</sup> Eles também são chamados de epítetos.

Há os de qualidade, como *bonus*, *malus*; os de quantidade, como *magnus*, *paruus*; os de povo, como *Graecus*, *Hispanus*; os de pátria, como *Thebanus*, *Romanus*; os de número, como *unus*, *duo*; os de ordem, como *primus*, *secundus* – mas se diz *primus* dentre muitos e *prior* dentre dois, assim como dizemos *alter* dentre dois e *alius* dentre muitos.<sup>122</sup>

617

Há os em relação a algo, como *pater*, *frater*, e os que se dispõem em relação a algo de determinada maneira, como *dexter*, *sinister*; estes também admitem o grau comparativo, como *dexterior*, *sinisterior*.<sup>123</sup>

Há os genéricos, como *corpus*, *animal*; os específicos, como *lapis*, *homo*, *lignum*; os feitos a partir do verbo, como *doctor*, *lector*; os semelhantes a participípios, como *demens*, *sapiens*, *potens*; e os semelhantes a verbos, como *comedo*, *palpo*, *contemplator*, *speculator* – mas aqueles se distinguem pela comparação, estes pelos casos.<sup>124</sup>

## 4.

Os graus de comparação são três: positivo, comparativo e superlativo; positivo como *fortis*, comparativo como *fortior*, superlativo como *fortissimus*.<sup>125</sup> Mas o comparativo é sempre de gênero comum.

Servem à comparação nomes que significam qualidade ou quantidade. Mas nem todos vão para todos os graus, pois às vezes é encontrado apenas o positivo, como *mediocris*;

<sup>121</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “grande homem”, “exército forte”. São ditos de meia significação porque, embora sejam portadores de uma noção em si compreensível, só adquirem sentido completo quando associados (em lat. *adiecta*) a alguma coisa; daí serem chamados também de *adiectiua* (“adjetivos”). Cf. CARÍSIO 198.15, POMPEIO 5.147.15.

<sup>122</sup> Exemplos que se traduzem, respectivamente, por: “bom”, “mau”; “grande”, “pequeno”; “grego”, “hispanico”, “tebano”, “romano”; “um”, “dois”; “primeiro”, “segundo”; “o primeiro” (dentre muitos), “o primeiro” (de dois); “o outro” (dentre dois), “um outro” (dentre muitos).

<sup>123</sup> Os nomes “em relação a algo” (lat. *ad aliquid*) têm um sentido que provém de seu pertencimento a um par complementar (cf. LALLOT 1985: 57). Em outras palavras, são nomes que não podem ser entendidos por si mesmos, sem o apoio de outra parte da oração, à qual se associa (CARÍSIO 198.2); nos exemplos, pai (*pater*) pressupõe a existência de um filho, como em “o pai de Marco”; o mesmo para irmão (*frater*), em “o irmão de Vitor” ([PROBO] 4.119.34). Por sua vez, os que se dispõem em relação a algo de determinada maneira (*ad aliquid qualiter se habentia*) são nomes cujo sentido provém de seu pertencimento a um par de opostos; por exemplo, direito (*dexter*) se entende por ser oposto ao esquerdo (*sinister*); os comparativos se traduzem, respectivamente, por: “mais à direita”, “mais à esquerda”.

<sup>124</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “corpo”, “animal”; “pedra”, “homem”, “madeira”; “professor” (do verbo *docere*, ensinar), “leitor” (do verbo *legere*, ler); “demente”, “inteligente”, “potente”; “glutão” (confunde-se com *comedo*, “eu como”), “palma da mão” (confunde-se com *palpo*, “eu acaricio”); “observador” (confunde-se com o imperativo futuro de *contemplari*, “observar”); “espião” (confunde-se com o imperativo futuro de *speculari*, “espiar”). A distinção é possível porque os nomes, ao contrário dos participípios, podem receber comparação e, ao contrário dos verbos, têm casos.

<sup>125</sup> Exemplos que se traduzem, respectivamente, por: “forte”, “mais forte”, “o mais forte”.

às vezes, o positivo e o comparativo, como *senex senior*; às vezes, o positivo e o superlativo, como *pius piissimus*, pois para o segundo grau empregamos o advérbio *magis*, como *magis pius*; às vezes, o comparativo e o superlativo, como *ulterior ultimus*; às vezes apenas o superlativo, como *nouissimus*. Fora desta forma estão *bonus* e *malus*, pois dizemos *bonus melior optimus*, *malus peior pessimus*.<sup>126</sup>

618

A comparação dos nomes se constitui propriamente nos graus comparativo e superlativo, pois o positivo é completo e absoluto.

Frequentemente o grau comparativo se antepõe ao superlativo, como “*stultior stultissimo*” e maior *maximo*.<sup>127</sup> Muitas vezes ele significa menos que o positivo, mesmo que receba a comparação, como “*Mare Ponticum dulcius quam cetera*”.<sup>128</sup> Muitas vezes, empregado no lugar do positivo, ele significa menos e não se compara com nada, como “*iam senior, sed cruda deo uiridisque senectus*”.<sup>129</sup>

Há nomes diminutivos na significação mas comparativos no entendimento, como *grandiusculus*, *maiusculus*, *minusculus*.<sup>130</sup> Não convém adicionar *tam*, *minus*, *minime*, *magis*, *maxime* aos graus comparativo e superlativo; esses termos se adicionam apenas ao positivo, pois dizemos *tam bonus*, *tam malus*, *minus bonus*, *minus malus*, *minime bonus*, *minime malus*, *magis bonus*, *magis malus*, *maxime bonus*, *maxime malus*.<sup>131</sup>

O grau comparativo se junta ao ablativo de ambos os números; fazemos uso dele quando comparamos alguém com outra pessoa ou com seu povo, como *Hector fortior Diomede* ou *audacior Troianis fuit*.<sup>132</sup> Já o superlativo se junta apenas ao genitivo plural; fazemos uso dele quando comparamos alguém com seu povo, como *Hector fortissimus Troianorum fuit*.<sup>133</sup> Muito frequentemente o superlativo é empregado como se fosse positivo e não se compara com nada, como *Iuppiter optimus maximus*.<sup>134</sup> Às vezes o grau comparativo se junta ao nominativo, como *doctior hic quam ille est*.<sup>135</sup>

619

<sup>126</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “mediano”; “velho”, “mais velho”; “piedoso”, “o mais piedoso”, “mais piedoso”; “mais afastado”, “o mais afastado”; “o mais recente”; “bom”, “mau”; “bom”, “melhor”, “ótimo”; “mau”, “pior”, “péssimo”.

<sup>127</sup> Exemplos que se traduzem, respectivamente, por: “mais tolo que o mais tolo” (PLAUTO *Amphitruo* 907) e “maior que o maior”.

<sup>128</sup> O exemplo, possivelmente um fragmento de Salústio (*apud* HOLTZ 1981: 618), se traduz por: “O mar Negro, mais doce que os outros”.

<sup>129</sup> O exemplo é um verso da *Eneida* de Virgílio (6.304), que se traduz por: “Já bem velho, mas para um deus a velhice é robusta e vigorosa”.

<sup>130</sup> Algo como “um pouquinho maior”, “maiorzinho”, “menorzinho”, respectivamente.

<sup>131</sup> Exemplos que se traduzem, respectivamente, por: “tão bom”, “tão mau”; “menos bom”, “menos mau”; “o mínimo bom”, “o mínimo mau”; “mais bom”, “mais mau”; “o máximo bom”, “o máximo mau”.

<sup>132</sup> Exemplos que se traduzem, respectivamente, por: “Heitor [foi] mais corajoso que Diomedes” ou “foi mais audaz que os troianos”.

<sup>133</sup> Isto é, “Heitor foi o mais corajoso dos troianos”.

<sup>134</sup> Isto é, “Júpiter, o melhor e o maior”.

<sup>135</sup> Isto é, “Esse é mais douto do que aquele”.



## 5.

Os gêneros dos nomes são quatro: masculino, feminino, neutro, comum. Masculino é aquele que, no nominativo singular, é precedido pelo pronome ou artigo *hic*, como *hic magister*. Feminino é aquele que, no nominativo singular, é precedido pelo pronome ou artigo *haec*, como *haec Musa*. Neutro é aquele que, no nominativo singular, é precedido pelo pronome ou artigo *hoc*, como *hoc scamnum*. Comum é o que significa tanto o masculino quanto o feminino, como *hic e haec sacerdos*.<sup>136</sup>

Mas dois deles são os principais, para não dizer os únicos: masculino e feminino. De fato, o neutro e o comum nascem de ambos. Há também o comum de três gêneros, que é chamado de universal, como *hic e haec e hoc felix*. Há ainda o epiceno, isto é, indistinto, que sob uma única significação compreende o macho e a fêmea, como *passer, aquila*.<sup>137</sup>

Além disso, há nomes masculinos no som e femininos no entendimento, como a comédia *Eunuchus*, a tragédia *Orestes*, a nau *Centaurus*; outros são femininos no som e masculinos no entendimento, como o escritor *Fenestella*, o orador *Aquila*; outros são neutros no som e femininos no entendimento, como as mulheres *Phronesium* e *Glycerium*; outros são femininos no som e neutros no entendimento, como poema, *schema*; outros são masculinos no som e neutros no entendimento, como *pelagus, uulgus*.<sup>138</sup>

Além disso, há nomes que no singular são de um gênero e no plural são de outro, como *balneum, Tartarus, caelum, porrum, caepe, locus, iocus, forum*.<sup>139</sup> Por outro lado, há nomes de gênero incerto entre masculino e feminino, como *cortex, silex, radix, finis, stirps, penus, pampinus, dies*.<sup>140</sup>

<sup>136</sup> Os exemplos, que são os mesmos utilizados na *Arte menor* para ilustrar os paradigmas de declinação, se traduzem, respectivamente, por: “o mestre”, “a musa”, “o banco”, “o sacerdote/a sacerdotiza” (em português, um exemplo de nome comum é “o artista, a artista”). Note o papel do artigo na definição do gênero dos nomes, conforme uma tradição que soa bastante estoica (cf. acima, p. 110 n. 10).

<sup>137</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por “o/a/o fértil”; “pardal”, “águia”. Note que a noção de gênero gramatical se confunde com a noção de sexo, o que fica claro no comentário de Sérvio: “a diferença entre o epiceno e o comum é que no comum distinguimos o sexo pelo artigo, como *hic canis* (‘o cachorro’) ou *haec canis* (‘a cadela’), ao passo que no epiceno se emprega um único artigo e compreende-se ambos os sexos, como *haec aquila* (‘a águia’)”; o mesmo comentador associa essa diferença gramatical à possibilidade de se discernir visualmente o sexo do animal. (Cf. SÉRVIO 4.408.9–14)

<sup>138</sup> A discrepância entre som e entendimento parece resultar de uma identificação do gênero com a declinação dos adjetivos (masculino -us, feminino -a, neutro -um). Parte dos exemplos ilustra a associação entre nomes de gêneros diferentes, dos quais um se converte em nome próprio e acompanha o gênero do ser designado: “comédia”, “tragédia” e “nau” são nomes femininos, “eunuco”, “Orestes”, “centauro” são nomes masculinos; “escritor” e “orador” designam seres masculinos, *fenestella* (“janelinha”) e “águia” são femininos; *Phronesium* e *Glycerium* são nomes neutros que se aplicam a mulheres, particularmente às cortesãs típicas das comédias. Os demais exemplos mostram simplesmente a falta de regularidade entre terminação e gênero: “poema”, “esquema” terminam em -a mas são neutras; *pelagus* (“mar”) e *uulgus* (“povo”) terminam em -us mas são neutros.

<sup>139</sup> Dos exemplos, alguns declinam-se como neutros no singular (*balneum* “banho”, *caelum* “céu”, *porrum* “alho”, *forum* “praça”) mas como masculinos no plural (i.e. *balnei, caeli, porri, fori*); outros declinam-se como masculinos no singular (*Tartarus* “Tártaro”, *locus* “lugar”, *iocus* “jogo”) mas como neutros no plural (i.e. *Tartara, loca, ioca*); e um único (*caepe* “cebola”) é neutro no singular e feminino no plural (i.e. *caepae*).

<sup>140</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “casca”, “rocha”, “raiz”, “limite”, “tronco”, “despensa”, “pâmpano”, “dia”. Os dois primeiros comparecem para ilustrar o solecismo por gênero (cf. adiante, p. 165).



nomes de gênero incerto entre masculino e neutro, como *frenum*, *clipeus*, *vulgus*, *specus*;<sup>141</sup> e nomes de gênero incerto entre feminino e neutro, como *buxus*, *pirus*, *prunus*, *malus* – mas normalmente dizemos o fruto no neutro e as árvores no feminino.<sup>142</sup>

621

Por fim, dos nomes há gêneros fixos e gêneros variáveis. Fixos são os que não podem se flexionar em outro gênero, como *mater*, *soror*, *pater*, *frater*.<sup>143</sup> Já os variáveis, ou são próprios e fazem dois gêneros, como *Gaius Gaia*, *Marcus Marcia*, ou são apelativos e fazem três, como *bonus bona bonum*, *malus mala malum*.<sup>144</sup> Há também nomes de gênero nem totalmente fixo nem totalmente variável, como *draco dracaena*, *leo leaena*, *gallus gallina*, *rex regina*.<sup>145</sup> E há alguns diminutivos que não preservam os gêneros que receberam dos nomes da forma primitiva, como *scutum scutula scutella*, *pistrinum pistrilla*, *canis canicula*, *rana ranunculus*.<sup>146</sup>

## 6.

O nome que termina em -a no nominativo singular pode ser masculino, como *Agrippa*, feminino, como *Marcia*, comum, como *advena*, ou neutro, como *foreuma* (o qual, todavia, é grego).<sup>147</sup> O nome que termina em -e no nominativo singular pode ser um feminino grego, como *Euterpe*, ou neutro latino, como *sedile*.<sup>148</sup> O nome que termina em -i no nominativo singular pode ser um neutro grego, como *gummi*, *sinapi*, ou aptoto de três gêneros, como *frugi*, *nihili*.<sup>149</sup> O nome que termina em -o no nominativo singular pode ser masculino, como *Scipio*, feminino, como *luno*, ou comum, como *pomilio*, *papilio*.<sup>150</sup> O nome que termina em -u no nominativo singular só pode ser neutro, como *cornu*, *genu*, *gelu*, *specu*, *ueru*.<sup>151</sup> Contudo, esses todos e os que terminam em consoantes têm regras tão diversas quão numerosas.

622

<sup>141</sup> Exemplos que se traduzem, respectivamente, por: “freio”, “escudo”, “povo”, “gruta”,

<sup>142</sup> Isto é, *buxus* é a planta, *buxum* é o fruto; *pirus* é a pereira, *pirum* a pera; *prunus* a ameixeira, *prunum* a ameixa; *malus* a macieira, *malum* a maçã.

<sup>143</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “mãe”, “irmã”, “pai”, “irmão”.

<sup>144</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “Caio”, “Caia”; “Márcio”, “Márcia”; “bom”, “boa”, “bom” (neutro); “mau”, “má”, “mau” (neutro).

<sup>145</sup> Essa instabilidade não é das formas, mas da classificação, na medida em que a derivação do feminino a partir do masculino é mais complexa do que uma simples troca de desinência, por envolver a inserção de um sufixo (-ena/-ina). Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “dragão”, “dracena”; “leão”, “leoa”; “galo”, “galinha”, “rei”, “rainha”.

<sup>146</sup> De fato, *scutum* (“escudo”), do gênero neutro, dá origem a *scutula* (“travessa”) e *scutella* (“bandeja”), ambas palavras femininas; *pistrinum* (“moinho”), neutro, dá origem a *pistrilla* (“moenda”), feminino; *canis* (“cão”), masculino, dá origem a *canicula* (“canícula”), feminino; e *rana* (“rã”), feminino, dá origem a *ranunculus* (“girino”), masculino.

<sup>147</sup> Exemplos que se traduzem, respectivamente, por: “Agripa”; “Márcia”; “estrangeiro” e “estrangeira”; “alto-relevo”.

<sup>148</sup> Respectivamente: “Euterpe”; “assento”.

<sup>149</sup> Respectivamente: “goma”, “mostarda”; “respeitável”, “desprezível”.

<sup>150</sup> Respectivamente: “Cipião”; “Juno”; “anão/anã”, “borboleta/pavilhão”.

<sup>151</sup> Respectivamente: “chifre”, “joelho”, “gelo”, “gruta”, “espeto”.

## 7.

Os números são dois: singular e plural; singular como *hic sapiens*; plural como *hi sapientes*.<sup>152</sup> Há também o número dual, que não pode ser enunciado no singular, como *hi ambo*, *hi duo*.<sup>153</sup>

Também há nomes de número comum, como *res*, *nubes*, *dies*.<sup>154</sup> Há nomes sempre singulares do gênero masculino, como *pulvis*, *sanguis*, e sempre plurais, como *Manes*, *Quirites*, *cancelli*;<sup>155</sup> sempre singulares do gênero feminino, como *pax*, *lux*, e sempre plurais, como *Kalendae*, *nundinae*, *feriae*, *quadrigae*, *nuptiae*;<sup>156</sup> sempre singulares do gênero neutro, como *pus*, *virus*, *aurum*, *argentum*, *oleum*, *ferrum*, *triticum* e praticamente todos os que se relacionam a medida ou peso, embora muitos tenham sido usados de modo abusivo pelo costume, como *uina*, *mella*, *hordea*; há nomes sempre plurais desse mesmo gênero, como *arma*, *moenia*, *Floralia*, *Saturnalia*.<sup>157</sup> Há alguns singulares na forma e plurais no entedimento, como *populus*, *contio*, *plebs*; outros são plurais na forma e singulares no entedimento, como *Athenae*, *Cumae*, *Thebae*, *Mycenae*.<sup>158</sup>

623

## 8.

Figuras os nomes têm duas: simples e composta; simples como *doctus*, *potens*; composta como *indoctus*, *inpotens*.<sup>159</sup> Os nomes se compõem de quatro modos: de duas partes íntegras, como *suburbanus*; de duas corrompidas, como *efficax*, *municeps*; de uma íntegra e uma corrompida, como *ineptus*, *insulsus*; de uma corrompida e uma íntegra, como *pennipotens*, *nugigerulus*.<sup>160</sup> Compõem-se ainda de mais partes, como *inexpugnabilis*, *inperterritus*.<sup>161</sup> Na declinação dos nomes compostos, devemos observar que os que tiverem sido compostos de dois nominativos são declinados nas duas partes por todos os casos, como *eques*

624

<sup>152</sup> Respectivamente: “o sábio”; “os sábios”.

<sup>153</sup> Respectivamente: “ambos”, “os dois”.

<sup>154</sup> Isto é, que têm a mesma forma para o nominativo singular e plural. Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “coisa” e “coisas”, “nuvem” e “nuvens”, “dia” e “dias”.

<sup>155</sup> Respectivamente: “pó”, “sangue”; “Manes”, “Quirites”, “grades”.

<sup>156</sup> Respectivamente: “paz”, “luz”; “calendas” (primeiro dia do mês), “nundinas” (dia de mercado), “férias” (dia de descanso), “quadrigas” (carro puxado por quatro cavalos), “núpcias”.

<sup>157</sup> Respectivamente: “pus”, “veneno”, “ouro”, “prata”, “azeite”, “ferro”, “trigo”; “vinhos”, “méis” (i.e. doçuras), “cevasdas”; “armas”, “muralhas”, “Florais”, “Saturnais”.

<sup>158</sup> Respectivamente: “sociedade”, “assembleia”, “plebe”; “Atenas”, “Cumae”, “Tebas”, “Micenas”. Em tempo, o termo ‘forma’ traduz aqui o latim *positio*, literalmente ‘disposição’; para um comentário acerca da viabilidade dessa aproximação, ver acima, p. 104.

<sup>159</sup> Respectivamente: “culto”, “potente”; “inculto”, “impotente”.

<sup>160</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “suburbano” (de *sub+urbanus*, “que fica perto da cidade”); “eficaz” (de *ex+faciens*, “o que faz totalmente”), “município” (de *munus+capiens*, “o que assume uma função pública”); “inepto” (de *in+aptus* “não apto”), “insosso” (de *in+salsus*, “não salgado”); “alado” (de *pennae+potens*, “que pode voar”), “quinquilheiro” (de *nugae+gerulus*, “vendedor de bugigangas”).

<sup>161</sup> Respectivamente: “inexpugnável” (de *in+ex+pugnabilis*, “que não pode ser totalmente abatido”), “impávido” (de *in+per+territus*, “que absolutamente não fica apavorado”)

Romanus, praetor urbanus; os que tiverem sido compostos de nominativo e qualquer outro caso são declinados apenas na parte que estiver no nominativo, como praefectus equitum, senatus consultum.<sup>162</sup> Devemos evitar, todavia, fazer composição com nomes que já são compostos ou que não podem ser compostos de jeito nenhum.

## 9.

Os casos são seis: nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo, ablativo. Dois deles são chamados de casos retos: nominativo e vocativo; os demais são chamados de oblíquos. Os gregos não têm ablativo; alguns chamam-no de caso latino, não poucos de sexto caso. O nominativo é hic Cato, o genitivo huius Catonis, o dativo huic Catoni, o acusativo hunc Catonem, o vocativo o Cato, o ablativo ab hoc Catone.<sup>163</sup> Alguns adicionam ainda o sétimo caso, que é semelhante ao ablativo, mas sem a preposição ab, de modo que seja ablativo ab oratore venio e sétimo caso oratore magistro utor.<sup>164</sup>

625

Há seis espécies de formas casuais, a partir das quais há nomes monoptotos, dip-totos, triptotos, tetraptotos, pentaptotos e hexaptotos.<sup>165</sup> Há também os aptotos, que não se declinam nem em caso nem em número, como frugi, nihili, nequam, fas, nefas, nugas.<sup>166</sup> Também são dessa forma os nomes dos números de quatro (quattuor) até cem (centum), pois os números de um (unus) a três (tres) se declinam em todos os casos, bem como de duzentos (ducenti) em diante, com exceção de mil (mille). Há nomes cujo nominativo não está em uso, como se alguém disser hunc laterem ou ab hac dicione.<sup>167</sup> Do mesmo modo, muitos nomes são defectivos em outros casos.

Além disso, há nomes que atraem o caso genitivo, como "ignarus belli", "securus amorum"; outros o dativo, como inimicus malis, congruus paribus; outros o acusativo, ainda que figuradamente, como 'exosus bella', praescius futura; outros o ablativo, como secundus a Romulo, alter a Sylla; outros o sétimo caso, como dignus munere, 'mactus uirtute'.<sup>168</sup>

<sup>162</sup> Respectivamente: "cavaleiro romano", "pretor urbano"; "comandante dos cavaleiros", "decreto do senado". A regra enunciada por Donato é válida também em português: nos primeiro par de exemplos, os dois termos da fórmula vão para o plural ("cavaleiros romanos", "pretoreiros urbanos"); no segundo par, apenas um dos termos recebe a marca de plural ("comandantes dos cavaleiros", "decretos do senado").

<sup>163</sup> A exposição da declinação dos nomes se serve do exemplo do nome próprio "Catão".

<sup>164</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: "venho do orador" e "sirvo-me do orador como mestre".

<sup>165</sup> Nomes que se declinam, respectivamente, em um, dois, três, quatro, cinco e seis casos.

<sup>166</sup> Respectivamente: "respeitável", "desprezível", "imprestável", "conforme à lei divina", "contrário à lei divina", "fútil".

<sup>167</sup> Refere-se aos nominativos desusados *later* ("tijolo") e *dicio* ("domínio").

<sup>168</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: "novato de guerra" (SALÚSTIO *Bellum Iugurthinum* 96.1), "livre de amores" (VIRGÍLIO *Aeneis* 1.350); "inimigo dos maus", "concordante com os iguais"; "aborrecido com as guerras" (cf. VIRGÍLIO *Aeneis* 12.517), "presciente do futuro"; "primeiro abaixo de Rômulo", "próximo depois de Sula"; "digno do posto", "engrandecido pela virtude" (cf. VIRGÍLIO *Aeneis* 9.641).

Todos os nomes terminam em uma das cinco vogais no ablativo singular, quer dizer, ao menos aqueles que não são aptotos, pois neles a regra não se sustenta.

Todo nome que terminar em -a no ablativo singular faz o genitivo plural em -rum e tanto o dativo quanto o ablativo em -is, como *ab hac Musa, harum Musarum, his e ab his Musis*. Mas é preciso que sejam declinados contrariando a regra aqueles nomes em que se deve distinguir o gênero, como *ab hac dea, harum dearum, his e ab his deabus*, para que, ao dizermos deís, fique claro que nos referimos aos deuses, não às deusas.<sup>169</sup>

Todo nome que terminar em -e breve no ablativo singular faz o genitivo plural em -um e tanto o dativo quanto o ablativo em -bus, como *ab hoc pariete, horum parietum, his e ab his parietibus*. Contrariando a regra encontramos *ab hoc vase, horum vasorum, his e ab his uasis*. Por outro lado, se terminar em -e longo, faz o genitivo plural em -rum e tanto o dativo quanto o ablativo em -bus, como *ab hac re, harum rerum, his e ab his rebus*; além disso, costuma-se pensar que esta regra seja própria do gênero feminino.<sup>170</sup>

Todo nome que terminar em -i no ablativo singular faz o genitivo plural em -ium e tanto o dativo quanto o ablativo em -bus, como *ab hac puppi, harum puppium, his e ab his puppibus*. Nomes desse tipo terminam o acusativo plural em -is, melhor do que em -es, para efeito de diferenciação, como *has puppis, navis, clavis*.<sup>171</sup>

Entretanto, para os nomes que podem terminar em -ium no genitivo plural a regra é tríplice: a primeira, daqueles que terminam em -ns no nominativo singular, como *mons, montium*; a segunda, daqueles que terminam em -e breve no ablativo singular e são femininos, como *ab hac clade, harum cladum*; a terceira, daqueles que terminam em -i no ablativo singular, como *ab hac resti, harum restium*. Aliás, às vezes essa regra também faz o acusativo singular em -i, como *hanc restim, hanc puppim*. Percebemos que muitos deles foram modificados pelo costume.<sup>172</sup>

<sup>169</sup> O primeiro exemplo, *Musa* (“musa”), ilustra a regra dos nomes da hoje chamada primeira declinação, de tema em -a. O segundo apresenta um caso particular, dos nomes de tema em -a (*dea*, “deusa”) que correspondem à forma feminina de um nome de tema -o, da chamada segunda declinação (*deus*, “deus”); uma vez que ambas as declinações fazem naturalmente o dativo e o ablativo plurais em -is, a forma feminina de tais casos recebe uma desinência diferente (-bus).

<sup>170</sup> Nomes com ablativo em -e breve correspondem aos nomes de tema consonântico, da chamada terceira declinação, como *paries* (“parede”, tema *pariet-*); a exceção apresentada por Donato, *uas* (“vaso”), ao que parece, adotou as formas de plural de um termo correlato de tema em -o, *uasum*, não usado no singular. Nomes com ablativo em -e longo correspondem aos atuais nomes de tema em -e, da chamada quinta declinação, como *res* (“coisa”); quanto ao gênero, as únicas exceções são as palavras *dies* (“dia”), que costuma ser masculina, embora possa também aparecer como feminina, e seu composto *meridies* (“meio-dia”), sempre masculino (cf. FARIA 1958: III).

<sup>171</sup> Nomes que terminam em -i no ablativo são todos de tema em -i, da chamada terceira declinação, como *puppis* (“popa”), *navis* (“nau”), *clavis* (“chave”).

<sup>172</sup> O critério do genitivo plural em -ium serve para reunir três formas diferentes da terceira declinação: palavras em que a vogal temática sofre síncope no nominativo singular, como *mons* (“montanha”, tema *monti-*);

Todo nome que terminar em -o no ablativo singular faz o genitivo plural em -rum e tanto o dativo quanto o ablativo em -is, como *ab hoc docto, horum doctorum, his e ab his doctis*. Contrariando a regra encontramos *ab hac domo, domorum, domibus* e *ab hoc iugero, iugerorum, iugeribus*. Devemos saber, porém, que os antigos declinavam muitos nomes de outro modo, como *ab hac domu, harum domuum, domibus* e *ab hoc iugere, iugerum, iugeribus*; realmente, nas palavras, às vezes vale mais a eufonia do que a analogia ou regra dos professores.<sup>173</sup>

Todo nome que terminar em -u no ablativo singular faz o genitivo plural em -uum (com a letra u duplicada) e tanto o dativo quanto o ablativo em -bus, como *ab hoc fluctu, horum fluctuum, his e ab his fluctibus*. De fato, não há necessidade de se manter a letra u e dizer *fluctubus*, embora digamos *artubus* por necessidade, para que ninguém pense que o significado é artes em vez de artus.<sup>174</sup>

628

Não incorrem na regra, como foi dito, os nomes aptotos, como *fas, nefas, nequam, nihili, nugae*. Também não incorrem os nomes somente plurais, como *Saturnalia, Vulcanalia, Compitalia*; nem os que adotamos dos gregos, como *emblema, epigramma, stemma, poema, schema* (os antigos declinavam os nomes dessa forma no gênero feminino); neles se conhece a analogia pela comparação ou pela diminuição dos nomes positivos. Lembremos, porém, que os nomes gregos são melhor declinados pela forma grega, embora não poucos tentem flexioná-los pelos casos latinos.<sup>175</sup>

palavras que fazem o nominativo singular em -es, como *clades* (“ruína”); e palavras cujo nominativo é o mais regular, em -is, como *restis* (“corda”). Nesses casos, a terminação de acusativo em -im deveria ser a regra, porém a grande maioria das palavras passou a terminar em -em, provavelmente por analogia com os temas consonânticos (cf. FARIA 1958: 92).

<sup>173</sup> Nomes que terminam em -o no ablativo singular são todos de tema em -o, da chamada segunda declinação, como *doctus* (“culto”). As exceções se referem a palavras que apresentam uma alternância entre dois paradigmas, como *domus* (“casa”, cujo tema pode ser *domo-* ou *domu-*) e *iuger/iugerum* (“jeira”, que alterna entre *iugero-* e *iuger-*); uma vez que Donato relaciona tais palavras junto às de tema em -o, as formas alternantes são remetidas ao uso dos antigos. A observação sobre a eufonia mostra que os gramáticos antigos não se consideravam “donos” da língua, já que não sobrepujam necessariamente o critério da regularidade ao critério da familiaridade do falante; esse critério aparece em Quintiliano para a escolha das palavras (“entre duas palavras que significam o mesmo e têm o mesmo valor, prefira a que soe melhor”, *Institutio oratoria* 1.5.4) e em Aulo-Gélio, numa afirmação atribuída ao famoso gramático Valério Probo a respeito da escolha entre formas alternativas de declinação: “se você está compondo um verso ou elaborando um texto em prosa e tais palavras devem ser usadas por você, não consulte aquelas definições obsoletas nem os cheirumes gramaticais; ao contrário, interroque seu ouvido sobre o que convém dizer em qual lugar: o que ele recomendar sem dúvida será o mais correto” (AULO-GÉLIO 12.21.1).

<sup>174</sup> Nomes que terminam em -u no ablativo singular são todos de tema em -u, da chamada quarta declinação, como *fluctus* (“onda”). A observação sobre a forma *artubus* se deve ao fato de que o dativo e o ablativo plural da palavra *ars* é *artibus*.

<sup>175</sup> Os primeiros exemplos são nomes sem variação de caso, que se traduzem, respectivamente, por: “conforme à lei divina”, “contrário à lei divina”, “imprestável”, “desprezível”, “fútil”. Os segundos – que se traduzem respectivamente por: “Saturnais”, “Vulcanais”, “Compitais” – não participam da regra porque esta se baseia no ablativo singular, que eles não possuem; por isso, devem ser declinados conforme a regra dos nomes que terminam regularmente em -ia no nominativo plural (cf. SÉRVIO 4.434.32–3; POMPEIO 5.196.21–5). O mesmo é dito dos nomes neutros gregos terminados em -a no nominativo – como os exemplos, que se traduzem respectivamente por: “mosaico”, “epigrama”, “coroa”, “poema”, “figura” –, na medida em que a língua grega não possui forma casual de ablativo; além disso, os gramáticos atestam uma variação de paradigma relacionado ao gênero, entre neutro (e.g. *poema*, genitivo *poematum*) e feminino (e.g. *poema*, genitivo *poemae*), e uma variação de paradigma quanto às formas de neutro plural, tanto no genitivo (e.g. *poematum* vs. *poematorum*) quanto no dativo e ablativo (e.g. *poematis* vs. *poematibus*) (cf. CARÍSIO 65.10 ss; SÉRVIO 4.435.4 ss; POMPEIO 5.197.4 ss).

Num total de doze letras terminam os nomes latinos no nominativo singular: cinco vogais, seis semivogais e uma muda (a e i o u l m n r s x t), como *tabula, sedile, frugi, ratio, genu, mel, scamnum, flumen, arbor, flos, nox, caput*. Alguns acrescentam o *c*, como *allec, lac*.<sup>176</sup>

## 11. SOBRE O PRONOME

629

Pronome é a parte da oração que, empregada no lugar do nome, significa quase o mesmo e às vezes traz a pessoa. O pronome tem seis acidentes: qualidade, gênero, número, figura, pessoa e caso.

A qualidade dos pronomes é dupla, pois os pronomes são definidos ou indefinidos. Definidos são os que trazem as pessoas, como *ego, tu, ille*; indefinidos são os que não trazem as pessoas, como *quis quae quod*.<sup>177</sup>

Há também pronomes menos-que-definidos, como *ipse, iste*. Há prepositivos, como *quis, hic*; e há pospositivos, como *is, idem*. Há os de região, como *cuias, nostras, cuiates, nostrates*; os de ordem, como *quotus, totus*; os de número, como *quot, tot*; os definidos em relação a algo, como *meus, tuus, suus*, também chamados de possessivos; os indefinidos em relação a algo, como *cuius cuia cuivm*. Há os de qualidade, como *qualis, talis*; e os de quantidade, como *quantus, tantus*. Há os demonstrativos, que denotam uma coisa presente, como *hic haec hoc*; os relativos, que significam uma coisa ausente, como *is ea id*; há os mais demonstrativos, como *eccum eccam, ellum ellam*.<sup>178</sup>

630

Gêneros, os pronomes, assim como os nomes, têm quase todos: masculino, como *quis*; feminino, como *quae*; neutro, como *quod*; comum, como *qualis, talis*; e de três gêneros, como *ego, tu*.

Números, os pronomes têm os dois: singular, como *iste*; plural, como *isti*. Também há os comuns em número, como *qui, quae*, pois dizemos *qui uir e qui uiri, quae mulier e quae mulieres*. Há pronomes totalmente singulares, como *meus, tuus*; totalmente plurais, como *nostri, uestri*; parcialmente singulares, como *mei, tui*; e parcialmente plurais, como *noster, uester*.<sup>179</sup>

<sup>176</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “tábua”, “assento”, “frugal”, “razão”, “joelho”, “mel”, “banco”, “rio”, “árvore”, “flor”, “noite”, “cabeça”; “molho”, “leite”. Os dois últimos possuem formas alternativas de nominativo singular (*allec* ou *allex*; *lac* ou *lact* ou *lacte*).

<sup>177</sup> Sobre a classificação dos pronomes, ver acima, pp. 111–5.

<sup>178</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “o próprio”, “esse”; “quem?”, “este”; “ele”, “o mesmo”; “de que país [é]?”, “[é] de nosso país”, “de que país [são]”, “[são] de nosso país”; “em que posição?”, “em tal posição”; “quanto”, “tanto”; “meu”, “teu”, “seu”; “do qual”, “da qual”, “do qual” (neutro); “de que tipo?”, “de tal tipo”; “de que tamanho”, “de tal tamanho”; “este, esta, isto”; “esse, essa, isso”; “este aqui”, “esta aqui”, “este ali”, “esta ali”.

<sup>179</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “esse”, “esses”; “que” (m.), “que” (f.); “que homem”, “que homens”, “que mulher”, “que mulheres”. Os pronomes possessivos são ditos *em relação a algo*, isto é, referem-se a um objeto possuído por alguém; nesse sentido, a oposição singular/plural se aplica tanto à pessoa que possui quanto ao objeto possuído; daí poderem ser totalmente singulares (“meu”, “teu”) ou totalmente plurais (“nossos”, “vossos”), singulares apenas quanto à pessoa (“meus”, “teus”) ou apenas quanto ao objeto (“nosso”, “vosso”).

A figura dos pronomes também é dupla, pois os pronomes são simples, como *quis*, ou compostos, como *quisquis*. Os pronomes compostos são declinados na parte que estiver no nominativo, segundo a forma dos nomes: são exemplos *quisquis*, *quisnam*, *quispiam*, *aliquis*, etc. O pronome *idem*, que consta de duas partes corrompidas, com *i* longo é masculino, com *i* breve é neutro; *hic*, por sua vez, com *i* breve é pronome, com *i* longo é advérbio de lugar.

631

Pessoas, os pronomes definidos têm três: primeira, como *ego*; segunda, como *tu*; terceira, como *ille*. A primeira e a segunda pessoa são de gênero universal; neste pronome, aliás, a primeira pessoa não tem vocativo quando está no singular, mas tem no plural.

Os casos dos pronomes são seis: nominativo *hic*, genitivo *huius*, dativo *huic*, acusativo *hunc*, vocativo *o*, ablativo *ab hoc*. Há pronomes que não são declinados em todos os casos, como *ecum eccam*, *ellum ellam*, *cuius cuia cuium*, *cuiatis nostratis*. Há os que não têm nominativo nem vocativo, como *sui*, *sibi*, *se*, *a se*; estes, aliás, são de número comum. Há os que não têm vocativo, como *ego*, *mei* ou *mis*, *mihi*, *me*, *a me*. Por outro lado, nenhum pronome recebe comparação, mesmo que signifique qualidade ou quantidade.

Entre pronomes e artigos há esta diferença: consideram-se pronomes aqueles que, sozinhos, preenchem o lugar do nome, como *quis*, *iste*, *ille*; já os artigos se juntam a nomes ou participios, como *hic huius huic hunc o ab hoc*, e no plural *hi horum his hos o ab his*. Este mesmo pronome é empregado tanto na função de artigo quanto de demonstrativo. Quanto a *neuter*, *uter*, *unus*, *omnis*, *alter*, *alius*, *ullus*, *ambo*, *uterque*, há quem os considere nomes e quem os considere pronomes, por não precisarem de artigos na declinação.<sup>180</sup>

632

## 12. SOBRE O VERBO

Verbo é a parte da oração com tempo e pessoa, sem caso, que significa fazer algo ou ser afetado, ou nenhum dos dois. O verbo tem sete acidentes: qualidade, conjugação, gênero, número, figura, tempo e pessoa.

A qualidade dos verbos consiste em modos e formas. Os modos, como muitos pensam, são sete: indicativo, também chamado de pronunciativo, como *lego*; imperativo, como *lege*; promissivo, como *legam* (este, porém, nós não consideramos um modo); optativo, como *utinam legerem*; conjuntivo, como *cum legam*; infinitivo, como *legere*; e impessoal, como *legitur*.<sup>181</sup>

<sup>180</sup> Esse último grupo de exemplos se traduz, respectivamente, por: “nenhum [dos dois]”, “um [dos dois]”, “um só”, “todo”, “outro [de dois]”, “outro [de muitos]”, “algum”, “ambos”, “cada um”.

<sup>181</sup> Os exemplos de modos verbais se traduzem, respectivamente, por: “leio”; “lê”; “lerei”; “oxalá eu lesse”; “desde que eu leia”; “ler”; “lê-se”.



Este último, alguns o consideram gênero e significação do verbo, cujos verbos terminam em -tur, em -it ou em -et. Porém, os que terminam em -tur e em -it nascem do indicativo, como *lego*: *legitur*, *contingo*: *contingit*. Os que terminam em -et têm duas formas: alguns vêm do indicativo, como *miserere*: *miseret*; outros originam-se de si mesmos, como *puet*, *taedet*, *paenitet*, *libet*.<sup>182</sup>

633

A qualidade dos verbos também se estabelece nas formas, que alguns confundem com os gêneros ou significações dos verbos. De qualquer maneira, as formas são quatro: perfeita, meditativa, frequentativa e incoativa; perfeita, como *lego*; meditativa, como *lecturio*; frequentativa, como *lectito*; incoativa, como *feruesco*, *calesco*.<sup>183</sup> Os verbos frequentativos são sempre da primeira conjugação; os incoativos não são declinados em todos os tempos – já que o que está começando não tem tempo passado – e se originam do verbo neutro. Há frequentativos que vêm de um nome, como *patrissat*, *graecissat*; há os que se parecem com diminutivos, e vêm da forma perfeita, como *sorbillo*, *sugillo*; há os que não se originam de uma forma perfeita, como *pytisso*, *uacillo*.<sup>184</sup> E os frequentativos às vezes levam o verbo a três graus, como *curro*: *curso*: *kursito*, às vezes a apenas dois, como *uolo*: *uolito*.<sup>185</sup> Há verbos semelhantes aos incoativos, que percebemos não serem incoativos pela observação dos tempos, como *conpesco*: *conpescui*.<sup>186</sup> Também há alguns incoativos que vêm da forma perfeita, como *horreo*: *horresco*; há os que não têm uma origem para si, como *consuesco*, *quiesco*.<sup>187</sup>

634

Conjugações, os verbos têm três: primeira, segunda e terceira. A primeira é aquela que, na segunda pessoa do singular do presente do indicativo de um verbo ativo ou neutro, tem um a longo antes da última letra, ou, no caso de um verbo passivo, comum ou depoente, antes da última sílaba, como *uoco uocas*, *uocor uocaris*; além disso, faz o futuro do indicativo em -bo e -bor, como *uoco uocabo*, *uocor uocabor*.<sup>188</sup>

A segunda é aquela que, na segunda pessoa do singular do presente do indicativo de um verbo ativo ou neutro, tem um e longo antes da última letra, ou, no caso de um verbo passivo, comum ou depoente, antes da última sílaba, como *moneo mones*, *moneor moneris*; além disso, faz o futuro do indicativo em -bo e -bor, como *moneo monebo*, *moneor monebor*.<sup>189</sup>

<sup>182</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “leio”, “lê-se”, “alcanço”, “acontece”; “tenho pena”, “causa pena”; “envergonha”, “aborrece”, “pesa”, “agrada”.

<sup>183</sup> Esses primeiros exemplos de formas verbais se traduzem, respectivamente, por: “leio”; “desejo ler”; “leio muitas vezes”; “começo a ferver”, “aqueço-me”.

<sup>184</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “age como pai” (derivado do nome *pater*, “pai”), “age como grego” (derivado do nome *graecus*, “grego”); “bebo aos poucos” (derivado do verbo *sorbere*, “sorver”), “difamo” (derivado do verbo *sugere*, “sugar”); “cuspo”, “vacilo”.

<sup>185</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “corro”, “corro para cá e para lá”, “corro sem parar para cá e para lá”; “voou”, “voou para cá e para lá”.

<sup>186</sup> Conforme a observação logo acima, de que os incoativos não têm passado; os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “contenho”, “contive”.

<sup>187</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “tremo”, “estremeço”; “costumo”, “descanso”.

<sup>188</sup> Os exemplos da primeira conjugação se apresentam aos pares, que se traduzem, respectivamente, por: “chamo, chamas”, “sou chamado, és chamado”; “chamo, chamarei”, “sou chamado, serei chamado”.

<sup>189</sup> Respectivamente: “aviso, avisas”, “sou avisado, és avisado”; “aviso, avisarei”, “sou avisado, serei avisado”.

A terceira é aquela que, na segunda pessoa do singular do presente do indicativo de um verbo ativo ou neutro, tem um *i* (às vezes breve, às vezes longo) antes da última letra, ou, no caso de um verbo passivo, comum ou depoente, um *e* breve (no lugar do *i*) ou um *i* longo antes da última sílaba, como *lego legis, legor legeris, audio audis, audior audiris*; além disso, faz o futuro do indicativo em *-am* e *-ar*, como *lego legam, legor legar, audio audiam, audior audiar*.<sup>190</sup>

Há uma outra espécie de terceira conjugação que se enuncia com *i* longo. Alguns a consideram uma quarta conjugação, porque faz o futuro em *-am* e em *-bo*, em *-ar* e em *-bor*, como *seruio seruis seruiam seruibo, uincior uinciris uinciar uincibor*. É que esses contestadores negam que a terceira conjugação possa terminar propriamente em *-bo* e *-bor*, a não ser naquele verbo que, na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, tiver um *e* antes do *o*, como *eo queo, eam queam, ibo quibo*, e na passiva *queor, quear* ou *quibor*, entre outros semelhantes.<sup>191</sup>

635

Os gêneros dos verbos, por outros chamados de significações, são cinco: há verbos ativos, passivos, neutros, depoentes e comuns.<sup>192</sup>

Ativos são os que terminam em *-o* e que, após receber a letra *-r*, fazem-se passivos, como *lego : legor*.<sup>193</sup>

Passivos são os que terminam em *-r* e que, perdida essa letra, voltam a ser ativos, como *legor : lego*.<sup>194</sup>

Neutros são os que terminam em *-o* e que, após receber a letra *-r*, não existem, como *sto, curro*. Também são neutros os que terminam em *-i*, como *odi, noui, memini*, assim como os que terminam em *-um*, como *sum, prosum*, e ainda os que terminam em *-t*, chamados de impessoais, como *pudef, taedet, paenitet, libet*. Mas esses e outros semelhantes devem ser considerados defectivos.<sup>195</sup>

Depoentes são os que terminam em *-r* e que, perdida essa letra, não existem, como *conuiuor, conluctor*.<sup>196</sup>

636

<sup>190</sup> Os pares de exemplos se traduzem, respectivamente, por: “leio, lê”, “sou lido, és lido”, “ouço, ouves”, “sou ouvido, és ouvido”; “leio, lerei”, “sou lido, serei lido”; “ouço, ouvirei”, “sou ouvido, serei ouvido”.

<sup>191</sup> O primeiro conjunto de exemplos se traduz, respectivamente, por: “sirvo, serves, servirei, servirei”, “sou preso, és preso, serei preso, serei preso”. O segundo grupo se traduz, respectivamente, por: “vou, posso”, “irei, poderei”, “irei, poderei”; “posso ser”, “poderei ser”, “poderei ser”.

<sup>192</sup> É de se notar que, embora aqui pareça preferível o termo “gênero” para os tipos de verbo, ao falar do particípio Donato emprega “significação”, talvez para não confundir com o gênero dos nomes (cf. *infra*, p. 156). Sobre as “significações” do verbo, ver nossa discussão no capítulo 3, particularmente pp. 80–1.

<sup>193</sup> Respectivamente: “leio : sou lido”.

<sup>194</sup> Respectivamente: “sou lido : leio”.

<sup>195</sup> São neutros os verbos cuja ação não pode ser “invertida”, isto é, verbos que não podem transitar entre as significações ativa e passiva, o que se expressa na impossibilidade de receberem o morfema apassivador. Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “fico”, “corro”; “odeio”, “conheço”, “lembro”; “sou”, “sou útil”.

<sup>196</sup> Os depoentes se assemelham aos passivos mas, assim como os neutros, podem ter apenas uma única significação, seja passiva, seja ativa (cf. PRISCIANO 2.378.23); os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “dou um banquete”, “luto”.

Comuns são os que terminam em -r e que se aplicam às duas formas, a do paciente e a do agente, como *scutor*, *crimino*, pois dizemos *scutor te* e *scutor a te*, *crimino te* e *crimino a te*.<sup>197</sup>

Há verbos fora da regra, que são chamados de irregulares, como *soleo*, *facio*, *fi*, *fido*, *audeo*, *gaudeo*, *uescor*, *fero*, *medeor*, *pando*, *edo*, *nolo*, *uolo*. Há os que não podem ser propriamente declinados, como *cedo*, *ave*, *faxo*, *sis*, *amabo*, *infit*, *inquam*, *quaeso*, *ai*. Há também monossílabos, que por isso são os únicos com vogal longa, como *sto*, *do*, *flo*. Há verbos de significação incerta, como *tondeo*, *lavo*, *fabrico*, *punio*, *munero*, *partio*, *populo*, *adsentio*, *adulo*, *lucto*, *auguro*, pois todos eles terminam tanto em -o quanto em -r e têm quase todos os tempos dos participios. Por fim, há verbos que podemos compor, como *pono traho*: *repono retraho*, e verbos que não podemos, como *ai*, *quaeso*.<sup>198</sup>

637

Números, os verbos têm dois: singular e plural; singular como *lego*, plural como *legimus*. Há ainda, segundo alguns, o dual, como *legere*.<sup>199</sup>

As figuras dos verbos são duas, simples e composta, pois os verbos são simples, como *scribo*, ou compostos, como *describo*. Os verbos, assim como as outras partes da oração, se compõem de quatro modos: de duas partes corrompidas, como *officio*; de duas íntegras, como *obduco*; de uma corrompida e uma íntegra, como *alligo*; e de uma íntegra e uma corrompida, como *defringo*. Há verbos compostos que podem se tornar simples, como *repono*, *distraho*; há os que não podem, como *suspicio*, *conpleo*.<sup>200</sup>

Tempos, os verbos têm três: presente, pretérito e futuro; presente como *lego*, pretérito como *legi*, futuro como *legam*. Mas há três variedades de tempo pretérito: imperfeito, perfeito e mais-que-perfeito; imperfeito como *legebam*, perfeito como *legi*, mais-que-perfeito como *legeram*. Portanto, contaremos cinco tempos nos modos dos verbos: presente, pretérito imperfeito, pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro.<sup>201</sup>

638

Pessoas, os verbos têm três: primeira, segunda e terceira. A primeira é a que diz *lego*; a segunda, a quem se diz *legis*; a terceira, de quem se diz *legit*.<sup>202</sup> A primeira pessoa não precisa de caso, mas geralmente admite o nominativo, como *uerberor innocens*, *liber*

<sup>197</sup> Respectivamente: “procuro-te”, “sou procurado por ti”, “acuso-te”, “sou acusado por ti”.

<sup>198</sup> O primeiro grupo de exemplos se traduz, respectivamente, por: “costumo”, “faço”, “torno-me”, “fio-me”, “atrevo-me”, “alegro-me”, “alimento-me”, “levo”, “medico”, “estendo”, “como”, “não quero”, “quero”. O segundo grupo, respectivamente, por: “deixe-me ver”, “salve”, “farei”, “se queres”, “por favor”, “começa”, “digo”, “peço”, “afirmo”. O terceiro: “fico”, “dou”, “assopro”. O quarto, por: “toso”, “lavo”, “fabrico”, “castigo”, “presenteio”, “reparto”, “devasto”, “aprovo”, “adulo”, “luto”, “predigo”. Os pares de verbos simples e compostos, respectivamente, por: “ponho, tiro”, “reponho, retiro”; os dois últimos, por: “afirmo”, “peço”.

<sup>199</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “leio”; “lemos”; “ler”. O infinitivo é considerado dual porque se aplica igualmente ao singular e ao plural, já que é “indefinido quanto a números e pessoas” (cf. acima, p. 119 n. 39).

<sup>200</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “escrevo”, “descrevo”; “oponho-me” (de *ob+facio*); “obscureço” (de *ob+duco*); “prendo” (de *ad+ligo*); “destruo” (de *de+frango*); “reponho”, “retalho”; “contemplo”, “completo”.

<sup>201</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “leio”; “li”; “lerei”; “lia”; “li”; “lera”.

<sup>202</sup> Respectivamente: “leio”, “lês”, “lê”.

seruio; a segunda pessoa atrai o caso vocativo, como *uerberaris innocens, liber seruis*; a terceira atrai o nominativo, como *uerberatur innocens, liber seruit*.<sup>203</sup>

Já os verbos impessoais que terminam em *-tur* dependem do caso ablativo, como *geritur a me a te ab illo*. Os que terminam em *-it* dependem do caso dativo, como *contingit mihi tibi illi*. Já os que terminam em *-et* dependem ora do dativo, ora do acusativo: do dativo, como *libet mihi tibi illi*; do acusativo, como *decet me te illum*.<sup>204</sup>

Além disso, há verbos que observam a fórmula do caso genitivo, como *misereor, reminiscor*; outros a do dativo, como *maledico, suadeo*; outros a do acusativo, como *accuso, inuoco*; outros a do ablativo, como *abscedo, auertor*; outros a do sétimo caso, como *fruo, potior*.<sup>205</sup>

639

Todos os verbos no modo indicativo, tempo presente, número singular, primeira pessoa têm *e, i* ou *u* antes do *o*. Se não tiverem vogal antes da letra *o*, receberão todas as demais consoantes latinas, exceto *f, k* e *q*, como *sedeo, lanio, inruo, libo, uoco, uado, lego, traho, inpello, amo, cano, scalpo, curro, lasso, peto, texo*. Também podem ter *i* e *u* empregados como consoantes, como *aio, adiuuo*; e *triumpho* se escreve com *ph*. Não se emprega *k* antes da letra *o*; também *q* não pode preceder a letra *o* sem *u*.<sup>206</sup>

Há verbos defectivos pelos modos, como *cædo*; outros pelas formas, como *facesso*; outros pelas conjugações, como *adsum*; outros pelos gêneros, como *gaudeo*; outros pelos números, como *faxo*; outros pelas figuras, como *inpleo*; outros pelos tempos, como *fero*; outros pelas pessoas, como *edo*. Também entre os verbos impessoais se encontram alguns defectivos, como *liquet, miseret*, ainda que possam ser declinados em todos os modos.<sup>207</sup>

### 13. SOBRE O ADVÉRBIO

640

Advérbio é a parte da oração que, colocada junto do verbo, esclarece e completa a significação dele, como *iam faciam* ou *non faciam*.<sup>208</sup>

<sup>203</sup> Donato aqui emprega a forma *innocens* (“inocente”), que coincide no nominativo e no vocativo. Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “eu, um inocente, sou açoitado” e “eu, um homem livre, obedeco”; “tu, inocente, és açoitado” e “tu, homem livre, obedeces”; “ele, um inocente, é açoitado” e “ele, um homem livre, obedece”.

<sup>204</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “é gerido por mim, por ti, por ele”; “acontece a mim, a ti, a ele”; “agrada a mim, a ti, a ele”; “convém a mim, a ti, a ele”.

<sup>205</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “tenho pena”, “recordo-me”; “maldigo”, “persuado”; “acuso”, “invoco”; “afasto-me”, “evito”; “usufruo”, “apodero-me”.

<sup>206</sup> Os exemplos do primeiro grupo se traduzem, respectivamente, por: “sento-me”, “rasgo”, “lanço-me”, “faço libações”, “chamo”, “vou”, “leio”, “arrasto”, “incito”, “amo”, “canto”, “raspo”, “corro”, “canso”, “peço”, “teço”. Em seguida: “afirmo”, “ajudo”, “triumfo”.

<sup>207</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “deixe-me ver”; “ponho-me a fazer”; “estou presente”; “alegro-me”; “farei”; “encho”; “levo”; “como”; “é claro”, “causa pena”.

<sup>208</sup> Respectivamente: “farei agora”; “não farei”.

Os advérbios ou nascem de si mesmos, como *heri, hodie, nuper*, ou vêm de outras partes da oração: de um nome apelativo, como *doctus: docte*; de um nome próprio, como *Tullius: Tulliane*; de um vocábulo, como *ostium: ostiatim*; de um pronome, como *meatim, tuatim*; de um verbo, como *cursim, strictim*; de um nome e um verbo, como *pedetemptim*; de um particípio, como *indulgens: indulgenter*.<sup>209</sup>

Os que vêm de um nome podem terminar em *-a*, como *una*; em *-e* longo, como *docte*; em *-e* breve, como *rite*; em *-i*, como *uesperi*; em *-o* longo, como *falso*; em *-o* breve, como *modo*; em *-u*, como *noctu*; em *-l*, como *semel*; em *-m*, como *strictim*; em *-r*, como *breuiter*; em *-s*, como *funditus*.<sup>210</sup>

Advérbios que terminam em *-e* devem ter esta sílaba longa, exceto aqueles que não admitem comparação, como *rite*; ou aqueles que não seguem a regra da comparação, como *bene, male* – pois fazem *bene melius optime, male peius pessime* –; ou aqueles que não vêm de nome ou de verbo, como *inpune, saepe*. De resto, *facile e difficile*, que se empregam como se fossem advérbios, devem antes ser chamados nomes empregados como advérbios, como é “*toruum clamat*”, *horrendum resonat*.<sup>211</sup>

641

Assim, advérbios que terminam em *-e* longo vêm de nomes que no dativo terminam em *-o*, como *huic docto: docte, huic sedulo: sedule*. Os que terminam em *-r* vêm de nomes que no dativo terminam em *-i*, como *huic agili: agiliter*. Porém, contrariando a regra, muitas vezes a autoridade usou muitos advérbios de modo abusivo. Pois alguns, como *dissemos*, permanecem no dativo e fazem advérbios, como *falso, sedulo*; outros fazem o oposto, como *huic duro* não *dure*, mas *duriter*.<sup>212</sup>

O advérbio tem três acidentes: significação, comparação, figura.

A significação dos advérbios distingue-se nisto: que há advérbios de lugar, como *hic*; de tempo, como *hodie, nuper*; de número, como *semel, bis*; de negação, como *non*; de afirmação, como *etiam, quidni*; de demonstração, como *en, ecce*; de desejo, como *utinam*; de exortação, como *eia*; de ordem, como *deinde*; de interrogação, como *cur, quare, quamobrem*; de semelhança, como *quasi, ceu*; de qualidade, como *docte, pulchre*; de quantidade, como *multum, parum*; de dúvida, como *forsitan, fortasse*; pessoais, como *mecum, tecum, secum, nobiscum*,

<sup>209</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “ontem”, “hoje”, “recentemente”; “douto: doutamente”; “Túlio” (i.e. Cícero): “tulianamente” (i.e. à maneira de Túlio, ou melhor, Cícero); “porta: de porta em porta”; “a meu modo”, “a teu modo”; “rapidamente” (de *currere*, “correr”), “estritamente” (de *stringere*, “restringir”); “passo a passo” (de *pedes*, “pés”, e *temptare*, “tatear”); “indulgente: indulgentemente”.

<sup>210</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “juntamente”; “doutamente”; “religiosamente”; “à tarde”; “falsamente”; “há pouco”; “à noite”; “uma vez”; “brevemente”; “completamente”.

<sup>211</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “religiosamente”; “bem”, “mal”; “bem, melhor, otimamente”; “mal, pior, pessimamente”; “impunemente”, “freqüentemente”; “fácil”, “difícil”; “brada ameaçador” (cf. VIRGÍLIO *Aeneis* 7.399), “ressoa horrendo” (cf. VIRGÍLIO *Aeneis* 9.732).

<sup>212</sup> Nos exemplos, tem-se: “douto: doutamente”, “diligente: diligentemente”; “ágil: agilmente”; “falso”, “diligente”; “duro”, “duramente”.

uobiscum; de interpelação, como heus; de resposta, como heu; de separação, como seorsum; de juramento, como edepol, ecastor, hercle, medius fidius; de escolha, como potius, immo; de reunião, como simul, una; de proibição, como ne; de eventualidade, como forte, fortuitu; de comparação, como magis ou tam.<sup>213</sup>

642

Do mesmo modo, há advérbios indefinidos, como ubi, quando, e advérbios definidos, como hic, modo.<sup>214</sup> Advérbios de lugar têm duas espécies: no lugar e para o lugar; no lugar, como intus, foris, para o lugar, como intro, foras, pois dizemos intus sum, foris sum, intro eo, foras eo.<sup>215</sup> Alguns acrescentam a espécie do lugar, que se diz como se fosse no lugar, como intus exeo, foris uenio.<sup>216</sup> Outros acrescentam ainda a espécie pelo lugar, como hac, illac.<sup>217</sup> Heus e heu muitos consideraram interjeições, não advérbios, porque nem sempre um verbo as acompanha.

A comparação é acidente do advérbio, porque também aqui os graus de comparação são três: positivo, comparativo e superlativo; positivo como docte, comparativo como doctius, superlativo como doctissime.<sup>218</sup> E, uma vez que também existem advérbios que não podem ir para todos os graus, no lugar do comparativo e do superlativo juntamos a eles magis e maxime para aumentar a significação, minus e minime para diminuí-la. Assim como são comparados, assim também são diminuídos: a partir do positivo, como primum : primulum, longe : longule; a partir do comparativo, como melius : meliuscule, longius : longiuscule.<sup>219</sup> A partir do superlativo os exemplos são raros ou nem existem.

As figuras dos advérbios são duas, pois os advérbios são simples, como docte, prudenter, ou compostos, como indocte, imprudenter. Os advérbios também se compõem de quatro modos.<sup>220</sup>

643

Há muitas palavras dúbias entre advérbio e nome, como falso; entre advérbio e pronome, como qui; entre advérbio e verbo, como pone; entre advérbio e particípio, como profecto; entre advérbio e conjunção, como quando; entre advérbio e preposição, como propter; entre advérbio e interjeição, como heu. Algumas delas distinguimos pelo acento, outras pelo sentido.<sup>221</sup>

<sup>213</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “aqui”; “hoje”, “recentemente”; “uma vez”, “duas vezes”; “não”; “certamente”, “por que não?”; “eis”, “aqui está”; “oxalá”; “vai!”, “em seguida”; “por quê?”, “por que razão?”, “por que motivo?”; “como se”, “bem como”; “doutamente”, “lindamente”, “muito”, “pouco”; “talvez”, “provavelmente”; “comigo”, “contigo”, “consigo”, “conosco”, “convosco”; “ei!”, “oi!”, “separadamente”; “por Pólux!”, “por Cástor!”, “por Hércules!”, “pelo deus da verdade!”, “de preferência”, “ou melhor”; “ao mesmo tempo”, “juntamente”; “não!”, “casualmente”, “fortuitamente”; “mais”, “tão”.

<sup>214</sup> Respectivamente: “onde”, “quando”, “aqui”, “agora”.

<sup>215</sup> Respectivamente: “estou dentro”, “estou fora”, “vou para dentro”, “vou para fora”.

<sup>216</sup> Respectivamente: “saio de dentro”, “venho de fora”.

<sup>217</sup> Respectivamente: “por aqui”, “por lá”.

<sup>218</sup> Respectivamente: “doutamente”, “mais doutamente”, “muito doutamente”.

<sup>219</sup> Respectivamente: “primeiro : primeirinho”; “longe : longinho”; “melhor : melhorzinho”; “mais longe : mais longinho”.

<sup>220</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “doutamente”, “prudentemente”; “indoutamente”.

<sup>221</sup> Os exemplos dizem respeito, respectivamente, à confusão entre o advérbio “falsamente” e o nome *falsum* no dativo ou ablativo singulares; o advérbio “como?” e o pronome “que”; o advérbio “atrás” e o verbo *ponere* no

Há advérbios de lugar que imprudentes consideram nomes: no lugar, como *Romae sum*; do lugar, como *Roma venio*; para o lugar, como *Romam pergo*. A estes não se antepõe a preposição, que costuma se associar a nomes de províncias, lugares ou regiões porque não se afastam da significação do nome, como de *Africa venio*, ad *Siciliam pergo*, in *Italia sum*.<sup>222</sup>

Uma preposição não se vinculará separadamente a em advérbio, mesmo que tenhamos lido de repente, de *sursum*, de subito, *ex inde*, *ab usque*, de *hinc*. Mas pronunciaremos estas com um único acento, como se fossem uma única parte da oração.<sup>223</sup>

#### 14. SOBRE O PARTICÍPIO

644

Particípio é a parte da oração assim chamada porque toma parte do nome e parte do verbo: do nome traz os gêneros e os casos; do verbo, os tempos e as significações; de ambos, o número e a figura. O particípio tem seis acidentes: gênero, caso, tempo, significação, número, figura.

Gêneros, os particípios têm quatro: masculino, como *lectus*; feminino, como *lecta*; neutro, como *lectum*; comum, como *legens*. De fato, todos os particípios do tempo presente são de gênero comum.<sup>224</sup>

Os casos dos particípios são tantos quantos os dos nomes; de fato, também os particípios são declinados em todos os casos.

Tempos, os particípios têm três: presente, passado e futuro, como *luctans luctatus luctaturus*.<sup>225</sup>

As significações dos particípios são tomadas dos gêneros dos verbos. Do verbo ativo vêm dois particípios: um presente e um futuro, como *legens lecturus*; do passivo dois: um pretérito e um futuro, como *lectus legendus*; do neutro dois, assim como do ativo: um presente e um futuro, como *stans staturus*; do depoente três: um presente, um pretérito e um futuro, como *luctans luctatus luctaturus*; do comum quatro: um presente, um pretérito e dois futuros, como *criminans criminatus criminaturus criminandus*.<sup>226</sup>

645

imperativo (“põe!”); o advérbio “certamente” e o particípio de *proficio* (“proveniente”); o advérbio “quando?” e a conjunção “quando”; o advérbio “perto” e a preposição “por causa de”; o advérbio de responder (“oi”) e a interjeição de dor (“ai”). Quanto à última observação, apenas *pone* se distingue pelo acento (cf. acima, p. 136 n. 99).

<sup>222</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “estou em Roma”; “venho de Roma”; “sigo para Roma”; “venho da África”; “sigo para a Sicília”; “estou na Itália”.

<sup>223</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “de repente”, “de debaixo”, “de súbito”, “desde daí”, “de até”, “de daqui”.

<sup>224</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “lido”; “lida”; “lido” (neutro); “que lê”.

<sup>225</sup> Respectivamente: “que luta”, “que lutou”, “que há de lutar”.

<sup>226</sup> Note que Donato usa “significação” (*significatio*) para se referir à classificação entre ativos e passivos. De certo modo, isso evita que se atribua ao particípio dois “gêneros”, um nominal e outro verbal. Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “que lê”, “que há de ler”; “lido”, “que há de ser lido”; “que fica”, “que há de ficar”; “que luta”, “que lutou”, “que há de lutar”; “que acusa”, “acusado”, “que há de acusar”, “que há de ser acusado”.



Particípios incoativos são apenas do presente, como *horrescens*, *tepscens*, *calescens*. Os defectivos às vezes são de algum tempo, como *soleo*:*solens*:*solitus*, às vezes de nenhum, como *memini*, do qual não se obtém nenhum particípio. Às vezes, os particípios de um verbo não defectivo são defectivos, como *studeo*:*studens*, que não tem futuro.<sup>227</sup> De verbo impessoal não vêm particípios, exceto aqueles usados de modo abusivo.<sup>228</sup>

Números, os particípios têm os dois: singular, como *hic legens*; plural, como *hi legentes*.<sup>229</sup>

A figura dos particípios também é dupla, pois os particípios são simples, como *scribens*, ou compostos, como *describens*. Os particípios também podem se compor de quatro modos.<sup>230</sup>

Há nomes que têm aparência de particípios, como *tunicatus*, *galeatus*, os quais não devem ser associados aos particípios porque não vêm de um verbo. Entre estes, há os que, embora pareçam particípios, se desligaram da significação dos verbos, como *pransus*, *cenatus*, *placita*, *nupta*, *triumphata*, *regnata*, pois não se diz *prandeor*, *cenor*, *placeor*, *nubor*, *triumphor*, *regnor*.<sup>231</sup>

Há também alguns particípios que, após receber uma preposição, afastam-se tanto dos verbos quanto dos particípios, como *nocens*:*innocens*, pois *noceo* se diz, *innoceo* não.<sup>232</sup>

646

Há os como que particípios, que vêm de um verbo mas, por não terem tempo, são considerados mais nomes do que particípios, como *furibundus*, *moribundus*.<sup>233</sup>

Há muitos particípios que também são nomes, como *passus*, *uisus*, *cultus*; entretanto, eles não só diferem nos casos como também se distinguem quanto aos tempos.<sup>234</sup>

Há particípios defectivos, que não podem ir para todos os tempos, como *coeptus*, *urguendus*.<sup>235</sup>

Há particípios que, ao receber a comparação, tornam-se nomes, como *acceptus incensus*:*acceptior incensior*.<sup>236</sup>

<sup>227</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “que estremece”, “que esquenta”, “que aquece”; “costumo”, “que costuma”, “que costumou”; “lembro”; “aplico-me: que se aplica”.

<sup>228</sup> Essa observação se explica pelo seguinte: se todo particípio tem pessoa, não é possível derivar um particípio de um verbo impessoal (cf. POMPEIO 5.261.17–23).

<sup>229</sup> Respectivamente: “o que lê”; “os que leem”.

<sup>230</sup> Respectivamente: “que escreve”; “que descreve”.

<sup>231</sup> Os dois primeiros exemplos são derivados de nomes (*tunica* e *galea*, respectivamente) e se traduzem por: “usando túnica”, “usando capacete”. Os demais têm origem em verbos neutros (por isso são particípios para Pompeio, cf. *GL* 5.262.33 *ss*), mas a partir de uma forma passiva que não existe para esse gênero de verbos; os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “almoçado”, “jantado”, “agrados”, “casada”, “legados”, “reinados” (“sou almoçado”, “sou jantado”, “sou gostado”, “sou noivado”, “sou legado”, “sou reinado” são agramaticais).

<sup>232</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “que ofende: inofensivo”; “ofendo”, “inofendo” (este é agramatical).

<sup>233</sup> Respectivamente: “furibundo”, “moribundo”.

<sup>234</sup> Respectivamente: *passus* pode ser particípio (de *pati*, “ser afetado”) ou nome (“passo”); *uisus* pode ser particípio (de *uidere*, “ver”) ou nome (“visão”); *cultus* pode ser particípio (de *colere*, “cultivar”) ou nome (“culto”). A diferença quanto aos casos é que aqueles particípios utilizam as formas da primeira e da segunda declinação (temas em -a/-o) e os nomes as formas da quarta (tema em -u); além disso, apenas os particípios têm tempo.

<sup>235</sup> Respectivamente: “começado”, “que há de ser apressado”.

<sup>236</sup> Uma vez que particípios não admitem a comparação, uma forma como *incensior* só pode derivar de *incensus*,

Não poucos negam que de participios se possam fazer advérbios; porém, a autoridade de numerosas leituras os refuta.<sup>237</sup>

## 15. SOBRE A CONJUNÇÃO

Conjunção é a parte da oração que conecta e ordena a sentença. A conjunção tem três acidentes: propriedade, figura e ordem.

A propriedade das conjunções divide-se em cinco espécies: há conjunções copulativas, disjuntivas, expletivas, causais e racionais.

Estas são copulativas: *et, que, at, atque, ac, ast*. Estas disjuntivas: *aut, ue, uel, ne, nec, neque*. Estas expletivas: *quidem, equidem, saltem, uidelicet, quamquam, quamuis, quoque, autem, porro, porro autem, tamen*. Estas causais: *si, etsi, etiamsi, si quidem, quando, quandoquidem, quin, quin etiam, quatenus, sin, seu, siue, nam, namque, ni, nisi, nisi si, si enim, etenim, ne, sed, interea, licet, quamobrem, praesertim, item, itemque, ceterum, alioquin, praeterea*. Estas racionais: *ita, itaque, enim, enimvero, quia, quapropter, quoniam, quoniamquidem, quippe, ergo, ideo, igitur, scilicet, propterea, idcirco*.<sup>238</sup>

647

As figuras das conjunções são duas: simples, como *nam*; composta, como *namque*.

A ordem das conjunções consiste nisto: que as conjunções são prepositivas, como *at, ast*; pospositivas, como *que, autem*; ou comuns, como *et, igitur*.

Há palavras que é incerto se classificamos como conjunções, como preposições ou como advérbios, todas as quais, todavia, se distinguem facilmente pelo sentido. Encontram-se também conjunções empregadas no lugar de outras conjunções, com propriedade trocada.<sup>239</sup>

648

## 16. SOBRE A PREPOSIÇÃO

Preposição é a parte da oração que, preposta às outras partes da oração, complementa, altera ou diminui a significação delas.

De fato, ou prepõe-se ao nome, como *invalidus*; ou prepõe-se ao pronome, como *prae me*, ou *lhe sucede*, como *mecum, tecum, nobiscum, uobiscum*; ou precede o verbo, como *perfero*, ou

enquanto nome; os exemplos se traduzem por: “aceitável”, “inflamado”, “muito aceitável”, “muito inflamado”.

<sup>237</sup> Cf. acima, p. 154.

<sup>238</sup> Para este parágrafo, ver as notas para o trecho correspondente da *Arte menor*, acima, pp. 126–7 n. 52–6.

<sup>239</sup> A primeira observação pode ser ilustrada pelas formas *ne* (que pode ser conjunção causal ou advérbio de negação) e pela forma *praeter*, uma preposição que, quando composta com *ea*, torna-se conjunção. A segunda observação aparece no tratado sobre o solecismo (ver solecismo pelas conjunções, p. 165).

o advérbio, como *expresse*, ou o particípio, como *praecedens*, ou a conjunção, como *absque*, ou a si mesma, como *circumcirca*.<sup>240</sup>

As preposições dependem de casos ou de palavras, ou tanto de casos quanto de palavras. Paralelamente, ou se juntam ou permanecem separadas, ou tanto se juntam quanto permanecem separadas.

As que se juntam são *di*, *dis*, *re*, *se*, *am*, *con*, pois dizemos *diduco*, *distraho*, *recipio*, *secubo*, *amplector*, *congregior*; as que permanecem separadas são *apud*, *penes*; todas as outras se juntam ou permanecem separadas. Dentre estas, as preposições *in* e *con*, se entram numa composição de modo que as letras *s* ou *f* venham imediatamente depois, em geral se alongam, como *insula*, *infula*, *consilium*, *confessio*.<sup>241</sup>

649

A preposição tem como acidente apenas o caso. E nas preposições os casos são dois, acusativo e ablativo, pois algumas prepõem-se ao acusativo, outras ao ablativo, outras aos dois.

As preposições de acusativo são estas: *ad*, *apud*, *ante*, *adversum*, *cis*, *citra*, *circum*, *circa*, *contra*, *erga*, *extra*, *inter*, *intra*, *infra*, *iuxta*, *ob*, *pone*, *per*, *prope*, *secundum*, *post*, *trans*, *ultra*, *praeter*, *propter*, *supra*, *usque*, *penes*.

De fato, dizemos: *ad patrem*, *apud uillam*, *ante aedes*, *adversum inimicos*, *cis Renum*, *citra forum*, *circum uicinos*, *circa templum*, *contra hostem*, *erga propinquos*, *extra terminos*, *inter naues*, *intra moenia*, *infra tectum*, *iuxta macellum*, *ob augurium*, *pone tribunal*, *per parietem*, *prope fenestram*, *secundum fores*, *post tergum*, *trans ripam*, *ultra fines*, *praeter officium*, *propter rem*, *supra caelum*, *usque Oceanum*, *penes arbitros*.<sup>242</sup> Dentre elas, *ad* e *apud*, ainda que sejam de um único caso, são empregadas de modo diverso, pois dizemos *ad amicum uado*, *apud amicum sum*; de fato, não é correto dizer *apud amicum uado nem ad amicum sum*.<sup>243</sup> Para muitos, *usque* não parece uma preposição, porque não pode ser pronunciada corretamente sem outra preposição.

As preposições de ablativo são estas: *a*, *ab*, *abs*, *cum*, *coram*, *clam*, *de*, *e*, *ex*, *pro*, *prae*, *palam*, *sine*, *absque*, *tenus*. De fato, dizemos: *a domo*, *ab homine*, *abs quolibet*, *cum exercitu*, *coram testibus*, *clam custodibus*, *de foro*, *e iure*, *ex praefectura*, *pro clientibus*, *prae timore*, *palam omnibus*, *sine labore*, *absque iniuria*, *tenus pube*. Esta última, porém, *pospõe-se* por causa da eufonia e faz “*pube tenus*”.<sup>244</sup> A preposição *clam*, por sua vez, depende de ambos os casos.

650

<sup>240</sup> Note que, com exceção de *prae me*, os exemplos consistem todos em palavras compostas, em que a preposição cumpre o papel de prefixo, e se traduzem, respectivamente, por: “inefcaz”; “diante de mim”; “comigo”; “contigo”; “conosco”; “convosco”; “suporto”; “expressamente”; “precedente”; “sem”; “em todo o entorno”.

<sup>241</sup> Os exemplos do primeiro grupo se traduzem, respectivamente, por: “disperso”, “destrincho”, “recebo”, “durmo sozinho”, “abraço”, “vou ao encontro”. Os do segundo grupo, por: “ilha”, “faixa”, “conselho”, “confissão”.

<sup>242</sup> Esses exemplos são os mesmos apresentados na *Arte menor*, cuja tradução se encontra na p. 128 n. 58.

<sup>243</sup> A distinção de emprego entre *ad* e *apud* se baseia na oposição entre movimento e repouso; segundo Cledônio, “*ad* é itinerária, *apud* é local” (*GL* 5.25.12–3). Nesse sentido, correspondem às nossas preposições *a* e *em*, de modo que os exemplos podem se traduzidos, respectivamente, por: “vou à casa do amigo”, “estou na casa do amigo”; “vou na casa do amigo”, “estou à casa do amigo”.

<sup>244</sup> Os exemplos são os mesmos apresentados na *Arte menor*, cuja tradução se encontra na p. 128 n. 59. A expressão *pube tenus* se encontra em Virgílio (cf. *Aeneis* 3.427).

As preposições dos dois casos são estas: *in*, *sub*, *super*, *subter*. Dentre elas, *in* e *sub* são de acusativo quando o significado é que ou nós ou qualquer outro vai, foi ou irá para o lugar; são de ablativo quando o significado é que nós ou qualquer outro está, esteve ou estará no lugar. São exemplos desta matéria: *in* com acusativo, “*itur in antiquam siluam*”; *in* com ablativo: “*stans celsa in puppi*”; *sub* com acusativo: “*postesque sub ipsos / nituntur gradibus*”; *sub* com ablativo: “*arma sub aduersa posuit radiantia quercu*”.<sup>245</sup> *Super* e *subter*, por sua vez, embora naturalmente precedam o acusativo, muita vez se juntam também ao ablativo, como “*gemina super arbore sidunt*” e “*ferre iuuat subter densa testudine casus*”.<sup>246</sup> Ainda assim, muitos pensam que só duas preposições são ambivalentes, *in* e *sub*, e que *super* e *subter*, quando significam lugar, juntam-se ao ablativo de modo figurado. Fora dessa forma, a preposição *super*, quando significa *de*, isto é, quando se faz referência a algo, é apenas de ablativo, como “*multa super Priamo rogitans*”, isto é, *de Priamo*.<sup>247</sup>

651

Preposições separadas têm acento agudo; se unidas a casos ou palavras, frequentemente trocam seu valor e tornam-se graves.

As preposições ou corrompem as próprias palavras, como *conficio*, ou elas próprias são corrompidas, como *suffero*, ou tanto corrompem quanto são corrompidas, como *suscipio*.<sup>248</sup>

Os antigos juntavam preposições também ao genitivo, como “*crurum tenus*”.<sup>249</sup> Do mesmo modo, encontramos *post*, *ante* e *circum* com dois casos.<sup>250</sup>

Mas convém sabermos que as preposições só conservam sua lei quando estão prepostas; se pospostas, não mantêm nem sua significação nem o valor do seu nome nem sua própria lei. Preposições separadas não se ligam a preposições separadas, e fazem advérbios quando um caso não as acompanha.<sup>251</sup>

Há quem julgue que a preposição tem ainda como acidentes *figura* e *ordem*; *figura*, porque há preposições simples, como *abs*, e compostas, como *absque*; *ordem*, porque há preposições prepositivas, como *sine*, e pospositivas, como *tenus*. Mas nós contaremos estas e outras semelhantes entre aquelas que se denominam irregulares.

652

<sup>245</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “vai-se à antiga floresta” (VIRGÍLIO *Aeneis* 6.179); “estando no alto da popa” (VIRGÍLIO *Aeneis* 3.527); “e, por sob os próprios batentes, procuram subir os degraus” (VIRGÍLIO *Aeneis* 2.442–3); “colocou armas radiantes sob o carvalho em frente” (VIRGÍLIO *Aeneis* 8.616).

<sup>246</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “pousam sobre uma árvore dúplice” (VIRGÍLIO *Aeneis* 6.203) e “apraz suportar os impactos sob a tartaruga cerrada” (VIRGÍLIO *Aeneis* 9.514).

<sup>247</sup> Quer dizer: “muitas coisas indagando sobre Príamo” (VIRGÍLIO *Aeneis* 1.750).

<sup>248</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “concluo” (de *con+facio*); “suporto” (de *sub+fero*), “sustento” (de *sub+cipio*). Note que o prefixo *con-* não é visto como forma corrompida da preposição *cum*.

<sup>249</sup> Quer dizer: “até as pernas” (VIRGÍLIO *Georgica* 3.53).

<sup>250</sup> Segundo Pompeio, os antigos também as uniam ao ablativo (*GL* 5.278.18).

<sup>251</sup> A primeira observação parece se referir ao fato de que, quando posposta, costuma se construir com outro caso (e.g. *post tempus*, *longo post tempore*). A segunda remete, de um lado, à impossibilidade de haver uma preposição preposicionada, e de outro, à impossibilidade de uma preposição não ser acompanhada por uma palavra casual; nessas condições, estará empregada como advérbio. Essa questão foi discutida no capítulo 3 (cf. p. 90 n. 143).

## 17. SOBRE A INTERJEIÇÃO

Interjeição é a parte da oração inserida entre as outras partes da oração para exprimir os afetos do ânimo: seja do que sente medo, como *ei*; seja do que sente desejo, como *o*; seja do que sente dor, como *heu*; seja do que sente alegria, como *euax*.

Entre os gregos, todavia, elas são incorporadas aos advérbios, algo que os latinos não fazem justamente porque vozes desse tipo não são imediatamente sucedidas por um verbo. Por outro lado, a interjeição também pode ser substituída por outras partes da oração, seja por uma única, seja por mais de uma, como *nefas, pro nefas*.<sup>252</sup>

Não é possível determinar acentos nas interjeições, assim como em quase todas as vozes confusas que encontramos.

---

<sup>252</sup> Isso também ocorre em português, como em: “nossa!”, “minha nossa!”.

## 1. SOBRE O BARBARISMO

Barbarismo é uma parte da oração viciosa na linguagem comum. No poema se chama metaplasmo. Por outro lado, em palavra nossa se chama barbarismo, em palavra estrangeira é barbarolexia, como se alguém disser *mastruga*, *cateia*, *magalia*.<sup>253</sup>

Faz-se barbarismo de dois modos: pela pronúncia e pela escrita. A esta bipartição se aplicam quatro espécies: adição, subtração, substituição e transposição de letra, de sílaba, de tempo, de tom e de aspiração.

Fazem-se barbarismos:

— por adição:

- de letra como “*reliquias Danaum*”,<sup>254</sup> já que devemos dizer *reliquias* com um l só;<sup>255</sup>
- de sílaba como “*nos abiisse rati*”<sup>256</sup> em vez de *abisse*;
- de tempo como “*Italiam fato profugus*”,<sup>257</sup> já que devemos dizer *Itália*, com a primeira letra breve.

— por subtração:

- de letra como “*infantibu paruis*” em vez de *infantibus*;<sup>258</sup>
- de sílaba como *salmentum* em vez de *salsamentum*;<sup>259</sup>
- de tempo como “*unius ob noxam*”<sup>260</sup> em vez de *unius*.

<sup>253</sup> O texto dá a entender que a barbarolexia é vício na palavra estrangeira, isto é, uma palavra estrangeira escrita ou pronunciada incorretamente (cf. POMPEIO 5.284.26; SÉRVIO 4.444.7). Outros gramáticos, porém, afirmam que a simples introdução de uma palavra estrangeira no discurso latino já configura a barbarolexia (cf. CONSÊNCIO<sup>B</sup> 2.6; JULIANO 179.11). Essa explicação, aliás, se encaixa melhor com os exemplos, todos corretos do ponto de vista da ortografia: *mastruga* (ou *mastruca*) designa um manto de pele de carneiro típico da Sardenha (cf. QUINTILIANO 1.5.8; POMPEIO 5.284.22; CONSÊNCIO<sup>B</sup> 2.9; JULIANO 179.15); *cateia* é nome de uma lança germânica (cf. SÉRVIO *In Aeneidos* 7.741; CONSÊNCIO<sup>B</sup> 2.8; JULIANO 179.16; Pompeio diz que é persa, cf. *GL* 5.284.23); *magalia* são cabanas de pastores cartagineses (cf. SÉRVIO *In Aeneidos* 1.421; POMPEIO 5.284.22; CONSÊNCIO<sup>B</sup> 2.9; JULIANO 179.17).

<sup>254</sup> VIRGÍLIO *Aeneis* 1.30 *et alibi*.

<sup>255</sup> Muitos exemplos de barbarismo provêm de textos poéticos e são idênticos aos usados para ilustrar espécies de metaplasmo (cf. pp. 167–8). Esse procedimento é bastante problemático, já que compromete não só a definição do vício (“erro na linguagem comum”) mas também a própria distinção entre vício e virtude, barbarismo e metaplasmo. O problema é antigo; encontramos já em Quintiliano um pedido para que o leitor “finja que Virgílio errou” (*cum sit Vergilius auctor, fingamus non recte dictum*, 1.5.35). Para evitar o problema, Consêncio prefere “não imitar os escritores que quiseram dar exemplos de autoridade para as lições dos vícios, de modo que quase ninguém entenda o que é barbarismo e o que é metaplasmo”, e busca exemplos “que podemos perceber no uso cotidiano dos falantes, se prestarmos atenção com um pouco mais de curiosidade” (CONSÊNCIO<sup>B</sup> 10.18).

<sup>256</sup> VIRGÍLIO *Aeneis* 2.25.

<sup>257</sup> VIRGÍLIO *Aeneis* 1.2.

<sup>258</sup> Pompeio explica que a letra ‘s’, quando antecede uma consoante muda, deve ser excluída da leitura: por exemplo, “não posso dizer *ponite spes*, tenho que dizer *ponite pes*” (POMPEIO 5.109.7–20). O exemplo usado por Donato é de Lucrécio (*De rerum natura* 1.186).

<sup>259</sup> Um fragmento anônimo explica que são duas palavras diferentes: *salmentum* é a sujeira do mar, *salsamentum* é o peixe conservado em salmoura, também chamado *salsugo*. Assim, se alguém que conhece as duas palavras disser *salmentum* em vez de *salsamentum*, terá cometido barbarismo (cf. *GL* 5.327.14).

<sup>260</sup> VIRGÍLIO *Aeneis* 1.41.

— por substituição:

- de letra como *olli* em vez de *illi*;
- de sílaba como *permities* em vez de *pernicies*;
- de tempo como “*feruere Leucaten*”,<sup>261</sup> uma vez que *feruere* é da segunda conjugação e deve ser dito alongadamente.

— por transposição:

- de letra como “*Euandre*”<sup>262</sup> em vez de *Euander*;
- de sílaba como *displicina* em vez de *disciplina*;
- de tempo como se alguém pronunciar *deos* com a primeira sílaba longa e a segunda breve.

Os tons são igualmente alterados por essas quatro espécies, pois também eles são adicionados, subtraídos, substituídos e transpostos. Exemplos surgirão em abundância se alguém pesquisar.<sup>263</sup>

De todos esses modos também por aspiração se reconhece um barbarismo, que alguns julgam que deve ser atribuído à escrita, outros à pronúncia, obviamente por causa do *h*, que uns consideram letra, outros sinal de aspiração.<sup>264</sup>

Fazem-se barbarismos também por hiato. Há ainda más composições, isto é, cacossíntetos, que não poucos consideram barbarismos, entre as quais estão mitacismos, lambdacismos, iotacismos, hiatos, colisões e tudo que, soando mais ou menos do que o adequado, não é aceito por ouvidos educados.<sup>265</sup> Tendo dito que esses vícios devem ser evitados, deixamos aos obstinados a disputa sobre a classificação.<sup>266</sup>

655

<sup>261</sup> VIRGÍLIO *Aeneis* 8.677.

<sup>262</sup> VIRGÍLIO *Aeneis* 11.55.

<sup>263</sup> Por exemplo, por adição: *ârma* em vez de *ârma* (POMPEIO 5.285.24), *hïc* em vez de *hïc* (SÉRVIO 4.444.20), *tríginta* em vez de *triginta* (CONSÊNCIO<sup>B</sup> 11.9); por subtração: *Rôma* em vez de *Rôma* (POMPEIO 5.285.31), *dêinde* em vez de *dêinde* (SÉRVIO 4.444.27); por substituição: *Métellus* em vez de *Metéllus* (AUDAX 7.362.16; JULIANO 181.22); *isté* em vez de *íste* (SACERDOTE 6.451.9).

<sup>264</sup> Na verdade, os dois casos não se excluem: pode-se encontrar tanto uma palavra mal escrita (pela adição ou subtração inconveniente do ‘h’, considerado letra) quanto uma palavra mal pronunciada (pela adição ou subtração da aspiração, que tem como marca o ‘h’). Consêncio<sup>B</sup> (11.12 s), por exemplo, identifica barbarismo por aspiração “quando alguém escreve *homen* [em vez de *omen*] ... e quando alguém diz *onor* [em vez de *honor*]”.

<sup>265</sup> Ocorre mitacismo quando uma palavra que termina pela letra ‘m’ é seguida de uma palavra que começa por vogal (e.g. *hominem amicum*) e é pronunciada *homine mamicum* (DIOMEDES 1.453.9; SÉRVIO 4.445.14; POMPEIO 5.287.7; CONSÊNCIO<sup>B</sup> 15.6). O lambdacismo se faz quando se pronuncia um ‘l’ simples de modo mais tênue, como *llargus* em vez de *largus*, ou quando se pronuncia o ‘l’ geminado de modo mais cheio, como *Metelus* em vez de *Metellus*; diz-se que este vício é típico dos africanos (SÉRVIO 4.445.12; POMPEIO 5.286.34; CONSÊNCIO<sup>B</sup> 16.5). Para o iotacismo há duas explicações distintas: uma se refere à pronúncia mais tênue da vogal ‘i’, especialmente quando ela causa a duplicação da sílaba, como *ius* tornar-se *iius*, *Maia Maia*, *Troia Troia* (DIOMEDES 1.453.7; CONSÊNCIO<sup>B</sup> 15.14; JULIANO 182.16); outra observa o efeito da vogal sobre o som das consoantes ‘t’ e ‘d’, pois “toda vez que uma vogal se segue às sílabas *ti* ou *di* em posição medial, estas se convertem em sibilantes”: o vício seria a ausência do sibilo (SÉRVIO 4.445.8; POMPEIO 5.286.7). Hiato é quando uma palavra terminada em vogal e outra começada por vogal são justapostas sem sinalefa, como *Musa edocuit*; é pior quando a vogal é a mesma, como *Musa amauit* (SÉRVIO 4.445.19; POMPEIO 5.287.24). Por fim, colisão é quando a palavra seguinte começa pela mesma sílaba que termina a anterior, como *mater terra* (SÉRVIO 4.445.22; POMPEIO 5.287.26).

<sup>266</sup> Alguns desses “obstinados” o fazem, com base nas definições genéricas dos vícios: o iotacismo e o lambdacismo, porque ocorrem no interior de uma única parte da oração, são barbarismos; o mitacismo, o hiato e a colisão, porque ocorrem no encontro de duas palavras, são solecismos (cf. SÉRVIO 4.445.26; POMPEIO 5.288.8).



## 2. SOBRE O SOLECISMO

Solecismo é o vício na combinação das partes da oração, feito contra a regra da arte gramática.

Entre o solecismo e o barbarismo há uma diferença: o solecismo tem palavras discordantes ou incoerentes entre si, o barbarismo ocorre em palavras isoladas, pela escrita ou pela pronúncia. Todavia, erram os muitos que pensam que o solecismo também se faz em uma única parte da oração – se dissermos *haec* apontando um homem ou *hic* apontando uma mulher; ou se, perguntados para onde estamos indo, respondermos *Romae*; ou ainda, para nos despedir de uma única pessoa, dissermos *salvete* –, uma vez que, em todo caso, a referência, a pergunta e a despedida tem valor de contexto.<sup>267</sup> Muitos também hesitaram se *scala*, *quadriga*, *scopa* seriam solecismos ou barbarismos, embora seja evidente que esse tipo de palavra possa ser facilmente entendido como barbarismo, até mesmo pela definição do próprio vício.<sup>268</sup>

O solecismo é feito de dois modos: pelas partes da oração ou pelos acidentes das partes da oração.

Pelas partes da oração fazem-se solecismos quando se emprega uma no lugar da outra, como “*toruumque repente / clamat*” em vez de *torue*: empregou-se o nome no lugar do advérbio. Este vício também ocorre dentro da mesma parte da oração, quando ela é empregada por ela mesma, mas não em seu lugar apropriado nem como é conveniente, como “*cui tantum de te licuit*” em vez de *in te*; *apud amicum eo* em vez de *ad amicum*; *intro sum* em vez de *intus sum*; *foris exeo* em vez de *foras*.<sup>269</sup>

656

Pelos acidentes das partes da oração fazem-se solecismos de tantos modos quantos são os acidentes das partes da oração. Mas, para resumir, mostraremos apenas alguns, a título de exemplo.

De fato, fazem-se solecismos pelas qualidades dos nomes, como “*hauriat hunc oculis ignem crudelis ab alto / Dardanus*” em vez de *Dardanius*: empregou o nome próprio no lugar do apela-

<sup>267</sup> Com essa observação, Donato demonstra considerar esses casos como solecismos, justificando o aparente isolamento da palavra com a existência de um contexto implícito ou elíptico. Essa parece ser uma questão permanente entre os gramáticos antigos, especialmente quanto aos dois primeiros casos, que engajam uma relação dêitica entre o discurso e a realidade discutida desde Apolônio Díscolo (o qual, aliás, discorda da posição de Donato, pois para ele “a oração em si está correta, sendo em relação à *dêixis* que há o problema do gênero”, *Syntaxis* 3.10, *apud* ILDEFONSE 1997: 273–4); Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “ela”; “ele”; “em Roma”; “passem bem”.

<sup>268</sup> Três palavras femininas que normalmente se empregam no plural; os exemplos mostram-nas no singular, traduzidas, respectivamente, por: “escada”, “quadriga”, “broto”.

<sup>269</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “súbito, brada ameaçador” (VIRGÍLIO *Aeneis* 7.399) em vez de “de modo ameaçador”; “a quem foi permitido tanto em cima de ti?” (VIRGÍLIO *Aeneis* 6.502) em vez de “contra ti”; “vou na casa do amigo” em vez de “à casa do amigo”; “estou pra dentro” em vez de “estou dentro”; “vou lá fora” em vez de “vou lá para fora”.

tivo.<sup>270</sup> Pelos gêneros, como “*uulidi silices*”, “*amarae corticis*” e “*collus collari caret*”.<sup>271</sup> Pelos números, como “*pars in frusta secant*” em vez de *secat*.<sup>272</sup> Pela comparação, como “*Respondit luno Saturnia sancta dearum*” em vez de *sanctissima*.<sup>273</sup> Pelos casos, como “*urbem quam statuo uestra est*” em vez de *urbs quam statuo*.<sup>274</sup>

Pelos modos dos verbos, como “*itis, paratis arma quam primum, uiri*” em vez de *ite, parate*: empregou o modo indicativo no lugar do imperativo.<sup>275</sup> Pelas significações, como “*spoliantur eos et corpora nuda relinquunt*” em vez de *spoliant*.<sup>276</sup> Pelos tempos, como “*ceciditque superbum / llium et omnis humo fumat Neptunia Troia*” em vez de *cecidit ... et fumauit*.<sup>277</sup> Pelas pessoas, como “*Danai, qui parent Atridis, quam primum arma sumite*” em vez de *qui paretis ... sumite*.<sup>278</sup>

657

Pelos advérbios, como *intus eo* em vez de *intro*, *foras sto* em vez de *foris*, *Italia uenio e ad Romam* pergunto, uma vez que a preposição não deve ser adicionada separadamente ao advérbio, apenas ao nome.<sup>279</sup>

Pelas preposições, quando se emprega uma pela outra ou quando se subtrai uma necessária: uma pela outra, como “*sub lucem*” em vez de *ante lucem*; subtrai-se uma necessária, como “*siluis te, Tyrrene, feras agitare putasti*” em vez de *in siluis*.<sup>280</sup>

Pelas conjunções, como “*subiectisque urere flammis*” em vez de *subiectisque*; e *autem fieri non debet*, já que é para dizer *fieri autem non debet*.<sup>281</sup>

Ademais, fazem-se solecismos de muitos modos, que podemos assinalar antes censurando do que imitando.

658

Denomina-se solecismo no discurso em prosa; no poema é figura.

<sup>270</sup> Quer dizer: “que do alto-mar o cruel Dárdano consuma com os olhos este fogo” (VIRGÍLIO *Aeneis* 4.661–2) em vez de “o cruel dardânio...”, isto é, troiano, descendente de Dárdano.

<sup>271</sup> Respectivamente: *silex* é um substantivo mais usado no feminino, mas neste verso de Lucrécio (*De rerum natura* 1.571) vem associado a *uulidus*, adjetivo masculino; *cortex* é usualmente masculino, mas neste verso de Virgílio (*Eclogae* 6.62) vem acompanhado por um adjetivo no feminino (*amara*); *collum* é uma palavra neutra, mas neste verso de Plauto (*Captiui* 357) está empregada com a desinência -us, marca de masculino.

<sup>272</sup> Quer dizer: “uma parte [dos homens] cortam [a caça] em pedaços” (VIRGÍLIO *Aeneis* 1.212) em vez de “corta”.

<sup>273</sup> Quer dizer: “respondeu Juno, filha de Saturno, venerável das deusas” (ÊNIO *Annales* 1.64) em vez de “a mais venerável”.

<sup>274</sup> Quer dizer: “a qual cidade fundo é vossa” (VIRGÍLIO *Aeneis* 1.573) em vez de “a cidade que fundo é vossa”.

<sup>275</sup> Quer dizer: “ides, preparais as armas o quanto antes, homens” (*Trag. inc.* 34R) em vez de “ide, preparai...”.

<sup>276</sup> Quer dizer: “despojam-se-os e abandonam os corpos nus” (ÊNIO *Annales* 619) em vez de “despojam-nos...”.

<sup>277</sup> Quer dizer: “caiu a soberba Ílio e a Tróia de Netuno inteira fumega ao chão” (VIRGÍLIO *Aeneis* 3.2–3) em vez de “caiu ... e fumegou”.

<sup>278</sup> Quer dizer: “Dânaos, que obedecem aos atridas, tomai as armas o quanto antes” (*Trag. inc.* 35R) em vez de “... que obedecéis ... tomai ...”.

<sup>279</sup> Respectivamente: “vou dentro” em vez de “vou pra dentro”; “estou pra fora” em vez de “estou fora”; “chego a Itália” em vez de “chego à Itália”; “dirijo-me até a Roma” em vez de “dirijo-me a Roma” (a forma *Romam* é considerada advérbio de lugar, cf. acima, p. 156).

<sup>280</sup> Respectivamente: “abaixo da aurora” (VIRGÍLIO *Georgica* 1.445) em vez de “antes da aurora”; “pensou que perseguia as feras [nas] florestas, tirreno?” (VIRGÍLIO *Aeneis* 11.686); a ausência da preposição é dificilmente reproduzível em português, pois em latim o caso ablativo supre essa falta.

<sup>281</sup> Respectivamente: “e então queimá-lo, pondo fogo embaixo dele” (VIRGÍLIO *Aeneis* 2.37) em vez de “ou então queimá-lo...”; “porém, não deve ser feito” (a conjunção *autem* é pospositiva, i.e. não pode começar a oração).

### 3. SOBRE OUTROS VÍCIOS

Com o barbarismo e o solecismo, contam-se doze vícios deste modo: barbarismo, solecismo, acirológia, cacófato, pleonasma, perissologia, macrologia, tautologia, elipse, tapinose, cacossínteto e anfibolia.

Acirológia é a palavra imprópria, como “hunc ego si potui tantum sperare dolorem”; disse sperare em vez de timere.<sup>282</sup>

Cacófato é a enunciação obscena, quer numa expressão composta, quer numa única palavra, como “numerum cum nauibus aequet” e “arrige aures Pamphile”.<sup>283</sup>

Pleonasma é a adição de uma palavra supérflua à significação plena, como “sic ore locuta est” em vez de sic locuta est.<sup>284</sup>

Perissologia é a adição supérflua de palavras sem qualquer valor referencial, como “ibant qua poterant, qua non poterant non ibant”.<sup>285</sup>

659

Macrologia é uma longa sentença que contém referências desnecessárias, como “legati non impetrata pace retro, unde venerant, domum reuersi sunt”.<sup>286</sup>

Tautologia é a repetição viciosa da mesma palavra, como egomet ipse.<sup>287</sup>

Elipse é a ausência de palavra necessária, da qual a sentença, interrompida, carece, como “haec secum”, pois falta loquebatur.<sup>288</sup>

Tapinose é o rebaixamento de um assunto grandioso, sem que a percepção induza a isso, como “penitusque cauernas / ingentes utrumque armato milite complent”, “Dulichias uexasse rates” e “Pelidae stomachum cedere nesci”.<sup>289</sup>

<sup>282</sup> Quer dizer: “se pude esperar esta tamanha dor” (VIRGÍLIO *Aeneis* 4.419) em vez de “temer”. A impropriedade deve-se ao fato de que “esperamos as coisas boas; as ruins nós tememos” (POMPEIO 5.293.11).

<sup>283</sup> No primeiro exemplo (“iguale o número com as naus”, VIRGÍLIO *Aeneis* 1.193), o som produzido pelo encaideamento de *cum* e *nauibus* pode sugerir *cunnus*, nome da genitália feminina. No segundo (“erga as orelhas, Pânfilo”, TERÊNCIO *Andria* 933), o verbo *arrigere* pode sugerir ereção. Cf. CARÍSIO 356.23; SÉRVIO 4.447.15; POMPEIO 5.293.14.

<sup>284</sup> Quer dizer: “assim falou pela boca” (VIRGÍLIO *Aeneis* 1.614) em vez de, simplesmente, “assim falou”.

<sup>285</sup> Quer dizer: “iam por onde podiam; por onde não podiam não iam” (*Poet. inc. frg.* 4 Mo).

<sup>286</sup> Quer dizer: “os enviados, não alcançada a paz, retornaram de onde tinham chegado de volta para casa” (TITO-LÍVIO *Frag.* 75 w).

<sup>287</sup> A repetição não é exatamente da mesma palavra, mas de palavras funcionalmente equivalentes (algo como “eu próprio mesmo”); ocorre num texto atribuído a Júlio César (*Bellum Africum* 54.3).

<sup>288</sup> Quer dizer: “estas coisas consigo” (VIRGÍLIO *Aeneis* 1.37); o verbo está elíptico (“falava”).

<sup>289</sup> Respectivamente: “e encham até o fundo as desconumais cavidades / e o ventre com a tropa armada” (VIRGÍLIO *Aeneis* 2.19–20), “ter afligido as jangadas dulíquias” (VIRGÍLIO *Eclogae* 6.76) e “o estômago do inflexível pelida” (HORÁCIO *Carmina* 1.6.6). Em cada um desses exemplos há uma palavra inadequada para o estilo elevado: no primeiro, *ingentes* onde seria melhor *grandes* (POMPEIO 5.295.1); no segundo, chamar de jangada (*rates*) uma nau de guerra; no terceiro, *stomachum* para a ira de Aquiles (CARÍSIO 357.22; DIOMEDES 1.450.29).

Cacossínteto é a disposição viciosa das palavras, como “*uersaque iuuenicum / terga fatigamus hasta*”.<sup>290</sup>

Anfibolia é ambiguidade da palavra, que se faz ou pelo caso acusativo, como se alguém disser *audio secutorem retiarium superasse*; ou pelo verbo comum, como se alguém disser *criminator Cato, uadatur Tullius*, e não acrescentar a quem ou por quem; ou pela pontuação, como *uidi statuam auream hastam tenentem*.<sup>291</sup> Faz-se também pelos homônimos, como se alguém disser *acies* e não acrescentar *oculorum* ou *exercitus* ou *ferri*.<sup>292</sup> Enfim, faz-se de muitas outras maneiras, que não convém examinar em sua totalidade para não prolongar demais.

660

#### 4. SOBRE O METAPLASMO

Metaplasmo é a transformação da linguagem correta e fluente em outra espécie por causa do metro ou do ornamento. Suas espécies são catorze: prótese, epêntese, paragoge, aférese, síncope, apócope, êctase, sístole, diérese, epissinalefa, sinalefa, eclipse, antítese e metátese.

Prótese é o acréscimo de letra ou sílaba ao início da palavra, como “*gnato*” em vez de *nato* e “*tetulit*” em vez de *tulit*.<sup>293</sup>

Epêntese é o acréscimo de letra ou sílaba ao meio da palavra, como “*relliquias*” em vez de *reliquias*, “*induperator*” em vez de *imperator*.<sup>294</sup> Alguns dizem epêntese, outros parêntese.

661

Paragoge é o acréscimo de letra ou sílaba ao final da palavra, como *magis* em vez de *mage* e “*potestur*” em vez de *potest*.<sup>295</sup> Alguns a chamam de *prosparalepse*.

Aférese, ao contrário da prótese, é a supressão do início da palavra, como “*mitte*” em vez de *omitte* e “*temno*” em vez de *contemno*.<sup>296</sup>

Síncope, ao contrário da epêntese, é a supressão do meio da palavra, como “*audacter*” em vez de *audaciter*, “*commorat*” em vez de *commouerat*.<sup>297</sup>

<sup>290</sup> Quer dizer: “castigamos, invertida, a lombar dos novilhos com a lança” (VIRGÍLIO *Aeneis* 9.609–10); à primeira vista, a posição de *uersa* (“invertida”) faz com que pareça se referir a *terga* (“lombar”) e não a *hasta* (“lança”).

<sup>291</sup> Os exemplos se traduzem, respectivamente, por: “ouço que o gladiador venceu o retiário” ou “ouço que o retiário venceu o gladiador”; “Catão acusa” ou “Catão é acusado”; “Túlio intima” ou “Túlio é intimado”; “vi uma estátua dourada que portava uma espada” ou “vi uma estátua que portava uma espada dourada” (aqui, a posição intermediária de *auream* gera uma ambiguidade que poderia ser resolvida por meio de um ponto baixo, cf. acima, p. 137).

<sup>292</sup> O significado de *acies* (“ponta”) se define conforme o complemento: *acies oculorum* é “pupila dos olhos”; *acies exercitus* é “linha de batalha”; *acies ferri* é “ponta da espada”.

<sup>293</sup> Os exemplos provêm, respectivamente, de: VIRGÍLIO *Aeneis* 3.12; *Trag. inc. frg.* 70.

<sup>294</sup> Os exemplos provêm, respectivamente, de: VIRGÍLIO *Aeneis* 1.30 *et al.*; ÊNIO *Annales* 1.78.

<sup>295</sup> O exemplo provém de: LUCRÉCIO *De rerum natura* 3.1010.

<sup>296</sup> Os exemplos provêm, respectivamente, de: TERÊNCIO *Adelphoe* 185; VIRGÍLIO *Aeneis* 6.620.

<sup>297</sup> Os exemplos provêm, respectivamente, de: ÊNIO *Annales* 8.273; TERÊNCIO *Phormio* 101.

Apócope, ao contrário da paragoge, é a supressão do final da palavra, como “Achilli” em vez de Achillis e “pote” em vez de potest.<sup>298</sup>

Êctase é o alongamento da sílaba contra a natureza da palavra, como “Italiam fato profugus”, já que se deve dizer Itália, brevemente.<sup>299</sup>

Sístole, ao contrário da êctase, é a abreviação, como “aquosus Ōrion”, já que se deve dizer Ōrion, alongadamente.<sup>300</sup>

662

Diérese é a cisão de uma sílaba, que se transforma em duas, como “Olli respondit rex Albai Longai”.<sup>301</sup>

Epissinalefa, ao contrário da diérese, é a aglutinação de duas sílabas, que se transformam em uma, como “Phaeton” em vez de Phaëton, “Nerei” em vez de Nerei, “aeripedem” em vez de aëripedem.<sup>302</sup>

Sinalefa é a elisão suave e lúbrica pela contração de vogais que se encontram, como “atque ea diversa penitus dum parte geruntur”.<sup>303</sup> Por alguns é denominada síncrise.

Eclipse é a elisão difícil e ríspida de consoantes que se encontram com vogais de modo áspero, como “multum ille et terris iactatus et alto”.<sup>304</sup>

Antítese é o emprego de uma letra no lugar de outra, como “olli” em vez de illi.<sup>305</sup>

663

Metátese é a tranferência de letras, uma para o lugar da outra, sem que nenhuma seja suprimida da palavra, como “Euandre” em vez de Evander, “Thymbre” em vez de Thymbor.<sup>306</sup>

## 5. SOBRE AS FIGURAS

Há figuras de palavra e figuras de pensamento, mas as de pensamento competem aos oradores, as de palavra aos gramáticos. Como estas são muitas, de todas são

<sup>298</sup> Os exemplos provêm, respectivamente, de: VIRGÍLIO *Aeneis* 1.30; LUCRÉCIO *De rerum natura* 3.1079.

<sup>299</sup> O exemplo provém de Virgílio (*Aeneis* 1.2) e se traduz por: “posto em fuga pelo destino”.

<sup>300</sup> O exemplo provém de Virgílio (*Aeneis* 4.52).

<sup>301</sup> Palavras cujos finais em ditongo (*ae*) foram transformados em hiato (*a-i*). O exemplo é um verso de Ênio (*Annales* 1.33) que se traduz por: “respondeu-lhe o rei de Alba Longa”.

<sup>302</sup> Palavras cujas sílabas em hiato (respectivamente, *a-e*, *e-i*, *a-e*) tornaram-se ditongos (*ae*, *ei*, *ae*); a grafia com trema é indicação moderna. Os exemplos ocorrem, respectivamente, em: VARRÃO *ATACINO Frg.* 10 Mo; VIRGÍLIO *Aeneis* 8.383 (*et alibi*); VIRGÍLIO *Aeneis* 6.802.

<sup>303</sup> Lê-se *atqu’ea*, juntando as duas vogais (POMPEIO 5.298.15). O exemplo é um verso de Virgílio (*Aeneis* 9.1) que se traduz por: “e enquanto isso se dava numa parte totalmente afastada”.

<sup>304</sup> Lê-se *mult’ille*, suprimindo a consoante ‘m’ e a vogal ‘u’ (cf. POMPEIO 5.298.27). O exemplo é um verso de Virgílio (*Aeneis* 1.3) que se traduz por: “muito [foi] ele arremessado tanto para as terras quanto para o mar”.

<sup>305</sup> Trata-se de um arcaísmo muito comum, encontrado, por exemplo, em Virgílio (*Aeneis* 1.254) e em Ênio (ver o exemplo de diérese, acima).

<sup>306</sup> Os exemplos provêm, respectivamente, de: VIRGÍLIO *Aeneis* 11.55; VIRGÍLIO *Aeneis* 10.394.

indispensáveis perto de dezessete, cujos nomes são: prolepse, zeugma, hipozeuxe, silepse, anadiplose, anáfora, epanalepse, epizeuxe, paronomásia, acúmulo de nomes, parômio, homeoptoto, homeoteleuto, poliptoto, hirmo, polissíndeto e diálito.

Prolepse é a antecipação de coisas que, pela ordem, deveriam vir depois, como “continuo reges, ingenti mole Latinus...”<sup>307</sup>

Zeugma é a conclusão, adequadamente construída, de diversas cláusulas por um único verbo, como “Troiugena interpres diuum, qui numina Phoebi, / qui tripodas, Clari laurus, qui sidera sentis...”<sup>308</sup>

664

Hipozeuxe é a figura contrária à anterior, em que diversos verbos se juntam a cada uma das cláusulas, como “regem adit et regi memorat nomenque genusque...”<sup>309</sup>

Silepse é a associação de cláusulas desiguais, consolidada por um único verbo, como “hic illius arma / hic currus fuit”.<sup>310</sup> Esta figura é tão ampla que costuma se fazer tanto pelas partes da oração quanto pelos acidentes das partes da oração.

Anadiplose é a duplicação de uma palavra no final do verso precedente e no início do verso seguinte, como “sequitur pulcherrimus Astur, / Astur equo fidens...”<sup>311</sup>

Anáfora é a retomada da mesma palavra no início de muitos versos, como “nate, meae vires, mea magna potentia solus, / nate, patris summi qui tela Typhoea temnis”.<sup>312</sup>

665

Epanalepse é a repetição da palavra empregada no início de um verso no final do mesmo verso, como “ante etiam sceptrum Dictaei regis et ante”.<sup>313</sup>

Epizeuxe é a duplicação da mesma palavra no mesmo verso sem nenhum intervalo, como “me, me adsum qui feci, in me conuertite ferrum”.<sup>314</sup>

Paronomásia é como que uma agnominação, como “nam inceptio est amentium, haut amantium”.<sup>315</sup>

<sup>307</sup> Isto é, “em seguida os reis – Latino, com grande pompa...” (VIRGÍLIO *Aeneis* 12.161). No exemplo, a figura consiste na enumeração dos reis (Latino v. 161, Turno v. 164, Eneas v. 166, Ascânio v. 168) intercalada entre o sujeito e o verbo, que ficam distantes oito versos (“os reis”, 161 – “saem dos acampamentos”, 169); a enumeração deveria vir depois do sintagma completo (cf. CARÍSIO 368.23; DIOMEDES 1.443.21; JULIANO 196.1). Também há uma forma semântica de prolepse, que corresponde ao que chamamos de anacronismo: na mesma passagem da *Eneida*, Virgílio se refere a Roma, que ainda não havia sido fundada; mas essa modalidade deveria ser classificada como tropo, por remontar ao significado (cf. DIOMEDES 1.443.29; POMPEIO 5.301.1).

<sup>308</sup> Quer dizer: “filho de Tróia, intérprete dos deuses, que os poderes de Febo, que as tripodes, os loureiros de Claros, que os astros sentes...” (VIRGÍLIO *Aeneis* 3.359).

<sup>309</sup> Quer dizer: “vai até o rei e ao rei revela seu nome e sua origem” (VIRGÍLIO *Aeneis* 10.149).

<sup>310</sup> Quer dizer: “aqui suas armas, aqui seu carro estava” (VIRGÍLIO *Aeneis* 1.16–7).

<sup>311</sup> Quer dizer: “segue-os o belíssimo asturiano, / um asturiano confiante em seu cavalo” (VIRGÍLIO *Aeneis* 10.180–1).

<sup>312</sup> Quer dizer: “filho, forças minhas, só tu, meu grande poder, / filho, que do pai supremo desprezas os dardos que feriram Tifeu” (VIRGÍLIO *Aeneis* 1.664–5).

<sup>313</sup> Quer dizer: “antes mesmo do cetro do rei dicteu e antes...” (VIRGÍLIO *Georgica* 2.536).

<sup>314</sup> Quer dizer: “eu, eu que fiz! estou aqui! apontem a espada para mim” (VIRGÍLIO *Aeneis* 9.427).

<sup>315</sup> Quer dizer: “pois é uma empresa de dementes, não de amantes” (TERÊNCIO *Andria* 218); note que em latim a diferença entre as palavras é de apenas uma vogal.

Acúmulo de nomes é uma pluralidade de nomes reunidos, com certa aparência de ligação, como “Marsa manus, Peligna cohors, Vestina uirum uis”.<sup>316</sup>

Parômio é quando diversas palavras começam pela mesma letra, como “o Tite tute Tati tibi tanta tyranne tulisti”.<sup>317</sup>

Homeoptoto é quando palavras diversas terminam em casos semelhantes, como “maerentes flentes lacrimantes commiserantes”.<sup>318</sup>

Homeoteleuto é quando muitas palavras terminam de modo semelhante, como “eos reduci quam relinqui, deuehi quam deseri / malui”.<sup>319</sup>

666

Poliptoto é uma pluralidade de casos, ornamentada pela variedade, como “litora litoribus contraria, fluctibus undas / inprecor, arma armis, pugnent ipsique nepotesque”.<sup>320</sup>

Hirmo é a seriação da oração, que mantém seu curso até o fim, sem interrupções, como “Principio caelum ac terras camposque liquentes / lucentemque globum lunae Titaniaque astra / spiritus intus alit”.<sup>321</sup>

Polissíndeto é a expressão conectada por muitas conjunções, como “Acamasque Thoasque / Pelidesque Neoptolemus...”.<sup>322</sup>

Diálito ou assíndeto é a figura contrária à anterior, que carece de conjunções, como “Ite, / ferte citi flammas, date tela, impellite remos”.<sup>323</sup>

## 6. SOBRE OS TROPOS

667

Tropo é a palavra transferida de sua significação própria para uma semelhança não própria, por causa do ornamento ou da necessidade. São treze os tropos: metáfora, catacrese, metalepse, metonímia, antonomásia, epíteto, sinédoque, onomatopéia, perífrase, hipérbato, hipérbole, alegoria e homeose.

Metáfora é a transferência de coisas e de palavras. Ela se faz de quatro modos: de animado para animado, de inanimado para inanimado, de animado para inanimado, de inanimado para animado:

<sup>316</sup> Quer dizer: “a tropa mársica, a coorte peligna, a força vestina de homens” (ÊNIO *Annales* 8.276).

<sup>317</sup> Quer dizer: “ó Tito Tácio, tu mesmo, tirano, tiraste tanto para tí” (ÊNIO *Annales* 1.109).

<sup>318</sup> Quer dizer: “queixosos, chorosos, lacrimosos, langorosos” (ÊNIO *Annales* 1.103).

<sup>319</sup> Quer dizer: “preferi reintegrá-los a abandoná-los, levá-los a deixá-los” (ÊNIO *Tragoediae* 392–3).

<sup>320</sup> Quer dizer: “que praias se oponham a praias, ondas a ondas, armas a armas, eis a minha maldição: que lutem, eles e seus descendentes” (VIRGÍLIO *Aeneis* 4.628–9).

<sup>321</sup> Quer dizer: “no princípio o céu e as terras e as planícies líquidas e o luminoso globo da lua e o astro de Titã o espírito sustenta interiormente” (VIRGÍLIO *Aeneis* 6.724–6).

<sup>322</sup> Quer dizer: “e Acamante e Toante e o pelida Neoptólemo...” (VIRGÍLIO *Aeneis* 2.262–3).

<sup>323</sup> Quer dizer: “ide, levai depressa as chamas, lançaí os dardos, batei os remos” (VIRGÍLIO *Aeneis* 4.593–4).



- de animado para animado, como “*Tiphyn aurigam celeris fecere carinae*”, pois tanto o auriga quanto o piloto têm ânimo;<sup>324</sup>
- de inanimado para inanimado, como “*pelagus tenuere rates*”, pois nem as jangadas nem as naus têm ânimo;<sup>325</sup>
- de animado para inanimado, como “*Atlantis cinctum assidue cui nubibus atris / piniferum caput. . .*”, pois cabeça é própria de seres animados, ao passo que o monte, a quem se atribuem partes do corpo humano, não tem ânimo;<sup>326</sup>
- de inanimado para animado, como “*si tantum pectore robur / concipis*”, pois o carvalho não tem ânimo, ao passo que Turno, a quem isso é dito, tem ânimo.<sup>327</sup>

668

Devemos saber, porém, que algumas metáforas são recíprocas, outras unilaterais.<sup>328</sup>

Catacrese é o uso abusivo do nome alheio – como quando dizemos parricida a quem tenha matado o irmão e piscina a algo que não contém peixes –, pois, se não tomassem emprestado, tais coisas não teriam um vocábulo para si.<sup>329</sup>

Metalepse é a expressão que procede gradativamente na direção daquilo que quer indicar, como “*speluncis abdidit atris*” e “*post aliquot mea regna uidens mirabor aristas*”.<sup>330</sup>

Metonímia é como que uma transnomação. São muitas suas espécies, pois ou indica o que é contido por meio do que contém, como “*nunc pateras libate loui*”,<sup>331</sup> ou o contrário, como “*uina coronant*”,<sup>332</sup> ou o que foi inventado por meio do inventor, como “*sine Cerere et Libero friget Venus*”,<sup>333</sup> ou o contrário, como “*uinum precamur, nam hic deus praesens adest*”.<sup>334</sup> Essas espécies, apresentadas aos estudiosos a título de exemplo, demonstrarão também as demais.<sup>335</sup>

669

<sup>324</sup> Quer dizer: “fizeram de Tífis o cocheiro das rápidas quilhas” (VARRÃO ATACINO *Frg.* 2 Mo), ou melhor, o piloto.

<sup>325</sup> Quer dizer: “as jangadas ganharam alto-mar” (VIRGÍLIO *Aeneis* 5.8), ou melhor, as naus.

<sup>326</sup> Quer dizer: “do Atlas, cuja cabeça, coberta de pinheiros, sempre cingida por nuvens negras” (VIRGÍLIO *Aeneis* 4.248–9), isto é, o topo do monte Atlas.

<sup>327</sup> Quer dizer: “se no peito tamanho carvalho concebes” (VIRGÍLIO *Aeneis* 11.368–9), isto é, tamanha força.

<sup>328</sup> Recíprocas são metáforas intercambiáveis, como a primeira citada no texto: “assim como o condutor da nau pode ser chamado de cocheiro, o condutor do carro também pode ser chamado de piloto” (CARÍSIO 359.5); já as unilaterais não podem ser invertidas: “não se pode dizer ‘o topo do homem’ como se diz ‘a cabeça do monte’” (CARÍSIO 359.10). Cf. DIOMEDES 457.24; POMPEIO 305.35.

<sup>329</sup> A questão se refere ao sentido etimológico das palavras. No primeiro exemplo, *parricida* (*patrem* + *caedens*) é propriamente o que mata o pai, mas também é usado para quem mata a mãe, um irmão ou um filho (cf. CARÍSIO 359.14; DIOMEDES 1.458.1); por outro lado, Pompeio justifica esse uso por meio de outra etimologia (*parentem* + *caedens*, *GL* 5.306.14). No segundo, *piscina* (de *piscis*, “peixe”) designava não só os aquários, mas também as piscinas para banho, tanques e reservatórios em geral.

<sup>330</sup> No primeiro exemplo (“prende em negras cavernas”, VIRGÍLIO *Aeneis* 1.60), negras sugere escuras, que sugere sombrias, que sugere profundas (cf. CARÍSIO 359.21; DIOMEDES 1.458.7; POMPEIO 5.306.26). No segundo (“ficarei admirado vendo meus reinos após algumas espigas”, VIRGÍLIO *Eclgae* 1.69), espigas remete a colheitas, que remete a verões, que remete a anos; o poeta quis dizer “após alguns anos” (cf. POMPEIO 5.306.26).

<sup>331</sup> Quer dizer: “agora derramai as taças para Júpiter” (VIRGÍLIO *Aeneis* 7.133), isto é, o vinho.

<sup>332</sup> Quer dizer: “coroam os vinhos” (VIRGÍLIO *Aeneis* 7.147), isto é, as taças.

<sup>333</sup> Quer dizer: “sem Ceres e Líbero, Vênus é fria” (TERÊNCIO *Eunuchus* 732), isto é, sem pão e vinho, o amor esfria.

<sup>334</sup> Quer dizer: “façamos preces ao vinho, pois esse deus está presente” (PLAUTO *Frg.* 159); o deus é Líbero, não o vinho.

<sup>335</sup> Essa observação pode ser mais um indício de que a *Arte* se destinava aos professores, e não aos alunos diretamente (cf. outros indícios, acima, p. 118 n. 38; p. 131 n. 78).

Antonomásia é a alusão empregada no lugar do nome, que se faz de três modos: pelo caráter, pelo corpo ou externamente; pelo caráter, como “magnanimusque Anchisiades”;<sup>336</sup> pelo corpo, como “ipse arduus”;<sup>337</sup> externamente, como “infelix puer atque impar congressus Achilli”.<sup>338</sup>

Epíteto é a palavra que precede um nome próprio. Se a antonomásia faz as vezes do nome, o epíteto nunca existe sem ele, como “dira Celaeno” e “dia Camilla”.<sup>339</sup> O epíteto também se faz de três modos: pelo caráter, pelo corpo, externamente.

Com esses dois tropos, ou censuramos ou apresentamos ou enaltecemos alguém.

Sinédoque é a alusão capaz de pleno entendimento, mesmo enunciando mais ou menos, pois ou indica o todo pela parte, como “puppisque tuae pubesque tuorum”,<sup>340</sup> ou o contrário, como “ingens a uerfice pontus / in puppim ferit”<sup>341</sup> ou “fontemque ignemque ferebant”.<sup>342</sup> Devemos lembrar, porém, que, quando se faz o todo pela parte, deve ser por uma parte notável.

Onomatopéia é o nome feito a partir do som, como “tinnitus aeris”, “clangor tubarum”.<sup>343</sup>

670

Perífrase é um circumlóquio que se faz ou para destacar o que é belo ou para evitar o que é feio, como “et iam prima nouo spargebat lumine terras...” e “nimio ne luxu obtunsior usus / sit genitali aruo...”.<sup>344</sup>

Hipérbato é uma transposição que perturba a ordem das palavras, cujas espécies são cinco: histerologia, anástrofe, parêntese, tmese e sínquise.

Histerologia ou hísteron-próteron é a ordem da percepção alterada com as palavras, como “torrere parant flammis et frangere saxo”.<sup>345</sup>

Anástrofe é a ordem invertida apenas das palavras, como “Italam contra” em vez de contra Italam.<sup>346</sup>

<sup>336</sup> Quer dizer: “magnânimo filho de Anquises” (VIRGÍLIO *Aeneis* 5.407), isto é, Eneias.

<sup>337</sup> Quer dizer: “ele próprio, um gigante” (VIRGÍLIO *Aeneis* 3.619), isto é, Polifemo.

<sup>338</sup> Quer dizer: “menino desventurado e sem condições de enfrentar Aquiles” (VIRGÍLIO *Aeneis* 1.475), isto é, Troilo.

<sup>339</sup> Respectivamente: “a terrível Celeno” (VIRGÍLIO *Aeneis* 3.211) e “a divina Camila” (VIRGÍLIO *Aeneis* 11.657).

<sup>340</sup> Quer dizer: “tanto tuas popas quanto teus púberes” (VIRGÍLIO *Aeneis* 1.399), onde por popas entendem-se naus e, por púberes, homens jovens (cf. CARÍSIO 361.26; DIOMEDES 1.459.30; POMPEIO 5.308.4).

<sup>341</sup> Quer dizer: “imenso, o mar bate do alto contra as popas” (VIRGÍLIO *Aeneis* 1.114); não é o mar inteiro que bate contra as popas, e sim uma onda, que é parte do mar (cf. CARÍSIO 361.22; DIOMEDES 1.459.25; POMPEIO 5.308.4).

<sup>342</sup> Quer dizer: “traziam fonte e fogo” (VIRGÍLIO *Aeneis* 12.119), isto é, água e fogo (cf. POMPEIO 5.308.6).

<sup>343</sup> Respectivamente: “o tinido do bronze” (cf. CATULO *Liber* 64.262) e “o clangor das tubas” (VIRGÍLIO *Aeneis* 2.313).

<sup>344</sup> No primeiro exemplo (“e a primeira [Aurora] já banhava as terras com uma nova luz”, VIRGÍLIO *Aeneis* 4.584), o poeta poderia ter dito simplesmente “estava claro” ou “amanhecia”, mas alongou a expressão para destacar a beleza da Aurora (cf. CARÍSIO 362.9; DIOMEDES 1.460.14). No segundo (“para que o campo genital não tenha seu uso debilitado demais pela luxúria em excesso”, VIRGÍLIO *Georgica* 3.145–6), o poeta queria sugerir o coito, que é um assunto totalmente obscuro, portanto usou apenas palavras honestas (cf. POMPEIO 5.308.23).

<sup>345</sup> Quer dizer: “preparam para torrar com as chamas e moer com a pedra” (VIRGÍLIO *Aeneis* 1.179); o contexto do poema refere-se à preparação do pão, na qual primeiro se tritura o trigo para depois assar a massa; a posição invertida das palavras compromete a descrição das ações (cf. POMPEIO 5.309.8).

<sup>346</sup> Algo como: “da defronte Itália” (VIRGÍLIO *Aeneis* 1.13) em vez de “defronte da Itália”.

Parêntese é o arazoado intercalado na sentença, que se divide, como “Aeneas, neque enim patrius consistere mentem / passus amor, rapidum ad naues praemittit Achaten”.<sup>347</sup>

671

Tmese é a quebra de uma palavra, composta ou simples, por uma ou mais palavras intercaladas, como “septem subiecta trioni” em vez de septemtrioni; “saxo cere comminuit brum” e “Massili portabant iuvenes ad litora tanas”, isto é, cerebrum e Massilitanas.<sup>348</sup>

Sínquise é um hipérbato confuso por toda parte, como “tris Notus abreptas in saxa latentia torquet, / saxa uocant Itali mediis quae in fluctibus aras”, pois a ordem é esta: tris abreptas Notus in saxa torquet, quae saxa in mediis fluctibus latentia Itali aras uocant.<sup>349</sup>

Hipérbole é a expressão que excede a credibilidade, visando aumentar ou diminuir: aumentar, como “niue candidior”; diminuir, como ‘tardior testudine’.<sup>350</sup>

Alegoria é o tropo pelo qual se diz uma coisa para significar outra, como “et iam tempus equum fumantia soluere colla”,<sup>351</sup> isto é, de acabar o poema. São muitas suas espécies, das quais se destacam sete: ironia, antífrase, enigma, carientismo, parêmia, sarcasmo e astismo.

672

Ironia é o tropo que indica o que quer dizer por meio do contrário, como “egregiam uero laudem et spolia ampla refertis / tuque puerque tuus...”.<sup>352</sup> Se não for auxiliada pela seriedade da pronúncia, parecerá afirmar o que pretende negar.

Antífrase é a ironia de uma única palavra, como bellum, lucus e Parcae: bellum, isto é, nada belo; lucus porque não tem luz; Parcae porque não têm parcimônia com ninguém.<sup>353</sup>

Enigma é uma sentença obscura por causa da semelhança oculta das coisas, como “mater me genuit, eadem mox gignitur ex me”,<sup>354</sup> que significa que a água se condensa em gelo e a partir dele flui novamente.

<sup>347</sup> Quer dizer: “Enéias – pois o amor paterno não permitiu que o espírito descansasse – mandou às naus o rápido Acates” (VIRGÍLIO *Aeneis* 1.643–4).

<sup>348</sup> Sem a tmese, os exemplos seriam, respectivamente: *septemtrioni subiecta* “sujeita ao Setentrião” (cf. VIRGÍLIO *Georgica* 3.381), *saxo cerebrum comminuit* “quebrou o cérebro com uma pedra” (cf. ÊNIO *Annales* 609) e *Massilitanas portabant iuvenes ad litora* “levavam as jovens massilitanas até a praia” (cf. ÊNIO *Annales* 610).

<sup>349</sup> Na ordem direta, o exemplo se traduz por: “Noto torce as três que apanhou contra os rochedos, rochedos que, ocultos no meio das ondas, os itálicos chamam de altares” (cf. VIRGÍLIO *Aeneis* 1.108–9).

<sup>350</sup> Respectivamente: “mais branca que a neve” (MARCIAL *Epigrammata* 4.42.5) e “mais lento que uma tartaruga” (PLÍNIO *Naturalis historia* 8.121).

<sup>351</sup> Quer dizer: “já é tempo de livrar os pescoços fumegantes dos cavalos” (VIRGÍLIO *Georgica* 2.542), verso que encerra o segundo livro do poema agrário de Virgílio.

<sup>352</sup> Quer dizer: “mas que bela vitória, que grande troféu alcançais, tu e teu filho” (VIRGÍLIO *Aeneis* 4.93–4), diz Juno a Vênus, ao saber da paixão de Dido por Eneias. Ao contrário da alegoria genérica, em que as palavras dizem uma coisa e nós queremos dizer outra, na ironia as mesmas palavras podem afirmar ou negar; a distinção se faz apenas pela pronúncia (cf. POMPEIO 5.310.28).

<sup>353</sup> Respectivamente: *bellum* (“guerra”) é aqui associada ao adjetivo *bellus* (“belo”); *lucus* (“bosque”, normalmente um lugar sombrio) é associado ao verbo *lucēre* (“luzir”); *Parcae* (“Parcas”, deusas que tecem o destino) ao verbo *parcēre* (“poupar”).

<sup>354</sup> Quer dizer: “minha mãe me gerou e logo ela mesma é gerada de mim” (*Poet. inc. frg.* 28 Mo).

Carientismo é o tropo pelo qual se proferem de modo mais agradável coisas desagradáveis de dizer, como quando, ao perguntarmos se alguém nos procurou, responderem “bona Fortuna”,<sup>355</sup> de onde se entende que ninguém nos procurou.

673

Parêmia é o provérbio adaptado às coisas e aos momentos, como “aduersum stimulum calces” e “lupus in fabula”.<sup>356</sup>

Sarcasmo é a derrisão hostil e cheia de ódio, como “En agros et quam bello, Troiane, petisti, / Hesperiam metire iacens”.<sup>357</sup>

Astismo é um tropo múltiplo e de muitas virtudes. De fato, considera-se astismo algo que carece de simplicidade rústica, algo que foi bem polido por uma refinada urbanidade, como é aquele “Qui Bavium non odit amet tua carmina, Maeui, / atque idem iungat vulpes et mulgeat hircos”.<sup>358</sup>

Homeose é a demonstração de algo menos conhecido por sua semelhança com algo mais conhecido. Suas espécies são três: ícone, parábola e paradigma.

Ícone é a comparação entre pessoas ou entre acidentes de pessoas, como “os humerosque deo similis”.<sup>359</sup>

Parábola é a comparação de coisas diferentes em gênero, como “qualis mugitus fugit cum saucius aram / taurus...”.<sup>360</sup>

674

Paradigma é a exposição de um exemplo que encoraja ou dissuade: que encoraja, como “Antenor potuit mediis elapsus Achivis / Illyricos penetrare sinus...”,<sup>361</sup> que dissuade, como “at non sic Phrygius penetrat Lacedaemona pastor / Ledaeamque Helenam Troianas uexit ad urbes”.<sup>362</sup>

<sup>355</sup> Quer dizer: “só a boa sorte” (AFRÂNIO *Togatae* 428).

<sup>356</sup> O primeiro provérbio (“contra o aguilhão, os coices”, TERÊNCIO *Phormio* 77) é interpretado, no contexto da comédia de Terêncio, como o ato de resistir a situações adversas (CARÍSIO 364.20); além disso, pode se aplicar ao caso de alguém que quis ser inconveniente e apanhou (POMPEIO 5.311.32) ou significar que contra os mais malvados e os mais poderosos ser atrevido é uma estupidez (SACERDOTE 6.462.27). Já o segundo (“o lobo da fábula”, TERÊNCIO *Adelphoe* 537) é usado quando estamos falando de alguém e de repente essa pessoa chega (cf. POMPEIO 5.311.31).

<sup>357</sup> Quer dizer: “Eis-te aí no chão, Troiano, medindo estes campos e a Hespéria que na guerra pleiteaste”, diz Turno ao matar Eumedes (VIRGÍLIO *Aeneis* 12.359–60).

<sup>358</sup> Quer dizer: “quem não odeia Bávio que ame teus poemas, Mévio, / e que o mesmo atrele raposas e ordene bodes” (VIRGÍLIO *Eclogae* 3.90–1). Segundo Pompeio, Bávio e Mévio eram péssimos poetas; assim, alguém que gosta de um não poderia receber pena maior que gostar também do outro (POMPEIO 5.312.10). O segundo verso parece taxar essa pessoa de louca.

<sup>359</sup> Quer dizer: “semelhante a um deus no rosto e nos ombros” (VIRGÍLIO *Aeneis* 1.589).

<sup>360</sup> Quer dizer: “qual o mugido quando o touro, ferido, fugiu do altar” (VIRGÍLIO *Aeneis* 2.223–4).

<sup>361</sup> Quer dizer: “Antenor conseguiu entrar no golfo da Ilíria depois de escapar do meio dos aqueus” (VIRGÍLIO *Aeneis* 1.242–3).

<sup>362</sup> Quer dizer: “Mas não é assim que o pastor frígio entra na Lacedemônia e carrega Helena, filha de Leda, para as cidades troianas” (VIRGÍLIO *Aeneis* 7.363–4).

## Referências

### a) Fontes antigas

- AFRÂNIO. *Togatae*. In: *Scaenicae Romanorum Poesis Fragmenta*. Vol. 2. (Ed. O. Ribbeck). Leipzig: Teubner, 1898.
- AFTÔNIO. *Aphthonii de metris omnibus*. (Ed. H. Keil). In: *Grammatici Latini ex recensione Henrici Keilii*. Vol. 6. Hildesheim: Georg Olms, 1961. [Acesado via CGL]
- ARISTOTE. *La Poétique*. Le texte grec avec une traduction e des notes par Roselyne Dupont-Roc et Jean Lallot. Paris: Editions du Seuil, 1980.
- ARISTÓTELES. *Aristotelis Analytica priora et posteriora*. (Ed. W. D. Ross). Oxford: Oxford University Press, 1964.
- ARISTÓTELES. *Aristotelis Ars rhetorica*. (Ed. W. D. Ross). Oxford: Oxford University Press, 1959.
- ARISTÓTELES. *Aristotelis Categoriae et Liber de interpretatione*. (Ed. L. Minio-Paluello). Oxford: Oxford University Press, 1949.
- ARISTÓTELES. *Aristotelis de Anima*. (Ed. W. D. Ross). Oxford: Oxford University Press, 1961.
- ARISTÓTELES. *Aristotelis de Arte poetica Liber*. (Ed. R. Kassel). Oxford: Oxford University Press, 1965.
- ARISTÓTELES. *Aristotelis Metaphisica*. (Ed. W. Jaeger). Oxford: Oxford University Press, 1957.
- ARISTÓTELES. *Aristotelis Topica et Sophistici elenchi*. (Ed. W. D. Ross). Oxford: Oxford University Press, 1958.
- ARISTÓTELES. *As categorias*. Tradução de António Monteiro. Lisboa: Lisboa, 2002.
- ARISTÓTELES. *De anima*. Tradução de Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Editora 34, 2006.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Eudoro de Souza. Porto Alegre: Editora Globo, 1966.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa/Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

- ARISTÓTELES. HORÁCIO. LONGINO. *A poética clássica*. Tradução de Jaime Bruna. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- [ÁSPER]. *Ars maior*. (Ed. H. Keil). In: *Grammatici Latini ex recensione Henrici Keilii*. Vol. 5. Hildesheim: Georg Olms, 1961. [Acesado via CGL]
- AUDAX. *Audacis excerpta de Scauro et Palladio*. (Ed. H. Keil). In: *Grammatici Latini ex recensione Henrici Keilii*. Vol. 7. Hildesheim: Georg Olms, 1961. [Acesado via CGL]
- AULO-GÉLIO. *A. Gelii Noctes Atticae*. (Ed. K. Marshall). Oxford: Oxford University Press, 1968.
- CARÍSIO. *Flauii Sosipatri Charisii Artis grammaticae libri V*. (Ed. K. Barwick). Leipzig: Teubner, 1964. [Acesado via CGL]
- CASSIODORO. *Cassiodori de Orthographia liber*. (Ed. H. Keil). In: *Grammatici Latini ex recensione Henrici Keilii*. Vol. 7. Hildesheim: Georg Olms, 1961. [Acesado via CGL]
- CATULO. *Liber*. In: *Catullus. Tibullus. Peruigilium Veneris*. (Ed. G. P. Goold). Cambridge/London: Harvard University Press, 1995. (Loeb Classical Library)
- [CÉSAR]. *C. Iuli Caesaris Commentarii*. (Ed. A. Klotz). Leipzig: Teubner, 1927.
- CGL = *Corpus grammaticorum Latinorum...*
- CÍCERO. *De partitione oratoria*. (Ed. H. Rackham). In: *Cicero in Twenty-Eight Volumes*. Vol. 4. Cambridge / London: Harvard University Press, 1942. (Loeb Classical Library)
- CÍCERO. *Orator*. (Ed. P. Reis). In: *M. Tulli Ciceronis Scripta Quae Manserunt Omnia*. Fasc. 5. Leipzig: Teubner, 1932.
- CLEDÔNIO. *Cledonii ars grammatica*. (Ed. H. Keil). In: *Grammatici Latini ex recensione Henrici Keilii*. Vol. 5. Hildesheim: Georg Olms, 1961. [Acesado via CGL]
- CONSÊNCIO<sup>A</sup>. *Consentii Ars de nomine et uerbo*. (Ed. H. Keil). In: *Grammatici Latini ex recensione Henrici Keilii*. Vol. 5. Hildesheim: Georg Olms, 1961. [Acesado via CGL]
- CONSÊNCIO<sup>B</sup>. *Consentii Ars de barbarismis et metaplasmis*. (Ed. M. Niedermann). Neuchâtel: Recueil de travaux publ. par la fac. des lettres de l'univ. de Neuchâtel 18, 1937. [Acesado via CGL]
- Corpus grammaticorum Latinorum*. Accès aux sources grammaticales de la Latinité tardive: recherche, parcours textuels et bibliographie. Endereço eletrônico: <http://htl2.linguist.jussieu.fr:8080/CGL/text.jsp>.
- [DEMÉTRIO]. *Demetrii Phalerei qui dicitur de elocutione libellus*. (Ed. L. Radermacher). Leipzig: Teubner, 1901. (Repr. 1967)



- DENYS LE TRACE. *Tekhnē Grammatikē*. Introduction, traduction, notes par Jean Lallot. *Archives et documents de la SHESL* (1985) **6**: 1–104.
- DIÓGENES LAÉRCIO. *Diogenis Laertii vitae philosophorum*. (Ed. H. S. Long). Oxford: Oxford University Press, 1964.
- DIÓGENES LAÉRCIO. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.
- DIÓGENES LAÉRCIO. *Vidas, opiniones y sentencias de los filósofos más ilustres*. Traducción por Jose Ortiz y Sanz. In: *Biografos griegos*. Madrid: Aguilar S. A. de Ediciones, 1964.
- DIOMEDES. *Diomedis artis grammaticae libri III*. (Ed. H. Keil). In: *Grammatici Latini ex recensione Henrici Keilii*. Vol. 1. Hildesheim: Georg Olms, 1961. [Acesado via CGL]
- [DIONÍSIO DA TRÁCIA]. *Dionysii Thracis Ars grammatica*. (Ed. G. Uhlig). In: *Grammatici Graeci...*
- DIONISIO DE HALICARNASO. *Sobre la composición literaria. Sobre Dinarco. Primera carta a Ameo. Carta a Pompeyo Gémino. Segunda carta a Ameo*. Traducción de Guillermo Galán Vioque y Miguel Á. Márquez Guerrero. Madrid: Editorial Gredos, 2001.
- DIONÍSIO DE HALICARNASSO. *De compositione verborum*. In: *Dionysii Halicarnasei quae exstant*. (Ed. H. Usener & L. Radermacher). Leipzig: Teubner, 1929. (Repr. 1965)
- DIONISIO TRACIO. *Gramática. Comentarios antiguos*. Introducción, traducción y notas de Vicente Bécares Botas. Madrid: Editorial Gredos, 2002.
- DONATO. *Ars Donati grammatici urbis Romae*. (Ed. L. Holtz). In: HOLTZ 1981.
- DOSITEU. *Dositheus. Ars grammatica*. (Ed. J. Tolkiehn). Leipzig: T. Weicher, 1913. [Acessado via CGL]
- ÊNIO. *Annales*. (Ed. O. Skutsch). In: *The Annals of Quintus Ennius*. Oxford: Oxford University Press, 1985.
- ÊNIO. *Tragoediae*. In: *Remains of old latin*. (Ed. E. H. Warmington). Cambridge: Harvard University Press/London: Willian Heinemann, 1956.
- Explanationes* = [SÉRGIO]
- GG = *Grammatici Graeci...*
- GL = *Grammatici Latini...*
- Grammatici Graeci recogniti et apparatu critico instructi*. Leipzig: Teubner, 1867–1901. (Repr. Hildesheim: Georg Olms, 1979)
- Grammatici Latini ex recensione Henrici Keilii*. 8 vols. Leipzig: Teubner, 1855–1880. (Repr. Hildesheim: Georg Olms, 1961)



- HORÁCIO. *Ars poetica*. (Ed. F. Klingner) In: *Q. Horati Flacci Opera*. Leipzig: Teubner, 1959.
- HORÁCIO. *Q. Horati Flacci Opera*. (Ed. F. Klingner). Leipzig: Teubner, 1959.
- JULIANO. *Ars Iuliani Toletani episcopi. Una gramatica latina en la España visigoda*. (Ed. Maestre Yenes). Toledo: Instituto Provincial de Investigaciones y Estudios Toledanos, 1973. [Acesado via CGL]
- LUCRÉCIO. *De rerum natura*. (Ed. J. Martin). Leipzig: Teubner, 1963.
- MARCIAL. *M. Val. Martialis Epigrammata*. (Ed. W. M. Lindsay). Oxford: Oxford University Press, 1929.
- PLATÃO. *Carta VII*. Tradução de José Trindade Santos e Juvino Maia Jr.. Rio de Janeiro/São Paulo: PUC/Loyola, 2008.
- PLATÃO. *Cratilo*. Tradução de Ute Schmidt Osmanczik. México: Universidade Autonoma de México, 1988.
- PLATÃO. *Cratylus*. (Ed. E. A. Duke & W. S. M. Nicoll). In: *Platonis opera*. Tomus I. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- PLATÃO. *Diálogos II: Fédon – Sofista – Político*. Tradução de Jorge Palikat e João Cruz Costa. Porto Alegre: Editora Globo, 1955.
- PLATÃO. *Epistulae*. (Ed. J. Burnet). In: *Platonis opera*. Tomus V. Oxford: Oxford University Press, 1907.
- PLATÃO. *Sophista*. (Ed. D. B. Robinson). In: *Platonis opera*. Tomus I. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- PLATÃO. *Theaetetus*. (Ed. W. F. Hicken). In: *Platonis opera*. Tomus I. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- PLATÃO. *Timaeus*. (Ed. J. Burnet). In: *Platonis opera*. Tomus IV. Oxford: Oxford University Press, 1902.
- PLAUTO. *Plauti Comoediae*. (Ed. F. Leo). 2 vols. Berlin, 1895–6.
- PLÍNIO. *C. Plini Secundi Naturalis Historiae Libri XXXVII*. (Ed. C. Mayhoff). Stuttgart: Teubner, 1892–1909.
- POET. INC. FRG. = *Fragmenta Poetarum Latinorum Epicorum et Lyricorum praeter Ennium et Lucilium*. (Ed. W. Morel; K. Büchner; J. Blänsdorf). Stuttgart; Leipzig: Teubner, 1995.
- POMPEIO. *Pompeii commentum artis Donati*. (Ed. H. Keil). In: *Grammatici Latini ex recensione Henrici Keilii*. Vol. 5. Hildesheim: Georg Olms, 1961. [Acesado via CGL]

- PRISCIANO. *Partitiones = Prisciani Caesariensis ... Partitiones duodecim uersuum Aeneidos principalium*. (Ed. M. Passalacqua). Roma: Edizioni di storia e letteratura, 1999. [Acesado via CGL]
- PRISCIANO. *Prisciani grammatici caesariensis Institutionum grammaticarum libri XVIII*. (Ed. M. Hertz). In: *Grammatici Latini ex recensione Henrici Keilii*. Vols. 2–3. Hildesheim: Georg Olms, 1961. [Acesado via CGL]
- [PROBO]. *Instituta artium*. (Ed. H. Keil). In: *Grammatici Latini ex recensione Henrici Keilii*. Vol. 4. Hildesheim: Georg Olms, 1961. [Acesado via CGL]
- QUINTILIANO. *M. Fabi Quintiliani Institutionis Oratoriae Libri Duodecim*. (Ed. M. Winterbottom). Oxford: Oxford University Press, 1970. (Repr. 1989)
- Rhetores Graeci ex codicibus...* (Ed. C. Walz). Stuttgart: Cotta, 1832–1836. (Repr.: Otto Zeller, 1968)
- SACERDOTE. *Sacerdotis Artes*. (Ed. H. Keil). In: *Grammatici Latini ex recensione Henrici Keilii*. Vol. 6. Hildesheim: Georg Olms, 1961. [Acesado via CGL]
- SALÚSTIO. *C. Sallusti Crispi Catilina, Iugurtha, Fragmenta Ampliora*. (Ed. A. Kurfess). Leipzig: Teubner, 1957.
- [SÉRGIO]. *Explanationes in artem Donati*. (Ed. H. Keil). In: *Grammatici Latini ex recensione Henrici Keilii*. Vol. 4. Hildesheim: Georg Olms, 1961. [Acesado via CGL]
- SÉRVIO. *Seruii commentarius in artem Donati*. (Ed. H. Keil). In: *Grammatici Latini ex recensione Henrici Keilii*. Vol. 4. Hildesheim: Georg Olms, 1961. [Acesado via CGL]
- SEXTO EMPÍRICO. *Adversus mathematicos*. In: *Sexti Empirici opera*. (Ed. H. Mutschmann & J. Mau). Leipzig: Teubner, 1961.
- TERÊNCIO. *P. Terenti Afri Comoediae*. (Ed. R. Kauer; W. M. Lindsay; O. Skutsch). Oxford: Oxford University Press, 1958.
- VARRÃO ATACINO. *Fragmenta Poetarum Latinorum Epicorum et Lyricorum praeter Ennium et Lucilium*. (Ed. W. Morel; K. Büchner; J. Blänsdorf). Stuttgart; Leipzig: Teubner, 1995.
- VARRÃO. *De lingua latina*. (Ed. G. Goetz & F. Schoell). In: *M. Terenti Varronis De Linguae Latinae Quae Supersunt*. Leipzig: Teubner, 1910.
- VIRGÍLIO. *P. Vergili Maronis Opera*. (Ed. R. A. B. Mynors). Oxford: Oxford University Press, 1972.
- VITORINO. *Marius Victorinus. Ars grammatica*. (Ed. I. Mariotti). Firenze: Felice le Monnier, 1967. [Acesado via CGL]
- VITRUVIO. *De Architectura*. (Ed. F. Krohn). Leipzig: Teubner, 1912.

## b) Estudos modernos

- ANGIONI L 2000 *Ontologia e predicação em Aristóteles*. Campinas: IFCH/UNICAMP. (Coleção Textos Didáticos n. 41)
- ANTONOPOULOS G 1986 *Théorie et langage: le langage comme logos théôrétiques*. In: *Philosophie du langage et grammaire dans l'antiquité*. Bruxelles: Éditions Ousia et Groupe de Recherches Langage et Philosophie de l'Université des Sciences Sociales de Grenoble. (Cahiers du Groupe de Recherches sur la Philosophie et le Langage, n. 6 & 7)
- ASSUNÇÃO C 2000 *A arte da grammatica da Lingua Portuguesa de Antonio José dos Reis Lobato: estudo, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- AUROUX S 1988 Les critères de définition des parties du discours. *Langages* 92: 109–12.
- AUROUX S (dir.) 1989 *Histoire des idées linguistiques*. Liège: Pierre Mardaga.
- AUROUX S; GLATIGNY M; JOLY A; NICOLAS A; ROSIER I (dir.) 1984 *Matériaux pour une histoire des théories linguistiques*. Lille: Presses de l'Université de Lille.
- BARATIN M 1989<sup>A</sup> La constitution de la grammaire et de la dialectique. In: AUROUX (dir.) 1989.
- BARATIN M 1989<sup>B</sup> La maturation des analyses grammaticales et dialectiques. In: AUROUX (dir.) 1989.
- BARATIN M 1994 Sur la structure des grammaires antiques. In: DE CLERQ J; DESMET P (dir.) *Florilegium historiographiae linguisticae: études d'historiographie de la linguistique et de grammaire comparée à la mémoire de Maurice Leroy*. Louvain-la-neuve: Peeters.
- BARATIN M; DESBORDES F 1981 *L'analyse linguistique dans l'Antiquité Classique*. Vol. 1: Les théories. Paris: Klincksieck.
- BARROS J 1540 *Grammatica da língua portuguesa*. Olyssippone (Lisboa): Lodouicum Rotorigium Typographum. Endereço eletrônico: <http://purl.pt/12148/3/>.
- BÉCARES BOTAS V 1989 Método aristotélico y gramática alejandrina. *Revista Española de Linguística* 19(1): 71–83.
- BRUNSWIG J 1986 Remarques sur la classification des propositions simples dans les logiques hellénistiques. In: *Philosophie du langage et grammaire dans l'antiquité*. Bruxelles: Éditions Ousia et Groupe de Recherches Langage et Philosophie de l'Université des Sciences Sociales de Grenoble. (Cahiers du Groupe de Recherches sur la Philosophie et le Langage, n. 6 & 7)

- BRUNSCHWIG J 2006 *Metafísica estoica*. In: INWOOD (org.) 2006.
- BÜTTGEN P; DIEBLER S; RASHED M (eds.) 1999 *Théories de la phrase et de la proposition: de Platon à Averroes*. Paris: Éditions Rue d'Ulm. (Études de Littérature Ancienne n. 10)
- CÂMARA JR. J M 1975 *História da Lingüística*. Petrópolis: Vozes.
- CHAPANSKI G 2003 *Uma tradução da Tékhne Grammatikē, de Dionísio Trácio, para o português*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR.
- CHARPIN F 1986 La notion de partie du discours chez les grammariens latins. *Histoire Épistémologie Langage* 8(1): 125–140.
- COLOMBAT B 1988 Présentation: éléments de réflexion pour une histoire des parties du discours. *Langages* 92: 5–10.
- CORNFORD F M 1935 *Plato's theory of knowledge: the Theaetetus and Sophist of Plato translated with a running commentary*. London: Routledge & Kegan Paul Ltd. (Repr. 1960)
- DELLA CASA A 1973 La grammatica. In: *Introduzione allo studio della cultura classica. Vol. 2: Linguistica e Filologia*. Milano: Marzorati.
- DENYER N 1993 *Language, thought and falsehood in ancient Greek philosophy*. London: Routledge.
- DEZOTTI J D 2002 *A doutrina do verbo nos grammaticeis latini*. Tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH/USP.
- DUPONT-ROC R; LALLOT J 1980 = ARISTOTE. *La Poétique*. Le texte grec avec une traduction e des notes par Roselyne Dupont-Roc et Jean Lallot. Paris: Editions du Seuil, 1980.
- FARIA E 1958 *Gramática superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- FLOBERT P 1981 Observations sur les emplois grammaticaux de *significatio*. *Revue de Philologie* 55: 25–32.
- FLORES GÓMEZ E 1984 El criterio formal en la definición de las categorías. Un gramático de mediados del s. IV, Carisio. *Revista Española de Linguística* 14(2): 301–10.
- FORMIGARI L 2001 *Il linguaggio: storia delle teorie*. Roma/Bari: Laterza. (2. ed. 2005)
- FORTES F S 2008 *Os marcadores discursivos no latim: considerações pragmáticas e textuais sobre as preposições, interjeições e conjunções em Donato e Prisciano*. Dissertação de mestrado. Campinas, SP: IEL/UNICAMP.
- FREDE M 1977 The origin of Traditional Grammar. In: *Historical and Philosophical Dimensions of Logic, Methodology and Philosophy of Science*. Edited by Robert E. Butts and Jaakko Hintikka. Dordrecht/Boston: D. Reidel.

- FREDE M 1994 The stoic notion of a *lekton*. In: *Language. Cambridge Companions to Ancient Thought*, vol. 3. Edited by Stephen Everson. Cambridge: Cambridge University Press.
- GONZÁLES CALVO J M 1982 'Las partes de la oración', una expresión engañosa. *Anuario de estudios filológicos* 5: 55–67.
- GRONDEUX A 2007 *Res* meaning a thing thought: the influence of the *Ars Donati*. *Vivarium* 45: 189–202.
- HANKINSON R J 2006 Epistemologia estoica. In: INWOOD (org.) 2006.
- HOLTZ L 1981 *Donat et la tradition de l'enseignement grammatical*. Paris: CNRS.
- HOUSEHOLDER F W 1995<sup>A</sup> Plato and his predecessors. In: KOERNER & ASHER (eds.) 1995.
- HOUSEHOLDER F W 1995<sup>B</sup> Aristotle and Stoics on language. In: KOERNER & ASHER (eds.) 1995.
- HOUSEHOLDER F W 1995<sup>C</sup> Dionysius Thrax, the Technai, and Sextus Empiricus. In: KOERNER & ASHER (eds.) 1995.
- HOVDHAUGEN E 1986 *Genera uerborum quot sunt*: observations on the Roman grammatical tradition. *Historiographia Linguistica* 13(2–3): 307–21.
- HOVDHAUGEN E 1995 Roman *ars grammatica*, including Priscian. In: KOERNER & ASHER (eds.) 1995.
- ILDEFONSE F 1994 Sujet et prédicat chez Platon, Aristote et les stoïciens. *Archives et documents de la SHESL (seconde série)* 10: 3–34.
- ILDEFONSE F 1997 *La naissance de la grammaire dans l'Antiquité grecque*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin. (Série "Histoire des doctrines de l'Antiquité classique"; v. 20)
- IMBERT C 1999 *Le dialogue platonicien en quête de son identité*. In: BÜTTGEN *et al.* (éds.) 1999.
- INWOOD B (org.) 2006 *Os Estoicos*. Tradução de P. F. T. Ferreira e Raul Fiker. São Paulo: Odysseus. (Tít. orig.: *The Cambridge companion to the Stoics*, CUP, 2003).
- JOLY H 1986 Platon entre le maître d'école et le fabricant de mots: remarques sur les *grammata*. In: *Philosophie du langage et grammaire dans l'antiquité*. Bruxelles: Éditions Ousia et Groupe de Recherches Langage et Philosophie de l'Université des Sciences Sociales de Grenoble. (Cahiers du Groupe de Recherches sur la Philosophie et le Langage, n. 6 & 7)
- KAHN C 1986 Les mots et les formes dans le *Cratyle* de Platon. In: *Philosophie du langage et grammaire dans l'antiquité*. Bruxelles: Éditions Ousia et Groupe de Recherches Langage et Philosophie de l'Université des Sciences Sociales de Grenoble. (Cahiers du Groupe de Recherches sur la Philosophie et le Langage, n. 6 & 7)

- KASTER R A 1986 *Guardians of Language: The Grammarian and Society in Late Antiquity*. Berkeley: University of California Press.
- KEMP A 1986 The *Tekhne Grammatike* of Dionysius Thrax, translated into english. *Historiographia Linguistica* **13**(2–3): 343–.
- KOERNER EFK 1976 The importance of linguistic historiography and the place of history in linguistic science. *Foundations of language* **14**: 541–7.
- KOERNER EFK 1995<sup>A</sup> History of Linguistics: the field. In: KOERNER & ASHER (eds.) 1995.
- KOERNER EFK 1995<sup>B</sup> Historiography of Linguistics. In: KOERNER & ASHER (eds.) 1995.
- KOERNER EFK 1995<sup>C</sup> “Persistent issues in linguistic historiography”. In: *History of linguistics 1993: papers from the sixth International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS VI), Washington, D.C., 9-14 August 1993*. Edited by K. R. Jankowsky. Amsterdam: John Benjamins. (Amsterdam studies in the theory and history of linguistic science. Series III: Studies in the history of the language sciences / SiHoLS; v. 78.)
- KOERNER EFK; ASHER RE (eds.) 1995 *Concise history of the language sciences – from the sumerians to the cognitivists*. Oxford/New York: Pergamon.
- KROLL W 1953 *Historia de la filología clásica*. (3. ed. revisada, traducida y ampliada por P. G. Romeo y M. P. Lapesa). Barcelona: Labor.
- LAGARDE J-P 1988 Les parties du discours dans la linguistique moderne et contemporaine. *Langages* **92**: 93–108.
- LALLOT J 1985 = DENYS LE TRACE. *Tekhnē Grammatikē*. Introduction, traduction, notes par Jean Lallot. *Archives et documents de la SHESL* **6**: 1–104.
- LALLOT J 1986 L’ordre de la langue: observations sur la théorie grammaticale d’Apollonius Dyscole. In: *Philosophie du langage et grammaire dans l’antiquité*. Bruxelles: Éditions Ousia et Groupe de Recherches Langage et Philosophie de l’Université des Sciences Sociales de Grenoble. (Cahiers du Groupe de Recherches sur la Philosophie et le Langage, n. 6 & 7)
- LALLOT J 1988 Origines et développement de la théorie des parties du discours en Grèce. *Langages* **92**: 11–23.
- LAUSBERG H 1966 *Elementos de retórica literária*. Tradução de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LAW V 2003 *The history of linguistics in Europe from Plato to 1600*. Cambridge: Cambridge University Press.



- LAW V; SLUITER I (eds.) 1995 *Dionysius Thrax and the Technē grammatikē*. Münster: Nodus Publikationen.
- LEITE M Q 2007 *O nascimento da gramática portuguesa: uso e norma*. São Paulo: Paulistana/Humanitas.
- LENOBLE M; SWIGGERS P; WOUTERS A 2001 Étude comparative des dénominations de catégories grammaticales dans les textes artigraphiques latins de l'Antiquité. In: *Métalangage et terminologie linguistique. Actes du colloque international de Grenoble (Université Stendhal – Grenoble III, 14-16 mai 1998)*. 2 vols. Édité par Bernard Colombat et Marie Savelli. Louvain: Peeters.
- LLOYD A C 1971 Grammar and metaphysics in Stoa. In: *Problems in Stoicism*. Edited by A. A. Long. London: The Athlone Press.
- MARROU H-I 1932 La vie intellectuelle au forum de Trajan et au forum d'Auguste. *Mélanges d'Archéologie et d'Histoire* **49**: 93–110.
- MARROU H-I 1966 *História da educação na antiguidade*. Tradução de M. L. Casanova. São Paulo: EPU.
- MATTHEWS P 1990 La linguística greco-latina. In: *Storia della linguistica*. A cura di Giulio C. Lepschy. Bologna: il Mulino.
- MORPURGO-TAGLIABUE G 1968 *Linguística e stilística di Aristotele*. Roma, Edizioni dell'Ateneo.
- NEVES M H M 1987 *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: Hucitec.
- O'BRIEN D 1999 Théories de la proposition dans le Sophiste de Platon. In: BÜTTGEN *et al.* (eds.) 1999.
- ONFRAY M 2008 *Contra-história da filosofia I: as sabedorias antigas*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- POSSENTI S 1996 *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: ALB/Mercado de Letras.
- RIEU A-M 1984 Histoire et épistémologie, l'injonction méthodologique de la locution "histoire des sciences du langage". In: AUROUX *et al.* (dir.) 1984.
- ROBINS R H 1979 *Pequena história da lingüística*. Tradução de L. M. Monteiro de Barros. Rio de Janeiro/Brasília: Ao Livro Técnico/Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura. (Tít. orig.: *A short history of linguistics*, London: Longmans, 1967)
- ROBINS R H 1986 The *Technē Grammatikē* of Dionysius Thrax in its historical perspective: the evolution of the traditional european word class systems. In: *Mot et parties du dis-*



- cours, word and word classes, wort und wortarten*. Édité par Pierre Swiggers et Willy Van Hoecke. Leuven/Paris: Peeters/Leuven University Press.
- SCHAD S 2007 *A lexicon of latin grammatical terminology*. Pisa/Roma: Fabrizio Serra editore.
- SEDLEY D 2006 A Escola, de Zenon a Ário Dídimo. In: INWOOD (org.) 2006.
- ŠKILJAN D 2000 Traduction « rétrospective » et traduction « prospective » des textes grammaticaux anciens. *Histoire Épistémologie Langage* 22 (2): 7–14.
- SOUZA E C 2009 *Discurso e ontologia em Platão: um estudo sobre o Sofista*. Ijuí: Editora Unijuí.
- SWIGGERS P 1984 La construction d'une théorie de l'histoire de la linguistique: quelques réflexions méthodologiques. In: AUROUX *et al.* (dir.) 1984.
- TAYLOR D J 1995<sup>A</sup> Classical linguistics: an overview. In: KOERNER & ASHER (eds.) 1995.
- TAYLOR D J 1995<sup>B</sup> Varro and early latin language science. In: KOERNER & ASHER (eds.) 1995.
- TAYLOR D J 1995<sup>C</sup> Roman language science in early empire. In: KOERNER & ASHER (eds.) 1995.
- THORNTON A M 1986 *Logos*-phrase et *logos*-texte chez Platon et Aristote. In: *Philosophie du langage et grammaire dans l'antiquité*. Bruxelles: Éditions Ousia et Groupe de Recherches Langage et Philosophie de l'Université des Sciences Sociales de Grenoble. (Cahiers du Groupe de Recherches sur la Philosophie et le Langage, n. 6 & 7)
- WHITE M J 2006 Filosofia natural estoica (Física e Cosmologia). In: INWOOD (org.) 2006.
- WOUTERS A 1995 The grammatical papyri and the *Technē grammatikē* of Dionysius Thrax. In: LAW & SLUITER (eds.) 1995.

c) Obras de referência

- BASSOLS DE CLIMENT M 1945 *Sintaxis histórica de la Lengua Latina*. Barcelona: Escuela de Filología.
- BLATT F 1952 *Précis de syntaxe latine*. Lyon: IAC.
- BORBA F S (org.) 2004 *Dicionário UNESP do português contemporâneo*. São Paulo: EdUNESP.
- CÂMARA JR. J M 1964 *Dicionário de Linguística e Gramática*. Rio de Janeiro: J. Ozon.
- CAMPOS G 1978 *Pequeno dicionário de arte poética*. São Paulo: Cultrix.
- CHERUBIM S 1989 *Dicionário de figuras de linguagem*. São Paulo: Pioneira.
- ERNOUT A 1945 *Morphologie historique du Latin*. Paris: Klincksieck.
- ERNOUT A; MEILLET A 1967 *Dictionnaire étymologique de la langue latine*. Paris: Klincksieck.
- ERNOUT A; THOMAS F 1972 *Syntaxe latine*. Paris: Klincksieck.

- FARIA E 1955 *Dicionário escolar latino-português*. Rio de Janeiro: Fename.
- FARIA E 1957 *Fonética histórica do Latim*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- FARIA E 1958 *Gramática superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- GAFFIOT F 1934 *Dictionnaire illustré Latin Français*. Paris: Librairie Hachette.
- GLARE P G W 1982 *Oxford Latin Dictionary*. Oxford: Clarendon Press.
- HOUAISS A 2001 *Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- ISIDRO PEREIRA S J 1951 *Dicionário grego-português e português-grego*. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa.
- LAUSBERG H 1966 *Elementos de retórica literária*. Tradução de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LAUSBERG H 1991 *Manual de retórica literária*. Versão espanhola de J. P. Riesco. Madrid: Gredos.
- LAZARO CARRETER F 1953 *Diccionario de terminos filologicos*. Madrid: Gredos.
- LEWIS C T; SHORT C (eds.) 1879 *A Latin dictionary*. Oxford, Clarendon Press.
- LIDDELL H J; SCOTT R (eds.) 1996 *A greek-english lexicon*. 9. ed. Oxford, Clarendon Press.
- MADVIG I N 1942 *Gramática latina*. Lisboa: Academia D. Felipa.
- MALHADAS D; DEZOTTI M C C; NEVES M H M (orgs.) 2008 *Dicionário grego-português (DGP)*. 5 vols. Cotia, SP: Ateliê Editorial.
- MAZALEYRAT J; MOLINIÉ G 1989 *Vocabulaire de la stylistique*. Paris: PUF.
- SARAIVA F R S 1993 *Novíssimo dicionário latino-português*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier.
- SMYTH H W 1920 *Greek Grammar*. Revised by Gordon M. Messing. Harvard University Press, 1984.
- STAMMERJOHANN H; AUROUX S; KERR J (eds.) 1996 *Lexicon grammaticorum: who's who in the history of world linguistics*. Tübingen: Niemeyer.
- TORRINHA F 1945 *Dicionário Latino Português*. Porto: Gráficos Reunidos.